

UM AMOR CONQUISTADO:
O MITO DO AMOR MATERNO

Elisabeth Badinter



Um amor conquistado

Sinopse

Será o amor materno um instinto, uma tendência feminina inata, ou depende, em grande parte, de um comportamento social, variável de acordo com a época e os costumes? É essa a pergunta que Elisabeth Badinter procura responder neste livro, desenvolvendo para isso uma extensa pesquisa histórica, lúcida e desapaixonada, da qual resulta a convicção de que o instinto materno é um mito, não havendo uma conduta materna universal e necessária.

Ao contrário, a autora constata a extrema variabilidade desse sentimento, segundo a cultura, as ambições ou as frustrações da mãe. Não pode então fugir à conclusão de que o amor materno é apenas um sentimento humano como outro qualquer e como tal incerto, frágil e imperfeito. Pode existir ou não, pode aparecer e desaparecer, mostrar-se forte ou frágil, preferir um filho ou ser de todos. Contrariando a crença generalizada em nossos dias, ele não está profundamente inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, verifica-se que o interesse e a dedicação à criança não existiram em todas as épocas e em todos os meios sociais. As diferentes maneiras de expressar o amor vão do mais ao menos, passando pelo nada, ou quase nada.

O amor materno não constitui um sentimento inerente à condição de mulher, ele não é um determinismo, mas algo que se adquire. Tal como o vemos hoje, é produto da evolução social desde princípios do século XIX, já que, como o exame dos dados históricos mostra, nos séculos XVII e XVIII o próprio conceito do amor da mãe aos filhos era outro: as crianças eram normalmente entregues, desde tenra idade, às amas, para que as criassem, e só voltavam ao lar depois dos cinco anos. Dessa maneira, como todos os sentimentos humanos, ele varia de acordo com as flutuações sócioeconômicas da história.

São essas as conclusões a que chega Elisabeth Badinter neste seu controvertido estudo, que vendeu, quando de seu lançamento na França, mais de meio milhão de exemplares.

[1]

Elisabeth Badinter

Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno

Tradução: WALTENSIR DUTRA

EDITORA: NOVA FRONTEIRA

Título original: L'AMOUR EN PLUS © 1980, FLAMMARION, Paris

Direitos de edição da obra em língua portuguesa, no Brasil, adquiridos pela EDITORA NOVA FRONTEIRA S/A

Rua Bambina, 25 - Botafogo - CEP: 22.251 - Tel.: 286-7822

Endereço Telegráfico: NEOFRONT - Telex: 34695 ENFS BR

Rio de Janeiro, RJ.

Revisão de tradução: MARIA LUÍSA X. DE A. BORGES

Revisão tipográfica: WILSON CHAVES, CANTALICE MARIA OLIVEIRA LIMA E MARIA ADELAIDE DE AMORIM OLIVEIRA

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Badinter, Elisabeth. B126a Um Amor conquistado: o mito do amor materno.. Elisabeth Badinter; tradução de Waltensir Dutra. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Tradução de: L'Amour en plus

1. Amor materno I. Filosofia francesa..Dutra, Waltensir II. Título

85-0655

CDD — 194 649.1 173

AGRADECIMENTOS

Este livro é o resultado de um seminário realizado durante dois anos na Escola Politécnica. Isso significa que ele deve muito à paciência e ao humor dos meus alunos. A eles dedico portanto esta obra, que prolongadamente "maternaram" comigo.

SUMÁRIO

PREFÁCIO À EDIÇÃO DE BOLSO

A julgar pelas reações apaixonadas que este livro provocou — e que me surpreenderam, confesso —, a maternidade é, ainda hoje, um tema sagrado. Continua difícil questionar o amor materno, e a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada a Maria, símbolo do indefectível amor oblativo.

Se numerosos leitores manifestaram-me a sua simpatia, se certos especialistas das disciplinas relacionadas expressaram interesse, ou aprovação, recebi em compensação certo número de críticas, todas voltadas para a mesma questão: tem o filósofo o direito de estabelecer a existência ou a inexistência de um instinto, seja ele qual for? Não se deve deixar ao biólogo a tarefa de responder a essa pergunta? Alguns leitores, lembrando-se de que biólogos eminentes já se haviam manifestado pelo reexame global da problemática do instinto no homem, fizeram-me saber que meu trabalho não tinha mais grande interesse. Outros, pelo contrário, que consideram o problema ainda não resolvido, julgaram impossível tratá-lo sem levar em conta os dois hormônios da maternidade: a prolactina e a ocitocina. Outros, ainda, acharam inadmissível usar a história em apoio de uma tese que não era da competência nem do filósofo, nem do historiador. Todos esses críticos me acusaram, portanto, de

ultrapassar de maneira intolerável os limites de minha disciplina.

Mas, na verdade, quais são os limites da filosofia? E de que serve esse discurso, especializado em nada e que se ocupa de tudo, senão justamente para questionar de novo as verdades aceitas e analisar todos os sistemas de pensamento? Pode-se proibir ao filósofo a reflexão sobre os pressupostos da biologia ou da história, quando sabemos bem que ali se articula toda a problemática da natureza e da cultura? Por que poderia ele ser considerado inapto para ler a história, ou para interpretar comportamentos, se dispõe dos mesmos materiais que o historiador?

É certo que o filósofo não faz avançar a ciência, pois não traz documentos ou fatos novos à coletividade científica, mas será preciso considerar seu trabalho inexistente se ele procura, mais modestamente, debelar os preconceitos?

Não obstante, entre todas as críticas que me foram feitas, algumas me pareceram necessárias e construtivas. Por vezes, pequei por imprecisão ou omissão. Teria sido preciso ceder, por exemplo, ao prazer de dar à primeira parte o título "O amor ausente"? Tantos leitores deixaram-se levar por ele — mesmo entre os mais bem-intencionados — que é preciso

reconhecer minha culpa. Eu nunca disse que o amor materno é uma invenção do século XVIII: em várias ocasiões, neste livro, cheguei a ressaltar o contrário. O título, porém, podia sugerir ao leitor apressado ser esse o meu propósito. Queria dizer apenas que uma sociedade que não valoriza um sentimento pode extingui-lo ou sufocá-lo ao ponto de eliminá-lo totalmente em numerosos corações. E não que tal sociedade tornasse impossível todo amor materno — o que teria sido um absurdo.

Errei também ao não insistir suficientemente no aspecto predeterminado, universal e necessário do conceito de instinto. Deveria ter lembrado as definições dos dois dicionários mais populares. Não para encontrar nelas a expressão final da teoria

científica, mas para recordar a ideologia comum nessa matéria. Pois, embora muitos cientistas saibam perfeitamente que o conceito de instinto está caduco, alguma coisa em nós, mais forte do que a razão, continua a pensar na maternidade em termos de instinto. Teria sido preciso, portanto, citar a definição do dicionário Robert ("tendência inata e poderosa, comum a todos os seres vivos ou a todos os indivíduos de uma mesma espécie"), já que contesto ao mesmo tempo o caráter inato" do sentimento materno e o fato de que seja partilhado por todas as mulheres.

Era preciso lembrar também a definição, ainda mais carregada de pressupostos ideológicos, do Larousse do século XX (edição de 1971), que descreve o instinto materno como "uma tendência primordial que cria em toda mulher normal um desejo de maternidade e que, uma vez satisfeito esse desejo, incita a mulher a zelar pela proteção física e moral dos filhos", pois acredito que uma mulher pode ser "normal" sem ser mãe, e que toda mãe não tem uma pulsão irresistível a se ocupar do filho.

Devia, sem dúvida, ter explicitado melhor os postulados filosóficos subjacentes a este trabalho. Não que tivesse pretendido dissimulá-los e apresentar-me "mascarada". Não me parecia útil, porém, voltar ao debate que opõe, há tanto tempo, os essencialistas aos filósofos da contingência, os que acreditam na preeminência do "fundo" aos que se inclinam pela realidade única da forma... Também nisso errei, pois meus detratores puderam julgar-me inconsciente de minha própria filosofia, que se apressaram a rebaixar ao nível de um simples militantismo, enquanto eles mesmos escapavam a toda influência filosófica e detinham o privilégio e a exclusividade da objetividade científica.

Isso se tornou particularmente claro quando certos historiadores me acusaram de anacronismo, isto é, de julgar a realidade passada com os olhos de hoje, em nome de valores que então não circulavam. Um debate clássico, e até ultrapassado.

Há muito tempo foi reconhecida a impossibilidade de um observador, por mais circunspecto e cauteloso que seja, despojar-se de seus valores e de suas paixões para ver os outros com toda a objetividade. Georges Duby lembrou recentemente esta verdade essencial aos seus colegas historiadores. O desenvolvimento da história quantitativa e a utilização da informática, diz ele, permite ter materiais mais precisos, mas o historiador os utiliza a serviço de suas paixões e da ideologia que o domina.[1]

Uma vez que uns e outros dispõem das mesmas informações, como explicar a divergência das interpretações, senão pelas divergências de nossas filosofias, ideologias ou paixões respectivas? Tomemos como exemplo a permanência da criança na casa da ama-de-leite no século XVIII. Ninguém contesta os números mencionados, a amplitude do fenômeno nas cidades de média ou grande importância.

Apesar disso, chegamos a interpretações opostas. Há quem pense que as mães urbanas que enviaram seus bebês para o campo deram com isso uma prova cabal de seu amor materno. Convencidas das vantagens do ar do campo e da nocividade da urbe, elas teriam sacrificado o seu desejo de maternagem à saúde da criança. Assim interpretada, a entrega do filho a uma ama-de-leite para ser criado deixa de ser sinal de desinteresse pela criança afastada, tornando-se ao contrário, a ilustração suprema do mais puro altruísmo. O amor materno está salvo. Dir-se-á mesmo que sai engrandecido. Esse sentimento não conhece portanto eclipses, e nada mais permite colocar em dúvida o instinto do mesmo nome.

Minha interpretação — como a de alguns outros — não revela o mesmo otimismo. Se podemos admitir que a entrega da criança a uma ama-de-leite tenha sido, para algumas mães, uma prova de amor ao filho, podemos legitimamente duvidar de que o mesmo tenha ocorrido em todos os casos. O fato de todas as classes da sociedade urbana — mesmo nas pequenas cidades, menos "empesteadas" que as grandes — terem utilizado os serviços de amas mercenárias e aceitado longas separações dos seus bebês parece-me que deve ser interpretado de outra maneira.

Nota de rodapé:

[1] *Magazine Littéraire, n. 164, set. 1980.*

Fim da nota de rodapé.

12

Esse conflito de interpretações encontra-se também em outros níveis de análise. Houve quem me lembrasse — o que era perfeitamente inútil — que as mães do Antigo Regime não conheciam as estatísticas de mortalidade das crianças confiadas às amas-de-leite e portanto não tinham condições de avaliar os danos desse modo de criação. Como, porém, anular a experiência pessoal de cada mulher, ou das mulheres que lhe eram próximas? Como explicar que uma mulher que já perdera dois ou três filhos colocados em casa de amas continuasse a enviar os outros filhos

para o mesmo lugar? Graças a Mareei Lachiver, os historiadores dos costumes conhecem bem o caso de Marie Bienvenue, ama negligente que deixou morrer 31 crianças em cerca de 14 meses... Que terão pensado as mães dessas crianças, que com freqüência eram das mesmas cidades?

Dizer que as mães não sabiam, dizer que os costumes eram outros e que todas acreditavam agir no melhor interesse da criança, não será querer eximi-las a qualquer preço de um "pecado" insuportável: o desinteresse pelo filho? Ora, todo o problema resume-se nisso. Aos olhos de muitos, não amar um filho é o crime inexplicável. E quem procura mostrar que esse amor não é indefectível é imediatamente suspeito de ser um insensato, ou um acusador injusto das mulheres do passado, ou ainda de interpretar propósitos e comportamentos em função de valores atuais. Numa palavra, de não fazer caso do rigor científico que proibiria inferir, com base em comportamentos, a existência ou a inexistência de um sentimento. É, porém, reveladora a constatação de que se é proibido inferir a ausência de amor materno em tal ou qual caso, em compensação não é proibido postular-se implicitamente a existência e a constância desse mesmo amor.

13

O mal-entendido parece-me ser, antes de mais nada, de ordem metafísica. Portanto, é exatamente à filosofia que temos de indagar a razão desses conflitos. Os que se recusam a julgar um sentimento a partir dos comportamentos são partidários de uma filosofia dualista. São os mesmos que distinguem radicalmente a essência da existência, a realidade da aparência, o fundo da forma. Aos seus olhos, as formas bem podem se modificar, sem com isso afetar "o fundo" ou "a essência". Se os comportamentos maternos (as formas) assumem aspectos diferentes, até mesmo contraditórios, com o correr do tempo, nem assim modificam a realidade "profunda" desse amor, de alguma forma hipostasiado.

Nessa óptica, torna-se muito difícil chegar à essência do sentimento. Pois se ele se pode "manifestar" sob formas opostas, sob todas as maneiras possíveis, somos obrigados a reconhecer que sua essência permanece misteriosa, isto é, indefinível. Parece-me, porém, ser possível chegarmos a um acordo quanto a uma definição mínima do amor.

Não é ele sempre uma atenção bondosa para com outrem, que se exprime por pensamentos e gestos? Certamente ninguém pode negar que desejando o bem podemos errar o alvo e cometer involuntariamente o mal. Seria esse, dizem, o caso dessas mães bem-intencionadas que enviavam seus bebês para serem criados por amas e não podiam imaginar que estas os levavam muitas vezes à morte. Se admito esse raciocínio, devo acreditar também que o amor materno existe quando a mãe não se preocupa mais com o filho dela separado durante vários anos seguidos?

Não poderíamos pensar que se tivesse havido algum amor materno por ocasião do nascimento, ele se teria estiolado à falta de cuidados? Será absurdo dizer que à falta de ocasiões propícias ao apego, o sentimento simplesmente não poderia nascer? Responder-me-ão que levanto por minha vez a hipótese discutível de que o amor materno não é inato. É exato: acredito que ele é adquirido ao longo dos dias passados ao lado do filho, e

14

por ocasião dos cuidados que lhe dispensamos. É possível que a ausência do ser amado estimule nossos sentimentos, mas ainda assim é necessário que estes tenham existido previamente, e que a separação não se prolongue demasiado. Todos sabem que o amor não se exprime a todo momento, e que pode perdurar em estado latente. Mas se não se cuida dele, ele pode se debilitar ao ponto de desaparecer. Se faltarem oportunidades para se exprimir o próprio amor, se as manifestações do interesse que se tem por outrem são demasiado raras, então se corre o grande risco de vê-lo morrer.

Quando as mães se separavam de seus filhos por três ou quatro anos, que sentimento materno podiam experimentar quando voltavam para casa?

Penso, enfim, como os psicanalistas, que não há amor sem algum desejo, e que a ausência da faculdade de tocar, mimar ou beijar é pouco propícia ao desenvolvimento do sentimento. Se a criança não está ao alcance de sua mão, como poderá a mãe amá-la? Como poderá apegar-se a ela?

Mais precisamente, os defensores do amor materno "imutável quanto ao fundo" são evidentemente os que postulam a existência de uma natureza humana que só se modifica na "superfície". A cultura não passa de um epifenômeno. Aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. Desse ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a a-normal por excelência.

Em princípio, a lei natural não admite nenhuma exceção. Mesmo se substituímos o conceito de lei (universalidade) pelo de regra (geral), é necessário constatar que há demasiadas exceções à regra do amor materno para que não sejamos forçados a questionar a própria regra. O Amor, no reino humano, não é simplesmente uma norma. Nele intervém numerosos fatores que não a respeitam. Ao contrário do reino animal, imerso na

15

natureza e submetido ao seu determinismo, o humano — no caso, a mulher — é um ser histórico, o único vivente dotado da faculdade de simbolizar, o que o põe acima da esfera

propriamente animal. Esse ser de desejo é sempre particular e diferente de todos os outros. Que os biólogos me perdoem a audácia, mas sou dos que pensam que o inconsciente da mulher predomina amplamente sobre os seus processos hormonais. Aliás, sabemos que a amamentação no seio e os gritos do recém-nascido estão longe de provocar em todas as mães as mesmas atitudes.

Parece-me que devemos deixar a universalidade e a necessidade aos animais e admitir que a contingência e o particular são o apanágio do homem. A contingência dos comportamentos e dos sentimentos é o seu fardo, mas também a única falha pela qual se exprime sua liberdade. Hoje, uma mulher pode desejar não ser mãe: trata-se de uma mulher normal que exerce a sua liberdade, ou de uma enferma no que concerne às normas da natureza? Não teremos, com excessiva freqüência, tendência a confundir determinismo social e imperativo biológico? Os valores de uma sociedade são por vezes tão imperiosos que têm um peso incalculável sobre os nossos desejos. Por que não poderíamos admitir que quando não é valorizado por uma sociedade, e portanto não valoriza a mãe, o amor materno não é mais necessariamente desejo feminino?

A voz do ventre? Mas só hoje começamos a perceber como o desejo de ter um filho é complexo, difícil de precisar e de isolar de toda uma rede de fatores psicológicos e sociais.

À idéia de "natureza feminina", que cada vez consigo ver menos, prefiro a de uma multiplicidade de experiências femininas, todas diferentes, embora mais ou menos submetidas aos valores sociais cuja força calculo. A diferença entre a fêmea e a mulher reside exatamente nesse "mais ou menos" de sujeição aos determinismos. A natureza não sofre tal contingência e essa originalidade nos é própria.

16

A sobrevivência da espécie exige sem dúvida que façamos filhos, mas quem nos poderá obrigar a obedecer à santa natureza? A fêmea, esta não tem escolha... Hoje, já não podemos admitir como inevitável que a mulher tenha filhos. Nem mesmo que os ame, quando os teve. Mas isso, em contrapartida, não é novidade, embora seja sempre visto como um escândalo.

Escândalo em relação à idéia generalizada de que a natureza é "boa", de que nada faz em vão, etc. Idéia que nos remete a uma filosofia finalista, que encontra sua realização numa teodicéia, mesmo que não o confesse. Pois não é fácil sustentar que a natureza faz bem as coisas. Sua obra não está livre de defeitos. E para impor essa idéia é preciso defender duramente a sua causa que, para muitos, é a causa de Deus. Todo o problema consiste em demonstrar que vivemos no melhor mundo possível, o que, afinal de contas, não é evidente.

É em virtude dessa "natureza boa" que se formula o seguinte silogismo: dado que a

espécie sobrevive e que o amor materno é necessário a essa sobrevivência, o amor materno existe necessariamente. Quanto a mim, estou convencida de que o amor materno existe desde a origem dos tempos, mas não penso que exista necessariamente em todas as mulheres, nem mesmo que a espécie só sobreviva graças a ele. Primeiro, qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc.) pode "maternar" uma criança. Segundo, não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus "deveres maternais". A moral, os valores sociais, ou religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe. É certo que a antiga divisão sexual do trabalho pesou muito na atribuição das funções da "maternagem" à mulher, e que, até ontem, esta se afigurava o mais puro produto da natureza. Será preciso lembrar também que em outras sociedades — e não das menores — a "boa natureza maternal" tolerava que se matassem as crianças do sexo feminino ao nascer?

Se é indiscutível que uma criança não pode sobreviver e desenvolver-se sem uma atenção e cuidados maternais, não é certo que todas as mães humanas sejam predestinadas a oferecer-lhe esse amor de que ela necessita. Não parece existir nenhuma harmonia preestabelecida nem interação necessária entre as exigências da criança e as respostas da mãe. Nesse domínio, cada mulher é um caso particular. Algumas sabem compreender, outras menos, e outras ainda nada compreendem. E talvez aí esteja o mal metafísico, uma das causas essenciais da infelicidade humana. Mas será possível pensar em fugir desse mal negando sua existência?

É verdade que a contingência do amor materno suscita uma terrível angústia em todos nós. Incerteza insuportável que põe novamente em questão nosso conceito de natureza, ou nossa fé em Deus. Como pode o melhor dos mundos incluir, além do mal físico, moral e metafísico, a ausência possível do amor da mãe? Os crentes, e os amantes do determinismo natural e da ordem que o acompanha, dificilmente são capazes de admiti-lo.

Não será, porém, chegado o momento de abrir os olhos para as perturbações que contradizem a norma? E mesmo que essa tomada de consciência da contingência ameace nosso conforto, não será necessário levá-la finalmente em conta para redefinir nossa concepção do amor materno? Isso nos proporcionará uma melhor compreensão da maternidade, benéfica tanto para a criança como para a mulher.

A esse debate filosófico de grande importância, toda mulher — mãe ou não — está convidada. Neste momento, é a todas elas que cabe testemunhar, ouvir e julgar...

julho de 1981

ELISABETH BADINTER

PREFÁCIO

1780: o tenente de polícia Lenoir constata, não sem amargura, que das 21 mil crianças que nascem anualmente em Paris, apenas mil são amamentadas pela mãe. Outras mil, privilegiadas, são amamentadas por amas-de-leite residentes. Todas as outras deixam o seio materno para serem criadas no domicílio mais ou menos distante de uma ama mercenária.

São numerosas as crianças que morrerão sem ter jamais conhecido o olhar da mãe. As que voltarão, alguns anos mais tarde, ao teto familiar, descobrirão uma estranha: aquela que lhes deu à luz. Nada prova que esses reencontros tenham sido vividos com alegria, nem que a mãe tenha se apressado em saciar uma necessidade de ternura que hoje nos parece natural.

Lendo os números do tenente de polícia da capital, não podemos deixar de fazer uma pergunta: como explicar esse abandono do bebê numa época em que o leite e os cuidados maternos representam para ele uma maior possibilidade de sobrevivência? Como justificar tamanho desinteresse pelo filho, tão contrário aos nossos valores atuais? As mulheres do Antigo Regime terão agido sempre assim? Por que razões a indiferente do século XVIII transformou-se em mãe coruja nos séculos XIX e XX? Estranho fenômeno, essa variação das atitudes

19

maternas, que contradiz a idéia generalizada de um instinto próprio tanto da fêmea como da mulher!

O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal.

A procriação não teria sentido se a mãe não completasse sua obra assegurando, até o fim, a sobrevivência do feto e a transformação do embrião num indivíduo acabado. Essa convicção é corroborada pelo uso ambíguo do conceito de maternidade que remete ao mesmo tempo a um estado fisiológico momentâneo, a gravidez, e a uma ação a longo prazo: a maternagem e a educação. A função materna, levada ao seu limite extremo, só terminaria quando a mãe tivesse, finalmente, dado à luz um adulto.

Desse ponto de vista, é difícil explicar as falhas do amor materno, como essa frieza e essa tendência ao abandono que surgem na França urbana do século XVII e se generalizam no

século seguinte. Para esse fenômeno, devidamente constatado pelos historiadores, encontraram-se várias justificativas econômicas e demográficas. O que equivale a dizer que o instinto da vida suplanta o instinto materno. Reconheceu-se, no máximo, que ele é flexível e talvez sujeito a eclipses.

Essa concessão suscita várias questões: que é um instinto que se manifesta em umas e não em outras? Devemos considerar "anormais" todas as que o desconhecem? E que pensar de um comportamento patológico que atinge tantas mulheres de condições diferentes e dura há séculos?

20

Há mais de trinta anos uma filósofa, Simone de Beauvoir, questionou o instinto materno. Psicólogos e sociólogos, em sua maior parte mulheres, fizeram o mesmo. Mas como essas mulheres eram feministas, fingiu-se acreditar que sua inspiração era mais militante do que científica. Em lugar de discutir seus trabalhos, foram muitos os que ironizaram a esterilidade voluntária de uma, a agressividade e avirilidade da outra.

Quanto aos estudos sobre as sociedades "primitivas", evitou-se extrair deles as conclusões necessárias. Tão distantes, tão pequenas, tão arcaicas! Que em algumas delas o pai seja mais maternal do que a mãe, ou que as mães sejam indiferentes e até cruéis, não modificou realmente a nossa visão das coisas. Não soubemos, ou não quisemos, aproveitar essas exceções para pôr em questão a nossa própria norma.

É certo que há algum tempo os conceitos de instinto e de natureza humana perderam o prestígio. Examinando-se de perto a questão, torna-se difícil encontrar atitudes universais e necessárias. E como os próprios etologistas renunciaram a falar de instinto ao se referirem ao homem, estabeleceu-se um consenso entre os intelectuais para lançar o vocábulo à lixeira dos conceitos. Assim, o instinto materno não está mais em circulação. Não obstante, rejeitado o vocábulo, resta uma idéia bastante tenaz da maternidade, que apresenta notável semelhança com o antigo conceito abandonado.

Mesmo reconhecendo que as atitudes maternas não pertencem ao domínio do instinto, continua-se a pensar que o amor da mãe pelo filho é tão forte e quase geral que provavelmente deve alguma coisinha à natureza. Mudou-se o vocabulário, mas conservaram-se as ilusões.

Serviram-nos de conforto, nesse sentido, notadamente os estudos dos etologistas sobre o comportamento de nossas primas em segundo grau, as macacas superiores, com os seus filhos. Alguns julgaram poder tirar desses estudos conclusões sobre as atitudes das mulheres. Sendo essas macacas tão parecidas conosco, devia-se concluir que éramos iguais a elas...

21

Houve quem aceitasse de bom grado esse parentesco, principalmente porque substituindo-se o conceito de instinto (que era abandonado às macacas) pelo de amor materno tomava-se uma aparente distância da animalidade. O sentimento materno parece menos mecânico ou automático do que o instinto. Sem ver sua contrapartida, a contingência do amor, nosso orgulho de humanóide ficou satisfeito.

Na realidade, a contradição nunca foi maior. Pois se abandonamos o instinto em proveito do amor, conservamos neste as características do outro. Em nosso espírito, ou antes em nosso coração, continuamos a pensar o amor materno em termos de necessidade. E apesar das intenções liberais, vemos sempre como uma aberração, ou um escândalo, a mãe que não ama seu filho. Estamos prontos a tudo explicar e justificar de preferência a admitir o fato em sua brutalidade. No fundo de nós mesmos, repugna-nos pensar que o amor materno não é indefectível. Talvez porque nos recusemos a questionar o amor absoluto de nossa própria mãe...

A história do comportamento materno das francesas nos quatro últimos séculos não é muito reconfortante. Ela mostra não só uma grande diversidade de atitudes e de qualidade de amor, mas também longos períodos de silêncio. Alguns dirão talvez que palavras e comportamentos não revelam todo o fundo do coração e que resta algo de indizível, que nos escapa. A estes, somos tentados a responder com a frase de Roger Vail-land: "Não há amor, há apenas provas de amor." Então, se faltam provas, por que não deduzir as conseqüências dessa falta?

O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, constata-se que o interesse e a dedicação à criança se manifestam ou não se manifestam. A ternura existe ou não

22

existe. As diferentes maneiras de expressar o amor materno vão do mais ao menos, passando pelo nada, ou o quase nada. Convictos de que a boa mãe é uma realidade entre outras, partimos à procura das diferentes faces da maternidade, mesmo as que hoje são rejeitadas, provavelmente porque nos amedrontam.

23

PRIMEIRA PARTE
O AMOR AUSENTE

Para estudar a evolução das atitudes maternas e compreender-lhe as razões não basta nos atermos às estatísticas da mortalidade infantil ou aos testemunhos de uns e outros. A mãe, no sentido habitual da palavra (isto é, a mulher casada que tem filhos legítimos),[1] é uma personagem relativa e tridimensional. Relativa porque ela só se concebe em relação ao pai e ao filho. Tridimensional porque, além dessa dupla relação, a mãe é também uma mulher, isto é, um ser específico dotado de aspirações próprias que freqüentemente nada têm a ver com as do esposo ou com os desejos do filho. Toda pesquisa sobre os comportamentos maternos deve levar em conta essas diferentes variáveis.

É impossível, portanto, mencionar um dos membros da microssociedade familiar sem falar dos dois outros. A relação triangular não é apenas um fato psicológico, mas também uma realidade social.

Nota de rodapé:

[1] *Para a comodidade da análise, consideraremos mais particularmente essa situação conjugal clássica, deixando de lado a viúva e a mãe solteira.*

Fim da nota de rodapé.

É em função das necessidades e dos valores dominantes de uma dada sociedade que se determinam os papéis respectivos do pai, da mãe e do filho. Quando o farol ideológico ilumina apenas o homem-pai e lhe dá todos os poderes, a mãe passa à sombra e sua condição se assemelha à da criança. Inversamente, quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai. Em um ou outro caso, seu comportamento se modifica em relação ao filho e ao esposo. Segundo a sociedade valorize ou deprecie a maternidade, a mulher será, em maior ou menor medida, uma boa mãe.

Mas, além do peso dos valores dominantes e dos imperativos sociais, delineia-se um outro fator não menos importante na história do comportamento materno. Esse fator é a surda luta dos sexos, que por tanto tempo se traduziu na dominação de um sobre o outro. Nesse conflito entre o homem e a mulher, a criança desempenha um papel essencial. Quem a domina, e a tem do seu lado, pode esperar levar a melhor quando isso convém à sociedade. Enquanto o filho esteve sujeito à autoridade paterna, a mãe teve de se contentar com papéis secundários na

casa. Segundo as épocas e as classes sociais, a mulher sofreu essa situação ou aproveitou-se dela para escapar às suas obrigações de mãe e emancipar-se do jugo do marido.

Ao contrário, quando a criança é objeto das carícias maternas, a mulher predomina sobre o marido, pelo menos no seio do lar. E quando o filho é sagrado Rei da família, exige-se, com a cumplicidade do pai, que a mãe se despoje de suas aspirações de mulher. Assim, sofrendo a contragosto a influência dos valores masculinos, é a mãe triunfante que melhor realiza as pretensões autonomistas da mulher, constrangedoras para o filho e o marido ao mesmo tempo. Nesse caso, o filho, sem

26

o saber, será o aliado objetivo do homem-pai. Mas nao nos antecipemos...

A primeira parte deste livro tem o objetivo de situar as personagens da história materna e explicar porque, num período que durou cerca de dois séculos, o comportamento das mães oscilou com freqüência entre a indiferença e a rejeição.

Teria sido injusto, e mesmo cruel,limitar-nos estritamente ao comportamento da mãe, sem explicar o que o motivava. É por isso que, antes de considerar a mãe, nos deteremos no pai e no filho, a fim de observar que funções desempenhava o primeiro e que condição era atribuída ao segundo.

27

1 - O LONGO REINADO DA AUTORIDADE PATERNA E MARITAL

Por mais longe que remontemos na história da família ocidental, deparamos com o poder paterno que acompanha sempre a autoridade marital.

A acreditar nos historiadores e nos juristas, essa dupla autoridade teria sua origem remota na índia. Nos textos sagrados dos Vedas, Árias, Bramanas e Sutras, a família é considerada como um grupo religioso do qual o pai é o chefe. Como tal, ele tem funções essencialmente judiciárias: encarregado de velar pela boa conduta dos membros do grupo familiar (mulheres e crianças), é o único responsável pelas ações destes frente à sociedade global. Seu poderio exprime-se portanto, em primeiro lugar, por um direito absoluto de julgar e punir.

Os poderes do chefe de família, magistrado doméstico, reapresentam-se quase inalterados em toda a Antigüidade, embora atenuados na sociedade grega e acentuados entre os romanos. Cidadã de Atenas ou de Roma, a mulher tinha durante

29

toda a sua vida, uma condição jurídica de menor, pouco diferente da condição de seus

filhos.[1]

Foi preciso esperar a palavra de Cristo para que as coisas se modificassem, pelo menos em teoria. Guiado por esse princípio revolucionário que é o amor, Jesus proclamou que a autoridade paterna não se estabelecera no interesse do pai, mas no do filho, e que a esposa-mãe não era sua escrava, mas sua companheira.

Ao pregar o amor ao próximo, o Cristo punha um freio à autoridade, de onde quer que viesse. Reforçava o companheirismo, e portanto a igualdade dos esposos, fazendo do casamento uma instituição divina. Assim, punha fim a um poder exorbitante do marido, o poder de repúdio, e à poligamia.

A mensagem de Cristo era clara: marido e mulher eram iguais e partilhavam dos mesmos direitos e deveres em relação aos filhos.

Se alguns apóstolos e teólogos obscureceram a mensagem com sua interpretação, chegando, como veremos, a traí-la, a palavra de Cristo modificou, em boa parte, a condição da mulher. Na França, até o fim do século XIII, a igualdade proclamada pela Igreja traduziu-se num certo número de direitos concedidos às mulheres. Pelo menos, às das classes superiores.[2]

Nessa alta Idade Média, o poder paterno atenuou-se progressivamente, com maior ou menor rapidez, segundo consideremos o Norte[3] (direito consuetidinário) ou o Sul da França (direito romano). E se, no século XIII, no Sul da França, o pai ainda pode matar o filho sem sofrer conseqüências sérias, o poder paterno é no entanto moderado pela mãe e pelas instituições, que se imiscuem cada vez mais no governo da família.

Notas de rodapé:

[1] Cícero (Pro Domo, 30) lembra que o pai tinha sobre o filho: direito de vida e de morte, direito de castigá-lo à sua vontade, de mandá-lo flagelar, de condená-lo à prisão, de excluí-lo, enfim, da família.

[2] A mulher tem o direito de administrar sua fortuna e alienar seus bens com o consentimento do marido, de mover ações judiciais, de possuir um feudo e de residir em corte feudal. O direito, ainda, de substituir o marido em caso de doença ou ausência.

[3] Desde o século XIII, no Norte da França, o filho pode recorrer aos tribunais contra a severidade excessiva do pai. Unicamente, claro, nos casos muito graves: "Se o pai, por seus maus-tratos, tiver posto sua vida em perigo, lhe tiver quebrado ou mutilado um membro." Se for considerado culpado, o pai terá de pagar uma multa.

Fim das notas de rodapé.

30

O desenvolvimento do direito romano na França marcará um estancamento da influência liberal da Igreja e do direito canônico. A partir do século XIV, os direitos econômicos da mulher se restringirão tanto que, dois séculos mais tarde, nada restará de seus antigos direitos. Paralelamente, a partir do século XVI e até o século XVIII, a autoridade paterna se recobrará,

graças não só à influência do direito romano, como também à do absolutismo político.

Não obstante, se a sorte da mulher melhora sob a influência da Igreja, a melhoria limitava-se às classes superiores. As outras não tinham um destino muito brilhante. Na prática, o marido conservava o direito de correção sobre a mulher e, apesar das palavras de Cristo sobre a inocência infantil, o destino dos filhos era pior que o de sua mãe. Demasiados interesses e discursos abafavam a mensagem de Jesus. No século XVII, o poderio do marido e do pai predominava, de muito, sobre o amor. A razão era simples: toda a sociedade repousava no princípio da autoridade.

Três discursos se entremeavam e se auxiliavam para justificar o princípio e os fatos: o de Aristóteles, que demonstrou ser a autoridade natural, o da teologia, que afirmou ser ela divina, e finalmente o dos políticos, que a pretendiam divina e natural, ao mesmo tempo.

O LEGADO ARISTOTÉLICO

Aristóteles foi o primeiro a justificar, do ponto de vista filosófico, a autoridade do marido e do pai. Para compreender a realidade social e familiar do século XVII e seus fundamentos,

31

é preciso voltar por um instante àquele que tanto se copiara até então.

O princípio que sustentava toda a sua filosofia política era assim enunciado: a autoridade do homem é legítima porque repousa sobre a desigualdade natural que existe entre os seres humanos.[4] Do escravo, desprovido de alma, até o senhor da domus, cada um tinha uma posição específica que definia suas relações com os outros.

Ao contrário do escravo, de quem todo membro da família podia "usar e abusar", o filho do cidadão era considerado um ser humano e potencialmente livre. Imperfeito, porque inacabado, dotado de uma faculdade deliberativa a princípio muito reduzida, sua virtude é ser submisso e dócil ao homem maduro a quem era confiado logo após o desmame.

Quanto à cidadã, é essencialmente inferior ao homem, seja qual for a sua idade. Desvalorizada do ponto de vista metafísico, pois encarna o princípio negativo, a matéria (contrariamente ao homem, que personifica a forma, princípio divino sinônimo de pensamento e de inteligência), a mulher é igualmente considerada personagem secundária na concepção.[5] Semelhante à terra que precisa ser semeada, seu único mérito é ser um bom ventre. Como é dotada de uma frágil capacidade de deliberação, o filósofo deduz logicamente que sua opinião não é digna de consideração. A única virtude moral que lhe reconhecia era a de "vencer a

dificuldade de obedecer". Sua honra residia num "modesto silêncio".

Ainda comprada pelo marido, era para ele um bem entre outros. Sua condição não era portanto diferente da condição do filho, antes que este lhe fosse subtraído ao final da amamentação.

Notas de rodapé:

[4] A política, 1.2: a natureza criou indivíduos próprios para mandar e indivíduos próprios para obedecer.

[5] Aristóteles pensava que a menstruação era a matéria a que o esperma dava forma. A inteligência, virtude da humanidade, só era transmitida, portanto, pelos homens.

Fim das notas de rodapé.

32

A condição do Pai-Marido-Senhor todo-poderoso não pode ser explicada senão pela sua essência. Criatura que mais ativamente participa do divino, seus privilégios devem-se apenas à sua qualidade ontológica. É "natural" que a mais acabada das criaturas comande os demais membros da família, e isso de duas maneiras: em virtude de sua semelhança com a divina, como "deus comanda suas criaturas", e em virtude de suas responsabilidades políticas, econômicas e jurídicas, como um "Rei comanda seus súditos".

Esses dois temas aristotélicos serão profusamente retomados pela teologia cristã e pelos teóricos da monarquia absoluta.

A TEOLOGIA CRISTÃ

Apesar da mensagem de amor e do discurso igualitário de Cristo, a teologia cristã, em virtude de suas raízes judaicas, teve sua cota de responsabilidade no reforço e na justificação da autoridade paterna e marital, invocando constantemente dois textos carregados de conseqüências para a história da mulher.

O primeiro deles é o Gênesis.[6] Lembremos rapidamente os três atos do drama.

Primeiro ato: a criação do homem que, mal saído das mãos de Deus, dá nome a todas as espécies animais criadas antes dele. Vendo-o decepcionado por não encontrar entre elas uma companheira que lhe servisse, Deus o adormece, retira-lhe uma das costelas e forma em torno um tecido de carne. Assim nasceu a mulher.[7]

Segundo ato: a mulher, responsável pelo pecado, é a perda do homem. Conhecemos os discursos tentadores da serpente que prometia a Eva ser semelhante a Deus e ter o conhecimento do Bem e do Mal.

Notas de rodapé:

6 Capítulos 2 e 3.

[7] *O homem disse: "Esta agora é osso dos meus ossos, e carne da minha carne: esta será chamada de varoa, porquanto do varão foi foromada."*

Fim das notas de rodapé.

33

Ela comeu o fruto e ofereceu-o a Adão, que não o recusou. Vendo a desobediência de suas criaturas, Deus pediu explicações a Adão, já responsável pelo casal. Este respondeu piedosamente: "A mulher que me deste por companheira, ela me deu da árvore e comi." Nesse incidente, a audácia, a curiosidade e a vontade de poder estavam com a mulher,

Terceiro ato: as maldições. Todos sabemos de cor as duas primeiras, lançadas sobre Eva: "Multiplicarei grandemente a tua dor e a tua conceição; com dor parirás teus filhos." Talvez tenhamos esquecido a terceira, carregada de conseqüências durante dezenas de séculos: "E a tua paixão será para o teu marido, e ele te dominará." O conceito de paixão implica necessariamente as idéias de passividade, de submissão e de alienação que definem a futura condição feminina. Adão, confirmado em seu papel de senhor, foi condenado apenas a trabalhar arduamente e a morrer como Eva...

Desse texto maior e primeiro da Bíblia decorrem umas tantas conseqüências para a imagem e a condição de Eva. Mais acessível às tentações da carne e da vaidade, ela tornou-se culpada, por suas fraquezas, da infelicidade do homem. Ela aparecerá, na melhor das hipóteses, como uma criatura fraca e frívola.

Certos doutores da Igreja, porém, vão agravar essa imagem primeira. Assimilado dentro em pouco à própria Serpente, isto é, ao Demônio tentador, Eva transformou-se no símbolo do Mal. Essa idéia se difundirá rapidamente, e predominará, por meio da tradição, sobre as palavras de Cristo.

A partir do século IV, abundam as diatribes contra as mulheres, imputando-lhes uma malignidade natural.

Nota de rodapé:

.. Nas citações bíblicas utilizamos a tradução portuguesa de João Ferreira d'Almeida. (N. do T.)

Fim da nota de rodapé.

34

Elas se baseiam, mais ou menos conscientemente, nos textos de Santo Agostinho, que evocava as más condições da mulher: "Um animal que não é firme, nem estável, odioso, que alimenta a maldade... ela é fonte de todas as discussões, querelas e injustiças."[8]

Eram esses o vocabulário e as crenças habituais dos homens simples em relação às mulheres. Basta nos reportarmos ao texto publicado por E. Le Roy Ladurie sobre a pequena aldeia de Montaillou, no alvorecer do século XIV, para nos convencermos disso. Lê-se, ali, que

talmarido trata a mulher de porca, e um outro, apesar de sua afeição pela filha, declara que a mulher é coisa vil. Um terceiro afirma que a alma feminina não pode ser admitida no paraíso se não reencarnar primeiro num homem. Um quarto diz que as mulheres são demônios, etc. Evidentemente, esses demônios e essas porcas podiam ser espancados à vontade. Semi-humanas, elas partilhavam da sorte dos filhos.

O segundo texto que exerceu um importante papel histórico para a condição feminina foi o de São Paulo, a Epístola aos efestos. O apóstolo expõe ali uma teoria da igualdade que modifica totalmente o pensamento de Jesus. Por certo, diz Paulo, o homem e a mulher têm os mesmos direitos e os mesmos deveres. Mas trata-se de uma igualdade entre pessoas que não são idênticas, o que não exclui uma hierarquia.

O homem deve ser o chefe do casal, pois foi criado em primeiro lugar e deu origem à mulher. É a ele, portanto, que cabe o poder de mandar. Embora São Paulo acrescente que as ordens do marido deverão ser temperadas pelo amor e o respeito que deve à sua mulher, embora reconheça nesta um poder de persuasão (simples poder da retórica), é ao marido que compete a decisão final. São Paulo resumiu as relações do casal numa fórmula famosa durante séculos: "Vós, maridos, amai as vossas próprias mulheres, como também Cristo amou a Igreja... assim como a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos.'"

Notas de rodapé:

[8] *Songe de Verger, livro 1, cap. CXLVII; ver também a célebre frase de Bertrand d'Argentré.*

[9] *Epístola aos efestos, 5, 23-24.*

Fim das notas de rodapé.

Essa tão contraditória teoria da igualdade na hierarquia tinha, forçosamente, de levar à eliminação de um dos termos. A imagem do pai e do marido ocupando o lugar de Cristo suplantou a igualdade proclamada por esse mesmo Cristo. São Paulo foi quem a criou, ao recomendar: "Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos como ao Senhor... Vós, filhos, sede obedientes a vossos pais no Senhor... obedecei a vossos senhores segundo a carne, com temor e tremor, na sinceridade de vosso coração, como a Cristo."[10]

O Pai, o Marido, tinha portanto uma delegação dos poderes de Deus. Mesmo temperado pela ternura, seu poder era absoluto, despótico. E São Paulo recomendava à esposa, como outrora Aristóteles, observar um comportamento adequado à sua inferioridade, isto é, de modéstia e silêncio.

Assim referendadas, as prescrições da moral eclesiástica ressaltam, até o século XVII, a subordinação da mulher ao marido. Nos escritos do grande pregador lionês Benedicti, podemos ler: "Se a mulher quer apossar-se do governo da casa contra a vontade do marido, quando ele lhe

proíbe isso por alguma boa razão, ela peca, pois nada deve fazer contra o marido, a quem está submetida pelo direito humano e divino."[11] E mais adiante: "A mulher orgulhosa de sua benevolência, de sua beleza, de seus bens, de sua herança, despreza o marido recusando-se a lhe obedecer... Ela resiste assim à sentença de Deus, que quer a mulher sujeita ao marido, que é mais nobre e mais excelente do que a mulher, dado que é a imagem de Deus, e a mulher é apenas a imagem do homem.,"[12]

Como seus contemporâneos, Benedicti insiste no tema da malignidade feminina. Denuncia "aquela que, brigona e impaciente, incita o marido a blasfemar o nome de Deus... pois ainda que tenha alguma razão, ela deve antes calar-se e conter-se que fazê-lo praguejar e blasfemar...".

Notas de rodapé:

[10] Id. Ibid., 5, 22; 6, 1 e 5.

[11] La somme des péchés (1584), citado por J.-L. Flandrin em Familles, Paris, Hachette, 1976, p. 124-125 (grifos nossos).

[12] Id. Ibid. (grifo nosso).

Fim das notas de rodapé.

É sempre Eva que é responsabilizada pelos pecados de Adão. Mas Flandrin observa, com razão, que "todos esses artigos que mostram o direito que tinha o marido de mandar, deixam perceber também as dificuldades que eles costumavam encontrar em seus lares".[13] ....,

Não menos real, ainda que mais discreta, deve ter sido a luta entre pais e filhos, e particularmente entre o pai e o filho, para que se imponha como uma lei divina o quarto mandamento do Decálogo: "Pai e Mãe honrarás, para que vivas longamente." Lendo essa lei, não podemos deixar de nos surpreender com idéia de barganha que sugere e com a ameaça indireta que encerra. Era preciso que esse respeito — não falemos do amor — fosse bem pouco natural para que fosse necessário prescrevê-lo como lei! Era preciso também que fosse difícil honrar os pais para que nos prometessem em troca a recompensa suprema: a longa vida. Ou a punição exemplar em caso de não observância: a morte.

Os doutores da Igreja, que conheciam muito bem as relações reais entre pais e filhos,[14] não insistiram nesse terrível assunto. Contentaram-se em justificar a autoridade paterna repetindo que o Pai era responsável perante Deus pelos seus filhos, e que era preciso dar-lhe os meios de assumir tal responsabilidade. Legitimaram, por outro lado, a autoridade do marido, reforçando a teoria filosófica da desigualdade feminina. Segundo Aristóteles, a mulher carecia de consistência ontológica: os teólogos fizeram dela um "ser maligno", na melhor das hipóteses uma "inválida". Até o século XX, os homens se lembrarão da lição.

Notas de rodapé:

13 Flandrin, op. cit., p. 125.

[14] Lendo os manuais do sacramento da Confissão, não nos podemos deixar de surpreender com o grande número de questões relacionadas com o ódio e o desejo de morte entre pais e filhos.

Fim das notas de rodapé.

37

No século XIII era usual, numa aldeia como Montaillou, a mulher ser tratada de diaba. Progressivamente, os homens que se consideravam mais educados abandonaram a acusação de malignidade. Desenvolveram, em contrapartida, a idéia de fraqueza e de invalidez das mulheres.

A definição da invalidez nos remete às idéias de imperfeição, de impotência e de deformidade. A palavra "inválido" tem portanto duas conotações: a doença e a monstruosidade. O termo justifica amplamente a conduta histórica dos homens em relação às suas esposas.

Tomemos, entre milhares de testemunhos (canções, provérbios ou textos teóricos), quatro ilustrações dessa concepção.

Em primeiro lugar, um conselho de Fénelon ao futuro marido sobre a conduta a adotar para com sua mulher: "Poupe-a, trate-a com doçura e ternura, pela persuasão, lembrando sempre a invalidez do seu sexo."[15] À mulher, ele diz: "E tu, esposa, obedece-lhe como àquele que representa Deus sobre a terra." Encontramos igualmente a doutrina de São Paulo nos argumentos dos juizes e advogados, quando dos processos do século XVII entre maridos e mulheres, notadamente nos pedidos de separação de corpos. Levanta-se sempre contra as mulheres, como supremo argumento, a condenação que lhes foi lançada por Deus, no Gênesis. O Antigo Testamento e a Epístola aos Efésios constituíram, durante muito tempo, jurisprudência.

Outro testemunho: um camponês abastado do século XVIII, o pai de Rétif de La Bretonne, assim se dirige à sua mulher: "Dize-me de onde vem essa força que a natureza deu ao homem? De onde vem que ele seja também sempre livre, corajoso, ousado, audacioso mesmo: será para rastejar, fraco adulador (da mulher)? Por que te terá feito a natureza tão encantadora, frágil e com isso temerosa?... Será para comandar duramente e com altivez?... O primeiro meio de ser feliz no lar... é que o chefe comande e a esposa faça por amor aquilo que para todas as outras que não a esposa (isto é, uma serva) chamaríamos de obedecer."[16]

Notas de rodapé:

[15] Fénelon: Manuel du mariage (grifo nosso). A invalidez feminina está associada aqui à idéia de enfermidade.

16 Apud Retif de la Bretonne. Cf. Lavie de mon père, Introdução, P. XI (Classique Garnier). É preciso notar, porém que Retif refere tradições anti-femininas que já são contestadas nas cidades. CF. adiante

p. 94-111.

Fim das notas de rodapé.

38

Finalmente, mais próximo de nós, eis a justificativa da autoridade marital do Código Civil. Sabemos que Napoleão interveio em pessoa para restabelecer plenamente a autoridade marital, ligeiramente abalada nos fins do século XVIII. Ele insistiu em que no dia do casamento a esposa reconhecesse explicitamente dever obediência ao marido. Como os redatores do Código se admirassem dessa insistência, Napoleão teria respondido, fazendo alusão ao versículo do Gênesis: "O Anjo o disse a Adão e Eva." No artigo 212 do Código os legisladores deram forma aos preconceitos napoleônicos. Basearam o poderio marital no duplo fundamento da invalidez feminina e da necessidade de uma direção única da família.

O ABSOLUTISMO POLÍTICO

Esse terceiro discurso, professado notadamente por Bos-suet, buscava fortalecer a autoridade paterna para melhor fundar no direito a monarquia absoluta e permitir aos reis dispor de uma autoridade legítima sobre seus súditos, sem estarem ligados a eles por nenhum compromisso.

Seguindo a linha traçada por Aristóteles, Bossuet reafirmou o dogma da desigualdade natural, lembrando "a superioridade que vem da ordem da geração", que implica a dependência e submissão dos filhos aos pais.[17]

Sustentando que a autoridade paterna transformou-se progressivamente em autoridade soberana, Bossuet concluiu que a natureza da autoridade real conserva a marca de sua origem e permanece sempre essencialmente paterna.

Nota de rodapé:

[17] *Bossuet: Politique tirée de Ia Sainte Écriture (1709), livros II e III.*

Fim da nota de rodapé.

39

Deduz disso certo número de proposições, todas favoráveis ao soberano e ao pai. Como existe uma bondade natural do pai para com seus filhos e como a autoridade real é paternal, seu caráter essencial é também a bondade. O rei não busca senão o bem de seus súditos, como o pai só quer o bem de seus filhos, mesmo quando os corrige.

Essa idéia era fortalecida pelo silêncio das leis divinas (os Dez Mandamentos) sobre o dever de amor dos pais para com os filhos. Como se a coisa fosse tão natural que se tornava inútil instituir uma lei e mesmo mencioná-la. E em parte alguma, durante muito tempo, encontraremos

menção ao tema da dureza ou do egoísmo dos pais.

Em contraposição, encontram-se constantes referências ao tema da ingratidão e da maldade dos filhos. Parece indubitável que a corrente de afeição segue sem dificuldade dos pais para os filhos, mas que o caminho inverso é muito mais aleatório. Aliás, Vauvenargues não afirmava que "basta ser homem para ser bom pai, mas sem ser homem de bem é difícil ser bom filho"?[18] E Mòntesquieu não acrescentou: "o poder paterno é, de todos os poderes, o de que menos se abusa"?[19] Esse otimismo seguro vinha do fato de que um e outro consideravam a bondade do pai como natural e produto do instinto, ao passo que a do filho é moral. Mas não podemos compreender essas reflexões desiludidas sobre a infância com base apenas nos acidentes da experiência cotidiana. Elas repousam também, como veremos, numa teoria particular da infância.

Finalmente, o último argumento invocado por Bossuet funda-se na analogia entre o rei e Deus Pai. Não bastava, com efeito, fundamentar a autoridade da monarquia sobre a autoridade do pai, isto é, fazer dela um direito natural. Para torná-la ainda mais indiscutível, Bossuet quis fazer da autoridade política um direito divino.

Notas de rodapé:

[18] Introduction à la connaissance de 1'esprit bumain.

[19] Lettres persanes, n. 129.

Fim das notas de rodapé.

Para tanto, utilizou novamente a imagem do pai Deus, disse ele, é o modelo perfeito da paternidade. Ora, o rei é a imagem de Deus na terra, pai de seus súditos. E o simples pai de família é o sucedâneo da imagem divina e real junto aos filhos.

Todos lucravam com essas analogias. sucessivas: o pai de família, em magnificência e autoridade, o rei em bondade e santidade. O próprio Deus tornava-se mais familiar e próximo de suas criaturas. Restava a Bossuet resumir tudo isso numa fórmula soberba: "Os reis ocupam o lugar de Deus, que é o verdadeiro pai do gênero humano."

Para melhor compreender todo o alcance das analogias de Bossuet, devemos lembrar a última, que deveria concretizar as três outras para o comum dos mortais: a do pastor e do rebanho. Até o século XVII, repetir-se-á constantemente: o pai é para seus filhos o que o rei é para seus súditos, o que Deus é para os homens, ou seja, o que o pastor é para o seu rebanho. A última relação (pastor/rebanho) põe a nu a diferença de natureza que separa todos os termos segundo sua posição: do humano em relação ao divino há a mesma distância que entre o animal e o homem. Não se poderia expressar melhor a irredutível heterogeneidade entre o pai e seus filhos.

Examinando essa analogia mais de perto, vemos que todas as relações expressas só funcionam graças a um terceiro termo oculto, ou pelo menos silenciado. Deus, o rei, o pai e o pastor só dirigem suas criaturas, súditos, filhos e rebanho por intermediários vigilantes: a Igreja, a polícia, a mãe e o cão de guarda. Não seria dizer, em virtude das relações analógicas, que a mãe é como a Igreja em relação às suas ovelhas, a polícia que vigia os súditos, o cão de guarda que roda em torno do rebanho? Ela tem poder e autoridade sobre eles. E mais familiaridade também, pois não lhes tira o olho. Mas esse poder lhe foi delegado e, por sua vez, ela está submetida ao esposo como a Igreja a Cristo, a polícia ao soberano e o cão ao pastor. Seu poder não lhe é exclusivo. Está sempre à disposição do

41

senhor. Evidentemente, sua natureza de guardiã está mais próxima daquilo que ela guarda do que do senhor.

Diferença de grau entre ela e o filho. Mas diferença de natureza entre ela e o esposo. Não obstante, quando no século XIX veremos a mãe colocar-se por vezes ao lado do filho contra o pai, no século XVII ela ainda segue resolutamente a ordem social que impõe o poder paterno. Ela adota tão bem os valores paternos, valores dominantes da sociedade, que, em caso de desaparecimento do pai, enviuvando-se, sabe identificar-se com ele e tomar o seu lugar.

OS DIREITOS DO PAI

Do ponto de vista jurídico, os direitos do pai evoluem de duas maneiras do fim da Idade Média até a Revolução. Alguns deles são limitados pela dupla ação da Igreja e do Estado, que interfere cada vez mais no governo doméstico. Outros, porém, são fortalecidos pelo Estado, quando este os considera convenientes, aos próprios interesses.

Os direitos do pai foram limitados pela doutrina católica em nome de duas idéias novas: a dos deveres do pai para com os filhos, que já mencionamos, e a idéia de que o filho é um "repositório divino". Criatura de Deus, é preciso fazer dele, a todo preço, um bom cristão. Os pais não podem dispor dos filhos à sua vontade, nem desembaraçar-se deles. Presente de Deus ou cruz a carregar, não podem usar e abusar deles segundo a definição clássica da propriedade.

42

Em conseqüência, o primeiro direito suprimido foi o de morte, pois o pai não pode destruir o que foi criado por Deus. Desde os séculos XII e XIII, a Igreja condena vigorosamente o abandono dos filhos,[20] o aborto e o infanticídio. Por sua vez, o Estado tomou medidas coercivas.[21] Mas ante o mal irreprimível e a miséria da maioria, compreendeu-se que seria melhor

se adaptar à necessidade e tolerar o abandono, para limitar o infanticídio. Foi nesse espírito que se criaram, no século XVII, as primeiras casas para o acolhimento de crianças abandonadas.[22]

Há um domínio em que a autoridade do pai foi objeto de um conflito mal disfarçado entre a Igreja e o Estado: os direitos do pai em relação ao casamento dos filhos. Desde meados do século XII, o casamento foi considerado um sacramento. O simples fato de expressar por palavras o consentimento ao matrimônio ligava os esposos de maneira definitiva. O direito canônico reconhecia portanto como válido um casamento contratado por filhos sem o consentimento dos pais, com a única condição de que o rapaz tivesse pelo menos treze anos e meio e a moça, onze anos e meio.

Essa concepção do casamento traduzia-se em numerosas desordens sociais: raptos de moças que eram esposadas secretamente, crimes de bigamia, casamentos socialmente discrepantes.

Essas desordens multiplicaram-se a tal ponto que no século XVI o Concilio de Trento (1545-1563) foi obrigado a impor restrições às condições do casamento. Condenou os matrimônios clandestinos e estabeleceu que os cônjuges tinham de declarar o seu consentimento na presença de um padre e após a publicação dos proclamas. Por fim, proclamou solenemente que casar sem o consentimento dos pais era um pecado, muito embora o casamento assim consumado continuasse sendo considerado válido.

O Estado, menos liberal que a Igreja, não pretendia deixar subtrair os filhos à autoridade paterna. Fortaleceu os direitos do chefe de família para evitar que se instalasse a desordem

Notas de rodapé:

[20] Diz-se também "exposição", abandono de uma criança num local isolado.

[21] O edito de Henrique II (1556) declara homicidas as mães que ocultam sua gravidez. Descobertas, estavam sujeitas à pena de morte.

[22] Em 1638, São Vicente de Paula fundou o Abrigo das Crianças Achadas.

Fim das notas de rodapé.

na menor célula social. Assim como um bom casamento, que observava os usos em vigor (regra da homogamia, respeito à hierarquia, etc), reforçava a ordem social, uma união má a ameaçava.

Um edito de Henrique II (1556) proclamou que os filhos que se casassem contra a vontade dos pais seriam deserdados sem esperança de remissão. Mas essa sanção deve ter sido considerada muito fraca, pois já em 1579 um novo edito de Henrique III, equiparando o casamento de um menor sem o consentimento dos pais a um rapto, declarou que o "raptor" seria

condenado à morte, sem esperança de graça ou perdão. Essas disposições foram renovadas e agravadas por duas vezes no século seguinte.[23]

Finalmente, o Estado monárquico fortaleceu o direito paterno de correção, embora adotasse algumas medidas que atenuavam o direito paterno de prender incondicionalmente os filhos. Sabe-se que ainda no século XVII as prisões públicas acolhiam com muita facilidade os filhos de família de qualquer idade, e sob os pretextos mais fúteis.[24] Um decreto de março de 1673, confirmado por vários outros em 1678, 1696 e 1697, interveio, fazendo cessar esse estado de coisas.[25]

Essas medidas liberais foram, infelizmente, suprimidas pela criação de uma disposição agravante, as ordens de prisão emitidas pelo rei, que abriram nova possibilidade de correção.

Notas de rodapé:

[23] O decreto de janeiro de 1629 acrescenta à pena de morte do raptor o confisco de seus bens, proíbe aos juizes moderar a pena e ordena aos procuradores gerais e substitutos que processem o culpado, mesmo sem queixa dos interessados. A declaração de novembro de 1639 precisa que a pena de morte será aplicada mesmo se os pais derem posteriormente seu consentimento, e isso até os 30 anos para o rapaz, e 25 anos para a moça.

[24] Encontravam-se encarcerados, de mistura com presos de direito comum, filhos de 30 anos e mais, padres e crianças muito jovens.

[25] O decreto estabelecia três condições para a detenção dos filhos. Só os pais podiam exercer esse direito sem controle, exceto se houvessem contraído segundas núpcias (observa-se o receio da influência nefasta da madrasta). Nesse caso, tinham de pedir permissão à autoridade civil, que aliás raramente a recusava. Uma segunda restrição ao direito de detenção foi a sua limitação aos 25 anos de idade. Finalmente, criou-se um estabelecimento especial para esse fim, a fim de evitar a promiscuidade entre presos de direito comum e filhos de boa família.

Fim das notas de rodapé.

44

Dois decretos completaram a correção paterna. O de 20 de abril de 1684 dizia respeito especialmente às classes populares parisienses, e estabelecia que os filhos (de menos de 25 anos) e as filhas (de qualquer idade) de artesãos e trabalhadores que maltratassem os pais, ou que fossem preguiçosos, libertinos ou corressem o risco de vir a sê-lo (previdência que abria a porta a todas as arbitrariedades) poderiam ser presos, os rapazes em Bicêtre, as mulheres na Salpêtrière. Uma vez obtida, a prisão era definitiva. Os pais já não tinham o poder de sustá-la. O Estado reservava-se o direito de graça.

Vinte e cinco anos antes do início da Revolução Francesa, o Rei Bem-Amado promulgou o decreto de 15 de julho de 1763.[26] Aplicava-se particularmente aos jovens de família "que tivessem exibido condutas capazes de ameaçar a honra e a tranqüilidade de sua família". Ele autorizava os pais a pedir ao departamento da Guerra e Marinha sua deportação para a ilha de

Désirade. Nessa ilha, os maus filhos eram submetidos a uma rigorosa vigilância: mal alimentados, deviam trabalhar arduamente. Após anos de penitência, os que se emendavam podiam obter uma concessão de terra em Marie-Galante. E mais tarde, se suas famílias o solicitassem, podiam ser levados de volta à França.

Todas essas disposições evidenciam a atenção dada à autoridade paterna. Vital para a manutenção de uma sociedade hierarquizada, em que a obediência era a primeira virtude, o poder paterno devia ser mantido a qualquer preço. Exercia-se nesse sentido uma pressão social tão forte que quase não sobrava lugar para qualquer outro sentimento. O Amor, por exemplo, parecia ser muito débil para que sobre ele se construísse alguma coisa.

Nota de rodapé:

[26] Um ano depois da publicação do Êmile, que exaltava o amor e a ternura dos pais.

Fim da nota de rodapé.

E se, apesar de tudo, ele existe no seio da célula familiar, mal pode ser percebido nos documentos que conhecemos. Quando se manifesta de algum modo[27] nas relações familiares, é de passagem, entre uma frase e outra, quase envergonhadamente.

UMA SOCIEDADE SEM AMOR

Isso não nos pode surpreender, quando sabemos que representação se tinha do amor conjugal. Distinguindo o bom amor, a amizade, do mau, marcado pela concupiscência, os teólogos condenavam o segundo inapelavelmente: "Não é preciso que o homem use a sua mulher como uma puta, nem que a mulher se comporte para com o marido como se este fosse um amante."[28] Maneira precisa de lembrar que o ato sexual só constitui um mal menor no casamento se praticado sem prazer.

Não causa espanto constatar que o modelo do bom amor conjugal é aquele que une duas pessoas do mesmo sexo. Marido e mulher devem ser amigos, e não amantes, a não ser por acidente ou necessidade vital. Nesse espírito, os teólogos não cessaram de denunciar os "excessos" conjugais: "o homem que se mostra mais um amante expansivo do que um marido junto à sua mulher, é adúltero."[29]

Como Flandrin observa muito justamente, parece que a potência sexual não constituía problema.[30] Se o homem era impotente, sua frieza só podia ser atribuída à sua má vontade, ao efeito de um malefício, ou a um castigo dos céus por se ter casado no intuito de saciar uma paixão carnal. Esta última explicação é particularmente edificante, pois diz aos pobres ignorantes da época: se têm desejos... não terão prazer. Em compensação, se não têm desejos, serão

recompensados pela boa e pura amizade que têm pelo cônjuge.

Notas de rodapé:

[27] *Cf. Montaillou, village occitan, Paris, Gallimard, 1977, p. 205, 235, 239, 244.*

[28] *Benedicti, La somme des péchés, livro II, cap. V, citado por J.-L. Flandrin in Les amours paysannes, p. 81, 1977 (col. Archives).*

[29] *li. Ibid., p. 83.*

[30] *li. lbii., p. 84-85.*

Fim das notas de rodapé.

46

Não obstante, as condições do casamento não implicavam a satisfação da amizade e ainda menos do desejo. Havia tantos imperativos a respeitar para se fazer um bom casamento, que amizade e ternura não intervinham, por assim dizer, na escolha do cônjuge. Quase sempre ausente no dia do contrato, não se podia esperar a aparição do amor senão ao sabor do acaso e em conseqüência dos hábitos conjugais.

Entre as regras que condicionam o bom casamento figura, em primeiro lugar, a da homogamia, que determina a escolha de alguém do mesmo nível social. O dote não tem menos valor do que esse imperativo.

Impossível para uma moça casar-se sem o precioso pecúlio. Nada mais eloqüente a esse respeito que o texto célebre, Les caquets de Vaccouchée, que relata a conversa de três comadres no reinado de Luís XIII: uma dama de posição, mulher de um financista, sua criada de quarto e outra empregada. Ouçamo-las, queixam-se todas da inflação do montante de seus respectivos dotes. A senhora: "Julguei que nós (as altas finanças) pagaríamos por esses casamentos (com jovens nobres) uns 50.000 ou 60.000 escudos. Mas agora, que um dos nossos confrades casou sua filha com um conde com um dote de 500.000 libras... toda a nobreza quer a mesma quantia... E isso nos abala muito, vejo que para casar uma filha, doravante, será preciso que meu marido continue no posto dois ou três anos além do que pretendia."

Sua criada de quarto responde-lhe com humor: "Meu pai, procurador, que tem recursos bastante satisfatórios, casou as primeiras filhas com 2.000 escudos, e encontrou bons pretendentes. Agora, mesmo que oferecesse 12.000 libras em dinheiro,

47

não conseguiria encontrar um partido para mim... Foi isso que levou minha mãe a me preparar para servir como criada, e ter a superintendência do penico de mijar...". Intervém então a outra empregada, que é sem dúvida entre as três a mais digna de pena: "Antigamente, depois de servir oito ou nove anos, e ter economizado 100 escudos em dinheiro, encontrávamos um bom sargento para casar, ou um comerciante merceeiro. Hoje, com esse dinheiro, não conseguimos

senão um cocheiro ou moço de estrebaria, que nos faz três ou quatro filhos em seguida, e depois, não podendo sustentá-los, somos obrigadas a trabalhar como criadas novamente."

Sem dote, não restava mesmo à mais doce e bela moça outra alternativa senão permanecer sob o teto paterno, ser criada em casa alheia ou mofar num convento.

A esses imperativos acrescentavam-se outros costumes que não facilitavam a escolha do cônjuge. Entre eles, os direitos e deveres do primogênito,[31] herdeiro de toda a fortuna paterna. Para não ter de amputar os bens familiares, o pai desejava casar seu primogênito com uma moça que trouxesse um dote suficiente para lhe permitir dotar por sua vez as próprias filhas. Era proibido ao mais velho, portanto, desposar uma pobretona» Quanto aos filhos mais novos, que não herdavam, só lhes restava caçar uma herdeira. Se por acaso a sorte lhes sorria, mostravam-se indiferentes quanto ao resto: beleza, inteligência ou encanto da parceira.

Mas podemos dizer, de modo mais geral, que a atração física não só não constituía um motivo de casamento, como era quase temida. Estudando os provérbios e canções populares da época, Flandrin enumera os diferentes argumentos contra a beleza da parceira. Em primeiro lugar, não é duradoura ("Da bela rosa ficam apenas os espinhos"), em segundo, de nada serve ("Beleza não põe mesa"), finalmente, só provoca inimizades ("Quem tem mulher bonita vive numa guerra").

Nota de rodapé:

[31] Flandrin. Les amours paysannes, p. 63 a 69. Esse costume era ainda muito comum no Béarn, no século XIX.

Fim da nota de rodapé.

48

Moral: para fazer um bom casamento, era preciso encontrar uma noiva que tivesse uma idade adequada à do pretendente, um bom dote segundo seu nível social, e que fosse virtuosa. Quanto mais se descia na escala social, mais a aptidão para o trabalho se tornava necessária. Se todos esses critérios estivesse satisfeitos, passava-se imediatamente da assinatura do contrato ao casamento. Não havia necessidade de noivados prolongados.[32] Casado(a) com um(a) desconhecido (a) a quem jamais se dirigira a palavra até algumas horas antes, imagina-se facilmente que amizade se podia ter por essa pessoa. Unidos assim durante séculos, nossos ancestrais certamente ignoravam muitas vezes tudo sobre o amor no dia de seu casamento.[33]

Romeu e Julieta estão necessariamente destinados a morrer, pois não se podiam perdoar os germes da desordem. Certamente nada proibia que o amor nascesse entre esposos, com o passar dos meses e anos. Mas nada também predispunha a isso. A prova: a atitude muito difundida de ausência de sofrimento quando da morte do cônjuge. Isso é mais evidente entre os camponeses e a gente humilde do que entre as pessoas das classes superiores, mais sensíveis às

conveniências sociais e à moda.

E. Shorter[34] lembrou muito bem a indiferença dos meios pobres a essa situação, e cita numerosos testemunhos, mostrando que o mesmo camponês disposto a cobrir de ouro o veterinário que lhe salvasse a vaca, hesitava, por vezes até o último momento, em pagar o preço da visita do médico para atender sua esposa agonizante no leito. Em fins do século XIX, Zola não descreve outra coisa em seu romance A terra. Numerosos ditados e provérbios ilustram esse reduzido apego à vida humana e, em particular, à vida do cônjuge:

Notas de rodapé:

[32] O noivado podia durar alguns dias, por vezes algumas horas.

[33] Flandrin pensa que os trabalhadores menos sujeitos aos imperativos do dote tinham maior oportunidade de fazer um casamento por amor. Não tendo quaisquer bens, não esperavam mais nada da futura mulher.

34 Naissance de Ia famille moderne, Paris, Le Seuil, 1977.

Fim das notas de rodapé.

49

"Morte da mulher e vida do cavalo, fazem rico o homem", ou então: "Luto da morta dura até a porta", ou ainda: "O homem tem dois belos dias na vida: quando se casa e quando enterra a mulher". Pela razão simples de que, com uma nova esposa, recebia-se um novo dote. As mulheres, por sua vez, não ficavam mais abaladas com a morte do cônjuge. Com o corpo ainda quente em casa, o viúvo ou viúva já pensavam em novo casamento. Flandrin[35] registrou essa rapidez dos novos casamentos em toda a França, nos séculos XVII e XVIII. As estatísticas que apresenta provam a secura afetiva que reinava então nas relações conjugais. Naquela época, contavam-se, segundo as regiões, entre 45,3% e 90% de novos casamentos de viúvos antes de decorrido um ano de viuvez. Se comparamos esses percentuais com o relativo a 1950, ou seja, 15% de novos casamentos nas mesmas condições, temos a medida da transformação radical das mentalidades e das atitudes para com a vida conjugal.

Tudo isso, não significa, porém, que ninguém sofresse com a morte do cônjuge, mas sim que a separação provocada pela morte não transtornava os espíritos como hoje. Em parte, sem dúvida, porque a fé religiosa era maior e a morte estava mais próxima da vida, mas em grande parte também porque o cônjuge não fora escolhido com o coração...

Será preciso esperar o século XIX para que se modifique essa atitude para com a morte do cônjuge. Tornar-se-á então decente chorar, as lágrimas simbolizando o amor pelo morto. Nesse intervalo de tempo, ter-se-á passado do casamento de conveniência para o casamento de amor.

De tudo isso, atentemos para a ausência do amor como valor familiar e social no

período de nossa história que antecede a metade do século XVIII. Não se trata, porém, de negar a existência do amor antes de determinada época, o que seria absurdo. Mas é preciso admitir que esse sentimento não tinha a posição nem a importância que hoje lhe são conferidas.

Nota de rodapé:

35Familles..., p. 115.

Fim da nota de rodapé.

50

Possuía mesmo uma dupla conotação negativa. De um lado, nossos antepassados tinham uma aguda consciência da contingência do amor e se recusavam a construir qualquer coisa sobre uma base tão frágil. Por outro lado, associavam o amor mais à idéia de passividade (perda da razão), de enfraquecimento e efemeri-dade do que à idéia, mais atual, de compreensão do outro. Para nós, não há amor senão no poder de identificação com outro, que nos permite sofrer ou ser feliz com ele.[36] Temos, portanto, uma concepção mais ativa do amor, que deixa de lado o aspecto debilitante e contingente revelado no passado. No fundo de nós mesmos, permanecemos convencidos de que quando se ama, é para toda a vida. Ao contrário, na época de que nos ocupamos, a imagem negativa do amor impede que ele constitua prioritariamente o laço que une os membros da família. O interesse e a sacrossanta autoridade do pai e do marido relegam a segundo plano o sentimento que hoje apreciamos. Em lugar da ternura, é o medo que domina no âmago de todas as relações familiares. À menor desobediência filial, o pai, ou aquele que o substitui, recorre ao açoite. Luís XIII,[37] como sabemos, não foi menos espancado do que o filho do severo camponês Pierre Rétif.[38] Durante muito tempo, a esposa faltosa foi passível da mesma sanção. É certo que tal costume foi progressivamente banido nas classes superiores, chegando a parecer cada vez mais bárbaro no século XVII. Mas por muito tempo ainda a prática foi comum nas classes populares e mesmo entre os burgueses, a acreditarmos em certas gravuras do início do século XVII. Até o século XIX, e por diferentes motivos, a clássica surra era corrente no campo, mesmo que, em teoria, a condição da esposa fosse superior à do filho e do servidor.

Notas de rodapé:

[36] Sentimento próximo da simpatia grega.

[37] Cf. Le journal d'Héroard, preceptor de Luís XIII. Ele observa que o Delfim tinha pesadelos à noite quando sabia que seria espancado no dia seguinte.

[38] Cf. Rétif de La Bretonne, La vie de mon père, cap. 7 e 8.

Fim das notas de rodapé.

51

É em tal clima que temos de situar a antiga atitude materna. Violência e severidade eram

o quinhão da esposa e do filho. A mãe não escapava a esses costumes.

Antes, porém, de observar as atitudes maternas, e para melhor compreendê-las, é preciso lembrar a condição da criança e a imagem que dela fazia a sociedade como um todo.

52

2 - A CONDIÇÃO DA CRIANÇA ANTES DE 1760

Por que 1760? Pode surpreender a indicação de uma data tão precisa para a modificação das mentalidades. Como se de um ano para outro tudo se tivesse modificado. Não foi esse o caso, e Philippe Aries mostrou que foi necessária uma longa evolução para que o sentimento da infância realmente se arraigasse nas mentalidades. Estudando muito cuidadosamente a iconografia relacionada com o assunto, a pedagogia e os jogos infantis, Aries concluiu que, a partir do início do século XVII, os adultos modificam sua concepção da infância e lhe concedem uma atenção nova, que não lhe manifestavam antes. Essa atenção dada à criança, porém, não significa ainda que se lhe reconheça um lugar tão privilegiado na família que faça dela o seu centro.

Aries teve o cuidado de observar que a família do século XVII, embora diferente da medieval, ainda não é o que ele chama de família moderna,[1] caracterizada pela ternura e a intimidade que ligam os pais aos filhos.

Nota de rodapé:

[1] P. Aries, U enfant et la vie familiale sous VAncien Regime, Paris, Le Seuil, 1973, p. 457. (Ed. brasileira: História social da criança e da família, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.)

Fim da nota de rodapé.

53

No século XVII, a sociedade monarquista ainda não reconheceu o reinado do Menino-Rei, centro do universo familiar. Ora, é esse reinado da criança que começa a ser ruidosamente celebrado nas classes ascendentes do século XVIII, por volta dos anos 1760-1770.

Data dessa época o aparecimento de uma floração de obras que inncitam os pais a novos sentimentos e particularmente a mãe ao amor materno. É certo que o médico parteiro Philippe Hecquet, desde 1708, Crousaz, em 1722, e outros, já havia feito a lista dos deveres da

boa mãe. Mas não foram ouvidos pelos contemporâneos. Foi Rousseau, com a publicação de Émile, em 1762, que cristalizou as novas idéias e deu um verdadeiro impulso inicial à família moderna, isto é, a família fundada no amor materno. Veremos que depois do Émile, durante dois séculos, todos os pensadores que se ocupam da infância retornam ao pensamento rousseauniano para levar cada vez mais longe as suas implicações.

Antes daquela data, a ideologia familiar do século XVI, em descenço nas classes dominantes, ainda sobrevivia nos demais estratos sociais. A acreditar não só na literatura, na filosofia e na teologia da época, mas também nas práticas educativas e nas estatísticas de que hoje dispomos, constatamos que, na realidade, a criança tem pouca importância na família, constituindo muitas vezes para ela um verdadeiro transtorno. Na melhor das hipóteses, ela tem uma posição insignificante. Na pior, amedronta.

A CRIANÇA AMEDRONTA

Comecemos pelo pior, já que as imagens negativas da infância antecedem as outras. Ainda em pleno século XVII, a filosofia e a teologia manifestam verdadeiro medo da infância. Velhas reminiscências, mas também novas teorias corroboram essa representação terrível.

54

Durante longos séculos, a teologia cristã, na pessoa de Santo Agostinho, elaborou uma imagem dramática da infância. Logo que nasce, a criança é símbolo da força do mal, um ser imperfeito esmagado pelo peso do pecado original. Em A cidade de Deus,[1] Santo Agostinho explicita longamente o que entende por "pecado da infância". Descreve o filho do homem, ignorante, apaixonado e caprichoso: "Se deixássemos fazer o que lhe agrada, não há crime em que não se precipitaria." G. Snyders[3] observa com razão que, para Santo Agostinho, a infância é o mais forte testemunho de uma condenação lançada contra a totalidade dos homens, pois ela evidencia como a natureza humana corrompida se precipita para o mal.

A dureza desse raciocínio choca-nos hoje talvez mais do que as palavras de Freud chocavam nossos avós. Admitimos perfeitamente que a criança não seja inocente sexualmente, mas rejeitamos a idéia de uma culpabilidade moral. Como compreender as terríveis afirmações feitas por Santo Agostinho nas suas Confissões:.. "Fui concebido na iniqüidade... é no pecado que minha mãe me gerou... onde portanto, Senhor, onde e quando fui inocente?", se não em referência à teoria do pecado original, ainda influente no século XVII?

Não nos surpreende menos ver a criança acusada dos maiores pecados e condenada segundo as normas dos adultos. Para Santo Agostinho, o pecado de uma criança em nada difere

do pecado de seu pai. Nenhuma diferença de natureza, apenas de grau, entre os dois: a consciência, a vontade má ou a premeditação em nada modificam a situação: "Não é um pecado desejar o seio chorando? Pois se eu desejasse agora, com o mesmo ardor, um alimento conveniente à minha idade, seria alvo de zombaria... trata-se portanto de uma avidez má, visto que, ao crescer, nós a debelamos e rejeitamos."[5]

N*otas de rodapé:*

[2] *Livro XII, cap. 22.*

[3] *G. Snyders, La pédagogie en France aux XVII" et XVIII.. siècles, tese, Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Paris, PUF.*

4 Conféssions, I, cap. 7.

[5]*Id. Ibid.*

Fim das notas de rodapé.

55

Essa homogeneidade afirmada sem nenhuma nuança entre duas etapas da vida confirma a tese de Aries de que não se tinha nenhum sentimento da especificidade da infância até uma data relativamente recente de nossa história. Santo Agostinho, porém, vai mais longe ainda, opondo a imperfeição infantil à perfeição a que todo adulto deve tender. A infância não somente não tem nenhum valor, nem especificidade, como é o indício de nossa corrupção, o que nos condena e do que devemos nos livrar. A Redenção passa, portanto, pela luta contra a infância, ou seja, a anulação de um estado negativo e corrompido.

Mas as palavras do Cristo nos deram uma outra imagem da infância. Não proclamou ele a sua inocência ao aconselhar aos adultos que se assemelhassem às crianças? Não lhes deu um lugar de honra ao seu lado, ao dizer: "Deixai vir a mim as criancinhas"?

Santo Agostinho traduzia as palavras de Jesus, e respondia assim: "Não, Senhor, não há inocência infantil." O valor da infância é totalmente negativo e consiste apenas em uma ausência da verdadeira vontade. A vontade da criança é demasiado fraca para ser realmente má e opor-se conscientemente à vontade de Deus. "É portanto uma imagem da humildade que haveis louvado na pequenez da criança, quando dissestes: “Aos que lhes são semelhantes pertence o reino dos céus'."[6] A conseqüência de tal teoria será, certamente, uma educação totalmente repressiva e contrária aos desejos da criança.

A natureza é tão corrompida na criança que o trabalho de recuperação será penoso. Santo Agostinho justifica de antemão todas as ameaças, as varas e palmatórias. Nunca a palavra "educação"[7] foi mais justamente utilizada. Como retificamos a árvore nova com uma estaca que opõe sua força reta à força contrária da planta, a correção e a bondade humana são apenas o

resultado de uma oposição de forças, isto é, de uma violência.

Notas de rodapé:

[6]*Id. Ibid.*

[7] *Vem do latim educare, que significa: endireitar o que é torto ou malformado.*

Fim das notas de rodapé.

56

O pensamento agostiniano reinou por muito tempo na história da pedagogia. Constantemente retomado até o fim do século XVII, manteve, não importa o que se diga, uma atmosfera de dureza na família e nas novas escolas.

Os pedagogos, quase sempre mestres em teologia, recomendam aos pais a frieza em relação aos filhos, lembrando-lhes incessantemente sua malignidade natural, que seria um pecado alimentar. Um deles, o célebre pregador espanhol J. L. Vives,[8] cuja obra A instituição da mulher cristã foi traduzida do latim para o francês e várias vezes reeditada em França a partir de 1542, denuncia com severidade a ternura e a educação tolerante que as mulheres tinham tendência a dar aos filhos: "As delícias são o que mais debilita o corpo; por isso, as mães perdem os filhos, quando os amamentam voluptuosamente. Amai como deveis, de modo que o amor não impeça aos adolescentes afastarem-se de vícios, e incitai-os ao temor por meio de leves admoestações, castigos e prantos, a fim de que o corpo e o entendimento se tornem melhores, pela severidade da sobriedade e da alimentação. Mães, compreendei que a maior parte da malícia dos homens vos deve ser imputada.[9] Pois vós rides de seus erros com vossas loucuras; vós lhes incutis opiniões perversas e perigosas... e os lançais a atos diabólicos com vossas lágrimas e compaixões culpáveis; pois vós amais antes os homens ricos ou mundanos, do que os bons... temeis que as crianças tenham frio ou calor para ensinar-lhes as virtudes, e, tratando-as com delícias, vós as tornais viciosas; depois, verteis cálidas lágrimas e lamentais o que fizestes. É notória a fábula do adolescente que ia ser enforcado, que implorou a presença da mãe e lhe arrancou a orelha, por não o ter castigado bem na infância.

Notas de rodapé:

[8] *1492-1540.*

9 Grifo nosso. Argumento que encontraremos, em diferentes formas, até hoje.

Fim das notas de rodapé.

57

Que se poderá dizer do furor e da loucura das mães que amam os filhos viciosos, bêbedos e negligentes mais do que os virtuosos, os modestos, sóbrios e pacíficos?... Entre os filhos, o mais querido da mãe é comumente o pior."

Muitas idéias merecem nossa atenção neste longo texto de Vives. Trata-se, em primeiro lugar, de um combate a uma atitude materna que devia ser comum na época de sua redação: os

mimos e a tolerância das mães. Portanto, este trecho protesta contra uma ternura realmente existente, e que numerosas mães parecem desconhecer um século depois.

Carícias e ternuras são traduzidas por Vives em termos de frouxidão e pecado. A ternura é moralmente culpável por duas razões: estraga a criança e a torna viciosa, ou melhor, acentua seu vício natural, em lugar de debelá-lo. Por outro lado, é a manifestação de uma fraqueza condenável da mãe que, por egoísmo, prefere seu prazer pessoal ao bem do filho. É ainda ao prazer da mãe e do filho que alude o importante trecho sobre a amamentação: "as mães perdem os filhos quando os amamentam voluptuosamente."" À primeira vista, seríamos tentados a crer que Vives se declara contra a amamentação materna. Mas nada seria mais falso, pois sabe-se que Vives, como Erasmo ou Scévole de Sainte-Marthe, militavam vigorosamente em prol do aleitamento materno, já em desuso na alta aristocracia.

O texto volta-se não contra a amamentação em si, mas contra seu aspecto voluptuoso. A amamentação poderia ser um prazer ilícito que a mãe se proporciona e que causaria a perda moral da criança. O leitor do século XX não pode deixar de ser sensível à observação de Vives. É verdade que a amamentação pode ser um prazer físico para a mãe. Em termos freudianos, falaríamos mesmo de um verdadeiro prazer sexual. É verdade também que esse prazer é partilhado pelo bebê que mama. A psicanálise atribui, aliás, a esses momentos privilegiados um papel fundamental no desenvolvimento ulterior da

58

criança. Ora, o teólogo, ao contrário do psicanalista, vê nessa relação amorosa e física entre a mãe e o filho a fonte de uma má educação. Amamentando assim, a mãe "perde" moralmente o filho. Três séculos mais tarde, a psicanálise parece responder a esse teólogo rigorista, dizendo exatamente o inverso: dessa primeira relação bem-sucedida (a amamentação) depende o bom equilíbrio psíquico e moral da criança. Nesse meio tempo, o conceito de felicidade (de bom) substituiu o de bem.

Cem anos depois, e até o fim do século XVII, o pensamento de Santo Agostinho e as proposições de Vives são ainda desfechados em escritos e do alto de numerosas cátedras. Um exemplo é este trecho de um sermão de V. Houdry:[10] "Mas como a maioria dos cristãos ama os filhos? Têm por eles apenas um amor cego, perdem-nos com criminosas tolerâncias... e mesmo recobrindo esse amor com o pretexto da inocência e da gentileza, perdoam-lhes os defeitos, dissimulam-lhes os vícios e não os educam enfim senão para o mundo, e não para Deus."

É um texto dirigido às classes aristocráticas e cultas, às quais os pedagogos censuram em coro uma excessiva tolerância com sua prole (expressão de seu narcisismo?), ao mesmo tempo que uma falta de cuidado e de atenção educativa. A sua atitude não reflete o amor-amizade de que

já falamos. Em nome dos postulados agostinianos, a boa amizade pelo filho não pode ser tolerante. Deve ser uma atitude rigorosa que jamais perde de vista que a finalidade da educação é salvar a alma do Pecado. Semelhante à ideologia platônica, a pedagogia do século XVII pretende atribuir um papel importante ao castigo redentor: para salvar uma alma, não hesitemos em castigar o corpo.

Ora, a recuperação do ser maligno que é a criança não é fácil. É uma tarefa fastidiosa e incessante, que cansa muitos pais. Não será mais agradável agir como se a prole fosse perfeita? Reduzindo assim o trabalho educativo, pode-se tratar, de coração leve, de outras coisas mais divertidas.

Nota de rodapé:

[10] Sermon 24: "Do cuidado dos filhos."

Fim da notra de rodapé.

59

É mais esse estado de espírito leviano e preguiço do que o excesso de amor e de cuidados dos pais pelos filhos que a teologia do século XVII combate. Sua tolerância só é criminosa porque deixa assim a alma infantil entregue ao seu pecado original, e porque resulta do formidável egoísmo dos pais, de que voltaremos a falar.

No final do século XVII, C. Joly, em seu Sertnon pour le pères diz claramente aos pais a verdade que muitos não querem ouvir: "Sabeis... o que custa a pais e mães educar filhos desobedientes, recuperar filhos mal-nascidos, manter filhos sem gênio e sem talento, para conquistar filhos ingratos e sem caráter, para reconduzir aos seus deveres filhos extraviados e entregues às paixões, filhos desregrados e libertinos, pródigos e dissipadores. Não é disso que estão cheias as famílias, e que haverá de mais comum?" Texto bastante cruel, com forte cheiro de agostinismo e que aparecerá como um leittnotiv do século XVII até o início do XVIII. Fazem-lhe eco Bossuet: "A infância é a vida de um animal",[11] e o doce São Francisco de Sales, que afirma: "Não só em nosso nascimento, mas ainda durante nossa infância, somos como animais privados de razão, de palavras e de discernimento."[12]

Essa imagem dramática da infância inspirou dois grandes movimentos pedagógicos do século XVII: o Oratório e Port-Royal. Apesar da educação nova que ali se queria ministrar, sua concepção da infância pouco se modificara. Não foi Bé-rulle,[13] chefe do Oratório, que escreveu: "O estado infantil é o estado mais vil e mais abjeto da natureza humana depois da morte"? E de onde vem essa desconfiança acerca da infância na educação jansenista, senão da mesma fonte?..

No regulamento de Port-Royal, Jacqueline Pascal, em perfeita consonância com o pensamento do irmão, recomenda que se isole a criança pequena e que se desconfie de sua espontaneidade.

Notas de rodapé:

[11] Bossuet, Méditation sur Ia brièveté de la vie.

[12] Sermon pour le jour de Ia Nativité de Notre Dame, citado por G. Snyders, p. 195.

[13] Opuscules de piété, n. 69.

Fim das notas de rodapé.

60

Para combater os maus instintos das meninas do Mosteiro, não chega ela a exigir que todos os atos do dia sejam acompanhados de uma prece quase contínua, tão grande é o medo do pecado?[14] Assim as meninas, algumas das quais com menos de cinco anos, deviam dizer, ao se vestirem: "Lembremo-nos de nos despojarmos do homem velho e de nos revestirmos do novo... reconheço, meu Deus, que ajnecessidade que tenho destas roupas é uma prova da corrupção que herdei de meus primeiros pais..." Ademais, Jacqueline Pascal recomendava que se exortasse as crianças a conhecerem, elas mesmas, seus vícios e suas paixões, para que sondassem "até à raiz os seus defeitos".

Foi essa a concepção dominante da infância na pedagogia e na teologia do século XVII. Poder-se-ia objetar que tais teorias apenas prolongavam idéias antigas, e que, longe de trazerem uma nova mentalidade, testemunhavam um sistema de valores agonizante.

Não se pode dizer o mesmo da nova filosofia, a de Descartes, que pôs fim à hegemonia da todo-poderosa escola aristo-télica. E se Bérulle é o continuador de Santo Agostinho, Descartes foi sem dúvida aquele que baniu o pensamento escolastico.

Ora, a filosofia cartesiana, tão inovadora em todos os domínios, retoma num outro registro a crítica da infância. Descartes não diz que a infância é a ocasião do pecado. Diz, o que talvez seja igualmente trágico vindo de sua pena, que ela é a ocasião do erro.

Segundo Descartes, a infância é antes de mais nada fraqueza do espírito, período da vida em que a faculdade de conhecer, o entendimento, está sob a total dependência do corpo. A criança não tem outros pensamentos senão as impressões suscitadas pelo corpo. O feto já pensa, mas esse pensamento não passa de um magma de idéias confusas. Desprovida de discernimento e de crítica, a alma infantil se deixa guiar pelas sensações de prazer e de dor:

Nota de rodapé:

[14] Cf. Entrer dans Ia vie, p, 29, 1978 (col. Archives).

Fim da nota de rodapé.

61

está condenada ao erro perpétuo.[15]

É preciso, portanto, livrar-se da infância como de um mal. O fato de todo homem ter sido antes necessariamente criança é que constitui a causa de seus erros. A criança não só é

desprovida de discernimento, não só é dirigida pelas sensações, como, além disso, é banhada pela atmosfera fétida das falsas opiniões. Ela mama, diz Descartes, o preconceito junto com o leite de sua ama. Vejam essas amas ignorantes que ensinam um sem-número de idéias falsas às crianças que estão sob sua guarda! Nunca viram uma ama dizer à criança que se machucou ao cair sobre uma pedra que bata nela, como se a pedra fosse uma pessoa dotada de vontade?

A desgraça é que as opiniões adquiridas na infância são as que marcam mais profundamente o homem. É preciso nada menos do que toda uma vida para eliminar esses maus hábitos. Mesmo assim, poucos o conseguem. Em sua maioria, os homens estão condenados, pela falta de caráter e de inteligência, a permanecer presos à sua infância. Que ascese não foi necessária ao próprio Descartes, quantas angústias não teve de enfrentar para livrar-se de seus maus hábitos e de sua infância! A maioria dos homens, porém, está sujeita à fraqueza de sua vontade. Ora, a cada momento de desatenção, o homem está ameaçado de recair na ilusão e na confiança espontânea concedida às aparências sensíveis. É por isso que Descartes deplora claramente que todo homem tenha de passar primeiro por essa etapa infantil: "porque fomos todos crianças antes de sermos homens... É quase impossível que nossos julgamentos sejam tão puros e sólidos quanto o teriam sido se tivéssemos tido o pleno uso de nossa razão desde o momento do nascimento..."1[6]

Notas de rodapé:

[15] *Príncipes de philosophie, n. 71: "A principal causa de nossos erros e geralmente da dificuldade de aprender as ciências e de nos representarmos claramente as idéias são os preconceitos da infância."*

[16] *Discours de la méthode, 2.ª parte.*

Fim das notas de rodapé.

62

Ainda aqui, a infância é aquilo de que nos devemos livrar para sermos um homem digno desse nome. Sabemos como Freud inverteu a proposição, proclamando que a criança é o pai do homem. O próprio Descartes talvez lhe tivesse dado razão, mas para lamentá-lo. Essa condição própria da alma vulgar não podia, nem devia, ser a do filósofo.

Podemos mesmo perguntar se a infância, para Descartes, não é a causa essencial da distância que nos separa do modelo divino. Já que ela constitui um obstáculo tão considerável ao nosso acesso à verdade, podemos, por um instante, imaginar que no sistema cartesiano, se o homem chegasse a expurgar totalmente a criança que nele dorme, seria quase semelhante a Deus. É certo que o homem não tem um entendimento infinito como Deus, mas seu entendimento finito poderia, sem a infância, ser tão verídico, no que se refere à matéria, quanto o entendimento de Deus. Naturalmente e sem esforço, o homem deixaria de julgar o que não conhece. A dúvida metódica, resultado de um esforço de vontade tão difícil para o homem ainda imerso na sua

infância, tornar-se-ia uma atitude espontânea e indolor. Vista desse ângulo, a infância é a antitranscendência divina, a punição do homem. Ela desempenha portanto um papel semelhante em Descartes e em Santo Agostinho, ao nos distanciar de Deus e de sua perfeição. Erro ou pecado, a infância é um mal.

A CRIANÇA-ESTORVO

A imagem trágica da infância, como a concebiam teólogos, pedagogos e filósofos, não era provavelmente a mais fixada pelo povo em geral. Embora não devamos negligenciar a influência dos ideólogos e dos intelectuais nas classes dominantes e cultas, essa influência era claramente limitada nos outros meios sociais.

Considerando-se os comportamentos reais de uns e de outros, temos a impressão de que a criança é considerada mais como um estorvo, ou mesmo como uma desgraça, do que como

63

o mal ou o pecado. Por motivos diferentes e até opostos, a criança, e particularmente o lactente, parece constituir um fardo insuportável para o pai, a quem toma a mulher e, indiretamente, para a mãe.

Os cuidados, a atenção e a fadiga que um bebê representa no lar nem sempre parecem agradar aos pais. E estes, em diversos meios sociais, não têm êxito, segundo a expressão de Shorter, "no teste do sacrifício"[17], o mais claro símbolo do que entendemos hoje por amor dos pais e, mais precisamente, por amor materno. Como muitos desses pais não podem — e também alguns, mais numerosos do que habitualmente se pensa, não querem — fazer o necessário sacrifício econômico ou o de seu egoísmo, não foram poucos os que pretenderam se desembaraçar desse fardo. Existia e ainda existe uma gama de soluções para esse problema, que vai do abandono físico ao abandono moral da criança. Do infanticídio à indiferença. Entre os dois extremos, possibilidades diversas e bastardas, cujos critérios de adoção são essencialmente econômicos.

É fora de dúvida que o infanticídio puro e simples é geralmente manifestação de um desespero humano considerável. O assassínio consciente de uma criança jamais é prova de indiferença. Como tampouco o abandono do recém-nascido nunca é feito de coração leve. Não é sem emoção, e provavelmente com culpa, que essas mães pregam pequenos bilhetes na roupa do bebê que abandonam. J.-P. Bardei[18] lembra alguns deles que mostram que as mães esperavam vir um dia buscar os filhos. Algumas anotam o nome e as particularidades do recém-nascido, outras justificam seu ato. A miséria e a doença em alguns casos, situações insustentáveis em outros,

muitas vezes mães solteiras.

Notas de rodapé:

[17] E. Shorter, Naissance de la famille moderne, Paris, Le Seuil, 1977, p. 210.

[18] J.-P. Bardet, "Enfants abandonnés et enfants assistes à Rouen", in Hommage à Mareei Reinhard (1973), p. 37.

Fim das notas de rodapé.

64

Por vezes, porém, um enxoval luxuoso acompanha o bebê, provando que o pecado e o abandono que o segue não é apanágio dos pobres... Mas ao lado desses gestos desesperados figuram outros gestos e outras opções que por vezes têm, mesmo que estes tenham sido involuntários, conseqüências igualmente trágicas. É difícil acreditar em sua perfeita inocência, mesmo admitindo plenamente a existência de circunstâncias atenuantes.

O primeiro sinal da rejeição do filho está na recusa materna a dar-lhe o seio. E isso sobretudo numa época em que esse gesto significava uma possibilidade muito maior de sobrevivência para a criança, como veremos em detalhe. Essa recusa podia ter motivos diferentes, mas culminava numa mesma necessidade: o recurso a uma ama mercenária, com a dupla possibilidade, segundo os recursos financeiros, de instalá-la na residência da família, ou de lhe mandar a criança.

O hábito de contratar amas-de-leite é muito antigo na França, já que a abertura da primeira agência de amas, em Paris, data do século XIII. Sabemos também que naquela época o fenômeno se limitava quase exclusivamente às famílias aristocráticas. Fenômeno interessante, de que voltaremos a falar. Sabemos, finalmente, que o hábito de contratar amas-de-leite para os filhos generalizou-se no século XVIII, quando chegou a ocorrer uma escassez de amas.

Entre essa primeira manifestação, no século XIII, e o século XVIII, não dispomos de informações..precisas em decorrência das deficiências administrativas da época. Nascimentos e mortes eram mais ou menos bem consignados nos registros paroquiais. Será preciso esperar a declaração real de 9 de abril de 1736, que obrigava os curas a firmar dois registros semelhantes e a entregar um deles, a cada ano, ao arquivo do bailiado, para termos fontes sérias sobre o problema que nos

65

ocupa.[19] Isso explica que os historiadores contemporâneos só tenham realizado trabalhos notáveis sobre as crianças confiadas a amas-de-leite, nas diferentes regiões da França, a partir da segunda metade do século XVIII.

Para avaliar esse fenômeno entre os séculos XIII e XVIII dispomos apenas de fontes oficiais muito insuficientes, e sobretudo de testemunhos pessoais tal como aparecem em livros de

memórias ou diários de chefes de família que relatam os acontecimentos familiares em maior ou menor detalhe.

Até o fim do século XVI, parece que a amamentação mercenária só é procurada pela aristocracia. É às mulheres nobres que um Vives ou um Erasmo se dirigem, censurando-as por não amamentarem os filhos. Mas essas mulheres ricas que trazem as amas para suas casas privam outras crianças, os filhos da ama, de sua mãe. Em conseqüência, cada vez que uma mãe se recusa a amamentar seu bebê, duas crianças são privadas do leite materno. Ao escrever os seus Ensaios, nos anos 1580-1590, Montaigne já reclama contra isso. Diz ele: "É fácil ver por experiência que essa afeição natural (amor dos pais), a que damos tanta autoridade, tem raízes bem frágeis. Em troca de um pequeno benefício, arrancamos todos os dias crianças dos braços das mães e a estas encarregamos de nossos próprios filhos; obrigamos essas mães a abandonar os filhos a alguma pobre ama a quem não desejamos entregar os nossos, ou a alguma cabra."[20]

Montaigne parece afirmar igualmente que a prática por ele denunciada é mais corrente e mais amplamente utilizada nas diferentes camadas sociais do que se pensa. Aliás, o próprio Montaigne, que não pertencia à alta aristocracia, quis que sua mulher recorresse a amas, de tal modo o irritava a presença de crianças pequenas sob seu teto. Quando foi obrigado a fazer uma exceção para sua última filha (Léonore), o fez, segundo suas palavras, sem grande entusiasmo.

Notas de rodapé:

[19] Lendo a correspondência do intendente Turgot em sua circunscrição do Limousin (1753-1774), tem-se a impressão de que a obrigação imposta aos curas nem sempre era seguida.

20Essais, livro II, cap. 8 (grifo nosso).

Fim das notas de rodapé.

66

Segundo o testemunho dos diários de chefes de família da grande burguesia parlamentar, constata-se que as mães do século XVI amamentavam elas mesmas os seus filhos. Os autores de Entrer dans la vie[21] mencionam um trecho muito revelador de um desses livros de família: Madeleine le Goux, casada em 1532, com Anatole Froissard, conselheiro do parlamento de Dole, teve cinco filhos e a todos amamentou. Estes começaram, quando se tornaram pais, a utilizar em proporções maiores ou menores os serviços de amas-de-leite. Já os netos de Madeleine Froissard, casados no princípio do século XVII, enviaram sistematicamente os filhos para a casa de amas desde o nascimento. Assim, em menos de trinta anos, observam os relatores desse testemunho, do fim do século XVI ao início do século XVII, a moda de enviar o filho para a casa de uma ama conquistou essa família de uma maneira irreversível.

Segundo numerosos testemunhos, foi no século XVII que o uso de deixar a criança na casa da ama-de-leite se generalizou entre a burguesia.[22] Foi a vez das mulheres dessa classe

pensarem que tinham coisas melhores a fazer, e o disseram. Um estudo de Jean Ganiage[23] sobre os lactentes parisienses confiados a amas-de-leite em Beauvaisis confirma esse fato.

Mas é no século XVIII que o envio das crianças para a casa de amas se estende por todas as camadas da sociedade urbana. Dos mais pobres aos mais ricos, nas pequenas ou grandes cidades, a entrega dos filhos aos exclusivos cuidados de uma ama é um fenômeno generalizado.

Notas de rodapé:

[21] Extrato do diário da família Froissard. Entrer dans Ia vie, p. 155.

22Entrer dans la vie, p. 156-158.

[23] "Nourrissons parisiens en Beauvaisis", in Hommage à Mareei Reinhard, p. 271-273: "Os primeiros falecimentos de lactentes confiados a amas, que podemos identificar, remontam a cerca de 1660, mas, 15 ou 20 anos antes, o aparecimento de sobrenomes incomuns nos registros de sepultamento trai a presença de crianças estranhas na Paróquia."

Fim das notas de rodapé.

67

Como sempre, Paris dá o exemplo, mandando seus bebês para fora de seus muros, por vezes a distâncias de até 50 léguas, para a Normandia, a Borgonha, ou o Beauvaisis. Foi Lenoir, tenente-geral de polícia, que prestou as preciosas informações à rainha da Hungria.[24] Em 1780, na capital, em cada grupo de 21 mil crianças que nascem anualmente (numa população de oitocentos a novecentos mil habitantes), menos de mil são amamentadas pelas mães, mil são amamentadas por uma ama a domicílio. Todas as outras, ou seja, 19 mil, são enviadas para a casa de amas. Dessas 19 mil confiadas a amas fora do teto materno, duas ou três mil, cujos pais dispunham de rendimentos cômodos, deviam ser colocadas nas proximidades de Paris.[25] As outras, menos afortunadas, eram relegadas para longe.

Em Lyon, constata-se o mesmo fenômeno. O chefe de polícia, e não menos humanista, Prost de Royer, observa que "a população de 180 mil, talvez 200 mil, dá todos os anos a Lyon cerca de seis mil nascimentos... Dessas seis mil crianças, há no máximo mil a quem os pais podem dar boas amas-de-leite. As outras são entregues... a amas fracas e miseráveis." Segundo Prost, não se pode nem mesmo contar o número de crianças amamentadas diretamente pelas mães.

O fenômeno, porém, não atinge apenas as grandes cidades. O estudo de Alain Bideau[26] sobre a cidadezinha de Thoissey-en-Dombes, entre Mâcon e Lyon, prova que "seus habitantes se comportavam como os lioneses, os parisienses e os meula-neses[27] e mandavam seus filhos para o campo".

Notas de rodapé:

[24] Détails sur quelques établissements de la ville de Paris demandes par sa Majesté Impériale, la Reine de Hongrie, à L. Lenoir, lieutenant general de Police, Paris, 1780.

[25] Cf. artigo de Galliano sobre a "Mortalité infantile dans Ia banlieue sud de Paris" (1966).

[26] *Venvoi des jeunes enfants en nourrice. Exemplo de uma cidade pequena: Thoissey-en-Dombes (1740-1840).*

[27] *Cf. M. Lachiver, La population de Meulan du XVIe ao XVT77e siècle, Étude de démographie historique, Sevpen, 1969, p. 123-132.*

Fim das notas de rodapé.

68

Graças à existência de melhores registros paroquiais, os historiadores pacientes puderam detectar a distribuição sócio-profissional dos pais das crianças mortas em casa de amas. O que nos interessa, no momento, é antes a origem social dos pais naturais que a proporção de crianças mortas, que estudaremos mais adiante.

Em Thoissey, a classificação feita porBideau é a seguinte:

Profissão	Número	Porcentagem
Desconhecida	9	4,4
Comerciantes	83	40,9
Artesãos	53	21,1
Operários	9	4,4
Burgueses	14	6,9
Profissões liberais	17	8,4
Funcionários da justiça	15	7,4
Jornaleiros	2	1,0
Camponeses	1	0,5
Diversos		
TOTAL	203	100,0

Como em Meulan, segundo os estudos de Lavicher, são essencialmente os bons burgueses que mandam seus filhos para a casa das amas. A. Bideau pensa que isso se verifica mais nas pequenas cidades, onde os mais pobres conservam os filhos, do que nas grandes.

Essa hipótese parece exata quando consideramos a distribuição sócio-profissional dos pais cujos filhos morreram em casas de amas em Lyon.[28]

Nota de rodapé:

[28] *M. Garden, Lyon et les Lyonnais au XVIIIe siècle, Flammarion, 1975, p. 60.*

Fim da nota de rodapé.

69

Categorias sócio-profissionais	%
Operários da seda e artesãos	34,5
Têxteis diversos (ou anexos: tintureiros)	5,2
Negociantes e lojistas	10,7

Burgueses, nobres e profissões liberais	5,7
Comércio da alimentação	7,5
Comércio de vinho (estalajadeiros, hoteleiros)	2,8
Sapateiros e alfaiates	6,7
Ofícios da construção	6,1
Chapeleiros	1,6
Jornaleiros, trabalhadores braçais e domésticos	2,4
Carroceiros e transportadores	1,1
Artesãos diversos	15,7
TOTAL	100,0

Esses números mostram que em Lyon são os mais necessitados, e não os menos pobres, que mandam os filhos para fora, e que se trata mais de uma prática popular do que um hábito dos abastados.

Em seü estudo sobre as crianças parisienses entregues a amas em Beauvaisis, J. Ganiage constata que a margem direita da capital fornecia mais da metade dos efetivos dos lactentes entregues às amas: são principalmente os bairros de comerciantes e artesãos; na margem esquerda, é principalmente a paróquia de Saint-Sulpice a mais representada, com os filhos dos intendentes, cozinheiros ou lacaios das residências particulares.[29]

Em geral, conclui Ganiage, o leque social das crianças entregues a amas abria-se muito, indo da burguesia às classes populares, do conselheiro da corte aos operários. Apenas a nobreza e a alta burguesia quase não estavam representadas, pois essas famílias preferiam o sistema de contratar amas de leite a domicílio.

Nota de rodapé:

[29] *Op. cit., p. 281, p. 283.*

Fim da nota de rodapé.

70

Mas a origem social das crianças entregues a amas pode mudar sensivelmente de uma região para outra. É certo que os pais mais ricos das grandes cidades que mandam as crianças para as casas das amas escolhem as aldeias e as regiões mais próximas de seu domicílio, para melhor vigiar a criança, ou para lhe evitar uma longa viagem, logo após o nascimento. Essas localidades próximas, muito procuradas, são também as mais caras. Em conseqüência, quanto mais modesta a origem social da criança, mais distante ela ficará de seus pais. Paul Galliano dedicou um trabalho muito importante ao estudo da mortalidade infantil no subúrbio sul de Paris de 1774 a 1794.[30] Ele mostra que no conjunto das crianças mortas em casas de amas, cerca de 88% vinham de Paris. A margem direita e a margem esquerda estão aí igualmente representadas,

mas as seções periféricas do norte da capital praticamente não se fazem presentes e as do leste estão totalmente ausentes. O que não surpreende, quando sabemos que são as mais pobres da cidade. Para esses bairros, a área ao sul da cidade, muito próxima, devia ser excessivamente cara.

Estudando a origem social dessas crianças, Galliano constata, como Ganiage, "o quanto a entrega da criança a uma ama era prática corrente nos meios mais diversos".

Os mais pobres, os biscateiros, não estão absolutamente representados, provavelmente porque a ausência de rendimentos estáveis lhes impediria pagar regularmente a uma ama. Já os comerciantes constituem sozinhos quase a metade dos casos registrados. Nesse quadro, ao contrário do estudo de Ganiage, constatamos a presença de crianças nobres.

Nota de rodapé:

30Annales D. H., 1966, p. 166 a 172.

Fim da nota de rodapé.

71

Quadro de Galliano: origem social das crianças entregues a amas

Profissão e nível social dos pais	Número de casos observados	
Nobreza	38	6 %
Funcionários civis, profissões liberais	100	15,5%
Oficiais e soldados plebeus	12	2 %
Comerciantes	283	44 %
Operários, artesãos, jornaleiros	155	24 %
Arrendatários, lavradores, viticultores	15	6 %
Domésticos	41	6 %
TOTAL	644	100 %

Quanto aos casais que acolhiam as crianças alheias, recrutavam-se entre os mais humildes, já que Galliano, ao examinar o imposto direto que pagavam, constata que era nulo, ou variava entre uma e cinco libras. São principalmente jardineiros ou jornaleiros, por vezes artesãos muito modestos. Todos esses estudos de números provam a generalidade da prática da entrega de crianças às amas. É preciso, porém, observar que duas categorias sócio-profissionais brilham pela ausência ou pela raridade em nossos quadros. Shorter nota a quase inexistência de filhos de operários de fábrica, ponta de lança da modernização. As mulheres que trabalhavam em fábricas colocavam os filhos em casa de amas durante o dia, mas iam buscá-los à noite, ao que parece. Mais importante é a ausência, em nossas listas, de filhos de camponeses remediados ou ricos.

Ora, segundo P. Goubert, o mundo camponês representa 80% dos franceses no século XVIII. Certamente, não há 80% de camponeses abastados ou ricos, e vimos aparecer nos quadros filhos de jornaleiros. Sabemos igualmente que as camponesas

72

mais pobres e necessitadas eram obrigadas a abandonar as próprias crianças para amamentar as das cidades.[31] Apesar disso, o mundo camponês representa uma exceção importante, pois prefere conservar os filhos em casa a livrar-se deles.

Deveremos considerar o afastamento do filho, como o sugere E. Le Roy Ladurie,[32] como indicador da patologia urbana? O estilo de vida e as dificuldades da cidade provocariam um desvio do sentimento materno? No campo, o instinto se mantém, mas a algumas léguas de distância ele se transforma em fumaça.

Que a cidade seja sinônimo de alienação para um grande número de seus habitantes, ninguém pensa em negar. Que torna a vida familiar impossível para muitos, é certo. A alienação econômica pode produzir comportamentos aberrantes, forçando o instinto de vida a fazer silenciar todos os outros.

Sem dúvida o filho constitui uma dificuldade considerável para todas as mulheres que são obrigadas a trabalhar para viver. Basta ler o estudo de Maurice Garden[33] sobre a cidade de Lyon para nos convencermos disso. Ele mostra que as mulheres de operários e artesãos, grandes fornecedores de crianças para as amas, não tinham na verdade alternativa. É nos ofícios em que a mulher está diretamente associada ao trabalho do marido que lhe é mais difícil conservar e criar os filhos. Assim ocorre com as mulheres dos operários da seda, cujas imensas dificuldades no século XVIII são conhecidas. A mulher trabalha ao lado do marido. Para que o trabalho seja um pouco rentável, não é possível tolerar os atrasos consecutivos provocados pelos cuidados com os filhos. O filho desses trabalhadores será necessariamente excluído da família.

Notas de rodapé:

[31] Nem todas as amas agiam assim. Cf. o artigo de Antoinette Chamoux, em Annales de Démographie Historique, 1972: "A infância abandonada em fims no século XVIII." As amas amamentavam seu filho e uma criança abandonada, ao mesmo tempo; por vezes também uma terceira, que quase certamente morreria.

[32] Cf. Communications 31, 1979.

[33] M. Garden. Lyon et les Lyonnais au XVIII" siècle, Science-Flammarion, 1975.

Fim das notas de rodapé.

73

Compreendemos então por que encontramos nessa categoria sócio-profissional o maior número de crianças mortas em casa de uma ama.

Assim também, nos ofícios ligados à alimentação, a mulher cuida tradicionalmente da

padaria ou do açougue. Se a mãe amamenta, o marido será obrigado a contratar um empregado para ocupar o lugar vago na loja. Essa atitude revela um dado econômico não desprezível: custava menos caro a esses casais enviar o filho para ser criado por uma ama do que empregar um trabalhador de pouca qualificação. Isso prova que muitas amas recebiam um salário miserável,[34] e explica em grande parte a condição das crianças que lhes eram confiadas.

Mais miseráveis ainda eram as mulheres dos chapeleiros e dos trabalhadores braçais em Lyon. Não trabalhando com o marido, elas tinham pequenos ofícios que praticavam em casa, ou em horário parcial, como as fiandeiras de seda, as bordadeiras ou vendedoras de frutas e legumes nos mercados. Nesses casais, os ganhos eram tão pequenos que os pais tinham interesse em conservar os filhos consigo, incapazes de pagar a uma ama, por mais barata que fosse. É isso que explica, segundo Garden, que nessas categorias sociais mais desfavorecidas se registrasse o menor número de crianças mortas em casa de amas.

Para os casais mais pobres da sociedade, o filho chega a ser uma ameaça à própria sobrevivência dos pais. Não lhes resta, portanto, outra escolha senão livrarem-se dele. Seja abandonando-o num orfanato, o que, como veremos, não lhe dá grandes possibilidades de sobrevivência, seja entregando-o à ama menos exigente possível,[35] o que também não lhe aumenta muito a probabilidade de viver; ou seja, finalmente por uma série de comportamentos mais ou menos tolerados, que levavam a criança rapidamente para o cemitério.

Notas de rodapé:

[34] Donde a tentação, para a ama pobre, de aceitar vários bebês ao mesmo tempo, o que coloca ainda mais em risco a vida de cada um deles. Ver também A. Chamoux, op. cit., p. 275.

[35] Muitas vezes os pais, não dando mais nenhum sinal de vida à ama, a ela abandonavam totalmente os filhos.

Fim das notas de rodapé.

74

Sobre esse último ponto, F. Lebrun levanta uma série de questões interessantes:

"Por que levar o mais depressa possível à igreja, para cerimônias suplementares do batismo, o recém-nascido já batizado sumariamente em casa, prática desastrosa em muitos casos (os registros de sepultamento o provaram -e ainda menos justificada uma vez que o batismo sumário tem pleno valor de sacramento? Por que, na cidade, mandar a criança para a casa de uma ama poucos dias depois de seu nascimento, seja qual for seu estado de saúde, a estação do ano e a distância? Por que esse uso inveterado, apesar das proibições freqüentemente reiteradas das leis sinodais, de dormirem os pais na mesma cama com crianças novinhas, o que provocava freqüentes acidentes mortais por sufocação? Por que, de uma maneira geral, essa ausência de precauções elementares em torno do bebê, em casa da mãe ou a fortiori em casa da ama, pelo

menos antes da tomada coletiva de consciência dos anos 1760-1770? Não se trataria, da mesma forma que em certos abortos, de uma estratégia (mais ou menos consciente, tomando o sentido da seleção natural) de limitação do número dos filhos no seio da família?"[36]

Philippe Aries já pensava assim ao ver nessas diferentes práticas "coisas moralmente neutras, condenadas pelas éticas da Igreja, do Estado, mas praticadas em segredo, numa semi-consciência, no limite da vontade, do esquecimento, da inépcia".

É preciso, porém, insistir no fato de que esses diferentes tipos de infanticídio foram característicos das mulheres mais pobres da sociedade. Nunca se poderá exagerar a importância do fator econômico nessas práticas assassinas. E ninguém teria a imprudência de afirmar que todas as mulheres que abandonavam, de um modo ou de outro, o filho, o faziam por falta de amor

Nota de rodapé.

[36] *F. Lebrun, La vie conjugale sous 1'Ancien Regime, Paris, A. Colin, 1975, p. 152-153.*

Fim da nota de rodapé.

75

. Elas estavam reduzidas a uma tal penúria física e moral que é justo indagar se teria havido lugar para um outro sacrifício vital; como o amor e a ternura teriam podido expressar-se nessa situação catastrófica? Basta pensarmos nessas mulheres do campo que, mal acabavam de parir, abandonavam o seu bebê para amamentar uma criança da cidade, recebendo sete libras por mês.[37] Ou encontravam mulheres ainda mais miseráveis que aceitavam amamentar a criança por apenas cinco libras; tudo isso para obter um lucro de duas libras. Num ou noutro caso, a criança tinha grande probabilidade de morrer.

Não se trata, portanto, de tomar esses exemplos como prova da inexistência do amor das mães. Poderíamos, no máximo, concluir pela superioridade do instinto de vida sobre o instinto materno. A mãe-pelicano que abre as próprias entranhas para alimentar os filhotes é um mito. Mesmo que existam numerosos casos em que a mãe sacrificou a vida pelos filhos. Os casos particulares jamais constituirão uma lei universal da natureza. Ora, os comportamentos instintivos são desse tipo.

Para explicar o exílio maciço das crianças da cidade para a casa das amas-de-leite, evocou-se o mais das vezes a situação econômica dos pais naturais. Essa explicação, se é necessária, não parece suficiente. Basta consultar os quadros das categorias sócio-profissionais dos pais de crianças mortas em casa de amas, para ter certeza disso. Ao lado das crianças de extração miserável, figuram dois outros tipos de crianças pertencentes a duas categorias sociais diferentes. Em primeiro lugar, aquelas cujos pais trabalham juntos, mas cuja situação econômica permitia folgadamente à mãe ocupar-se do filho. Era o que ocorria com os comerciantes citados

por Galliano, com os comerciantes de vinho, alfaiates ou artesãos mencionados por Ganiage ou Bideau. Estes tinham condições de conservar os filhos em casa e não o faziam.

Nota de rodapé:

[37] Números fornecidos por Chamousset, Mêmoire politique, p. 12. Nos Annales de Démographie Historique, 1973, A. Chamoux observa que em Reims, em fins do século XVIII, uma ama-de-leite ganhava 8, 10 libras por mês.

Fim da nota de rodapé.

76

Por quê? A explicação econômica não sendo suficiente, é preciso abandoná-la e recorrer ao fator social. A razão sugerida por E. Shorter parece a mais convincente: "Se careciam do amor materno, é que estavam obrigadas pelas circunstâncias materiais e pela atitude da comunidade a colocar o bem-estar da criança depois de certas outras considerações, como a necessidade de tomar conta da fazenda ou de ajudar o marido a tecer."[38]

Parece que, no caso dessa pequena burguesia trabalhadora, os valores sociais tradicionais pesam mais do que em outras camadas: como a sociedade valoriza o homem, e portanto o marido, é normal que a esposa dê prioridade aos interesses deste sobre os do bebê.

A opção dessas mulheres (já que economicamente podiam agir de outra maneira) era determinada pela influência da ideologia dominante. A autoridade do pai e do esposo domina a célula familiar. Fundamento econômico e chefe moral da família, ele é também o seu centro: tudo deve girar em torno dele.[39]

Mas resta ainda uma terceira categoria de mulheres cujos motivos de ação foram até agora pouco investigados: aquelas sobre as quais não pesa nenhuma hipoteca econômica, e que são também as menos submetidas aos valores tradicionais. Também elas entregaram os filhos a amas-de-leite, recusando-se a dar-lhes o seio. Menos numerosas que as outras, são no entanto as que mais nos interessarão no capítulo que se segue. Pois é a partir de seu comportamento, sendo elas as mais livres, que poderemos questionar com mais segurança a espontaneidade do amor materno.

Notas *de rodapé:*

[38] Shorter, op. cit., p. 210. Grifado por nós para indicar que é essa segunda razão que se relaciona com o segundo tipo de pais.

[39] É o que testemunha a avó de Rétif de La Bretonne, ao acolher, aliás com alegria, seu filho Edme, de volta de viagem: "Não devo me ocupar tanto deste querido filho a ponto de esquecer o pai... Vamos, minhas filhas, sirvam um pouco o seu irmão; quanto a mim, eis o que me cabe (o esposo) e não o cederei a ninguém, nem mesmo aos meus filhos", em La vie de mon père, p. 58.

Fim das notas de rodapé.

77

A atitude dessas mulheres é ainda mais notável por ter sido nas classes dominantes, a que pertenciam, que nasceu, como o mostrou P. Aries, o sentimento da infância. É indispensável lê-lo para ver nascer, a partir do século XVI, a consciência da especificidade da criança. Mas, apesar dos progressos realizados, certos indícios revelam, ainda no século XVIII, uma indiferença persistente da sociedade que tenderia a mostrar que a criança nem sempre adquirira uma posição verdadeiramente significativa.

PERSISTÊNCIA DO DESPREZO PELA CRIANÇA

Um brinquedo

Um primeiro índice é a representação usual da criança como um brinquedo ou uma máquina. Sabemos que no século XVIII a criança pequena é designada pela palavra poupart, que significava não o que entendemos hoje por poupon, bebê, mas o que chamaríamos de poupée (boneca).

O poupart é considerado com muita freqüência pelos pais como um brinquedo divertido do qual se gosta pelo prazer que proporciona, e não pelo seu bem. É uma espécie de pequeno ser sem personalidade, um "jogo" nas mãos dos adultos. Assim que deixa de distrair, deixa de interessar. É o que alguns moralistas censuram nos pais do século XVIII. Por exemplo, Crousaz:'[10] "Tratais vossos filhos como estes tratam suas bonecas. Diverti-vos com eles enquanto são engraçados, ingênuos e dizem coisinhas divertidas. Mas quando têm idade e se tornam sérios, não vos interessam mais. Vós os abandonais como se abandonam as bonecas." E então, "à familiaridade excessiva sucede uma severidade exagerada, ou uma indiferença gélida". Essa observação de Crousaz é comprovada por Le journal d'Héroard, sobre a educação do jovem Luís XIII.

Nota de rodapé:

[40] Crousaz, Traité de 1'éducation des enfants (1722).

Fim da nota de rodapé.

A familiaridade sexual dos adultos com a criança, e mesmo a de seus pais, mostra que tudo isso não deixa de ter inconvenientes. A criança não é um ser humano completo. Talvez alguns pensem que esses jogos, proibidos depois dos sete anos, provam apenas uma concepção da inocência infantil.

Além do fato de os teólogos e os pedagogos afirmarem o contrário, é mais plausível que essas atitudes relevem a insignificância da criança: mais um brinquedo sem alma do que uma alma carregada de pecado ou uma alma perfeitamente inocente. Se acreditassem nessa inocência, sem dúvida teriam tido medo de conspurcá-la, provocando maus desejos na criança. Para os que o cercam, o pequeno Rei, que reage alegremente às carícias que lhe são dispensadas, dá provas de um bom reflexo. Nada de mais, a pequena máquina que é a criança funciona corretamente. Aqui, desejos, paixões, pecados não têm lugar algum, pois um mecanismo não os possui.[41]

Quando crescem, continuam a ser consideradas como máquinas. A disciplina é levada tão longe, diz Crousaz, que elas se habituam a fechar-se em seus pensamentos, a não expressar nem sentimento, nem raciocínio. Parecem obedecer mecanicamente aos pais. Foi o que Marivaux percebeu muito bem em Le spectateur, ao descrever crianças afetadas, educadas numa etiqueta estreita e seca, habituadas a fazer impecavelmente um cumprimento. Torna-se então tentador comparar a criança a um autômato, sem vida e sem alma.

A idéia da criança-máquina[42] será retomada por um bom número de médicos da época. Em 1784 o médico Alphonse Leroy escrevia: "É fácil modificar os princípios que constituem a criança." Para ele, como para outros, a criança é uma máquina cujas molas, forma e matéria seriam fáceis de reformar à nossa vontade.

Notas de rodapé:

[41] É bem isso, também, o que censura Crousaz, ao escrever: "Consideram-se habitualmente as crianças como pequenas máquinas: as pessoas as utilizam como se fossem seres sem raciocínio."

[42] E. Pilon, La vie de famille ao XVIIIe siècle, p. 124-125.

Fim das notas de rodapé.

79

Ela dá a entender que se poderia reconstruir, remodelar uma criança segundo um novo modelo, graças à medicina e à educação. Tal concepção só era possível negando-se a especificidade da criança, pensando-se que ela devia ser aquilo que se faria dela.

Desinteresse do médico

Tal imagem da infância explica, em grande parte, a ausência de uma medicina infantil. Sabemos que a especialidade nascerá no século XIX e que a palavra "pediatria" só surgirá em

1872. Não obstante, a segunda metade do século XVIII mostra uma tomada de consciência médica da especificidade da criança que, como o reconhece o médico inglês G. Buchan,[43] não ocorrera até então: "Os médicos", diz ele, "não foram suficientemente atentos à maneira de governar as crianças. Em geral, essa ocupação foi considerada como sendo da competência das mulheres, e os médicos recusaram-se freqüentemente a ver crianças doentes".

Embora várias doenças infantis sejam objeto de descrições precisas pelos médicos, como a varíola, a varicela, a caxumba, a difteria, a coqueluche, a escarlatina,[44] etc, a prática médica não é muito brilhante. Porque se pensava, como relata o médico escocês, que as doenças das crianças eram mais difíceis de se tratar do que as dos adultos, pela simples razão de que estes últimos não falam quando são pequenos. Ora, a fonte principal de informações eram as perguntas feitas aos doentes e não a auscultação.

Isso explica que certos médicos do século XVIII se tenham interessado pela etiologia das doenças infantis, isto é, pela teoria, e que tenham abandonado a prática às curandeiras, mesmo que pareçam recriminá-las. Buchan propõe uma explicação para esse desinteresse:

Notas de rodapé:

[43] Médecine domestique, p. 14 a 17 (1775).

44 J.N. Biraben, Le médecin et 1'enfant au XVIII[e] siècle (Annales de Demographie Historique, 1973), p. 215 a 223.

Fim das notas de rodapé.

80

"A medicina foi bem pouco atenta à conservação das crianças, e isso por indiferença e desconhecimento- da riqueza potencial da infância.Quantos esforços, quantas despesas não se fazem todos os dias para prolongar por algum tempo um velho corpo debilitado e pronto a falecer, enquanto milhares daqueles que podem se tornar úteis à sociedade perecem sem que ninguém se digne ministrar-lhes o menor socorro, ou se digne olhá-los."[45] ..

O texto de Buchan, traduzido pelo médico francês Duplanil em 1775, marca muito bem a modificação de estado de espírito e a explica. Os que conheceram as duas ideologias podem, melhor do que nós, analisar as atitudes opostas que adotaram sucessivamente. Ora, Buchan é claro: antes, a criança contava pouco porque não aparecia nem como insubstituível nem como uma personalidade única, nem sobretudo como uma riqueza. E Buchan, que compreendeu bem a mentalidade de seus contemporâneos, conclui: "Os homens sabem avaliar as coisas apenas pela sua utilidade presente, e jamais pela utilidade que possa vir a ter algum dia... Não é preciso buscar outras causas para a indiferença geral com que é vista a morte das crianças."[46] Decididamente, Buchan não é só um bom psicólogo, como há nele também um fisiocrata, pois mais ainda do que a indiferença paterna de seus contemporâneos, é o seu mal cálculo que ele condena. Para eles, a

criança não tem grande valor, nem valor específico, nem valor econômico a longo prazo.

Em 1804, um outro médico, Verdier-Heurtin, faz ainda um balanço muito negativo da medicina infantil. Atribui essa carência ao fato de que "ainda não nos convencemos de que é uma medicina diferente daquela das outras idades."[47] Prova de que os médicos — dos homens — levarão muito tempo para admitir a especificidade dessa etapa da vida. Em princípios do século XIX, a medicina infantil continua entregue às mulheres que, diz ele, "têm mais confiança nos devaneios do grande Albert[48] do que em nossas modestas prescrições".

Notas de rodapé:

[45] Buchan, op. cit., p. 16 (grifo nosso).

46Op. cit., p. 16-17.

[47] Verdier-Heurtin, Discours sur 1'allaitement, p. 50-53.

Fim das notas de rodapé.

81

Sua ausência na literatura

Um terceiro indício da insignificância da criança nos é dado pelo lugar que lhe era conferido na literatura até a primeira metade do século XVIII. De modo geral, "ela é considerada na literatura como um objeto tedioso, em todo caso indigno de reter a atenção. Somos surpreendidos por uma espécie de indiferença, para não dizer insensibilidade em relação49 a criança.

La Fontaine, La Bruyère ou Boileau rivalizam em condescendência quando evocam a criança.[50] Só Molière adotou uma posição mais nuançada nessa questão.[51] De modo geral, porém, o estado de espírito dos homens de letras diante da infância variará pouco até o início do século XVIII. Basta ler La vie de Marianne, de Marivaux (1741), ou as Mémoires pour servir à Vhistoire de la vertu, do padre Prévost, para nos convencermos disso.

A representação literária do lugar da criança na sociedade é muito importante porque as obras dos autores citados atingem os leitores nobres e burgueses (classes que lêem e vão ao teatro) e lhes remetem uma imagem de si mesmas. Enquanto as teorias filosóficas e teológicas dirigem-se mais particularmente aos intelectuais, e portanto a um público especializado e limitado, a literatura tem um público mais amplo e é provavelmente mais significativa da mentalidade reinante no seio da classe dominante.

À versão trágica e pessimista da infância, ela opõe um desprezo real pela criança. Mais do que o mal, a criança é antes o nada insignificante ou o quase nada.

Notas de rodapé:

[48] Alusão à falsa ciência que é a alquimia.

[49] G. Snyders, op. cit., p. 173.

[50] W. Ibid., p. 173 a 177.

51[Si]Id. Ibid., p. 291 a 293.

Fim das notas de rodapé.

82

É essa quase insignificância que explica em parte a indiferença materna do terceiro tipo de mulheres, de que falamos acima. Pois era necessária uma grande dose de insensibilidade para suportar, como tais mulheres o fizeram, a morte de seus filhos, mas também para escolher fazê-los viver, distanciados, numa espécie de abandono moral.

A indiferença de sua classe não explica totalmente o comportamento dessas mães. Uma parte da explicação encontra-se nos seus desejos e ambições de mulher.

83

3 - A INDIFERENÇA MATERNA

Ao buscar nos documentos históricos e literários a substância e a qualidade das relações entre a mãe e o filho, constatamos seja indiferença, sejam recomendações de frieza, e um aparente desinteresse pelo bebê que acaba de nascer. Esse último ponto é, com freqüência, assim interpretado: como seria possível interessar-se por um pequeno ser que tinha tantas possibilidades de morrer antes de um ano? A frieza dos pais, e da mãe em particular, serviria inconscientemente de couraça sentimental contra os grandes riscos de ver desaparecer o objeto de sua ternura. Em outras palavras: valia mais a pena não se apegar para não sofrer depois. Essa atitude teria sido a expressão perfeitamente normal do instinto de vida dos pais. Dada a taxa elevada de mortalidade infantil até fins do século XVIII, se a mãe se apegasse intensamente a cada um de seus bebês, sem dúvida morreria de dor.

Durante muito tempo os historiadores da mentalidade mantiveram essa interpretação.[1] E podemos compreendê-los ainda melhor considerando que, sem realmente justificar a ação dessas mães, essa explicação nos impede de julgá-las.

Nota de rodapé:

[1] Flandrin, Lebrun e Shorter não estão entre eles.

Fim da nota de rodapé.

85

Ao insistir sobre os terríveis azares da vida de outrora e sobre as diversas desgraças (pobreza, epidemia e outras necessidades...) que se abatiam sobre nossos antepassados, levamos suavemente o leitor do século XX a reconhecer que, afinal de contas, na situação deles, teríamos sentido e agido da mesma maneira. Assim se opera nos espíritos a bela continuidade entre mães de todos os tempos, que reforça a imagem de um sentimento único, o Amor materno. A partir daí, alguns concluíram que podia haver maior ou menor amor materno, segundo as dificuldades externas que se abatem sobre as pessoas, mas que esse amor existe sempre. O amor materno seria uma constante transistórica.

Alguns dirão que as fontes escritas de que dispomos só dizem respeito, em geral, às classes abastadas, para as quais se escreve e a propósito das quais se escreve, e que uma classe pervertida não condena a totalidade das mães. Podemos também lembrar a atitude das camponesas de Montaillou[2] que, na aurora do século XIV, embalam, acariciam e choram os filhos mortos. Esse testemunho mostra simplesmente que, em todos os tempos, houve mães amantes e que o amor materno não é uma criação do século XVIII ou do século XIX. Isso, porém, não prova de modo algum que tenha sido uma atitude universal.

Já falamos da importância do fator econômico para o comportamento das mães, bem como do peso das convenções sociais. Mas que dizer dessas mulheres das classes abastadas, sobre as quais não pesava nenhuma das duas hipóteses, já que seus maridos não precisavam do trabalho delas? Que pensar dessas mulheres que tinham todos os meios para criar os filhos junto de si, e amá-los, e que durante séculos não o fizeram? Parece que elas julgaram essa ocupação indigna de si, e preferiram livrar-se desse fardo. E o fizeram, aliás, sem provocar o menor escândalo. Pois, com exceção de alguns severos teólogos e outros intelectuais (todos homens), os cronistas da época parecem achar a coisa normal.

Nota de rodapé:

[2]E. Le Roy Ladurie, Montaillou, village occitan, p. 305 a 317.

Fim da nota de rodapé.

86

Aliás, o pouco interesse que esses cronistas demonstraram pelas mães amantes, ou dedicadas, tende a provar que esse amor não tinha então um valor social e moral. Isso mostra que sobre essas mulheres privilegiadas não pesavam nem ameaças, nem culpabilidade de nenhum tipo. No máximo poderíamos ver nelas um caso inteiramente excepcional de atitude espontânea. Pois se a "moda"[3] não era a maternidade, elas contribuíram muito para difundi-la, mesmo que, em fins do século XVIII, dela se considerassem vítimas.

Pareceu-nos portanto importante analisar seus comportamentos e discursos que,

segundo uma lei bem conhecida, propagaram-se de alto a baixo da escala social, e lembrar com precisão as conseqüências de tais atitudes para os seus filhos.

Assim, seremos obrigados a inverter a proposição corrente: não é porque as crianças morriam como moscas que as mães se interessavam pouco por elas. Mas é em grande parte porque elas não se interessavam que as crianças morriam em tão grande número.

AS MARCAS DA INDIFERENÇA

É em busca das provas de amor que partimos agora. Não encontrá-las nos forçaria a concluir no sentido inverso.

A morte da criança

Temos hoje a convicção profunda de que a morte de um filho deixa uma marca indelével no coração da mãe. Mesmo aquela que perde prematuramente seu feto conserva a lembrança dessa morte quando desejava a criança.

Nota de rodapé:

[3] A palavra "moda" (tnode) é termo utilizado por Talleyrand em suas Memórias, p. 8: "A moda dos cuidados "paternais" ainda não chegara (ele nasceu em 1754); a moda era outra, completamente diferente, na minha infância..." E mais acima: "cuidados demasiado multiplicados

Fim da nota de rodapé.

Sem cairmos nas manifestações patológicas do luto, toda mulher se recorda desse dia como o de uma perda irreparável. O fato de poder engendrar um outro nove meses mais tarde não anula a morte do precedente. A qualidade que atribuímos a cada ser humano, inclusive o feto viável, não pode ser substituída por nenhuma quantidade.

Era a mentalidade inversa que dominava outrora. Em sua tese, F. Lebrun escreve: "No plano humano, a morte da criança é sentida como um acidente quase banal que um nascimento posterior virá reparar."[4] Isso atesta a menor intensidade do amor que a mãe dedicava a cada um dos filhos. P. Aries justificou essa insensibilidade que "é apenas muito natural nas condições demográficas da época".[5] Natural ou não, a insensibilidade nos aparece bem cruamente nos anais domésticos do século XVIII. Nesses diários familiares em que o chefe de família registrava e comentava todos os acontecimentos ligados à família, são consignados os falecimentos dos filhos o mais das vezes sem comentários, ou com algumas fórmulas piedosas, que parecem mais inspiradas pelo sentimento religioso do que pelo sofrimento.

Assim, o cirurgião de Poligny[6] registra a morte de seus filhos acrescentando, depois de cada um, bem como para a morte de seus pais e dos vizinhos: "Deus guarde a sua alma. Amém." O único sofrimento que ele parece manifestar é pelo filho de 24 anos, que qualifica de "belo jovem".

Um outro burguês, advogado de Vaux-le-Vicomte, casa-se em 1759. Tendo um filho por ano, perde sucessivamente seis deles, com as idades respectivas de alguns meses a seis anos.

Teriam parecido um pedantismo, uma ternura muito manifesta teria parecido alguma coisa de novo, e em conseqüência, ridícula." (No século XVIII "paternal" é freqüentemente utilizado no sentido de "parental".)

Notas de rodapé:

[4] Les hommes et Ia mort en Anjou aux XVIIe e XVIIIe siècles, Paris, 1971, p. 423.

[5]Ph. Aries, op. cit. p. 30.

6 Babeau, Bourgeois d'autrefois, 1886, p. 268-269.

Fim das notas de rodapé.

88

Ele anota a perda dos cinco primeiros sem nada acrescentar aos seus nomes. No sexto, não pode deixar de fazer um balanço: "Assim, encontro-me sem filhos depois de ter tido seis rapazes. Bendita seja a vontade de Deus!"

Tudo isso está na linhagem da célebre frase de Montaigne: "Perdi dois ou três filhos com amas, não sem pena, mas sem aborrecimento."[7]

A ausência aparente de sofrimento pela perda de um filho não é apanágio dos pais. As mães têm reações idênticas. Shorter cita o testemunho do fundador de um asilo para crianças achadas na Inglaterra, chocado com as mães que abandonavam seus bebês agonizantes nos regatos ou sobre os montes de lixo de Londres, onde ficavam apodrecendo. Ou ainda, a jovial indiferença de uma pessoa da boa sociedade inglesa que, "tendo perdido dois de seus filhos, observava que ainda lhe restava uma dúzia de treze".

Os franceses nada têm a invejar aos ingleses, nesse ponto. Basta ler o que diz Madame Le Rebours em seu Avis aux mères em 1767: "Há mães que, ao saber da morte de seu filho em casa de uma ama, consolam-se, sem buscar a causa disso, dizendo: mais um anjo no paraíso. Tenho dúvidas de que Deus leve em conta sua resignação nesses casos. Ele permite que as crianças se formem no seio delas para que procurem torná-las homens: aliás, falariam assim se refletissem sobre as dores cruéis que essas crianças sofreram antes de sucumbir? Pois tais mães são com freqüência a causa da morte de seus filhos, pela sua negligência...""

Mas prova maior de indiferença do que a ausência dos pais no enterro do filho, não há! Em certas paróquias, como em Anjou, nenhum dos pais se dava ao trabalho de comparecer ao

enterro de um filho de menos de cinco anos. Em outras paróquias, um dos dois comparece, por vezes a mãe, outras vezes o pai. [9]

Notas de rodapé:

7Montaigne, Essais, II, 8.

[8]P. 67-68.

[9] A. Bideau observa que a maioria dos pais comparecia ao enterro dos filhos na pequena cidade de Thoissey.

Fim das notas de rodapé.

É certo que em numerosos casos de crianças que viviam com as amas, os pais só recebem a notícia muito depois da morte. É preciso dizer que não se empenham muito em manter-se informados da saúde do filho.

Uma última prova dessa indiferença nos é proporcionada pelo fenômeno inverso: o sofrimento pela morte de um filho é sempre notado pelos que cercam o pai enlutado. Aparentemente, é a manifestação de um comportamento curioso.

Lebrun[10] observa que o sofrimento de Henri Campion pela morte da filha de quatro anos, em 1653, é tão excepcional que ele mesmo sente necessidade de explicar-se: "E se disserem que um apego assim tão forte pode ser desculpâvel em relação a pessoas feitas e não por crianças, respondo que, tendo minha filha incontestavelmente mais perfeições do que jamais se viu na sua idade, ninguém terá razão em me culpar por acreditar que ela tenha sido sempre de bem a melhor, e que assim eu perdi não somente uma filha amável de quatro anos, mas uma amiga como se pode concebê-la em sua idade de perfeição."

Numa carta de 19 de agosto de 1671, Madame de Sévigné registra rapidamente a dor de Madame Coetquen pela morte da neta: "Ela está muito penalizada e diz que nunca mais terá outra tão bonita." Madame de Sévigné não se surpreende ante esse sofrimento porque seu objeto era excepcional. Mas se a criança não tivesse tido um caráter excepcional (sua beleza), teria sido mais pranteada do que as outras?

Cem anos mais tarde, Diderot mostra a mesma sensibilidade que Madame de Sévigné ou o infeliz Campion. Numa carta a Sophie Volland, evoca a dor "louca" de Madame Dami-laville com a morte repentina de uma de suas filhas, e não pode explicá-la, ou mesmo justificá-la, senão referindo-se às qualidades excepcionais da morta:

Nota de rodapé:

[10]La vie conjugale sous VAncien Regime, p. 144-145 (grifo nosso).

Fim da nota de rodapé.

"Compreendo que sofram os que perdem crianças como aquela."[11]

Todos esses testemunhos mostram que a aflição é excepcionalmente permitida, e não depende senão da qualidade particular da criança morta. Para todas as demais, teria parecido inconveniente chorar. Era porque as lágrimas pareceriam impudicas? Porque o sofrimento era contrário ao espírito da religião? Ou simplesmente porque teria sido ridículo lamentar uma criatura tão inacabada e imperfeita como uma criança, como hoje reprovamos as pessoas que choram a morte de seu cão?

O amor seletivo

Uma segunda atitude, própria do pai e da mãe igualmente, não pode deixar de surpreender o leitor do século XX, ou seja, a incrível desigualdade de tratamento entre os filhos, segundo o sexo e o lugar que ocupam na família. Como o amor, se era natural e portanto espontâneo, poderia voltar-se mais para um filho do que para outro? Por que, se as afinidades são eletivas, amaríamos mais o menino do que a menina, mais o primogênito do que o caçula?

Não será isso uma confissão de que amamos a criança em primeiro lugar pelo que nos proporciona socialmente e porque ela lisonjeia nosso narcisismo? Toda filha custará um dote a seu pai, sem nada lhe trazer, a não ser algumas alianças ou a amizade de seu vizinho. Pouca coisa, afinal de contas, se consideramos que alianças e amizades se rompem ao sabor dos interesses. Quanto à filha que não podemos casar por falta do dinheiro necessário à sua posição, será preciso pagar-lhe um convento, conservá-la como criada ou empregá-la como tal numa casa estranha. Não, realmente a filha não é um bom negócio para os pais, e nenhuma cumplicidade parece aproximá-la da mãe. Esta guarda seus tesouros de ternura e de orgulho para o primogênito, herdeiro exclusivo do patrimônio e do título quando os pais são nobres.

Nota de rodapé:

[11] *Carta de 9 de agosto de 1762.*

Fim da nota de rodapé.

O herdeiro gozou, em todas as camadas da sociedade, de um tratamento familiar nitidamente privilegiado. Bastava que os pais tivessem alguns bens a deixar, modestos acres de terra ou a coroa de França, para que esse filho mais velho fosse objeto de uma solicitude exemplar. No campo, a vida cotidiana proporciona ao primogênito doçuras que outros, irmãs e filhos mais novos, não conhecem. Para ele, a melhor porção de carne de porco salgada e carne fresca, se houver. Em compensação, os mais novos só a provam raramente nos lares modestos, e as filhas, nunca.

Em seu estudo sobre o Languedoc, Yves Castan[12] mostra a ambigüidade da condição do primogênito. Este era ainda mais obediente do que os outros, na medida em que podia temer a possibilidade de ser deserdado em favor de um irmão mais novo e mais dócil. Mas, por outro lado, segundo numerosos documentos consultados por Castan, o primogênito parece ter a preferência afetiva dos pais. Assim, a mãe, em lugar de dividir igualmente seu amor entre os filhos, ou mesmo privilegiar os mais novos com maior ternura, para compensar sua futura miséria, acredita dever educá-los mais rigorosamente, para prepará-los, ao que dizem, para as durezas de sua sorte.

Assim, a mãe conserva junto de si o mais velho durante a primeira infância. Amamenta-o e cuida dele pessoalmente. Mas não hesita em enviar os outros para viver na casa de uma ama, e com ela os deixa por longos anos. Incontestavel-mente, os primogênitos foram quase sempre mais mimados e melhor educados, segundo os recursos dos pais.

Nesse sentimento tão seletivo, onde fica o amor materno, que se afirma facilmente existir em todos os lugares e em todos os tempos? A preferência pelo primogênito não é inocente e, provavelmente, não é natural. Castan sugere que essa ternura materna repousava num sólido senso da previsão, não fosse a simples possibilidade da seguinte situação:

Nota de rodapé:

[12] *Honnêteté et relations sociales dons le Languedoc, tese, 1971.*

Fim da nota de rodapé.

92

se o pai morre antes da mãe, e se esta fica inválida, de quem dependerá sua sobrevivência, sua velhice e sua felicidade, senão do herdeiro? É portanto necessário manter boas relações com a pessoa de quem pode depender a nossa sorte.

Em relação ao mais novo, não há necessidade de tantas precauções. Ele se alistará no exército, ou servirá como criado ao irmão ou ao vizinho. Se tem menos saúde e um pouco mais de instrução, pode esperar vestir a batina. Compreendem-se assim os ódios insuperáveis entre irmãos. Embora fosse bem observado em todos os níveis da hierarquia social, e todos a ele se sujeitassem quase unanimemente,[13] nem por isso esse costume deixava de provocar intensos rancores, do mais humilde dos camponeses ao mais titulado dos nobres.

Nas famílias nobres e ricas, os filhos mais novos podiam casar-se mais facilmente, mas sobretudo duas carreiras se abriam para eles: a militar e a eclesiástica. Dois irmãos mais novos célebres foram assim forçados a abraçar a vida eclesiástica: o cardeal de Bernis e o bispo de Talleyrand, que nos deixaram Memórias edificantes.

Sabemos que Talleyrand teve um irmão mais velho e dois outros, mais novos. Foi batizado no mesmo dia em que nasceu, na igreja de Saint-Sulpice (1754), e entregue, terminada a

cerimônia, a uma ama que o levou imediatamente para sua casa, no bairro de Saint-Jacques. Durante mais de quatro anos, sua mãe não o reviu uma única vez e nunca pediu notícias suas. Ignorou, portanto, o acidente que o aleijou, deformando-lhe o pé. Ela só se deu conta de sua desgraça após perder o primeiro filho. Transformado no mais velho, Charles Maurice já não podia ser militar, nem representar gloriosamente o nome da família.

Nota de rodapé:

[13] Castan: o assassinato do primogênito pelo irmão mais novo. Cf. "Pères et fils en Languedoc à 1'époque classique." Na revista Dix-Septième Siècle, 1974.

Fim da nota de rodapé.

93

Decidiram, contra a sua vontade, fazer dele um eclesiástico. E, o que é pior, forçaram-no a renunciar a seu direito de primogenitura em favor do irmão mais novo. Em suas Memórias, conta-se que ele teria sido despojado por um conselho de família, com cerca de treze anos de idade, de seu direito de mais velho em favor do irmão Archambaud, então com cinco anos. Podemos facilmente imaginar a cena: a humilhação e a vergonha do adolescente aleijado, transformado em mais velho pelo acaso e rejeitado ao rol dos mais novos por causa de um outro acidente, resultante em grande parte da indiferença materna. Mas Madame de Talleyrand extraiu disso uma lição prática. Interessada em conservar uma descendência para a família, conservou junto de si o novo herdeiro e o caçula, que cresceram sob o teto paterno.

A história de Talleyrand é particularmente odiosa talvez por causa do aleijão que dela resultou, e que nos comove porque o podemos imaginar. Mas seu caso não foi excepcional, e veremos que serão numerosas as crianças que voltarão estropiadas, enfermas ou agonizantes das casas das amas. Sem falar de todas as que não voltaram, mas que, apesar de seu número considerável, estão imersas para nós numa massa abstrata de números. Invocar no seu caso as necessidades econômicas e demográficas não nos basta. Para muitas delas, os pais tiveram escolhas a fazer entre seus interesses pessoais e a vida do filho. E muitas vezes foi a morte que escolheram, por negligência e egoísmo. Não nos devemos esquecer de que essas mães devem também ser levadas em conta na história da maternidade. Talvez não sejam suas representantes mais gloriosas, mas tiveram o mérito de desvendar-lhe uma imagem cruel. Não é, por certo, a única imagem da maternidade, mas é uma imagem que conta tanto quanto as demais.

Nota de rodapé:

[14] P. 16, nota 1.

Fim da nota de rodapé.

94

A recusa do aleitamento

As mulheres, como Madame de Talleyrand ou as netas do conselheiro Frossard, não estavam dispostas a sacrificar seu lugar e posto na Corte, ou simplesmente sua vida social e mundana, para criar os filhos. O primeiro ato dessa rejeição era a recusa do aleitamento. Para explicar esse ato antinatural, as mulheres dos meios abastados invocaram certo número de argumentos que tinham por finalidade menos justificar sua ação do que desculpar a sua inação. Outras, não obstante, dirão claramente as coisas, ou seja: isto me aborrece e tenho coisa melhor a fazer.

AS EXPLICAÇÕES DAS MULHERES

Entre os argumentos citados com mais freqüência predominam duas desculpas: a amamentação é fisicamente má para a mãe, e pouco conveniente. Nos argumentos de ordem física, o primeiro, habitualmente usado pelas mulheres, é sua própria sobrevivência. Não hesitavam em dizer que, se amamentassem seu bebê, privar-se-iam de "um suco precioso, absolutamente necessário à sua própria conservação".[15] Tal razão, destituída de qualquer fundamento médico, podia sempre impressionar a sociedade. Invocava-se, além disso, uma excessiva sensibilidade nervosa, que seria perturbada pelo choro da criança.

Mas a mesma mulher que um choro perturbaria é descrita assim pelo poeta Gilbert, em sua sátira do século XVIII: "Mas assim como na morte do condenado Lalli (Tollendall), arrastado em espetáculo ao cadafalso, ela irá sem hesitar a essa horrível festa, comprar o prazer de lhe ver cair a cabeça."

Sabemos, segundo outras fontes,[16] que as mulheres elegantes não eram as últimas a correr às execuções. No suplício de Damiens, em especial, que foi particularmente bárbaro, algumas mostraram um entusiasmo próximo do delírio.

Notas de rodapé:

[15]Linné, La nourrice marâtre (1770), p. 228.

[16] Barbier, Collé ou Casanova.

Fim das notas de rodapé.

95

Mas os gritos do condenado as molestavam sem dúvida menos do que os de seu filho!

À mesma ordem de idéias pertence a desculpa comumente apresentada da fraqueza de sua constituição, motivo absoluto de não aleitamento. Ouviremos, porém, os moralistas do fim do século XVIII zombarem desse pretexto. São as mesmas, dirão eles,[17] que evocam com complacência a sua fragilidade e sua pobre saúde, e fazem terríveis banquetes comendo os pratos

mais indigestos, vão dançar nos bailes até cair de cansaço e correm por todos os espetáculos até perder o fôlego.

Por vezes, em lugar de se apiedar da própria saúde, as mulheres utilizam o argumento estético e juram que, se ama-mentarem, perderão a beleza, isto é, o seu bem essencial. Alegava-se, e se alega ainda hoje, que a amamentação deforma o seio, amolecendo-os. Muitas não queriam correr o risco de semelhante dano e preferiam recorrer a uma ama-de-leite.

Mas se o risco de perder a saúde e a beleza não fossem suficientes para comover, as mulheres podiam apelar ainda para a ordem social e moral, que não deixava ninguém indiferente.

Em primeiro lugar, as mulheres (e portanto as famílias) que se acreditavam acima do vulgo, consideravam pouco digno amamentarem elas mesmas os filhos. Como as damas da nobreza há muito tempo haviam dado o exemplo, essa negligência tornara-se rapidamente uma marca de distinção para as demais. Amamentar o próprio filho equivalia a confessar que não se pertencia à melhor sociedade. Assim, um médico do século XVIII, Dionis, dizia: "As burguesas, e até as mulheres dos menores artesãos, transferem para outras as suas obrigações maternas." Reflexão talvez demasiado rápida e geral, mas que mostra um aspecto das mentalidades.

Nota de rodapé:

[17] *Verdier-Heurtin, Discours sur Vallaitement, p. 25.*

Fim da nota de rodapé.

96

Por sua vez, intelectuais como Burlamaqui e Buffon mostravam o mesmo desdém pelo aleitamento materno. Falando do bebê, Buffon escreve: "Deixemos de lado o desgosto que podem causar os detalhes dos cuidados exigidos por esse estado."[18] Afirmações masculinas que não foram de modo algum desmentidas pelas mulheres. Aparentemente, "os detalhes dos cuidados" a serem proporcionados às crianças não lhes trazia nenhuma satisfação.

Em nome do bom-tom, declarou-se a amamentação ridícula e repugnante. A palavra "ridícula" retorna com freqüência nas correspondências e livros de memórias. Mães, sogras e parteiras desaconselham a jovem mãe a amamentar, pois a tarefa não é nobre o bastante para uma dama superior. Não ficava bem tirar o seio a cada instante para alimentar o bebê. Além de dar uma imagem animalizada da mulher "vaca leiteira", é um gesto despudorado. Essa razão não é destituída de peso no século XVIII. O pudor é um sentimento real que não podemos deixar de lado nessa recusa de amamentar. Se a mãe amamentasse, devia esconder-se para isso, o que interrompia por um longo período a sua vida social e a de seu marido.

Os maridos, por sua vez, não deixaram de ter responsabilidade nessa recusa das esposas a amamentar. Alguns se queixam da amamentação pela mulher como de um atentado à sua sexualidade e uma restrição ao seu prazer. Outros demonstram clara aversão pelas mulheres que

amamentam, com seu forte cheiro de leite[19] e seus seios que ressumam sem cessar. Para eles, o aleitamento é sinônimo de sujeira. Um verdadeiro antídoto contra o amor.

Mesmo que o pai não sinta aversão, o bebê amamentado pela mãe o perturba constantemente. Pois os médicos e os moralistas da época estão sempre de acordo em proibir as relações sexuais, não só durante a gravidez como durante toda a duração do aleitamento.

Notas de rodapé:

[18] R. Mercier, Venfant dans Ia sociétê au XVIIIe siècle (antes do Émile) p. 55, Dakar, 1961.

[19] Louis Joubert, citado em Entrer dans Ia vie, p. 160.

Fim das notas de rodapé.

97

O esperma, dizem, estraga o leite e o faz azedar. Portanto, põe a vida da criança em perigo. Como a medicina continua, no século XVIII, a difundir essa idéia falsa, o pai se vê reduzido a um longo período de continência sem prazer. Como, por outro lado, ao desafiar o tabu descobria-se que a mulher era menos fértil durante o aleitamento, o pai via-se ante uma alternativa desagradável. Ou tinha o seu prazer sem temer muito um novo filho (tentação bem agradável) e pôr a vida do bebê em risco; ou então privava-se do prazer para conservar o filho. A solução mais evidente era trocar o leito conjugal por alguns amores adúlteros. Solução que evidentemente desagradava muito às esposas. Num caso ou no outro, a coesão familiar ficava ameaçada.

O bebê é objetivamente um estorvo para os pais e podemos compreender que tenha sido entregue aos bons cuidados de uma ama mercenária até o desmame. Mas as mães não se limitam a isso, pois é a criança, seja qual for a idade, que rejeitam em bloco. Ela é um empecilho para a mãe não apenas na vida conjugal, mas também nos prazeres e na vida mundana. Ocupar-se de uma criança não é nem divertido, nem elegante.

As mulheres que põem sua tranqüilidade e seus prazeres em primeiro lugar aderem por completo ao poemeto de Cou-langes:

"Haverá algo mais triste
que um bando de meninos que choram?
Um grita papai, outro, mamãe,
e outro ainda pede pão.
E para ter esse prazer,
ficamos marcados como um cão."

Os prazeres da mulher elegante residem essencialmente na vida mundana: receber e fazer visitas, mostrar um vestido novo, freqüentar a ópera e o teatro. A mulher de vida social joga e dança todas as noites até as primeiras horas da manhã. Gosta,

98

então, de "gozar de um sono tranqüilo, ou que pelo menos só seja interrompido pelo prazer."[20] "E ao meio-dia ela ainda dorme."[21]

Todas essas mulheres têm a consciência bem tranqüila, já que o meio em que vivem admite a necessidade da vida mundana quando se tem certa posição, e que os próprios médicos reconhecem que tais obrigações são desculpas válidas para não amamentar. Um médico, Moreau de Saint-Elier, afirmava em meados do século XVIII que o cuidado dos filhos "é um encargo constrangedor na sociedade".

Se a isso acrescentamos que nada é menos elegante, segundo o ideal mundano da época, do que "parecer amar em demasia os filhos"[22] e perder com eles seu precioso tempo, temos a resposta mais evidente ao problema do abandono dos filhos pelas mães abastadas ou ricas. Isso porque as pequeno-burguesas, mulheres de negociantes ou do juiz local, pouco sujeitas às mundaneidades, apressavam-se a copiar suas irmãs mais favorecidas. À falta de uma vida social brilhante, podiam adquirir um primeiro sinal de distinção desembaraçando-se também dos filhos. Mais valia não fazer absolutamente nada do que dar mostras de se ocupar de coisas tão insignificantes.

Tudo isso, porém, não basta para explicar esse comportamento.

Notas de rodapé:

20 Toussaint, Les moeurs (1748).

[21] Madame Le Prince de Beaumont, Avis aux parents et aux maí-tres sur Véducation des enfants (1750), p. 77.

[22] Vandermonde, Essai sur Ia manière de perfectionner 1'espèce humaine (1750). Assim pensava Montesquieu, citado pelo padre Dain-ville: "tudo o que se relaciona com a educação dos filhos, com o sentimento natural, parece ao povo algo baixo." O mesmo acontecia nas classes abastadas: "nossos costumes são que o pai e a mãe não criem mais os seus filhos, não os vejam mais, não os amamentem mais. Não nos comovemos mais ao vê-los, são coisas que escondemos de todos os olhos, e uma mulher perderia a elegância se aparentasse preocupação com os filhos." No mesmo espírito, Turgot confessa na carta a Madame de Grafigny, em 1751: "envergonhamo-nos de nossos filhos."

Fim das notas de rodapé.

99

Lembremo-nos das advertências dos teólogos do século XVI, que censuravam às mães sua ternura ilícita pelos filhos. Em fins do século XVIII, toda a intelligentsia lhes fará a censura inversa e estigmatizará sua secura. Devemos, portanto, perguntar: que aconteceu durante dois séculos?

Sem dúvida a ausência do sentimento da infância existia antes desse período. Mas as mulheres amamentavam quase unanimemente os filhos, e os conservavam juntos delas, pelo menos até os oito, dez anos. E, estranhamente, é no momento mesmo em que começa a nascer e a se desenvolver esse sentimento da infância que as mulheres recuam em relação aos seus deveres

maternos. Os fatos só não são contraditórios se restringimos a definição da mulher nos limites da maternidade.

Ora, os séculos XVII e XVIII constituem justamente um período em que a mulher que tinha recursos para isso tentou se definir como tal. A obra foi facilitada pelo fato de que a sociedade ainda não atribuía à criança o lugar que hoje lhe conferimos. Para tanto, a mulher teve de esquecer as duas funções que outrora a definiam por inteiro: a de esposa e a de mãe, que só lhe davam existência em relação a outrem.

A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES

Ao procurar definir-se como ser autônomo, a mulher devia fatalmente experimentar uma vontade de emancipação e de poder. Os homens, a sociedade, não puderam impedir o primeiro ato, mas souberam, com grande habilidade, opor-se ao segundo e reconduzir a mulher ao papel que jamais devia ter abandonado: o de mães. Além disso, recuperarão a esposa.

Para compreender o comportamento de rejeição da maternidade pelas mulheres, é preciso recordar-se de que nessa época as tarefas maternas não são objeto de nenhuma atenção, de nenhuma valorização pela sociedade. São consideradas, na melhor das hipóteses, normais, uma coisa vulgar. As

100

mulheres não obtinham, pois, nenhuma glória sendo mães, e no entanto essa era sua função principal. Elas compreenderam que, para ter direito a alguma consideração, deviam seguir outro caminho que não o da maternagem, pela qual ninguém lhes mostrava gratidão.

Mas para poder apenas pensar nisso já era preciso estar bastante liberta dos fardos próprios à condição feminina mais comum: contingências materiais, autoridade do marido e isolamento cultural. Assim, era melhor ser francesa do que italiana, aristocrata ou burguesa do que trabalhadora, mulher da cidade do que camponesa.

Por que as francesas?

É fato reconhecido por todos que as francesas foram as primeiras a confiar seus filhos legítimos a amas. E o fizeram de maneira tão generalizada que em meados do século XVIII os filhos de famílias citadinas amamentados pelas mães eram exceções. Roger Mercier afirma que essa prática foi mais comumente imitada do que se pensa em outros países da Europa.23 Mas não

em todos. Curiosamente, esqueceu-se o caso da Inglaterra e da Alemanha, para só fixar na memória uma atitude tipicamente francesa. Assim, Helène Deutsch24 menciona a atitude das francesas durante esses dois séculos como se tivesse sido única na Europa. Aberração inexplicável, segundo suas palavras, em relação à norma materna universal.

É difícil encontrar uma explicação plenamente satisfatória para esse fenômeno francês, mas também inglês e, acessoriamente, alemão. Podemos, no máximo, observar que a França e a Inglaterra eram considerados os países mais liberais da Europa em relação às mulheres.

Notas de rodapé:

23 Op. cit,, p. 31-32: Apoiando-se em obras de moral e de medicina, Mercier confirma que, "na Inglaterra, não só as mulheres das classes altas, como também todas as que têm meios financeiros para isso, se preciso privando-se de outras despesas, recusam-se a amamentar os filhos... Na Alemanha, o mesmo abandono, pois que, à falta de amas, busca-se um meio de substituí-la pelo aleitamento artificial..." Em contrapartida, na Holanda e nos países nórdicos, como a Suécia, a amamentação mercenária era pouco praticada.

24 Psychologie de la femme, Paris, PUF, tomo II, p. 9.

Fim das notas de rodapé.

101

Pillorget[25] observa que, desde fins do século XVI, as francesas têm uma vida e um comportamento mais livre do que as espanholas e as italianas, mas que as inglesas são ainda mais livres do que as francesas. Cita o testemunho de um contemporâneo inglês, afirmando que "a Inglaterra é um paraíso para as mulheres... ". Na mesma época, nossos bons autores dizem o mesmo sobre as francesas. A opinião geral faz da França o país por excelência da liberdade feminina.[26] Não só se zombava da barbárie dos costumes turcos, como também sentia-se orgulho por não se imitar o ciúme tirânico dos espanhóis e dos italianos.

É verdade que, contrariamente às suas irmãs mediterrâneas, a francesa de posses tinha toda a liberdade de movimento e contatos com o mundo. A vida social que é cultivada facilita o encontro dos sexos sem provocar dramas à italiana. A galantaria, mas não a libertinagem, como o diz Pradon[27] em resposta à sátira 10 do misógino Boileau.

Não se pode explicar essa liberdade feminina francesa ou inglesa por uma atitude particular da Igreja para com elas. Mas podemos notar que essas duas nações eram consideradas como as mais desenvolvidas da Europa, seus costumes como os mais refinados do mundo.

Notas de rodapé:

[25] Pillorget, La tige et le rameau, Paris, Calmann-Lévy, 1979, p. 57.

[26] Padre de Purê, La précieuse: "A maior das doçuras de nossa França é a da liberdade das mulheres; ela é tão grande em todo o reino que os maridos quase não têm poder sobre elas, e as mulheres são soberanas. O ciúme não é menos vergonhoso para o marido do que a devassidão da sua mulher."

[27]Magendie, La politesse mondaine et les théories de Vhonnêteté en F rance au XVII siècle, p. 88-89: "A liberdade honesta que nos permitimos em França, longe de aumentar o vício elimina a libertinagem; utilizar aqui, como em outros climas, grades, ferrolhos, chaves e correntes, que muitas vezes apenas tornam mais ousados os tímidos, a honra e a virtude servem aqui de guias.

Fim das notas de rodapé.

102

Na França, as aristocratas foram as primeiras a praticar a arte de viver sem filhos. Mais liberadas das preocupações materiais, tendo tempo e dinheiro em abundância, elas parecem ter ilustrado, antecipadamente, o princípio de Tocqueville, segundo o qual são as pessoas mais favorecidas que mais dificilmente suportam a menor alienação. Tendo talvez considerado que seu tempo seria melhor empregado em fazer algo diverso daquilo que qualquer outra mulher poderia fazer em seu lugar, por algum dinheiro, elas adotaram uma vontade de distinção e de poder. As guerras civis lhes proporcionaram oportunidades. Seus modelos foram insignes, pois três mulheres foram regentes do reino em menos de cem anos.

Nesses tempos conturbados numerosas castelãs foram úteis auxiliares de seus maridos. Souberam defender seus castelos e conservar intactos os bens familiares, a exemplo da célebre Chrétienne d'Aguerre, que recrutava exércitos, fazia-se ouvir nos conselhos e disputava a Provença ao duque de Savóia. Madame de la Guette, a baronesa de Bonneval, a condessa de Saint-Balmont e muitas outras não causaram menor impressão. Todas essas mulheres que deram prova de coragem em momentos perigosos mostraram às demais mulheres de sua casta que elas podiam desempenhar as mesmas funções que os homens e tão bem quanto eles.

Por ocasião da Fronda, as grandes aristocratas quiseram participar. Era uma oportunidade excelente para se distinguirem. A duquesa de Chevreuse, a Grande Mademoiselle, a duquesa de Montbazon e certamente a duquesa de Longueville rivalizaram em intrigas, proezas e cavalgadas. Chefes de guerra a serviço dos príncipes, essas mulheres esqueceram seu sexo na busca da glória. A Fronda era muito mais o seu triunfo do que seus esposos ou filhos.

Sem dúvida, os nomes acima mencionados representam apenas um núcleo muito reduzido de aristocratas, mas seus atos tiveram grande repercussão, e todas as mulheres de sociedade se apaixonaram pela política. Citam-se com freqüência, por

103

exemplo, as palavras da neta de Madame de Rambouillet: "Ora esta, minha avó, falemos de assuntos de Estado, porque eu já tenho cinco anos." E a frase de Mazarin, que se queixava dessa paixão peculiar às francesas durante as negociações do tratado dos Pireneus. Ele teria confidenciado então ao ministro espanhol Dom Luis de Haro[28]: "Sois bem feliz: tendes, como todo mundo aliás, dois tipos de mulheres, coquetes em abundância e muito poucas mulheres de

bem: as primeiras só pensam em agradar aos amantes; as segundas, ao marido; uma e outras só têm ambições de luxo e vaidade. As nossas, ao contrário, pudicas, velhas, jovens, tolas ou hábeis, querem se imiscuir em tudo. Uma mulher de bem não dormiria com o marido, nem uma coquete com seu amante, se eles não lhes falassem antes sobre os negócios do Estado! Querem tudo ver, tudo conhecer, tudo saber, e, o que é pior, tudo fazer e confundir tudo."

Eis que entre a cortesã e a mulher de bem (a esposa, a mãe) delineia-se uma mulher que não é uma coisa nem outra, que quer "tudo saber... e tudo fazer". Um ser nem carne nem peixe, que se assemelha a um homem, que quer imitá-lo e que não é homem. Fator de perturbações, aos olhos do primeiro-ministro de uma regente, o sexo frágil comete o crime de querer se fazer de sexo forte e igualar-se a ele. Aí reside a desordem numa sociedade monarquista paternalista e muito hierarquizada.

As parisienses mais abastadas, nobres e burguesas, quiseram imitar as grandes aristocratas. À falta de ambições políticas, buscaram por sua vez afirmar sua independência e brilhar por alguma distinção. O fato de viver numa grande cidade lhes oferecia duas possibilidades raras nesse começo do século XVII: uma vida social refinada e uma vida cultural sem precedente; a arte da galantaria virtuosa, ou o saber tradicionalmente reservado aos homens. Essas duas opções serão, sucessivamente, as das preciosas e as das sabichonas até meados do século XVIII.

Nota de rodapé:

28 Citado por L. Batiffol. La duchesse de Chevreuse, Paris,Hachette, 1913, p. 212 (grifo nosso).

Fim da nota de rodapé.

Assim tentarão elas igualar-se aos homens, ou mesmo sujeitá-los.

Devemos voltar por um instante ao fenômeno urbano, julgado patológico por uns, alienante por outros. Dado que vimos anteriormente os fatores da alienação urbana, passemos ao outro aspecto das coisas. A cidade, e especialmente a cidade grande, é também um lugar de liberação para outras categorias de pessoas. Para as mais favorecidas, significa encontros e cultura. É por excelência o lugar do saber, onde reinam o espírito e as oportunidades de diálogo.

É fácil imaginar que as mulheres mais privilegiadas quiseram brilhar fora do lar, em lugar de permanecer confinadas em casa, entre os deveres de dona-de-casa e de mãe, que não lhes valiam nenhum reconhecimento específico. Dentro em pouco, já não pensavam senão em seu salão, não tinham mais tempo para se ocupar da família e da casa. Exclusivamente dedicadas a si mesmas, não tinham mais um segundo a consagrar a outrem.

Aí está a grande diferença entre a mulher abastada da cidade e a camponesa rica. As condições de vida desta podem explicar sua fidelidade ao aleitamento materno e à maternagem

em geral. A camponesa, mesmo dispondo de meios, não tem oportunidade para fazer outra coisa. Pouco sai de sua fazenda e de suas terras, e seria muito malvisto que abandonasse o filho para ler um livro, supondo-se que soubesse ler correntemente. Nada nem ninguém podem levá-la a outro terreno senão o da maternagem. Nem galantaria, nem cultura a ameaçam. Toda a sua virtude (seu valor) reside na sua modéstia, e seu poder não ultrapassa o âmbito de sua cozinha e do seu galinheiro: no máximo, comanda os filhos e os criados. Nenhuma solicitação exterior podendo chegar até ela, a camponesa permanece apegada às suas funções tradicionais, que alguns chamam de naturais. Mas não será talvez por falta de escolha?

Em oposição, as mulheres abastadas das cidades tiveram todas as tentações possíveis para distraí-las dessas funções tradicionais.

105

Aparentemente, pelo menos, elas foram felizes assim durante todo um longo período, antes de perceber que talvez tivessem sido usurpadas. Pensavam, sem dúvida, alcançar o poder partilhando em condições de igualdade o saber outrora reservado aos homens. Obrigadas a constatar seu fracasso, elas abandonaram essa partida para jogar outra.

Antes de chegar a essa mudança de atitude das mulheres, vejamos como venceram as primeiras batalhas feministas, em detrimento, é preciso reconhecer, de seus filhos.

OS MEIOS DE EMANCIPAÇÃO

Desde o início do século XVII, as mulheres que quiseram se distinguir encontraram na galantaria seu terreno favorito. Após trinta anos de guerras civis, os costumes franceses estavam impregnados de grosseria, ou mesmo de brutalidade.

A renovação dos costumes não partiu da corte do rei fanfarrão, mas dos salões parisienses mantidos por mulheres movidas por ambições novas. É nos salões aristocráticos, cujo modelo continua sendo o de Madame de Rambouillet,[29] depois nos burgueses, que renascerá a polidez mundana, esquecida com a corte dos Valores. Foi ali, e mais tarde nas alcovas das preciosas, que surgiram uma nova civilidade e uma cultura elitista, de que as mulheres foram incontestavelmente o elemento mais ativo.

A causa primeira desse movimento precioso é um gosto arrebatado da distinção. E para se distinguir era preciso, antes de mais nada, opor-se aos valores correntes. Como a maioria dos mortais era constituída de gozadores, escravos e ignaros, elas procuraram ser platônicas, livres e cultas. O pior dos males sendo a vulgaridade que se apega ao corpo e negligencia o pensamento, as preciosas consideraram um dever cultivar o espírito e dominar os sentidos.

Nota de rodapé:

[29] A residência Rambouillet, construída em 1610, exerceu grande influência de 1620 até a época da Fronda.

Fim da nota de rodapé.

106

Retornando à antiga filosofia da liberdade pela ascese, elas, mais do que as mulheres filósofas, do século XVIII, não quiseram ser senão puros intelectos. Assim as define o padre de Purê: "Uma suma do espírito, um extrato da inteligência humana."

Essas mulheres do Grande Século haviam compreendido que era principalmente do seu corpo que decorria sua escravidão. Quando o homem o usufrui, possui ao mesmo tempo a mulher inteira, seja ela sua esposa ou sua amante. É por isso que VAstrêe (1610), bíblia do amor durante meio século, concluía pela necessidade de uma virtuosa frieza.

Francamente hostis ao casamento e à maternidade, as preciosas não renunciam ao amor. Querem espiritualizá-lo, separando-o dos apetites sensuais. Essas "jansenistas do amor"[30] preconizam o método no desejo como Descartes na razão. Toda a sua arte consiste em fazer-se desejar sem se deixar possuir.

Contrariamente às opiniões de certos zombeteiros, nem todas tiveram a coqueteria vulgar das mulheres provocantes. Mas na medida em que se faziam respeitar, dominavam o seu amor e os desejos do outro. Podiam exigir sem cessar maiores provas de apego, de respeito e de submissão. Numa palavra, podiam ser ao mesmo tempo livre e soberana. Exatamente o contrário da condição da mulher esposa e mãe.

É por isso que Mademoiselle de Scudéry rejeita resolutamente o casamento e a posse, que caminham juntos.[31] Faz pouco caso "das damas que não sabiam ser outra coisa senão mulher de seu marido, mãe de seus filhos e senhora de sua família." Mesmo quando o amor preside o casamento, essa união é fonte de distanciamento.

Notas de rodapé:

[30] Expressão atribuída a Ninon de Lenclos e retomada por Saint-Evremond.

[31] Diz ela: "Quero um amante sem querer um marido, e quero um amante que, contentando-se com a posse de meu coração, me ame até a morte..." Ou seja, a situação exatamente oposta aos laços habituais entre homem e mulher que se casam sem amor, laços que engendram sujeição da esposa.

Fim das notas de rodapé.

107

A continuidade dos cuidados mútuos altera a pureza inicial dos sentimentos e a autoridade da família do marido é um jugo insuportável.[32] E há ainda outra humilhação que pode parecer doce e não é menos azeda. Ouçamos Eulalie: "uma bela dama que enterrou com honra seus sogros, avós, e madrasta... quando se acredita livre de um mal, cai em outro. Teve de lastimar

a velhice, agora lastima a juventude fecunda e demasiado abundante, que a fez mãe e a sujeita a cada ano a um novo peso, a um perigo visível, a uma carga importuna, a dores indizíveis e a mil conseqüências desagradáveis. Mas é preciso sofrê-las sem dizer palavra: a idéia do dever predomina sobre todas as outras e condena todos os momentos de indiferença que se possa ter... "[33]

Esse texto de Michel de Purê é certamente um dos mais cruéis que jamais se escreveu contra o casamento. Marido, família do marido, e filhos são impiedosamente relegados à categoria das desgraças da mulher. Robert Bray[34] nota que se poderia acreditar que a diatribe é exagerada, e portanto excepcional. Não obstante, diz ele, a tendência que expressa parece ter sido bastante generalizada.

Invertendo totalmente os valores sociais de sua época, as preciosas parisienses não foram, malgrado que se disse, um microcosmo ridículo. A resistência tão grande e as zombarias que a elas se opuseram são apenas indícios de uma influência não desprezível. Molière faz ironia com elas, porque as suas idéias adquiriam alguma importância não só na capital, mas também nas províncias. Cathos e Magdelon são prova disso. Com elas, são cruelmente ridicularizadas todas as "pretensiosas" de província, que querem escapar à sua condição social e feminina.

Notas de rodapé:

[32 - 442] Cf. Diatribe contra o casamento por uma das preciosas do padre de Purê, citada por G. Mongrédien, Les précieux et les précieuses, Paris, Mercure de France, 1939, p. 149-150.

[33] Id. Ibid.

[34] La préciosité et les précieux, 1948, p. 164.

Fim das notas de rodapé.

Elas afirmam inabilmente suas aspirações mundanas, não só para sair de sua classe pequeno-burguesa, mas também para melhor se opor à sua vida futura de mãe de família.

Ridículas talvez para todos os que não toleram que se deseje deixar a condição original, essas primeiras feministas são comoventes, como todos os autodidatas. Sua inabilidade não impediu a propagação de algumas de suas idéias. Nos meios que se pretendiam refinados, os homens mudaram sensivelmente de atitude para com suas esposas ou amantes. Os valores familiares tradicionais perderam seu peso, embora essas preciosas tenham tido inimigas acerbas entre as que pensavam que "a virtude escrupulosa determinava que uma dama não soubesse fazer outra coisa senão ser mulher de seu marido, mãe de seus filhos e senhora de sua família e de seus escravos".[35]

Elas tiveram também adversários renitentes entre os burgueses, tão bem descritos por Molière, apegados aos valores tradicionais: os Sganarelle, Gorgibus ou Chrysale "que consideram

as mulheres apenas como as primeiras escravas de suas casas, e proibiam às suas filhas ler outros livros afora os que lhes serviam para orar a Deus".

Essas mulheres precisaram de muita coragem e perseverança para ler os livros proibidos. Não que arriscassem grande coisa ao desafiar as proibições, mas haviam recebido uma educação tão medíocre, para não dizer nula, que nos surpreende sua ambição intelectual. E, finalmente, a sua realização.

A primeira geração de mulheres ambiciosas acompanhara certamente mais a forma do que o fundo. Por vezes mais vaidosas do que cultas, o sonho de uma Academia feminina as empolgava mais do que o árduo trabalho intelectual. Seus inimigos aproveitaram-se dessa fraqueza e dela zombaram exageran-do-a. É certo que as intelectuais autênticas, como Mademoiselle de Scudéry, não eram numerosas. A grande maioria das mulheres tinha uma desvantagem inicial muito grande, sua ignorância absoluta, para que pudessem esperar, a menos que fossem geniais, superá-la realmente.

Nota de rodapé:

[35] *Texto do Grand Cyrus, tomo X.*

Fim da nota de rodapé.

No máximo podia esperar, com algum talento, dissimular sua ignorância.

Para melhor avaliar o caminho percorrido por algumas dessas mulheres, é preciso lembrar que toda educação propriamente intelectual lhes era proibida. Na escola, em casa ou no convento, evitava-se desenvolver esses espíritos. E mesmo se houve, aqui e ali, pequenas modificações de programa, o conteúdo do ensino das meninas foi de uma mediocridade espantosa até a primeira metade do século XIX, pois a finalidade era sempre a mesma: fazer delas esposas crentes, donas-de-casa eficientes.

Num internato ou num convento do século XVII, ensinava-se mais ou menos a ler e escrever, mas o essencial do ensino se dividia entre os trabalhos de agulha e os cursos de religião. Em numerosos estabelecimentos, as moças, abandonadas a si mesmas, saíam tão ignorantes quanto tinham entrado. E quando a sua educação se fazia em casa, sob a suposta direção da mãe, os resultados não eram muito mais brilhantes, salvo exceção. Ricas, como a princesa de Orleans, tinham direito essencialmente a lições de boas maneiras. Meninas pobres da nobreza de província, como Madame de Maintenon, vigiavam os perus enquanto aprendiam algumas páginas dos Quatrains de Pibrac.

Pouca coisa fica, no todo, desse ensino. UHistoire mon-diale de la femme36 menciona um levantamento sobre o número de cônjuges capazes de assinar o registro de casamento no final do século: 79% dos homens e 85% das mulheres eram totalmente analfabetos. Se as

mulheres da nobreza são menos do que as outras, ainda assim há entre elas numerosos casos de moças semi-analfabetas, como a mãe do duque de Rohan, incapaz de ensinar o filho a ler, ou Mademoiselle de Brézé, que teve de voltar ao convento depois do casamento com o futuro Grande Conde, para aprender a ler e escrever. Em pleno século XVIII, os memorialistas contam que uma das filhas de Luís XV saiu do convento sem saber ler.

Nota de rodapé:

[36] Histoire mondiale de la femme (XVIe et XVIIe siècles), Paris, Nouvelle Librairie de France, 1965, p. 19.

Fim da nota de rodapé.

110

Para as que tinham aprendido a ler e escrever, restava ainda um longo caminho a percorrer para ser Philaminte ou Madame du Châtelet, um século depois. Era necessário um formidável gosto do saber para galgar da moral de Pibrac às discussões filosóficas, para decidir ser estóica ou epicurista, para optar entre a física de Descartes ou a de Gaseendi.

As preciosas perseveraram, portanto, no caminho da cultura e do saber. Suas filhas foram cultas e, para isso, elas utilizaram todas as oportunidades possíveis. Como nem a casa, nem o internato lhes ensinava alguma coisa, elas dali saíam assim que podiam, para ir ao encontro das mulheres mais instruídas que elas. É por isso que ouvimos falar de mulheres que corriam de um lugar para outro, de salão em salão, de aulas a conferências... Não podendo aprender senão pela boca de outrem, e não tendo outro padrão que sua boa vontade, podiam por vezes confundir um Vadiu e um Trissontin com um filósofo.

Foi certamente graças à sua vida social, que oferecia muitas ocasiões de diálogos e de aulas, que elas puderam aprender os primeiros rudimentos das ciências e da filosofia. Depois, suas leituras faziam o resto.

Pais e maridos, porém, não viam com tão bons olhos essa avidez de cultura. Como não podiam eliminar-lhe a causa, tudo fizeram para minorar-lhe os efeitos. Do fim do século XVI a meados do século XVIII, a maior parte dos homens, e os mais eminentes deles, uniram-se para tentar, com um mesmo discurso, dissuadi-las de seguir esse caminho. De Montaigne a Rousseau, passando por Molière e Fénelon, conjuram-nas a voltar às suas funções naturais de dona-de-casa e de mãe. O saber, dizem eles, estraga a mulher, distraindo-a de seus deveres mais sagrados.

É preciso reconhecer que preciosas e cultas faziam pouco caso da economia doméstica e deixaram fama de execráveis donas

111

-de-casa. G. Faniez[37] descreve-as como sendo cada qual mais desinteressada de sua casa. Madame de Rambouillet era incapaz no lar, como Madame de Sablé, que não deixou quase nada

aos filhos. O marechal de Coligny tomou da mulher a direção da casa, e conta-se que Marie de Montauron, filha de um célebre financista, só usava seus dez dedos para segurar seus mapas...

Os exemplos nesse sentido são numerosos, sendo impossível negar que Chrysale tenha razão: a ciência das mulheres prejudica muito o bom andamento da casa.[38] Armande, Bélise ou Philaminte não discordariam. Mas Armande respondeu antecipadamente a todas essas diatribes desde a primeira cena das Fetnmes savantes. Suas palavras resumem a ideologia feminista de suas companheiras. Comparando as alegrias do casamento com as da filosofia, o elogio desta última não se faz sem a condenação do primeiro. À mulher casada no espírito tradicional, ela diz:

"Desempenhais no mundo um pequeno papel,
entre as coisas da casa vos emparedando,
e sem imaginardes prazeres melhores
que o ídolo do esposo, e os fedelhos dos filhos!"

Ela aconselha à reticente Henriette entregar-se antes ao Espírito: "Case-se, minha irmã, com a filosofia, que nos eleva acima de todo o gênero humano e dá à razão o império soberano."

Armande e Philaminte não escondem suas ambições e sua vontade de poder. Esperam que o saber as eleve à posição dos homens e lhes dê o mesmo prestígio. Talvez até queiram mais do que a igualdade dos sexos. Há espírito de revanche nessas mulheres, como se esperassem que o poder intelectual castigasse os homens pela tradicional sujeição feminina.

Notas de rodapé:

[37] G. Faniez, La femme et la société française (1929), p. 1973.

[38] Les femmes savantes, ato II, cena VII.

Fim das notas de rodapé.

Armadas do saber, Philaminte e suas irmãs entram em guerra com a raça dos maridos. Como diz muito bem Bénichou: "Lá onde elas dizem igualdade, entendemos revanche desmesurada... elas respondem à opressão com o desejo de oprimir."[39]

Seus contemporâneos masculinos entenderam muito bem a mensagem. Segundo o seu grau de libejyjismo, eles lhes opuseram maior ou menor virulência. Afora Poulain de la Barre, nenhum aceitou a idéia de uma igualdade dos sexos, nem mesmo no domínio do saber. Molière, pela boca de Clitandre, "admite que uma mulher saiba de tudo...", mas exige que "ela saiba ignorar as coisas que sabe".

Fénelon, no começo do século das Luzes, é ainda mais severo e restritivo. Concorda plenamente com o dever de modéstia para as moças: "Uma moça não deve falar senão em caso de verdadeira necessidade, com um ar de dúvida e deferência: não deve sequer falar de coisas que estão acima do alcance comum das moças, por mais instruída que seja nessas coisas..."..

Mas ele recusa ao sexo feminino as poucas liberalidades que lhe havia concedido o burguês Molière, e compara a curiosidade científica a um impudor próximo do delito sexual: "Conservai seu espírito, tanto quanto puderes, nas normas comuns e ensinai a elas que deve haver em seu sexo um pudor em relação à ciência quase tão delicado quanto o pudor que inspira o horror ao vício.'..[1]

Em nome disso, Fénelon estabelece um programa mínimo para a educação das moças, compreendendo um pouco de matemática (ciência abstrata, portanto viril por definição) e de literatura clássica e religiosa. Proíbe-lhes, porém, o direito, o espanhol e o italiano... E não lhes permite mais que rudimentos de latim e de história quando isso é realmente necessário para a Moral e a Religião. O essencial do tempo das moças deverá ser consagrado, como sempre, a adquirir conhecimentos úteis à sua vida futura.

Notas de rodapé:

[39] Mordes du Grand Siècle, Gallimard, Paris, 1948, p. 198.

[40] Fénelon, De Véducation des filies, cap. 10.

[41] Id. Ibid., cap. 7 (grifos nossos).

Fim das notas de rodapé.

113

Apesar dessa resistência masculina quase unânime, nossas ambiciosas conseguiram progredir. Abandonando pouco a pouco o caminho da preciosidade, seu feminismo mudou de caráter. A partir da década de 1660, o elemento científico tornou-se seu objetivo dominante. Elas se interessam seriamente pela filosofia, a astronomia e as ciências físicas. Van Beekon[42] lembra seus sucessos nessas matérias, e cita as glórias das cartesianas como Madame de Grignan (1646-1705), das humanistas como Madame Dacier (1651-1720), das físicas como Madame de La Sablière (1636-1693), ou de autoras de crônicas ou de memórias históricas como Madame de Motteville (1621-1689) e Ma-demoiselle de Montpensier (1627-1693). Sem falar de Madame de La Fayette (1634-1692) ou de Madame de Sévigné (1626-1696). Mesmo que a maioria dessas mulheres nos sejam quase desconhecidas, seus exemplos se propagaram a pouco e pouco. Nos salões das províncias distantes, todas as mulheres relativamente abastadas e ambiciosas sonhavam imitá-las. E se não podiam adquirir o seu talento, podiam pelo menos tentar copiar sua maneira de agir. Todas essas estrelas da cultura liam muito, aprendiam línguas e freqüentavam os melhores espíritos. Em Marselha, ou em outros lugares, procura-se fazer o mesmo com os meios disponíveis (os bons espíritos)!

A filosofia das Luzes estimulava esse estado de espírito. Embora Diderot tenha aplaudido a peça de Molière, não é por acaso que Les femmes savantes conheceram um eclipse no século XVIII, antes de reencontrar um melhor público no século XIX. Homens como

Voltaire, ligado a Madame du Châtelet, ou dAlembert, a Julie de Lespinasse, sem falar do autêntico feminista que foi Condorcet, não puderam deixar de condenar uma peça que ridicularizava a emancipação intelectual das mulheres.

Nota de rodapé:

[42] Van Beekon, De la formation intellectuelle et morde de la femme (1922), p. 208.

Fim da nota de rodapé.

114

No século XVIII, mais que em qualquer outro, com exceção do nosso, as mulheres das classes mais favorecidas puderam alcançar a autonomia intelectual. Um pequeno núcleo de mulheres, em relação aos 80% de suas irmãs analfabetas, soube provar que, com o tempo e dinheiro, as mulheres podiam ser iguais aos homens. Nessa época, as Philaminte agressivas deram lugar às mulheres lúcidas, mas desençaatadas, como Madame du Deffand ou Madame du Châtelet. Esta última é o melhor protótipo das chamadas "mulheres filósofas". Autêntica intelectual, ninguém a poderia acusar de amadora. No castelo de Cirey, que abriga seus amores aplicados com Voltaire, ela estuda a fundo a física cartesiana, de que não gosta, e a de Newton, que adora. Consagra-se às matemáticas, ajudada pelo melhor professor da época: Maupertuis.

Menos amada por Voltaire do que o teria desejado, Madame du Châtelet deixou-nos diversos tratados, entre os quais um Discours sur le bonheur que nos mostra sua sabedoria epi-curista. Decepcionada talvez com os limites da paixão do grande homem, ela confidencia que seu amor ao estudo foi a única compensação real à sua condição de mulher. Ela parece resumir toda a ideologia feminista de seu tempo: "O amor ao estudo é bem menos necessário à felicidade dos homens do que das mulheres... Eles têm outros meios de chegar à glória. As mulheres, porém, são excluídas de toda espécie de glória e quando, por acaso, encontra-se alguma que nasceu com uma alma bastante elevada, resta-lhe apenas o estudo para consolá-la de todas as exclusões e de todas as dependências a que está condenada pelo seu estado."

As palavras de Madame du Châtelet são bem significativas. Não só revelam o que pensa um certo número de mulheres há um século, isto é, que o saber é o único meio de emancipação, como constituem uma constatação de fracasso. O saber não basta para se tomar o poder. No máximo, as mulheres podem sonhar com o papel de conselheira oculta de um grande homem. Um poder por procuração, que não enganava Madame

115

du Châtelet. Madame du Pompadour, por mais poderosa que fosse, era em primeiro lugar apenas a amante do rei.

É preciso, portanto, ser muito lúcida para compreender que o saber não passa de um consolo para as mulheres, um prazer solitário que não pode satisfazer a vontade de poder.

Coube a Madame d'Epinay, rousseauniana da primeira hora, tirar as conclusões a propósito de sua consorte em espírito. Já que se proíbe ao conhecimento feminino participar da ação, condena-se a ciência das mulheres à superficialidade: "A mais culta das mulheres não pode ter senão conhecimentos muito superficiais... Para se poder utilizar os próprios conhecimentos, é preciso unir a prática à teoria, sem o que tem-se noções muito imperfeitas. De quantas coisas elas são impedidas de se aproximar! Tudo o que concerne à ciência da administração, da política, do comércio, lhes é estranho, lhes é proibido... E essas são as únicas grandes causas pelas quais os homens instruídos podem ser úteis aos seus semelhantes, ao Estado e à sua Pátria."

As palavras dessas duas grandes damas do século XVIII são muito significativas de uma modificação ideológica importante no destino das mulheres. Madame du Châtelet representa o antigo estado de espírito e encerra o período feminista de conquistas. Inteiramente voltada para seus estudos, não é por acaso que parece ter sentido tão pouco a morte de seu bebê. Em oposição, Madame d'Epinay, grande amiga de Rousseau, abre uma nova era na história da mulher. Deixando a ciência aos homens, ela se apodera simbolicamente de um novo papel, deixado vago há muito tempo: o de mãe. Em lugar de um tratado de matemática, Madame d'Epinay publica as Lettres a seu filho, que lhe valem um artigo entusiástico no Mercure de France de junho de 1756. Sob o título Lettre à une dame occupée sérieusement de Vêducation de ses enfants, um autor anônimo, que se diz ter sido Grimm, faz o elogio desse novo tipo de mulheres, as boas mães, e acusa as outras de uma falsa

filosofia, que as faz parecer desligadas de todos os laços humanos. É de certa forma a primeira manifestação da nova moda.

Para resumir as motivações tradicionais invocadas ou dissimuladas pelas mulheres para não se ocuparem de seus filhos, parece-nos que elas se apegam a duas razões não exclusivas. De um lado, o egoísmo que as faz preferir, acima de tudo, a sua liberdade e a sua pessoa; do outro, o amor-próprio que as impede de restringir sua dignidade de mulheres aos limites da maternidade. Revelaram-se, assim, três tipos de mulheres mais ou menos liberadas ou alienadas; embora todas elas invoquem sua liberdade como motivo essencial de sua ação.

Para umas, a liberdade é fazer o que se quer, quando se quer. Em seu caso, o filho é um entrave material a essa vida de prazer. Parece que para essas mulheres nenhum dever, nenhuma obrigação moral ou social particular se opõe ao prazer que reclamam alto e bom som. Nenhum princípio de realidade contrabalança e cria obstáculo ao princípio do prazer.

Para as mulheres de sociedade, se reivindicam a liberdade, não é mais para fazer o que querem onde querem. A mulher de sociedade quer fazer o que as outras mulheres de sociedade,

as aristocratas e todas as mulheres elegantes, fazem, no momento em que o fazem. Sua liberdade consiste em se submeter o mais completamente possível às modas e aos imperativos sociais.

Livres de seus filhos, elas se apressam a obedecer a todos os caprichos da classe dominante. Seu prazer é limitado pela moral... do prazer; sua liberdade, pela obrigação social de parecer livre: de todos os preconceitos morais, de todas as ligações sentimentais e, certamente, de todas as obrigações econômicas.

A aparência é o grande senhor dessas mulheres, em contínua mudança, como o bom-tom. Seu objetivo é distinguir-se por todos os meios da burguesia, tão desprezada pela nobreza. Como a burguesa se definia como esposa e mãe, apressaram-se a ser o oposto. Resultado: se conseguiram libertar-se dessas

117

duas funções, foi para melhor se submeterem a um modelo estereotipado de mulheres liberadas. Esgotaram-se literalmente para parecer livres, ostentando um modo de vida em que a moral e os sentimentos estavam ausentes.

Os Goncourt[43] descreveram com humor e talento a vida dessas mulheres, cujos atos são todos marcados de mundanei-dade, desde o levantar, às onze horas da manhã, até a hora de se deitar, tarde da noite: o despertar, a toalete, as visitas, a equitação, a leitura, os passeios, os espetáculos, as ceias eram ocasiões para se mostrarem em sua melhor aparência. Obcecadas pelo "parecer", trocavam uma servidão por outra sujeição.

As "mulheres filósofas" têm coisas em comum com os dois tipos de mulheres acima descritos, mas também se distinguem delas. Das primeiras têm o egoísmo, pois querem se desembaraçar de todos os entraves materiais para melhor viver para si mesmas. Como as segundas, dão mostras de um grande desejo de liberdade. Mas contrariamente às primeiras, sua liberdade não se define em termos de prazer. Em oposição às segundas, para elas o termo liberdade é sinônimo de autonomia real e de independência em relação ao modelo feminino mais comum, indicador de uma tríplice servidão: a maternidade, que sujeita a mulher ao filho, o casamento, que a sujeita ao marido, e a mundaneidade, que a sujeita a um código. Para elas, a liberdade não é dada, mas adquirida por um longo trabalho de liberação intelectual. Ora, todos sabem, desde Aristóteles, que a ciência exige ócios e uma independência real em relação às necessidades e a outros obstáculos materiais ou sentimentais.

Mas quer sejam filósofas, mulheres do mundo ou goza-doras, todas essas mulheres tinham em comum o mesmo egoísmo sólido. Todas sacrificaram suas obrigações maternas a seus desejos pessoais, fossem eles insignificantes ou legítimos. Às menos favorecidas, que só pensavam em imitá-las, ofereceram o exemplo da indiferença, que foi elevada à categoria de valor

dominante.

Nota de rodapé:

[43 M]E. e J. Goncourt, La femme au XVII siècle, p. 99 a 105.

Fim da nota de rodapé.

118

Veremos agora a que preços foi paga essa escolha, e qual foi o destino trágico de seus filhos. Examinando os registros de sepultamento dos séculos XVII e XVIII, somos bastante tentados a inverter a frase hegeliana e dizer que a vida dos pais é paga com a morte dos filhos.

OS TRÊS ATOS DO ABANDONO

No século XVII e sobretudo no século XVIII, a educação da criança das classes burguesas ou aristocráticas segue aproximadamente o mesmo ritual, pontuado por três fases diferentes: a colocação na casa de uma ama, o retorno ao lar e depois a partida para o convento ou o internato. A criança viverá no máximo, em média, cinco ou seis anos sob o teto paterno, o que não significa absolutamente que viverá com os pais. Podemos dizer, desde já, que o filho do comerciante ou do artesão, como o do magistrado ou do aristocrata da corte, conhecerá uma solidão prolongada, por vezes a falta de cuidados e com freqüência um verdadeiro abandono moral e afetivo.

A entrega à ama

Freqüentemente, o primeiro ato do abandono é desempenhado alguns dias, ou mesmo algumas horas, após o nascimento da criança, como aconteceu com o jovem Talleyrand. Mal saído das entranhas maternas, o recém-nascido é entregue a uma ama. São numerosos os testemunhos sobre esse costume que faz a criança desaparecer rapidamente da vista dos pais. Sébastien Mercier, como bom observador dos costumes de seu tempo, descreve, não sem ironia, a visita à parisiense recém-parida. Para comemorar o parto, os pais promovem uma recepção

119

em casa, para que todos possam cumprimentar a família feliz. Não obstante, observa Mercier,[44] falta à mãe "o encanto mais interessante e que daria ao seu estado um ar mais respeitável: o filho em seu berço". E acrescenta: "Observei que ninguém ousava falar do recém-nascido ao pai, ou à mãe."44

Notemos em primeiro lugar a surpresa de Mercier ante um comportamento muito difundido, que só se explica pela redação tardia de sua obra, de 1782 a 1788, época em que a

moda eram as idéias de Rousseau. Mercier julga, portanto, o antigo comportamento materno pela óptica do Émile.4[5] Em seguida, dá a entender que essa cerimônia lhe parece deslocada, senão imoral. Considera chocante que a comemoração de um nascimento seja pretexto para um ato mundano entre outros, e que em lugar de se festejar a criança e a mãe, preste-se homenagem a uma mulher que se deve esquecer que é mãe.

Enquanto os pais recebem os conhecidos, o bebê já está nos braços de sua ama. Segundo o chefe de polícia de Lyon: "Há, em nosso povo, três maneiras de conseguir amas: são previamente contratadas, são encontradas ou recorre-se a mensageiras."[46]

O primeiro método é praticado pelas grandes famílias. Os pais, com a ajuda de um médico, escolhem com cuidado a ama, como aconteceu com o jovem duque de Borgonha em 1682, ou com os filhos de Maria Antonieta. Para isso, seleciona-se a que parece "a mais sadia e de bom temperamento, de boa cor e carne branca. Não deve ser gorda nem magra. É preciso que seja alegre, bem-disposta, viva, bonita, sóbria, mansa e sem nenhuma paixão violenta".[47]

Se considerarmos que dos 21 mil bebês parisienses nascidos em 1780, houve quase mil amamentados a domicílio por uma ama-de-leite, é fora de dúvida que não houve mil amas escolhidas com tanto cuidado quanto aquelas dos lactentes reais.

Notas de rodapé:

[44] Sébastien Mercier, Tableaux de Paris, tomo V, p. 465.

[45] Émile, livro I, p. 258: "respeita-se menos a mãe cujos filhos não se vê."

[46] Prost de Royer, Mémoire sur la conservation des enfants (1778).

[47] Dictionnaire de Trévoux, artigo Nourrice.

Fim das notas de rodapé.

120

E Prost de Royer observa que nas famílias menos ricas e menos célebres, muitas vezes se contrata uma ama sem que se tenha conseguido aquilo que se deseja. "Recorre-se aos serviços de um intermediário qualquer, que desaparece ou que se engana. Chegado o dia, a ama não existe, nunca foi mãe, nada prometeu ou aceitou outro encargo. A que chega é uma mulher asquerosa e doentia, que a mãe não vê e com quem o pai pouco se preocupa."

O segundo método, mais característico das classes populares, consiste em se preocupar com a escolha da ama depois que a criança nasce: "É quando começam as dores do parto que o pai se põe a procurar uma ama." Dirige-se, então, aos vizinhos, percorre os mercados e as ruas, e fica com a primeira camponesa que aparece, sem examinar-lhe a saúde, ou o leite, sem sequer verificar se realmente o tem.

O terceiro método, o mais comum, é o recurso às mensageiras, chamadas

"recomendadoras", que são intermediárias que fazem ponto nos mercados ou nas grandes praças. Elas mantêm uma espécie de agência de empregos, que só serão realmente regulamentados em 1715.

Antes disso, e fora de Paris, elas têm uma atividade muito anárquica: "Sem nome, sem domicílio, assistem ao batismo, recebem a lembrança, levam a criança, entregam-na pelo menor preço, ou a confiam ao primeiro que aparecer... Não dizem à ama o nome da criança... Não dão à família o nome de uma ama que ainda não têm, e que esperam encontrar em seguida."[48]

Daí a constatação amarga do chefe de polícia de Lyon em 1778: "Enquanto nossos asilos registram e numeram todas as crianças abandonadas que lhes são entregues — enquanto o caçador marca seu cão com medo de vê-lo trocado; enquanto o açougueiro distingue cuidadosamente os animais destinados a ser abatidos para a nossa alimentação, a criança do povo sai de nossos muros sem certidão de batismo, sem nada escrito, sem indicações, sem que se saiba o que será dela."

Nota de rodapé:

[48] Prost de Royer, op. cit., p. 15.

Fim da nota de rodapé.

121

Sua vida depende de uma intermediária que não tem registro e não sabe ler. Se desaparece ou morre, todas as crianças a ela entregues se perdem junto.

Essa crítica muito severa de Prost de Royer é confirmada pelos moralistas dos fins do século XVIII. Todos ressaltam, com ironia, que a maioria das pessoas são mais atentas e mais exigentes quando se trata de escolher uma criada, um moço de estrebaria para cuidar de seus cavalos, e mais ainda um cozinheiro para os alimentar. Dessa indiferença inicial segue-se naturalmente uma situação catastrófica para as crianças colocadas em casa de amas.

As mais pobres começam por sofrer a prova cruel da viagem que as deve levar ao campo. Segundo o médico Buchan, amontoam-nas em carroças mal cobertas onde são tão numerosas que as pobres amas se vêem obrigadas a segui-las a pé. Expostas ao frio, ao calor, ao vento e à chuva, não mamam senão um leite aquecido pelo cansaço e o jejum da ama. As crianças mais frágeis não resistiam a esse tratamento e com freqüência as amas as devolviam aos pais, mortas, poucos dias após sua partida.

Garden conta alguns casos[49] que figuram nos relatórios de polícia de Lyon ou de Paris sobre essas horríveis condições de transporte. Uma intermediária leva seis bebês numa viatura pequena, dorme e não percebe que um bebê cai e morre esmagado por uma roda. Um transportador encarregado de sete lactentes perde um deles, sem que se possa saber o que foi feito do bebê. Uma velha encarregada de três recém-nascidos afirma não saber a quem os destina.

Toda a sociedade mostra tamanha indiferença que será preciso esperar 1773 para que a polícia ordene aos acompanhantes e outros transportadores de crianças a utilização de viaturas cujo fundo seja suficientemente coberto de palha nova, que sejam cobertas com uma boa lona, e que as amas as acompanhem na carroça, para evitar a queda de algum bebê...

Nota de rodapé:

47Garden, op. cit., p. 70.

Fim da nota de rodapé.

122

As crianças que sobrevivem à prova da viagem (em que morrem entre 5 e 15%, segundo a estação do ano) não chegam com isso ao termo do seu sofrimento. A primeira razão é a situação catastrófica das próprias amas. Médicos e moralistas do século XVIII as acusarão de todos os pecados: ambição do ganho, preguiça, ignorância, preconceitos, vícios e doenças. Mas, pelo que sabemos, poucos refletirão sobre as causas desses pecados. Um deles, porém, o médico lionês Gilibert, reconhecerá em 1770 que a razão de tantos erros, freqüentemente mortais, é a pobreza indescritível dessas amas: "mulheres atoleimadas pela miséria, vivendo em pardieiros..."[50]

Gilibert mostra que são obrigadas a trabalhar na lavoura com o suor de seu rosto, passando a maior parte do dia longe de casa. "Durante esse tempo, a criança fica totalmente abandonada a si mesma, afogada em seus excrementos, estrangulada como um criminoso, devorada pelos mosquitos... O leite que mama é um leite aquecido por um exercício violento, um leite ácido, seroso, amarelado. Assim os acidentes mais terríveis as põem a um passo do túmulo."[51]

Essas pobres amas são por vezes doentes: enfraquecidas porque mal nutridas, sofrendo da sífilis contraída nas cidades, por vezes sarnentas ou portadoras de escrófulas e de escorbuto. Suas enfermidades alteram o leite e contaminam o bebê. E como censurá-las, em meio a essa indiferença geral?

Como também censurá-las por manter junto de si seu próprio filho e alimentar o filho das outras com os restos, que completam com papas inteiramente indigestas? Mistura de água e de pão que mastigam previamente, antes de dar à criança. Por vezes lhes dão também castanhas trituradas, um pouco de trufa ou de pão pesado dissolvido em um pouco de vinho azedo. Como se surpreender com a constatação de Gilibert: "Dentro em pouco o ventre está intumescido, ocorrem convulsões e esses pequenos infelizes morrem."

Notas de rodapé:

[50] E. Shorter, op. cit., p. 222.

[51] Gilibert, Dissertation sur Ia dépopulation, 1770, p. 286.

Fim das notas de rodapé.

123

É preciso esperar o século XVIII para que as amas dêem leite de vaca em pequenos chifres furados (precursores das mamadeiras) porque, segundo um preconceito firmemente arraigado na mentalidade popular, acredita-se que sugando o leite suga-se também o caráter e as paixões de quem amamenta. Esse procedimento, porém, encerra perigos, pois elas desconhecem a parte exata de água que deve ser misturada ao leite.[52]

Finalmente, a criança é alimentada sem regras nem horários. Mama quando isso convém à ama. Em demasia, ou muito pouco. Disso decorre um sem-número de pequenas doenças que se podem tornar fatais: acidez, gases, cólicas, diarréias verdes, convulsões ou obstruções, e febres.

A essa má alimentação é preciso acrescentar práticas que são por vezes assassinas, como a utilização de narcóticos para fazer a criança dormir e ficar tranqüila. Xarope de diacódio, láudano, aguardente[53] são de uso corrente nas províncias meridionais. Ali, as farmácias vendem esses produtos com tanta facilidade que não é raro a criança morrer de uma dose excessiva, ao que se conta.

Mas quando a alimentação não é fatal ao bebê, sua natureza tem ainda de vencer um mal temível: a sujeira e a falta de um mínimo de higiene. O médico Raulin[54], entre outros, pinta um quadro catastrófico da criança atolada em seus excrementos durante horas, por vezes dias inteiros, ou mais. As amas deixam por vezes transcorrer semanas sem mudar certas roupas da criança, ou a palha sobre a qual ela se deita.

Notas de rodapé:

[52] O uso da mamadeira estava porém muito difundido em outros países da Europa, como na Alemanha e na Rússia. Cf. A. Chamoux, "L'allaitement artificiei", Annales D. H., 1973, p. 411-416. Em sua Autobiographie, Thomas Platter conta que foi alimentado com um chifre.

[53]Shorter, op. cit., p. 224.

[54] Raulin, De la conservation des enfants, 1769.

Fim das notas de rodapé.

124

Isso também provoca uma série de doenças, apesar das reiteradas advertências dos médicos, que não chegam até as amas, mas poderiam ter sido ouvidas pelos pais...

O médico Gilibert testemunha pessoalmente: "Quantas vezes, ao despirmos as crianças, não as vimos cobertas de excrementos que denunciavam sua prolongada permanência junto às exalações empesteadas; a pele desses infelizes estava toda inflamada, coberta de úlceras sórdidas. À nossa chegada, elas teriam trespassado o coração mais feroz com os seus gemidos; seu tormento pode ser avaliado pelo alívio imediato que sentiam quando eram libertadas e desamarradas... Estavam inteiramente esfoladas e, se tocadas com um pouco menos de

delicadeza, lançavam gritos pungentes. Nem todas as amas levam a negligência a esse extremo revoltante. Mas podemos afiançar que há muito poucas suficientemente vigilantes para conservar as crianças num estado satisfatório de limpeza, ou seja, para evitar completamente as doenças que as ameaçam."[55]

O uso do enfaixamento era outro fator de mal-estar e de doença para o bebê. Eles eram vestidos, primeiro, com uma pequena camisa, veste grosseira que fazia várias dobras e pregas, e sobre ela um cueiro; em seguida, os braços eram colocados contra o peito, e as crianças envolvidas com uma larga faixa sob as axilas, que lhes imobilizava braços e pernas. Dobravam-se fraldas e faixas entre as coxas e completava-se o todo com uma faixa circular apertada ao máximo dos pés ao pescoço.

Os resultados desse empacotamento eram os piores. A ligadura circular pressiona as pregas cortantes contra a pele do bebê, e, quando ele é despido, seu pequeno corpo está todo marcado, vermelho e ferido. Os panos dobrados entre as coxas têm o mesmo inconveniente, e impedem que a urina e os excrementos se afastem do corpo. Daí a formação de irritações e escrófulas. As faixas apertadas apresentavam, aos olhos das amas, uma dupla vantagem: evitar a luxação da coluna vertebral e fazer subir a gordura para debaixo do queixo, a fim de que o bebê aparentasse estar mais gordo.

Nota de rodapé:

[55] *Gilibert, op. cit.*

Fim da nota de rodapé.

125

Mas a bandagem pressionava as costelas para dentro e perturbava os pulmões e, portanto, a respiração. Isso provocava tosses ou vômitos, pois a digestão fazia-se mal. A maior parte do tempo a criança assim amarrada chora a perder o fôlego, e tem convulsões.

Ninguém pode culpar as amas por esse costume. Há séculos, e até o século XIX, os bebês eram assim enfaixados por medo de que sua moleza provocasse algum acidente, e para que crescessem retos e bem formados. Tampouco acompanharemos os moralistas do século XVIII, que fustigaram a ama madrasta. Se elas penduram a criança num prego durante horas, pela roupa, é com a boa intenção de evitar que seja comida ou ferida pelos animais da fazenda. Não há nenhuma maldade nesse gesto, mesmo que os resultados sejam cruéis para a criança, cujo sangue circula mal.

É claro que certas amas são más com as crianças que lhes são confiadas, e muitas vezes as consideram um empecilho cuja morte não é lamentada. Mas em que seriam mais culpadas do que as mães que lhes abandonam os filhos?

Não é exagero falar de abandono materno, pois uma vez a criança entregue à ama, os

pais se desinteressam de sua sorte. O caso de Madame de Talleyrand, que em quatro anos não pede sequer uma vez notícias de seu filho, não é excepcional. E no entanto, ao contrário de tantas outras, ela tinha todas as facilidades para fazê-lo. Sabia escrever e o filho vivia com uma ama parisiense.

Quatro anos é o prazo médio da permanência da criança em casa da ama. Desmamados aos quinze ou dezoito meses, ou mesmo aos vinte, as crianças não voltam por isso para a sua família. As amas as conservam para fazer a desmama até os três, quatro ou cinco anos. Por vezes mais.

Durante todo esse tempo, os pais pareciam pouco preocupados com a sorte do filho distante. Raramente o visitavam. Por vezes escreviam para se assegurar de que tudo ia bem. As

126

amas, ajudadas pelo vigário, respondiam invariavelmente com palavras tranqüilizadoras e um pedido de dinheiro para despesas suplementares. Tranqüilizada, a mãe não queria saber de mais nada, seja por evidente desinteresse, seja porque, muito pobre, preferisse ser esquecida pela ama.[56]

O desinteresse não é apanágio exclusivo dos mais desamparados. Numerosos casos mostram que ele atinge todas as classes da sociedade. Garden cita vários deles, notadamente o do marido de uma ama de Nantua que escreve, em 1755, ao pai natural, operário chapeleiro em Lyon: "O senhor não perguntou, desde que ele está conosco, como passa. Mas graças a Deus ele vai bem." No mesmo ano, um mestre carpinteiro (que não está na miséria) queixa-se do mau estado em que a ama e o marido lhe devolveram o filho. Estes respondem: "Não cabe a nós dar informações a pais e mães, e sim a estes ir ver seus filhos."

A verdade é que quando a criança volta ao lar paterno, quando volta, está freqüentemente estropiada, malformada, raquítica, enfermiça ou mesmo gravemente doente. Os pais queixam-se amargamente e talvez com mais alarido do que se o filho tivesse morrido. Pois uma criança doente representa muitas despesas futuras e poucas vantagens a longo prazo.

Governanta e preceptor

Também para os filhos das classes abastadas, chega o momento de voltar à casa da família. O caso do jovem Talleyrand, enviado, logo ao deixar os braços da ama, para a casa da avó, no campo, sem ver os pais, é bastante raro.

Nota de rodapé:

[56] MProst de Royer resumiu muito bem essa última situação: "A criança é entregue a mãos desconhecidas, é trocada durante a viagem, fica exposta, é morta sem que os pais o imaginem e se inquietem.

Infelizes! Temem notícias que são sempre acompanhadas da cobrança do salário mensal da ama... Escondem-se para fugir, senão da criança de quem dão notícias, pelo menos da ama que reclama pagamentos. Por vezes, desaparecem antes de serem convocados pela justiça, e o asilo acolhe a criança como abandonada."

Fim da nota de rodapé.

127

Em sua maioria as crianças chegam finalmente a conhecer os pais. Esperam quatro ou cinco anos para chegar a isso. Ao voltar da casa da ama, o filho das classes abastadas é imediatamente confiado a uma governanta, até os sete anos. Em seguida, se for menino, é entregue a um preceptor.

Eis como os irmãos Goncourt descrevem a existência da menina: "Ela é instalada com a governanta nos aposentos do ático. A governanta procura torná-la uma pessoa, lisonjeando-a e mimando-a... pois ela já é dona de uma fortuna... Ensinava-lhe a ler e escrever (nem sempre muito bem)... recomendava-lhe manter-se ereta e fazer reverência a todos... isso é mais ou menos tudo o que a governanta lhe ensinava."[57]

Durante esse tempo, a mãe parece reservar toda a sua afeição ao cãozinho que lhe serve de brinquedo e dorme no seu quarto, senão na sua cama. Com a filha, mantém relações raras e distantes. Dos pequenos aposentos onde a governanta a mantinha, a menina "não descia quase nunca aos aposentos da mãe, a não ser por um breve momento às onze horas da manhã, quando entravam no quarto de postigos semifechados os familiares e os cachorros". Seguia-se um curto monólogo da mãe, do tipo relatado pelo príncipe de Ligne:[58]

— Como você está vestida! dizia a mãe à filha que lhe dava bom-dia.

— O que tem você? Não está com bom aspecto hoje. Vá passar um pouco de ruge. Não, não passe, pois não vai sair hoje.

Depois, voltando-se para uma visitante de fora, a mãe acrescenta:

Notas de rodapé:

[57] Irmãos Goncourt, La femme au XVIII' siècle, p. 23.

[58] Príncipe de Ligne: Mélanges militaires, littéraires et sentimen-taires (Dresden, 1795-1811, v. XX).

Fim das notas de rodapé.

128

— Como eu gosto dessa criança! Venha me dar um beijo, filhinha. Mas você está bem suja, vá limpar os dentes... Não me venha com questões, você é realmente insuportável.

A visitante acredita-se na obrigação de dizer:

— Ah! Madame, que mãe carinhosa!

— Mas é claro, sou louca por essa criança! Comentário dos Goncourt: mãe e filha não tinham outras relações além dessas, isto é, uma visita futil de conveniência, iniciada e encerrada geralmente por um beijo no queixo da mãe, para não estragar-lhe o ruge.[59] Era costume, entre as

mães que obedeciam à moda, manter uma fisionomia severa e rabu-genta. Acreditavam ser conveniente à sua dignidade manter em relação à criança uma certa indiferença: "Assim a mãe aparece à filha como a imagem de um poder quase temível, de uma autoridade de quem tem medo de se aproximar. A timidez toma conta da criança... e surge o medo onde só devia haver respeito."[60]

Isso explica o testemunho, encontrado nas cartas de d'Aguesseau, de pais que se surpreendem com o aspecto temeroso da filha e pedem a ela que "faça desaparecer o tremor que há em seu amor filial".[61]

A existência do jovem aristocrata não era mais amena que a de sua irmã. Pelo contrário. Sem chegar aos excessos de violência de Frederico-Guilherme com seu filho, a severidade dos pais era coisa comum. O filho do marechal de Noailles contou que, pequeno, acordavam-no às cinco da manhã, davam-lhe uma sopa de nabos e que por vezes tinha tanta fome que tentava roubar um pedaço de carne nas suntuosas travessas que enchiam a mesa paterna. Se os criados o denunciavam, o pai mandava açoitá-lo. O mesmo testemunho é dado por Lauzun:

Notas de rodapé:

[59M]Michel de Decker, em La princesse de Lamballe (Perrin, 1979), relata que para a jovem Maria Tereza "a mãe... é uma dama cuja mão se beija durante a sua toalete". (p. 130).

[60] Goncourt, op. cit., p. 6.

[61] Lettres inédites de d'Aguesseau publicadas por Rives, 1823, v. I.

Fim das notas de rodapé.

129

"as mais belas roupas para sair, nu e morto de fome em casa."[62]

Que dizem as mães destas crianças de sete, oito anos? Nada, aprovam silenciosamente e cuidam de seus afazeres. A prova dessa atitude geral das mães nos é proporcionada por um exemplo oposto bastante excepcional para ser citado como modelo a seguir: a carta já mencionada do Mercure de F rance que felicita uma grande dama (Madame d'Epinay) por cuidar seriamente dos filhos. O autor traçava um quadro muito negativo das atitudes maternas correntes e concluía: "Nada é mais raro do que uma mãe terna e esclarecida, capaz de unir o sentimento e a razão." E maravilha-se de que essa boa mãe "não os deixe sequer um momento abandonados a si mesmos... que ela mesma se encarregue de sua educação... que exerça sobre eles uma suave autoridade... que estude por si mesma o temperamento, o caráter e o gosto de seus filhos".

Se Madame d'Epinay era essa boa mãe, isso não impede que tivesse, para lhe evitar qualquer fadiga, uma governanta para a filha e um preceptor para o filho...

O preceptor substituía a governanta. Fazia parte da criadagem, tal como o lacaio ou o escudeiro, mas, observa Crousaz, "É mais honroso livrar-se da presença dos filhos entregando-os

a um preceptor do que a um lacaio".[63] O preceptor devia ensinar a ler e escrever, algumas palavras de latim, um verniz de geografia e uma pitada de história. Por isso, não é preciso grande esforço para encontrar alguém capaz de ocupar o cargo. "Aceita-se o primeiro que aparece: a recomendação de um criado ou de qualquer pessoa igualmente incapaz, mas a quem se está ligado por algum interesse, determina a entrega do que temos de mais precioso a mãos desconhecidas."

A escolha do preceptor não é muito diferente da escolha da ama. Opta-se em geral pelo mais barato. No século XVIII, todos os burgueses ricos poderiam ter repetido o que Voltaire escreveu sobre o preceptor que procurava para Mademoiselle Corneille:

Notas de rodapé:

[62] Lauzun, 14, citado por Duff Cooper, 7.

[63] Crousaz, Traité de la éducation des enfants, 1722, p. 112-114.

Fim das notas de rodapé.

"Se conhecer alguns pobretões que saibam ler e escrever e que possam ter um verniz de geografia e história... nós os abrigaremos, aqueceremos, daremos roupa lavada, alimentaremos e pagaremos, mas pagaremos bem pouco."[64]

Com efeito, não se paga muito. Encontram-se jovens seminaristas por 300 libras de honorários por ano. Alguns eram competentes como Rousseau, preceptor do jovem Mably, e encarregado também da direção da adega.[65] Outros eram ignorantes e rudes. Eram substituídos com freqüência, como criados. Crousaz nota com amargura que os pais são pouco exigentes na escolha do preceptor: "Um homem rico não entrega o cuidado de seus cavalos a um desconhecido, quer testemunhar pessoalmente a sua capacidade para adestrá-los. Mas dá-se o mesmo trabalho para conhecer a quem entrega seus filhos?"[66]

As crianças dão-se conta disso e "concluem que ele só é seu mestre nominalmente, e que no fundo está infinitamente abaixo delas... é, no máximo, o primeiro dos criados."[67] Na realidade, os pais muitas vezes têm maior consideração pelo criado de quarto que pelo preceptor. Aliás, observa ainda Crousaz, se por vezes os criados conseguem abrir caminho para a fortuna, são muito poucos os preceptores a quem se tenha deixado uma mostra de reconhecimento pelos seus serviços.

O internato

Lá pelos oito, dez anos, o costume mandava que a criança fosse novamente afastada de casa, a fim de aperfeiçoar sua educação. Antes do século XVII, ela fazia seu aprendizado na casa de vizinhos. As famílias, trocavam reciprocamente seus filhos, para servirem como criados ou

aprendizes.

Notas de rodapé:

[64] Voltaire, Lettre de 16 de dezembro de 1760.

[65] Rousseau, Confessions, I, VI.

[66] Crousaz, op. cit., p. 112-114.

[67] lã. Ibiã.

Fim das notas de rodapé.

131

Prática surpreendente, se consideramos que a criança vai aprender fora de casa, o que seus próprios pais lhe teriam podido ensinar. Mas esse uso mostra que é mais fácil ser bom patrão do que bom pai. Como se, ao intervirem os laços de sangue, as relações se tornassem mais difíceis...

Progressivamente, a partir do fim do século XVI, a escola toma o lugar do aprendizado como meio de educação. No século XVII multiplicam-se as escolas para meninos e meninas, os colégios com internatos para os maiores e os conventos para as meninas. Jesuítas e oratorianos rivalizam como melhores educadores de jovens de boas famílias. Seus melhores estabelecimentos são Louis-le-Grand e o colégio de Ia Flèche, de um lado, e Juilly e Sainte-Barbe, do outro.

Com as escolas e, sobretudo no final do século XVII, a criação dos internatos, que separam radicalmente os adultos das crianças, começa, segundo Aries, "um longo processo de internamento das crianças (como os loucos, os indigentes e as prostitutas) que não cessará de se ampliar até os nossos dias."[68] Philippe Aries sugere que esse afastamento e essa tentativa de "despertar a inteligência" das crianças é uma das faces da grande moralização dos homens; que esta só se tornou possível com a "cumplicidade sentimental das famílias". Segundo ele, essa afeição dos pais exprime-se pelo lugar atribuído à educação e isso é uma nova prova da importância conferida à criança.

As observações de Aries suscitam algumas restrições. É fora de dúvida que o desejo de educação e instrução é sinal de interesse pela criança. É verdade também que a burguesia considera o saber (mais do que a nobreza, que o desprezou por longo tempo) como um meio de promoção social, uma vez que, graças a ele, ela se apoderou dos cargos do funcionalismo público e de altos postos do Estado, como as intendências. Mas não será possível ver igualmente, nessa nova atenção dos pais com os filhos, a marca de um outro interesse por si mesmos?

Nota de rodapé:

[68] Ph. Aries, p. III do prefácio à nova edição.

Fim da nota de rodapé.

132

A expressão de um novo orgulho desejoso de que os filhos sejam a glória dos pais, uma

outra maneira de satisfazer o eterno narcisismo. E quando a moda é lançada, ninguém mais resiste a ela.

Além disso, se consideramos a atitude geral dos pais para com os filhos, e notadamente a indiferença e o egoísmo que pudemos observar, somos tentados a ver no envio para a escola, e sobretudo para o internato, um meio moralmente honroso de livrar-se deles.

Essa explicação aparece aqui e ali na literatura ou nos livros de Memórias. Assim, Buchan deplora "o erro comum a quase todos os pais e que deteriora a constituição de seus filhos, de enviá-los ainda demasiado jovens para a escola",[69] isto é, a partir dos sete anos, quando não se tem preceptor. E continua Buchan: "Só o fazem, o mais das vezes, para se verem livres deles. Quando a criança está na escola, já não precisam cuidar dela. É o mestre-escola que faz papel de ama."

E o tradutor francês de Buchan questiona os pais franceses: se querem todos filhos instruídos, por que vocês mesmo não lhes dão essa instrução? Sem ilusão, ele responde: "Os trabalhos, os negócios, as ocupações da vida, o amor dos prazeres, a indolência, são obstáculos que sempre se oporão a que os pais dediquem aos filhos momentos que considerariam sacrificados ao seu interesse."

Os conventos onde são instaladas as meninas à espera de casamento são a melhor prova dessa indolência dos pais, o meio de que dispõem para se livrarem das filhas. Estas eram ali deixadas por vezes desde os seis anos. Essa educação mais mundana do que real foi adotada pela grande maioria dos pais, e com presteza ainda maior por ser pouco onerosa. No reinado de Luís XIV, numa abadia importante, a pensão não ultrapassava 200 libras[70] por ano, custando menos, portanto, do que um preceptor.

Notas de rodapé:

[69] Buchan, op. cit., p. 71-72. Na Grã-Bretanha, escola é sinônimo de internato ou de colégio.

[70]Babeau, op. cit., p. 286. No século XVIII os preços aumentam até 600 libras nos conventos mais renomados.

Fim dsa notas de rodapé.

133

Depois que a filha entrava no convento, os pais só a reviam raramente, em algumas visitas episódicas. Era no convento que a moça esperava o marido, ao abrigo de toda tentação, contrária à virtude. Se nenhum marido se apresentava para as pobres, não era raro que as moças fossem deixadas no convento para vestir o hábito.

Quando voltavam definitivamente para casa, os pais tinham uma idéia fixa: casá-las, e livrar-se delas.

Gorgibus, o pai das preciosas, e espécime de milhares e milhares do mesmo gênero, não

faz cerimônias para dizer o que pensa: "Eu me canso de tê-las em meus braços, e a guarda de duas filhas é uma carga um pouco pesada demais para um homem da minha idade."[71] Quis-se muitas vezes desculpar esse pai, alegando que estas palavras foram pronunciadas num momento de cólera. Mas é exatamente porque já não se controla que ele diz exatamente o que pensa. Muitos pais, como ele, que tinham abandonado as filhas no convento durante longos anos, tinham a impressão, quando elas voltavam para casa, de estar diante de estranhas constrangedoras. Não tendo tido tempo de conhecê-las, tinham todos um único desejo: casá-las o mais depressa possível a fim de se livrarem delas, dessa vez para sempre, entregando-as aos braços de um marido.

A maioria dos pais observavam o mesmo procedimento em relação à filha e geralmente sem o menor sentimento de culpa. Madame de Sévigné, que também deixara a filha no convento das filhas de Sainte-Marie, em Nantes, foi uma das poucas a manifestar remorsos. Ela se espanta, em seguida, por "ter cometido a barbaridade de colocá-la na prisão".[72] Sabemos que ela ficou ainda mais desolada quando sua neta foi enviada, aos seis anos de idade, para Sainte-Marie-de-la-Visitation em Aix.

Notas de rodapé:

[71] *Les précieuses, cena V.*

[72] *M. Monnerqué, Lettres de Madame de Sévigné, Grands écrivains, tomo I, carta a Madame de Grignan, 6 de maio de 1676.*

Fim das notas de rodapé.

Evidentemente, esses sentimentos não eram partilhados por Madame de Grignan. Seria necessário esperar cem anos para que as mães tivessem vontade de conservar junto de si os filhos.

A mesma reclusão atingia os meninos. Depois do período com o preceptor, eram enviados, com freqüência cada vez maior, para concluir estudos clássicos em colégios. Primeiro moderadamente, pois o costume manda ainda que os alunos durmam em casa de famílias burguesas que residam perto do colégio, ou em casa de pedagogos, repetidores que abrigavam vários alunos e fiscalizavam o seu trabalho. Pouco a pouco, porém, os pais desejaram que os filhos ficassem sob a vigilância constante dos mestres. É certo que os jansenistas reclamavam há muito tempo tal medida. Mas o padre Dainville[73] observa que os jesuítas não eram favoráveis ao internato e só cederam à pressão das famílias para não perder a clientela. Foi assim que o número de internatos jesuítas passou de cinco no século XVII para quatorze no século XVIII. Por outro lado, o padre Dainville menciona a multiplicação das pensões independentes dos colégios, que compara às nossas "fábricas de diplomas" atuais. Elas se gabavam de formar mais depressa, e a

menor custo, os jovens que lhes eram confiados.

Em conseqüência, os grandes colégios, como o Louis-le-Grand ou Sainte-Barbe, se reorganizaram: o internato foi desenvolvido a ponto de suprimir quase totalmente o externato. Este foi sendo pouco a pouco desaconselhado às famílias, pois acaba-se por ver nele o germe de todas as anarquias e subversões.

É por isso que o número de alunos internos cresceu até 1789,[74] estabilizando-se em seguida em torno de 1825. A título de exemplo, vemos que o colégio de Troyes tem em 1675 apenas oito internos num total de 523 alunos. Em 1744, o mesmo colégio recebe 44 internos num total de 190 alunos.

Notas de rodapé:

[73] Annales de Démographie Historique, 1973, p. 288-289.

[74] Segundo um relatório de Villemain (1843), a França contava, no final do Antigo Regime, 562 colégios com 73 mil alunos.

Fim das notas de rodapé.

135

No fim do século XVIII, Louis-le-Grand conta 85% de internos, o que leva Aries a dizer que se "reconhecia o valor moral e pedagógico da reclusão".

Se o desenvolvimento desses grandes colégios representa um progresso incontestável para a educação dos jovens, o dos internatos é mais ambíguo. Ele corresponde ao mesmo tempo à vontade nova de isolar a criança do mundo dos adultos,[75] e talvez, muitas vezes, ao desejo de se livrar dos filhos.[76] Se compreendemos que os pais não possam substituir os professores dos colégios, é difícil entender porque não se querem responsabilizar sequer pela sua educação moral. Deixando de lado certas incompatibilidades, como a distância entre o domicílio familiar e o colégio, e outros casos particulares de ordem material, perguntamos por que os pais adotam, tão comumente, o internato. Hoje, salvo exceções, o internamento constitui uma prova do fracasso dos pais. Transfere-se a outros a tarefa que não se pode assumir. No século XVIII, não há sequer a tentativa de assumi-la. Como explicar essa atitude, senão por um desinteresse real pelas funções paternais? No mínimo, uma louvável preocupação pedagógica fez um bom casamento com o egoísmo. Era possível livrar-se dos filhos invocando os melhores motivos intelectuais e morais. "Pelo bem das crianças", podia-se passar por pais exemplares, e isso a preços módicos[77] e em prol da própria tranqüilidade.

Quando consideramos os três atos da educação (entrega à ama, governanta ou preceptor, e partida para o colégio), não podemos deixar de perceber a idéia diretriz, que os preside:

Notas de rodapé:

[75] Aries, op. cit., p. 313-317.

[76]Dainville cita o testemunho muito interessante dos Mercuriais do chanceler d'Aguesseau, que evocava a oposição de concepção entre os magistrados da geração precedente, preocupados em dar uma educação de qualidade aos filhos, e o desinteresse de seus contemporâneos, no início do século XVIII, por essas responsabilidades.

[77] Com exceção dos colégios de grande reputação, como o Louis-le-Grand, a maioria das escolas não são demasiado caras.

Fim das notas de rodapé.

136

"como livrar-se dos filhos mantendo a cabeça erguida." É essa a principal preocupação dos pais, pois, nesse domínio, a mãe não se distingue absolutamente do pai.

Nessa época, é inútil falar de amor materno nas classes abastadas. Pode-se, no máximo, evocar um senso do dever, em conformidade com os valores dominantes e próprios aos dos pais. Para a maioria deles, o dever consiste em suportar esses fardos divinos, cuja vinda era muito mal controlada. Pois embora no final do século XVIII os casais comecem a praticar uma certa forma de contracepção,[78] a divina surpresa permanece mais freqüente do que se teriam desejado. Quando o filho nasce, não resta senão confiar na sábia natureza, que selecionará os melhores. O mínimo que se pode dizer é que a mãe não faz grande coisa para resistir à natureza, ou seja, no caso, para ajudar o bebê a lutar contra os imprevistos. Somos mesmo tentados a ver, nessa não interferência indolente, uma espécie de substituto inconsciente do nosso aborto. A assustadora mortalidade infantil no século XVIII é o mais gritante testemunho disso.

A MORTALIDADE INFANTIL

Na França dos séculos XVII e XVIII, a morte da criança é coisa banal. Segundo os dados apresentados por F. Lebrun,[79] a mortalidade das crianças de menos de um ano é sempre sensivelmente superior a 25%.

Notas de rodapé:

[78] Goubert, Histoire économique et sociale de la France, II, PUF, 1970, p. 80: sobre o coitus interruptus, "prática passageira e nunca sistemática... cujo desconhecimento parece comprovado até cerca de 1750 ou 1770".

[79] F. Lebrun: "25 ans d'études démographiques sur Ia France d'Ancien Regime. Bilans et perspectives", Historiem et Géographes, out. 1976, p. 79.

Fim das notas de rodapé.

137

No conjunto da França, a taxa de mortalidade infantil é, a título de exemplo, de 27,5% de 1740 a 1749 e de 26,5% de 1780 a 1789.[80]

Em seu estudo sobre bebês confiados a amas em Beau-vaisis, na segunda metade do século XVIII, J. Ganiage encontra aproximadamente a mesma média, ou seja, uma criança em quatro não ultrapassa a etapa do primeiro ano. Depois dessa fatídica etapa inicial, a taxa de mortalidade diminui sensivelmente. Segundo Lebrun, o número médio de sobreviventes, nas diferentes idades para grupos de mil crianças, estabelece-se da seguinte maneira: 720 sobrevivem ao primeiro ano (ou seja, morrem os 25% já citados), 574 passam do quinto ano e 525 celebram o décimo aniversário.[81] Constatamos portanto que a hecatombe é particularmente pesada no primeiro ano e sobretudo no primeiro mês de vida.

Esses números globais, porém, devem ser modulados, pois a mortalidade infantil varia muito de uma região para outra, em função da salubridade, do clima e do ambiente.[82]

O segundo fator a levar em consideração, e o mais importante para nosso estudo, é a diferenciação introduzida na mortalidade infantil segundo o modo de alimentação da criança. A criança do século XVIII é mais ou menos bem alimentada segundo seja amamentada pela mãe, entregue a uma ama pelos pais ou aleitada por uma ama num asilo.

Em regra, as crianças que a mãe conserva e amamenta morrem duas vezes menos do que as que ela própria entrega a uma ama de leite.

Notas de rodapé:

[80] J. Dupaquier, Caracteres originaux de 1'histoire démographique, abr.-jun. 1976.

[81] Os números referidos por Ganiage em Trois villages d'Ile-de-France au XVIII[e] siècle são sensivelmente os mesmos: 767 com um ano, 583 com cinco anos, 551 com dez anos.

[82] Em Crulai, na Normandia, o regime geral parece mais favorável à sobrevivência das crianças, já que, em grupos de mil, 698 passam dos cinco anos. Em contrapartida, numa cidadezinha do litoral insalubre do Languedoc, como Frontignan, só 399 o conseguem. Entre esses dois exemplos, conhecemos uma multiplicidade de números mais ou menos mórbidos. Em Lyon, M. Garden confirma os números apresentados por Prost de Royer: em meados do século das Luzes, uma em duas crianças morre nos primeiros anos. Mas, em média, 2/3 das crianças lionesas não chegam ao segundo aniversário.

Fim das notas de rodapé.

Assim, J.-P. Bardet[83] observa que, em Rover, a mortalidade infantil dos bebês que ficam com a mãe, não ultrapassa os 18,7% entre 1777 e 1789. Mas é preciso notar que se trata de mães auxiliadas pelo Asilo Geral, e portanto de poucos recursos. Durante o mesmo período, a mortalidade das crianças entregue a amas pelos pais por intermédio do Asilo Geral, é de 38,1%.

Na pequena aldeia de Cotentin, Tamerville, P. Wiel[84] não cita mais do que 10,9% de óbitos entre crianças amamentadas pela mãe.

No subúrbio sul de Paris, Galliano[85] registra alguns números otimistas com relação às crianças mortas em casa de amas, já que apenas 17,7% sucumbem durante o primeiro ano. Mas é

preciso lembrar que a clientela dessas amas é relativamente abastada e que o trajeto entre suas casas e a dos pais é bem curto. Portanto, a viagem é menos penosa: "Os pequenos parisienses menos abastados, cujas amas eram obtidas por meio de agência, morriam à razão de um sobre quatro." Mas, mesmo nessas ótimas condições, Galliano observa que a mortalidade exógena é o dobro da mortalidade endógena.

Finalmente, os dados relativos à cidade de Lyon e arredores são ainda mais tragicamente eloqüentes. As mães auxiliadas pelo serviço de assistência materna de 1785 a 1788[86] e que amamentam os filhos perdem apenas 16% deles antes do primeiro ano de idade. Em contrapartida, segundo o médico lio-nês Gilibert,[87] a mortalidade das crianças confiadas a amas é devastadora:

Notas de rodapé:

[83] Artigo citado, p. 28-29.

[84] P. Wiel, "Tamerville", Annales de Démographie Historique, 1969.

[85] Galliano, artigo citado, p. 150-151.

[86] Garden, op. cit.

[87] Gilibert, op. cit., p. 326.

Fim das notas de rodapé.

139

"Verificamos que os lioneses, tanto burgueses como artesãos, perdiam cerca de 2/3 de seus filhos sob os cuidados de amas mercenárias."

Uma observação do doutor Gilibert sobre a origem social das crianças é interessante, pois mostra que a morte não está reservada às crianças pobres. Isso é confirmado pelo estudo de Alain Bideau[88] sobre a cidadezinha de Thoissey, onde as crianças de origem relativamente abastada morriam também em grande número em casa de amas das paróquias próximas. Ali, como em outros lugares,[89] as crianças aleitadas pela mãe são privilegiadas.

A sorte das crianças encontradas, cujo número aumentou constantemente no século XVIII, era ainda bem pior. F. Le-brun[90] constata que entre 1773 e 1790 o número médio de crianças abandonadas anualmente é de 5.800. Quantidade enorme, se lembramos que os nascimentos anuais em Paris giram em torno de 20 a 25 mil crianças. Mesmo sabendo que mães estranhas à capital para lá se dirigem para abandonar os filhos, o número continua sendo impressionante.

Entre essas crianças abandonadas, é preciso ainda distinguir entre filhos legítimos e os ilegítimos. Bardet mostrou que, em Rouen, os segundos morrem mais e mais depressa que os primeiros. A. Chamoux[91] confirma esse fenômeno em Reims. A razão é simples: são as crianças mais maltratadas.

Segundo Lebrun, à falta de números precisos, podemos calcular grosseiramente que havia 1/3 de crianças legítimas para 2/3 de ilegítimas. Se, em Reims, a causa quase geral do abandono das crianças é a terrível miséria dos pais, talvez seja preciso nuançar a observação no tocante a Paris. Um estudo sobre 1.531 pais que abandonaram um filho em 1778 mostra que nem sempre sua condição ou profissão eram o que se imagina.

Notas de rodapé:

[88] A. Bideau, artigo citado, p. 54.

[89] A. Chamoux, "L'enfance abandonné à Reims à Ia fin du XVIIP siècle", em Annales de Démographie Historique, 1973, p. 277: "É dupla a mortalidade se o recém-nascido não é alimentado pela mãe."

[90] F. Lebrun, op. cit., p. 154-155.

[91] Op. cit., p. 277.

Fim das notas de rodapé.

140

Lebrun[92] observa que, entre eles, conta-se um terço de burgueses de Paris, um quarto de mestres artesãos e comerciantes, um outro quarto de trabalhadores e biscateiros.

As principais razões do abandono são de ordem econômica e social.[93] Não obstante, há também um bom número de pequenos-burgueses que abandonam seus filhos, com a idéia de buscá-los alguns anos mais tarde. Pensam que estes receberão melhores cuidados no asilo do que os que eles mesmos lhes poderiam proporcionar. Mas apenas um número ínfimo de pais recupera efetivamente os filhos um dia. De um lado, porque se esqueciam de reclamá-los, de outro, porque a realidade do asilo era bem diferente do que tinham imaginado.

No último terço do século XVIII morrem, antes de um ano, mais de 90% das crianças abandonadas no asilo de Rouen, 84% em Paris, e 50% em Marselha.[94]

Esses números mostram de maneira definitiva as maiores possibilidades de sobrevivência das crianças amamentadas pela mãe, ou à sua falta, por boas amas, devidamente remuneradas e cuidadosamente escolhidas pelos pais. De modo geral, constata-se uma porcentagem de mortalidade que varia do simples ao dobro, segundo a criança seja ou não amamentada pela mãe, e de um a seis, ou um a dez, segundo seja ou não abandonada.

Portanto, a entrega à ama é "objetivamente" um infanticídio disfarçado. Isso é ainda mais evidente quando sabemos que a hecatombe ocorre, sobretudo no primeiro ano de vida da criança, e principalmente no primeiro mês.[95] Passado o primeiro mês fatídico, os números declinam e constata-se que, após o primeiro ano, a mortalidade das crianças entregues a amas não é muito maior que a daquelas amamentadas pela mãe.

Notas de rodapé:

[92] Lebrun, op. cit., p. 156.

[93] *Cf. a dificuldade de ter um filho antes ou fora do casamento, causa do desespero de numerosas mães.*

94Bardet, op. cit., p. 27; Tenon, Mémoire sur les hôpitaux de Paris, p. 280.

[95] *Os estudos feitos em Rouen ou em Reims atestam isso. Na primeira cidade, 69,8% das crianças abandonadas morrem antes de um mês. Na segunda, um pouco menos de 50%. Em Paris, 82% no Hôtel-Dieu.*

Fim das notas de rodapé.

141

Somos tentados a pensar que se todas essas crianças tivessem sido conservadas pelas mães, ainda que por um ou dois meses, antes de serem abandonadas ou confiadas a amas, quase um terço delas teria sobrevivido. Para explicar essa atitude inconscientemente assassina, invocou-se sempre a miséria e a ignorância que a acompanham: como pobres pessoas analfabetas teriam podido saber o que esperava os seus filhos na casa da ama de leite ou no asilo?

O argumento é incontestável no que diz respeito a grande parte da população. Mas não para toda ela. Mesmo que geralmente não se saiba o que vai ser do bebê abandonado, a repetição dos acidentes e das mortes deveria ter alertado e inquietado quanto à sua sorte. O mínimo que se pode dizer é que não se procurou realmente saber o que acontecia com todas essas crianças. Quanto aos bebês entregues às amas pelos próprios pais, a desculpa da ignorância é ainda mais discutível. Aliás, no final do século XVIII, muitas mães de origem modesta queixam-se na justiça das más amas que lhes devolvem o filho em mísero estado.

Em Lyon, Prost de Royer cita o caso de várias mães que choram lágrimas de sangue ao ver o filho voltar agonizante para casa. Uma delas, que perdeu sete filhos entregues a amas, pergunta ao chefe de polícia[96] "se para as pobres mulheres do povo que não podem amamentar, não haveria nenhum meio de conservar os filhos". Outras mulheres movem processo contra as más amas que lhes "estragam" os filhos. Mas nada disso impede a maioria das mães de continuar recorrendo a elas, pois a necessidade de trabalhar lhes impede amamentar elas mesmas os filhos.

Nota de rodapé:

[96] *Prost, op. cit., p. 21.*

Fim da nota de rodapé.

142

Não obstante, como explicar a atitude dos artesãos e dos comerciantes abastados? Como acreditar por um só instante em Rousseau, quando diz, para justificar o abandono de seus cinco filhos contra o desejo de Thérèse (que mesmo assim consentirá): "Pesando tudo, escolhi para meus filhos o melhor, ou o que julguei ser o melhor. Eu teria desejado, e ainda desejaria, ter sido criado e alimentado como eles o foram."[97]

O egoísmo de Rousseau faz pensar!

O que dizer, finalmente, do comportamento de burgueses bem instalados, como os pais

de Madame Roland, que, apesar do massacre sucessivo de todos os seus filhos, continuam imperturbavelmente a entregar os seguintes a amas? Nesse caso, nem a miséria, nem a ignorância podem acobertar esses infanticídios. Só o desinteresse e a indiferença podem explicar tal atitude, que até um período avançado do século XVIII não era realmente condenada pela ideologia moral ou social. Esse último ponto é capital, pois parece mostrar que, se não sofre nenhuma pressão desse gênero, a mãe age segundo sua própria natureza, que é egoísta, e não impelida por um instinto que a faria se sacrificar ao filho que acaba de pôr no mundo.

Alguns levantaram a hipótese de que os pais é que compeliam as esposas a adotar tal atitude. É culpa de Rousseau se Thérèse abandona os filhos, culpa do salsicheiro se a salsicheira entrega os seus a uma ama, do homem do mundo se a mulher da sociedade faz o mesmo. Houve seguramente numerosos casos em que as coisas se passaram assim. Mas como se ater a essa explicação que visa exclusivamente justificar as mulheres transformando-as em vítimas dos homens? Nem todas as mulheres estiveram à mercê de carrascos que teriam exigido delas o sacrifício de seu instinto e de seu amor.

97 Rousseau, Les confessions, livro VIII, ed. la Pléiade, tomo I, 1959, p. 357-358.

Ao contrário, vimos que os pais tradicionais, do tipo de Chrysale, queixam-se amargamente do desprezo votado pela esposa ao cuidado dos filhos.

É mais justo concluir por uma conivência entre pai e mãe, marido e mulher, para adotar os comportamentos que acabamos de examinar. Simplesmente, ficamos menos chocados com a atitude masculina porque ninguém, até hoje, erigiu o amor paterno em lei universal da natureza. É preciso, acreditamos, resignarmo-nos a relativizar igualmente o amor materno e constatar que "o grito da natureza" pode não se fazer ouvir.

Veremos que se tornará necessário, no final do século XVIII, lançar mão de muitos argumentos para convocar a mãe para sua atividade "instintiva". Será preciso apelar ao seu senso do dever, culpá-la e até ameaçá-la para reconduzi-la à sua função nutritícia e maternante, dita natural e espontânea.

SEGUNDA PARTE

UM NOVO VALOR: O AMOR MATERNO

É no último terço do século XVIII que se opera uma espécie de revolução das mentalidades. A imagem da mãe, de seu papel e de sua importância, modifica-se radicalmente, ainda que, na prática, os comportamentos tardassem a se alterar.

Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes "ordenam" amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzen-tos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho.

No fim do século XVIII, o amor materno parece um conceito novo. Não se ignora que esse sentimento existiu em todos os tempos, se não todo o tempo e em toda parte. Aliás, evoca-se com prazer sua existência nos tempos antigos, e nós mesmos constatamos que o teólogo J.L. Vives se queixava da excessiva ternura das mães em meados do século XVI. Mas o que é novo, em relação aos dois séculos precedentes, é a exaltação

145

do amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade. Alguns, mais cínicos, verão nele, a longo prazo, um valor mercantil.

Igualmente nova é a associação das duas palavras, "amor" e "materno", que significa não só a promoção do sentimento, como também a da mulher enquanto mãe. Deslocando-se insensivelmente da autoridade para o amor, o foco ideológico ilumina cada vez mais a mãe, em detrimento do pai, que entrará progressivamente na obscuridade...

Se outrora insistia-se tanto no valor da autoridade paterna, é que importava antes de tudo formar súditos dóceis para Sua Majestade. Nesse fim do século XVIII, o essencial, para alguns, é menos educar súditos dóceis do que pessoas, simplesmente: produzir seres humanos que serão a riqueza do Estado. Para isso, é preciso impedir a qualquer preço a hemorragia humana que caracteriza o Antigo Regime.

/ O novo imperativo é portanto a sobrevivência das crianças. E essa nova preocupação passa agora à frente da antiga, a do adestramento daquelas que restavam após a eliminação das mais fracas. As perdas passam a interessar o Estado, que procura salvar da morte as crianças. Assim, o importante já não é tanto o segundo período da infância (depois do desmame), mas a primeira etapa da vida, que os pais se haviam habituado a negligenciar, e que era, não obstante, o momento da maior mortalidade.

Para operar esse salvamento, era preciso convencer as mães a se aplicarem às tarefas esquecidas.

Moralistas, administradores, médicos puseram-se em campo e expuseram seus argumentos mais sutis para persuadi-las a retornar a melhores sentimentos e a "dar novamente o seio". Parte das mulheres foi sensível a essa nova exigência. Não porque obedecessem às motivações econômicas e sociais dos homens, mas porque um outro discurso, mais sedutor aos seus ouvidos, esboçava-se atrás desse primeiro. Era o discurso da felicidade e da igualdade que as atingia acima de tudo. Durante

146

quase dois séculos, todos os ideólogos lhes prometeram mundos e fundos se assumissem suas tarefas maternas: "Sede boas mães, e sereis felizes e respeitadas. Tornai-vos indispensáveis na família, e obtereis o direito de cidadania."

Inconscientemente, algumas delas perceberam que ao produzir esse trabalho familiar necessário à sociedade, adquiriam uma importância considerável, que a maioria delas jamais tivera. Acreditaram nas promessas e julgaram conquistar o direito ao respeito dos homens, o reconhecimento de sua utilidade e de sua especificidade. Finalmente, uma tarefa necessária e "nobre", que o homem não podia, ou não queria, realizar. Dever que, ademais, devia ser a fonte da felicidade humana.

Contudo, por diferentes razões, nem todas as mulheres foram igualmente sensíveis a esses argumentos. Rousseau, embora tenha sido ouvido por um punhado delas, que não eram sem influência, foi apenas o precursor de uma corrente de pensamento. Durante todo o século XIX e até na França petainista, os ideólogos voltarão incansavelmente a este ou aquele aspecto da teoria rousseauniana da mãe. Para que essa repetição monótona dos mesmos argumentos, se todos os efeitos desejados já tivessem sido obtidos? Não seria isso a prova de que nem todas as mulheres haviam sido definitivamente convencidas? Se muitas se submeteram alegremente aos novos valores, grande número delas apenas simularam acatá-los e puderam ficar em paz. Outras resistiram e foram combatidas.

147

1 EM DEFESA DA CRIANÇA

Foram necessários nada menos de três discursos diferentes para que as mulheres voltassem a conhecer as doçuras do amor materno e para que seus filhos tivessem maiores possibilidades de sobrevivência: um alarmante discurso econômico, dirigido apenas aos homens esclarecidos, um discurso filosófico comum aos dois sexos e, por fim, um terceiro discurso,

dirigido exclusivamente às mulheres.

O DISCURSO ECONÔMICO

Esse discurso resulta da tomada de consciência da importância da população para um país. Essa tomada de consciência foi, em grande parte, obra de uma nova ciência: a demografia.

O interesse pelas pesquisas demográficas é relativamente recente em nossa história, pois só surge realmente em meados do século XVII. Foi Colbert o primeiro a promover um grande levantamento nacional sobre a população. Fez elaborar, em

149

1663, um questionário que enviou a todos os intendentes do Reino. Foram raros, porém, os que responderam corretamente.

Em 1697, o duque de Beauvillier renovou a tentativa para proporcionar informações ao seu aluno, o duque de Borgonha. Pierre Goubert[1] considera que essa foi a primeira tentativa séria de calcular a população. Em 1707 Vauban apresentou seu resultado global e fez divulgar o censo por Saugrain, em 1709. Segundo os cálculos realizados, a França contava 19 milhões de almas, resultado sujeito, segundo Goubert, a um erro de 1/10. Mas os dirigentes se certificaram de que, afora a Rússia, a França era o mais populoso país da Europa.

Depois dessa divulgação, a opinião esclarecida apaixonou-se pelo recenseamento. Durante todo o século XVIII, foram numerosos os que tentaram precisar os dados numéricos: o conde de Boulainvilliers, Expilly, Messance, Moheau entregaram-se ao trabalho. Ademais, os ministros das Finanças, Orry, Bertin, Laverdy, Terray, Necker e Calonne ordenaram, todos eles, a realização de recenseamentos. Poucos, porém, conseguiram resultados adequados, pois, no conjunto, os intendentes seguiam mal as instruções e o povo não era cooperativo, prevenido "contra toda operação de governo, que... lhe faz ver impostos por toda parte".[2]

Os resultados obtidos no final do século XVIII são quase todos inferiores à realidade. Em 1784, Necker supõe que a França tem 24,8 milhões de habitantes, quando em 1790 os números relativos às imposições de impostos da Assembléia Nacional indicam 26,3 milhões. Portanto, desde 1709, a população francesa teria crescido em sete milhões de habitantes, em quase um século, levando-se em conta a anexação da Córsega e da Lorena.

Notas de rodapé:

[1] Histoire économique et sociale de la france, 2, "Les fondements démographiques", p. 11-13.

[2] Moheau, Recherches et considérations sur Ia population de France (1778).

Fim das notas de rodapé.

A taxa de crescimento médio foi portanto de 3%.[3] Resultado modesto, diz Soboul, ante o de muitos Estados europeus, que alcançaram 10% no mesmo período. Crescimento menos significativo também do que o ocorrido no século XVI. O século XVIII supera em parte os desastres do século anterior, mas, no conjunto, o primado demográfico da França está em vias de desaparecer.

Se o século XVIII viu um ligeirorecuo da mortalidade, isso se relaciona em primeiro lugar com a mortalidade dos adultos, graças ao desaparecimento dos grandes flagelos tradicionais: a guerra, a peste e, progressivamente a partir de 1750, as grandes fomes. A mortalidade infantil, ao contrário, não se alterara sensivelmente ao longo de um século.[4]

A realidade demográfica do século XVIII não era catastrófica, se a comparamos hoje à do século XVII. Mas os homens do século XVIII não se deram conta da ligeira melhoria que se operava progressivamente. Alguns consideravam o nível de população constante, outros o acreditavam em baixa. Soboul explica o mito da estagnação com o fato de que, durante mais de 50 anos, se retomaram, sem alteração, os números de 1709. Por outro lado, o mito da diminuição da população é uma idéia dos filósofos e um argumento dos economistas fisiocratas, provavelmente originada das estimativas fantasistas e demasiado baixas feitas em meados do século.

É mais importante para nós a idéia que tinham os contemporâneos acerca da demografia do que a realidade dos fatos. Mesmo injustificados, os gritos de alarme de Montesquiel, Vol-taire, Rousseau e dos fisiocratas tiveram conseqüências. Pois à força de ouvir de vozes tão autorizadas que a França se despovoava, todos os que tinham alguma responsabilidade admitiram a idéia como fato indiscutível e, portanto, como um problema a resolver.

Notas de rodapé:

[3] Números referidos por Albert Soboul em La civilisation et Ia Révolution française, Arthaud, 1970, cap. 6.

[4] No reinado de Luís XIV, calcula-se que, entre duas crianças, uma chega à idade do casamento.

Fim das notas de rodapé.

151

Ninguém pensou em se surpreender com os cálculos de Montesquieu de que "há na terra apenas 1/10 dos homens que nela havia nos tempos antigos".[5] Nem em verificar as estatísticas apresentadas por Voltaire, segundo as quais, em mil crianças, 600 chegavam aos vinte anos.[6] Nem em pedir especificações a Rousseau, que afirmava peremptoriamente[7] estar a Europa se despovoando, pois as mães já não queriam cumprir o seu dever.

Ao contrário, a hora era antes de pessimismo, reforçado na segunda metade do século

pelos argumentos dos fisiocratas e as medidas de seus ministros. Em L'ami des homtnesf Mirabeau afirmava que o despovoamento da França decorria da grande propriedade, do luxo, do sistema fiscal e da decadência da agricultura, que eram todos freios à produção, e portanto à riqueza, e portanto à natalidade. As reformas propostas pareciam inexeqüíveis. Em contrapartida, era fácil interessar-se pela natalidade presente e procurar remediar as causas do desperdício humano. Tal foi o novo propósito dos responsáveis pela nação.

Em sua Díssertation sur Ia dépopulation? o médico Gi-libert assinala que Luís XV "voltara seus olhos paternais sobre os germes preciosos da Sociedade, e chamara os homens de gênio a considerar em suas obras as causas das enfermidades, os meios de evitá-las e os métodos mais eficazes para curá-las". Acrescenta que toda a Europa imitava esse bom rei. Exemplo disso era a Academia da Holanda, que ofereceu um prêmio a quem descrevesse o melhor método para conservar as crianças. Foi Ballexserd, compatriota de Rousseau, quem o ganhou.

Para ministros como Turgot, Bertin, Necker e Calone, o problema da subsistência das crianças estava na ordem do dia.

Notas de rodapé:

[5] *L'esprit des lois, livro XXIII.*

[6]*Essai sur les moeurs.*

[7] *Émüe, I, p. 256.*

[8] *VAmi des hommes ou Traité de la population (1756-1788).*

[9] *1770, Prefácio.*

Fim das notas de rodapé.

152

E nela continuou até a guerra de 1914. Todos procuram os meios de deter a mortalidade excessiva nos primeiros meses da criança, e mesmo nas primeiras horas. O ministro fisiocrata Bertin deu novo impulso à obstetrícia, ampliando o seu ensino.[10] Tratava-se, em primeiro lugar, de dar conselhos às parteiras, freqüentemente responsáveis, por sua ignorância, por um grande número de acidentes durante parto. Bertin pediu ao grande Joseph Raulin, médico do rei, uma obra destinada às parteiras da província, e ordenou sua tradução nas diferentes línguas faladas no país. Por sua vez, o jovem intendente Turgot, também próximo da Escola Fisiocrática, criou na circunscrição de Limoges a primeira escola de parteiras.

Ao lado das preocupações humanitárias desses grandes funcionários do Estado, existe um real interesse dos economistas pela produção em geral. Bertin preocupou-se tanto com a produção animal como com a produção humana. Talvez até mais com a primeira! Em 1762, ele criou uma escola de veterinária em Lyon e, em 1766, a tão célebre escola de Alfort. No mesmo espírito, estimulou a agricultura, a horticultura e criou sem cessar escolas para uma melhor

produção. Não nos podemos impedir, sem querer ironizar, de comparar a parteira, o veterinário e o agricultor, que têm todos por função dar a vida, ou torná-la possível. Para uma nação, isso significa maior riqueza e bem-estar.

A verdade é que a criança, especialmente em fins do século XVIII, adquire um valor mercantil. Percebe-se que ela é, potencialmente, uma riqueza econômica. Ouçamos Moheau falar, pois não se poderia ser mais claro: "Se há príncipes cujo coração esteja fechado ao grito da natureza, se vãs homenagens lhes puderam fazer esquecer que seus súditos lhes são semelhantes... eles deveriam pelo menos observar que o homem é ao mesmo tempo o último termo e o instrumento de toda espécie de produto; e mesmo considerado apenas como um ser que tem um preço, é o mais precioso tesouro de um soberano."[11]

Notas de rodapé:

[10] J.-N. Biraben: "Le médecin et Tentam au XVIII[e] siècle", Annales de Démographie Historique, 1973, p. 216.

[11] Moheau, op. cit., cap. 3, p. 10-11 (grifos nossos).

Fim das notas de rodapé.

Perceberemos o realismo do célebre demógrafo, que continua assim: "O homem é o princípio de toda riqueza.. uma matéria-prima própria para trabalhar todas as outras e que, amalgamada com elas, lhes dá um valor, e delas o recebe."[12] Do trabalho humano resulta portanto uma pletora de meios de subsistência e de satisfação.

Ao falar do homem em termos de preço e de matéria-prima, Moheau utiliza o discurso capitalista da quantidade. Enquanto na antiga versão cristã do homem, era a qualidade da Alma que contava acima de tudo, nesse final do século XVIII é em primeiro lugar a quantidade de homens que deve ser apreciada, pois esta é fonte de satisfação. Para ser ainda mais explícito, Moheau refere-se à Inglaterra, onde "foi calculado o preço de cada homem segundo suas ocupações: estima-se que um marinheiro vale tantos agricultores, e que alguns artistas valem tantos marinheiros. Não se trata de observar.. se a ocupação que rende mais escudos é realmente a mais útil ao Estado, mas observamos que nesse modo de avaliação, vemos o homem, segundo o emprego de suas forças ou de seu engenho, ser o princípio da Riqueza Nacional".[13]

O ser humano converteu-se numa provisão preciosa para um Estado, não só porque produz riquezas, mas também porque é uma garantia de seu poderio militar. Em conseqüência, toda perda humana passa a ser considerada um dano para o Estado. Em 1770 Diderot resume a nova ideologia nos seguintes termos: "Um Estado só é poderoso na medida em que é povoado.. em que os braços que manufaturam e os que o defendem são mais numerosos."[14]

Notas de rodapé:

[12] Moheau, op. cit., p. 11.

13 Moheau, op. cit., p. 15 (grifos nossos).

[14] Diderot, Instruction pour les sages-fetnmes, 1770. Prefácio.

Fim das notas de rodapé.

É verdade que cem anos antes Colbert já intuíra intensamente esse mercantilismo e adotara uma política econômica nesse sentido.[15] Ao mesmo tempo em que desenvolvia a ideologia do trabalho e encarcerava os pobres nos asilos para melhor fazê-los trabalhar (maneira radical, mas pouco eficaz, de reduzir o desemprego e ter mão-de-obra barata), Colbert lutou de todas as maneiras contra o número excessivo de pessoas "improdutivas". Queixava-se sem cessar dos padres e freiras, que "não somente se eximem do trabalho que se destinaria ao bem comum, como privam o público de todos os filhos que poderiam ter para servir às funções necessárias e úteis".[16] Tomou várias medidas populacionistas incentivando as famílias que não encaminhavam os filhos para a vida religiosa. Isentou do imposto pago ao rei os pais de família que tinham conseguido criar dez filhos e concedeu facilidades fiscais aos rapazes casados aos vinte anos, no máximo.

Finalmente, proibiu aos franceses a imigração para o exterior. Portanto, Colbert pensara em tudo, exceto em facilitar a sobrevivência dos bebês, e as medidas fiscais revelaram-se, como sempre, insuficientes para resolver o problema da natalidade.[17]

É preciso esperar meados do século XVIII para que reapareça, depois do eclipse, a ideologia da produção, na palavra dos fisiocratas.

Nessa nova óptica quantitativa, todos os braços humanos têm valor, mesmo os que outrora eram vistos com certo desprezo. Os pobres, os mendigos, as prostitutas e, certamente, as crianças abandonadas tornaram-se interessantes enquanto forças de produção em potencial. Por exemplo, podiam ser enviados para povoar as colônias francesas, grandes reservatórios de riquezas que esperavam apenas braços sólidos para dar seus melhores frutos.

Notas de rodapé:

[15] Ele julgava que o trabalho de produção e venda eram obrigações dos súditos para com o Estado, eram deveres cívicos.

[16]Lavisse, Louis XIV, Paris, Tallandier, 1978, p. 172 (grifos nossos).

[17] Babeau observa que no final do reinado de Luís XIV a população diminuiu sensivelmente. As *causas foram as guerras, as fomes, etc.*

Fim das notas de rodapé.

155

Já no século XVII, Colbert se esforçara em povoar o Canadá, enviando a cada ano, à força, "moças sadias e fortes de mistura com animais reprodutores".[18] Isso, porém, não fora suficiente para povoar adequadamente as colônias.

Em 1756, o problema foi metodicamente reexaminado por um célebre "filantropo": Monsieur de Chamousset. Melhor do que Colbert, ele percebera que as medidas mais eficazes diziam respeito à sobrevivência das crianças, entre elas as que eram tradicionalmente abandonadas à morte.

Em sua Mémoire politique sur les enfants,[19] Chamousset mostra desde a primeira frase o fio condutor de seu pensamento: "Inútil tentar provar o quanto a conservação das crianças é importante para o Estado." Ora, constata ele, as crianças abandonadas morrem como moscas sem nenhum lucro para o Estado. Pior ainda, representam um ônus para a nação, obrigada a mantê-las até que morram. Eis como o filantropo formula o problema nos termos mais realistas, para não dizer cínicos, da economia: "É aflitivo ver que as despesas consideráveis que os asilos são obrigados a fazer com as crianças expostas (abandonadas) produzem tão poucas vantagens para o Estado.. A maioria dessas crianças morre antes de chegar a uma idade em que se poderia extrair delas alguma utilidade.. Não se encontrará um décimo delas com 20 anos de idade.. E o que vem a ser esse décimo, tão caro, se lançarmos à conta dos que sobrevivem a despesa feita com os que morreram? Um número muito pequeno aprende ofícios; os outros, saem dos asilos para serem mendigos e vagabundos, ou se transferem para Bicêtre com uma certidão de pobreza."[20]

Notas de rodapé:

[18] Numa nota, lê-se: "preparamos as 150 moças, os animais, cavalos e ovelhas que é preciso mandar ao Canadá."

[19] Publicado em 1756 e reeditado várias vezes até o fim do século.

20 Cap. 4, p. 243: "Des moyens de former une colonie nombreuse et qui doit procurer de grands avantages à la France" (grifos nossos).

Fim das notas de rodapé.

156

Todo o projeto de Chamousset é transformar essa perda em lucro para o Estado, fazer desse peso morto (peso de mortos) uma força de produção rentável para a sociedade. Várias soluções merecem ser consideradas. A primeira consistiria em exportar para a Louisiana essas crianças, previamente alimentadas com leite de vaca, desde os cinco ou seis anos. As diferentes culturas agrícolas em que seriam empregadas, segundo a sua força e idade, seriam um "lucro imenso"[21] e forneceriam os meios para sua educação.

Desde os dez anos, até que se casassem, seriam ocupados, aos domingos e feriados, com exercícios militares, reservando-se, é claro, um tempo para a aprendizagem dos princípios da Religião. Serão assim criados segundo "os sentimentos conformes a uma santa Política".[22] Em seguida, seriam casados, entre os 20 e 25 anos, e se lhes daria tanta terra quanto pudessem cultivar.

Por fim, Chamousset faz um cálculo dos lucros que constitui quase um verdadeiro estímulo ao abandono das crianças.

Só na cidade de Paris, diz ele, são abandonadas cerca de 4.300 crianças. Se o resto do país produz o dobro desse número, teremos então cerca de 12 mil crianças achadas, a cada ano. Adotando-se sua proposta de alimentar todas essas crianças com leite de vaca (ele é um dos primeiros a preconizar o aleitamento artificial), jura que restarão pelo menos nove mil crianças para serem exportadas todos os anos. Ao fim de trinta anos desse regime, nossas colônias se teriam enriquecido de duzentos mil colonos. E, em menos de um século, teríamos povoado um país maior e mais fértil do que a França, que lhe aumentaria consideravelmente as riquezas.

Notas de rodapé:

[21] Op. cit., p. 244-245. Assim, ao desembarcar, poderiam ser empregados na criação do bicho-da-seda, "operação fácil, que proporcionaria grande lucro". Para justificar esse emprego precoce das crianças, Chamousset, que não deseja contrariar ninguém, acrescenta um argumento que não deixa de ser hipócrita. Diz ele: como nos internatos as crianças se divertem... não seria difícil levá-las a realizar esse trabalho, "que lhes proporcionará naturalmente uma recreação".

[22] Op. cit., p. 247.

Fim das notas de rodapé.

157

Não obstante, a conservação das crianças abandonadas podia servir para outra coisa que não o povoamento das colônias. Outras necessidades faziam-se sentir na França, e Chamousset não deixou de sugerir diferentes utilizações dessa mão-de-obra caída do céu.

Sabemos que durante o período que vai de Luís XIV a Napoleão,[23] numerosas guerras fizeram sentir a necessidade de uma França melhor povoada, para enfrentar as coalizões européias. Mas as necessidades militares do país chocavam-se com as necessidades econômicas. Todos os jovens enviados à guerra eram braços furtados à agricultura. Os fisiocratas exigiam que os lavradores fossem isentos da milícia; mas era impossível atender a essa exigência, pois eram os mesmos braços camponeses que empunhavam a foice em tempo de paz e o fuzil em tempo de guerra.

Foi ainda o bom Chamousset quem sugeriu a solução, propondo uma outra utilização das crianças abandonadas. Eis seu raciocínio: "Crianças que não conhecem outra mãe senão a pátria.. devem pertencer a esta e ser empregadas da maneira que lhe seja mais útil: sem pais, sem

apoio além do que um sábio governo lhes proporciona, elas não têm ao que se apegar, e nada a perder. *Nota de rodapé:*

[23] Napoleão tomou medidas para prevenir, a longo prazo, uma insuficiência do recrutamento. Os arquivos comunais de Thuin, no Hainaut, relatam como era estimulada a criação de filhos. "Quanto menos crianças de pouca idade morrem, mais soldados de vinte anos encontraremos... O imperador, por decreto de 5 de maio de 1810, ordenou a criação de uma Sociedade Maternal da Infância, destinada a cuidar das mulheres em trabalho de parto e das crianças pequenas." Além disso, Napoleão prometia a toda família que tivesse sete filhos "homens" responsabilizar-se por um. Azar dos pais infelizes que tivessem sete filhas!

Fim da nota de rodapé.

158

Poderia a própria morte parecer temível a esses homens que nada parece prender à vida, e que se poderia familiarizar desde cedo com o perigo, caso se lhes destinasse o serviço como soldados?"[24]

Uma vez que a educação tudo pode sobre os homens, acrescenta Chamousset, não deve ser difícil "fazer olhar com indiferença a morte e os perigos pessoas que se educarão nesses sentimentos e que deles não serão afastadas por uma ternura recíproca ou por laços de parentescos".[25]

Mais concretamente, Chamousset propõe que o Estado e sua administração se esforcem para conservar vivas as crianças abandonadas, que aperfeiçoem a higiene e o aleitamento artificial para que esses futuros homens sobrevivam. Depois do desmame, toda aldeia que quisesse ser isenta do serviço militar se encarregaria de oito dessas crianças, até que entrassem no exército. Cada pai e mãe se ocupariam deles de maneira conveniente, pois veriam em sua subsistência a liberdade da própria família. E para indenizar o Estado das despesas feitas com sua criação, esses jovens milicianos seriam obrigados a servir até os 25 ou 30 anos. Além disso, durante seus anos de serviço, o Estado economizaria um salário de marinheiro ou soldado, maior do que o custo anual de uma criança.

Foi esse o cálculo sórdido que levou Chamousset a se interessar pela sobrevivência das crianças abandonadas. O interesse[26] não deixa perceber, nesse caso, nenhum traço de humanismo, ou mesmo de caridade cristã. Monsieur de Chamousset figurou, porém, em sua época como um grande filantropo! À falta de uma justiça social, seu discurso prova que a criança mudou de condição: tornou-se um valor mercantil em potencial. Como o senso da previsão e da antecipação se havia desenvolvido nos homens do fim de século, não se via mais na criança o fardo que ela representava a curto prazo, mas a força de produção que encarnava a longo prazo.

Notas de rodapé:

[24] Op. cit., p. 236.

[25] Op. cit., p. 237.

[26] *Ele não deixou de lado nenhuma possibilidade de lucro, pois também no caso das meninas abandonadas soube encontrar soluções rentáveis para o Estado.*

Fim das notas de rodapé.

159

Ela se transforma num investimento lucrativo para o Estado, que seria tolice e "imprevidência" negligenciar. Essa nova visão do ser humano em termos de mão-de-obra, lucro e riqueza, é a expressão do capitalismo nascente. Quando Chamousset (mais do que Colbert, que só via o interesse do Estado) fala de "lucro do Estado",[27] fala em nome das classes dominantes e de sua expressão estatal.

Se o discurso cínico de um Chamousset é relativamente excepcional, no sentido de que outros dirão a mesma coisa com mais rodeios, ainda assim suas propostas não chocam e a preocupação populacionista não deixará de motivar a maior parte dos discursos filantrópicos e humanistas. Em 1804, é o médico Verdier-Heurtin que faz sua uma frase de Juvenal, que passou a ser moda: "Não mereceis nenhum reconhecimento da pátria por lhe terdes dado um cidadão, se pelos vossos cuidados ele não for útil à República na paz e na guerra, e se não for capaz de valorizar vossas terras."[28] Mas o tom acusador de Juvenal dá lugar, por vezes, ao grito de alarme. À véspera da guerra de 1870, Brochard, com os olhos voltados para a Prússia, e consciente do problema da queda da natalidade, suplica às mães francesas que cumpram o seu dever, isto é, assegurem a sobrevivência dos filhos.

Desde o fim do século XVIII, o Estado e particulares tomam iniciativas para ajudar as mães necessitadas. As municipalidades, como a de Rouen, recompensam as mães que amamentam, e criam-se por toda parte, nas grandes cidades como Paris, Lyon, ou Bordeaux, sociedades de proteção materna, que vêm em ajuda das mães pobres que desejam amamentar o filho. No conjunto, a mortalidade dessas crianças foi menor do que a dos bebês amamentados por mercenárias. Mas essas iniciativas isoladas se muito limitadas pouco alteraram a mortalidade infantil nacional.

Notas de rodapé:

[27] *Expressão que encontramos dezenas de vezes em suas curtas memórias políticas.*

[28] *Verdier-Heurtin, Discours sur Vdlaitement, 1804, p. 17.*

Fim das notas de rodapé.

160

Nessa época, os discursos populacionistas dos economistas e filantropos dirigiam-se prioritariamente aos homens "responsáveis". Se era bom convencê-los das vantagens da sobrevivência das crianças, não era tanto eles mesmos que era preciso atingir, mas as suas mulheres. Só elas podiam, pelos seus cuidados intensivos, salvar as crianças da morte demasiado

freqüente prometida pelas amas-de-leite. Mas a simples evocação das necessidades econômicas e políticas nunca foi suficiente para modificar o comportamento e os costumes. Os gritos de alarme de uns e as abjurações dos outros estavam demasiado distantes das preocupações das mulheres para que elas se decidissem a fazer o sacrifício exigido. Pois, para muitas delas, era realmente de sacrifício que se tratava.

Exigindo que retomassem as tarefas esquecidas havia dois séculos, esperava-se nada menos que elas fizessem calar seu egoísmo em proveito dos filhos. O imperativo econômico e social não teria tido nenhuma possibilidade de ser compreendido pelas mulheres, se não fosse corroborado, ao mesmo tempo, por um outro discurso, mais gratificante e exaltante, que tocava ao mesmo tempo os homens e suas mulheres. Não falava a linguagem do dever, das obrigações e do sacrifício, mas a da igualdade, do amor e da felicidade.

UMA NOVA FILOSOFIA

A filosofia das Luzes propagou duas grandes idéias complementares, que favoreceram, em maior ou menor grau, o desenvolvimento do amor e de sua expressão: as idéias de igualdade e de felicidade individual.

A igualdade

No que concerne à igualdade, parece que a filosofia da segunda metade do século se antecipou, e de longe, à prática

161

cotidiana. É verdade também que ela militou mais pela igualdade dos homens entre si (igualdade das ordens) do que pela igualdade entre os seres humanos: o homem, a mulher e as crianças.

Ainda assim, no entanto, uma corrente igualitária e libertária atravessa a sociedade no final do século. E se poucas pessoas se interessam pela igualdade política do homem e da mulher, vê-se modificar a condição do pai, da mãe, e mesmo a da criança, no sentido de uma maior homogeneidade. Esses primeiros golpes desfechados à autoridade paterna beneficiavam não só a criança, mas também a mãe, que podia se valorizar e adquirir certa autonomia.

A imagem do pai e de seu poder se transforma: o poder paterno passa a ser simplesmente a ajuda momentânea pela qual ele compensa a fragilidade da criança. Dois textos dão a medida da modificação das mentalidades. O primeiro é o artigo da Encyclopédie

consagrado ao poder paterno; o outro, um trecho do Contrato social de Rousseau.

O artigo da Encyclopédie é particularmente interessante porque é um concentrado da velha e da nova ideologia. Expõe ao mesmo tempo a velha teoria da origem natural e divina do poder paterno, e a idéia nova de seus limites. De um lado, o pai e a mãe têm o mesmo "direito de superioridade e de correção sobre seus filhos", por outro, seus direitos são limitados pelas necessidades da criança. O poder, mais parental do que estritamente paterno, funda-se agora na fraqueza da criança, "incapaz de zelar, ela mesma, pela própria conservação". É agora o bem da criança que justifica a autoridade dos pais, e não um direito tão abstrato quanto absoluto. A Encyclopédie, tendo registrado as novas aspirações, diz também que a subsistência das crianças é mais importante do que a formação de súditos dóceis. Mais do que Deus ou o monarca, é a natureza da criança que exige o poder dos pais e lhe impõe, ao mesmo tempo, justos limites. Como a essência infantil é mutável por definição,

162

a Encyclopédie distingue diferentes graus da autoridade dos pais e mães, que deve evoluir junto com a criança.

Na primeira idade, a criança não é capaz de discernimento. Tem, portanto, necessidade de toda a autoridade do pai e da mãe para assegurar sua proteção e defesa. Na puberdade, ela começa a refletir, mas é ainda tão inconstante que precisa ser dirigida: "O poder dos pais e das mães"é um poder de administração doméstica", poder um pouco parecido ao que Aristóteles atribuía ao marido sobre a mulher.

Quando a criança torna-se adulta, seus pais vêem sua autoridade extremamente limitada, alguns dirão mesmo que ela desaparece. Julguemos pelas palavras da própria Encyclopédie: "Na terceira idade.. as crianças.. devem recordar-se sempre de que devem ao pai e à mãe o nascimento e a educação: devem conseqüentemente considerá-los durante toda a sua vida como seus benfeitores e manifestar-lhes seu reconhecimento por todos os deveres de respeito, de amizade e de consideração de que forem capazes. É sobre esse respeito e sobre a afeição que os filhos devem ter pelo pai e pela mãe, que se fundamenta o poder que os pais e mães conservam ainda sobre os filhos na terceira idade."

Hoje talvez pensemos que esta última forma de autoridade não é bem uma autoridade. A afeição e o respeito pelos pais não dependem da obrigação moral, mas da natureza. Esses sentimentos plenamente naturais e espontâneos não seriam, portanto, objeto de prescrição. Aparentemente, não era essa a opinião dos redatores da Encyclopédie, já que, no artigo que dedicam ao Amor, podemos ler que o amor dos pais é espontâneo porque não difere do amor-próprio, ao passo que o amor dos filhos é muito mais aleatório. Pessimistas, eles retomam a

afirmação de Vauvenargues: "Quem não é homem de bem, raramente será bom filho." Os enciplopedistas, próximos de nossos valores atuais, consideram que os pais têm o direito de exigir a afeição e o respeito dos filhos. É por essa razão que lhes

163

atribuem essa última autoridade moral que só se extingue com a morte.

Suas palavras não mereceriam ser destacadas, a tal ponto nos parecem evidentes hoje, se não tivessem sido contraditadas por um filósofo que, no entanto, era um dos enciclopedistas: Rousseau.

No Contrato social, Rousseau expõe uma teoria radicalmente nova da família. Diz o seguinte: "A mais antiga de todas as sociedades, e a única natural, é a da família e, ainda assim, os filhos só permanecem ligados ao pai enquanto precisam dele para subsistir. Logo que essa necessidade cessa, o laço natural se dissolve. Os filhos isentos da obediência que deviam ao pai, os pais isentos dos cuidados que deviam aos filhos, recobram todos igualmente à independência. Se continuam unidos, isso já não ocorre naturalmente, mas voluntariamente, e a família em si só se mantém por convenção."[29]

Esta passagem suscita uma série de reflexões. Curiosamente, desse trecho do Contrato social que trata apenas da família, valorizou-se mais o alcance político do que a significação própria e suas implicações. Ora, não só ele é bastante original em relação ao seu tempo, como ainda perturba nossos valores atuais.

Ao dizer, em primeiro lugar, que a família é a "única" sociedade natural, Rousseau recusa qualquer legitimação, à autoridade política do rei sobre seus súditos a partir do modelo da autoridade do pai sobre os filhos.[30]

Do ponto de vista estritamente familiar, o desacordo de Rousseau com os seus predecessores não é menor quando afirma que a família é tão-somente uma sociedade provisória.

Notas de rodapé:

[29] Le contraí social, I, 2 (grifos nossos).

[30] Lembramos que Bossuet queria legitimar a autoridade monárquica absoluta deduzindo-a da autoridade paterna, historicamente primeira e ademais natural. A astúcia do despotismo foi apresentar-se como substituto do poder paterno, e tendo neste o seu fundamento.

Fim das notas de rodapé.

164

Pois o laço "natural" entre pais[31] e filhos só se mantém enquanto estes "precisam" dele para subsistir. Só a sua fraqueza natural exige os cuidados e a ajuda dos pais. É um dever para eles corresponder adequadamente a essa exigência. Podemos notar, de passagem, que nem nesse texto, nem no Émile, Rousseau fala dos cuidados dados às crianças em termos de instinto, mas

sempre nos da moral. Também aí a sociedade fez calar a voz da natureza, a ponto de sufocá-la. A menos que a natureza não exerça um domínio tão grande...

Quando Rousseau imagina o hipotético estado de natureza, assim descreve as relações entre os membros da família natural: "Os machos e as fêmeas uniam-se fortuitamente, segundo o encontro, a ocasião e o desejo.. deixavam-se com a mesma facilidade. A mãe amamentava os filhos de início por necessidade própria; depois, tendo se afeiçoado a eles por hábito, passava a amamentá-los pela necessidade deles.[32] Observe-se que nesse estado quase animal, a mulher-fêmea não amamenta a princípio o filho senão para satisfazer a própria necessidade, isto é, para aliviar-se das dores provocadas pela subida do leite. É a necessidade, e não o amor, que a leva primeiro a dar o seio, e que é portanto a primeira causa da maternagem. Todos os que discorreram sobre o amor materno e a dedicação espontânea da mãe pouco falaram sobre esse aspecto das coisas. Esqueceu-se que o aleitamento era em primeiro lugar mais o efeito do egoísmo materno, do que do seu altruísmo.[33]

Notas de rodappé:

[31] Rousseau usa neste texto a palavra "pai" num sentido mais geral de "pai e mãe". encontramos o mesmo uso dessa palavra em outros textos do século XVIII, notadamente na Encyclopédie.

[32] Rousseau, Discours sur l'origine de 1'inégalité parmi les hommes, La Pléiade, p. 147 (grifo nosso).

[33] Uma magnífica novela de Maupassant nos lembra oportunamente esta verdade. Em Idylle, ele mostra uma ama que viaja de trem, cada vez mais perturbada, com o correr das horas, pelo leite que lhe incha os seios, sem que ela possa dá-lo a alguém. A dor torna-se tão intolerável que ela pede a um companheiro de viagem que a alivie, mamando. Para fazê-lo ela o abraça como a um bebê e imagina-se que se alguém tivesse entrado naquele momento no vagão, teria visto uma estranha cena de amor, ou um sinal de depravação. Mas a ama, aliviada, agradece muito dignamente ao jovem pelo serviço que lhe foi prestado e as coisas ficam nesse ponto. (Coleção Folio, p. 177-184).

Fim das notas de rodapé.

A mãe natural sente a repetida necessidade de livrar-se de seu leite e, portanto, de dar de mamar ao bebê. A repetição do ato cria o hábito de um contato regular com o filho. E desse hábito nasce a ternura materna. É esta que, num segundo período, confere à mãe uma atitude generosa, até que as necessidades da criança sejam satisfeitas por sua vez. Mas se o amor não é primeiro, e se seu aparecimento depende da necessidade da mãe, que acontecerá quando for possível satisfazer artificialmente essa necessidade? Se a subida do leite é detida, que vem a ser do amor materno?

E o pai? Ele simplesmente não existe na hipótese de Rousseau. Só há um macho que fecunda uma fêmea, sem o saber. Mesmo que casualmente o soubesse, não lhe caberia nenhuma função particular. O conceito de paternidade não tem lugar na natureza. Mas no estado social que

é o nosso, e talvez o único que jamais tenha existido, o homem atribuiu-se funções pater-nais: a autoridade que acompanha a proteção do filho. Rousseau circunscreve essa autoridade nos limites das necessidades da criança. Não sendo verdadeiramente natural, nem divino, seu poder não se estabelece, como o diz Grotius, senão em favor daquele que é governado. Os direitos e os prazeres do governador não têm lugar aqui. É apenas o dever que determina sua ação.

Para ser conforme à "natureza da criança", a alienação de sua liberdade só pode ser momentânea. Por isso, diz Rousseau, "quando a necessidade da criança cessa, o laço natural se dissolve". Era o que ele já afirmava ao Segundo discurso, quando evocava os laços entre a mãe e seus filhos: "Tão logo tinham força para buscar seus alimentos, eles não tardavam a deixar a própria mãe; e como o único meio de se encontrar era não se perder de vista, logo chegavam a nem mesmo se reconhecerem

166

mutuamente. Também nesse caso, quando cessa a necessidade, o laço com a mãe dissolve-se definitivamente.

Essas formulações são essenciais. Mostram que Rousseau vai muito além do pensamento da Encyclopédie, que jamais cogitou do rompimento do vínculo entre pais e filhos. Em O contrato social, quando a criança pode cuidar de si mesma, as relações com os pais mudam de natureza e podem, no caso extremo, deixar de existir, como na hipótese do Segundo discurso.

Não mais precisando dos pais, o filho deixa de ter deveres de obediência, ou quaisquer deveres, para com eles. Inversamente, estes já não têm nem direito a mandar, nem obrigação de se ocupar dele. Pais e filhos tornam-se iguais, independentes e livres, tanto um quanto o outro, um em relação ao outro. Se a autoridade do pai ou da mãe procura, ainda assim, manter-se, ela se torna "artificial" e se interpõe como um entrave à independência fundamental do homem que é o seu filho. Ao exceder seus direitos, o pai se torna um tirano e um déspota.

A idéia rousseauniana de um rompimento dos laços naturais entre pais e filhos é plena de conseqüências. Pois afinal, se é possível, chegada a idade, resolver-se a abandonar para sempre os pais, ou se estes últimos podem romper todo vínculo com a prole, é toda a nossa concepção atual da família que se torna falsa e artificiosa. Isso significa que, passada uma certa etapa física e intelectual, os laços e a afeição que unem pais e filhos não são nem necessários, nem obrigatórios, mas frágeis e passíveis de rompimento. A menos que, precisamente, o amor jamais tenha existido de fato durante o período educativo. Mas dizer que o amor pode não existir, ou não existir mais, não é dizer que ele é essencialmente contingente, possível, mas não certo?

Tudo isso não deixa de lembrar a "sociedade animal". Pois se o estado de natureza descrito por Rousseau não passa de uma hipótese de trabalho, a relação da fêmea animal com o

filhote é pura realidade.

Nota de rodapé:

[34] Op. cit., p. 147.

Fim da nota de rodapé.

167

Ora, essa relação animal, que tanto se aprecia evocar e por vezes até impingir às mulheres como modelo, dissolve-se sempre quando chega o momento. Quando é desmamado, e os seios da fêmea esvaziados, o filhote se afasta para sempre daquela que lhe deu seu leite. Ora, ninguém pensa em protestar, pois, no reino animal, essa é a voz autêntica da natureza.

É portanto pouco hábil buscar o animal e a natureza como modelos do comportamento humano. É contraditório também falar de filhos ou pais desnaturados para designar o abandono de uns pelos outros. Eram desnaturados ou amorais todos os pais dos século XVII e XVIII que abandonaram os filhos a outras mãos? E seu erro principal não teria sido apenas abandoná-los antes da hora?

Mas Rousseau não identifica o homem e o animal, e se a ruptura dos laços é concebível, não é a única possibilidade. O filho do homem pode reatar outros laços, de natureza diferente, com seus pais. Já não serão laços naturais,[35] mas voluntários, isto é, consciente e livremente escolhidos. Contingentes, e não mais necessários. Na óptica do Contrato social, Rousseau imagina que, chegado o momento, cada membro da família decide ter ou não relações com os demais. Essa livre decisão é uma espécie de pacto tácito, uma convenção que os membros da futura nova família estabelecem entre si. No Segundo discurso, Rousseau conclui: "Cada família torna-se mais unida na medida em que o apego recíproco e a liberdade constituem seus únicos laços."[36] A partir desse instante, a família não é mais uma sociedade natural, mas uma associação voluntária que não difere de uma sociedade política fundada em convenções.

Essa segunda etapa da família, tal como a concebe Rousseau, não deixa de nos espantar. Como imaginar concretamente a ruptura dos primeiros laços naturais e a reconstrução voluntária e racional dos segundos?

Notas de rodapé:

[35] Instintivos, imediatos e necessários.

[36] Discours sur Vorigine de 1'inégalité parmi les hommes, La Pléiade, p. 168.

Fim das notas de rodapé.

168

Como fazer tabula rasa dos antigos hábitos, do amor e do ódio longamente urdidos ao fio dos primeiros anos? Não é uma solução ideal, quase um mito, que Rousseau nos sugere? Para o homem do século XX, dotado de um inconsciente e de uma bateria de interdições, os laços

com os pais não podem ser sucessivamente rompidos e reconstruídos sobre outros fundamentos, pois o primeiro período marca demasiado profundamente o segundo. Não é possível sequer aproximar a passagem da adolescência à idade adulta (caracterizada por uma rejeição dos pais) das duas etapas rousseaunianas. Pois em nossa concepção atual, a criança não tem realmente a liberdade de escolher, tão poderoso é o Su-perego e seu cortejo de culpas. Em Rousseau, é outra a concepção: a liberdade de rejeitar confere à relação restabelecida todo o seu valor. Esses reencontros ideais entre seres humanos de igual qualidade, que teriam esquecido suas contendas passadas para conservar apenas a amizade presente, simbolizam, no plano afetivo, a sociedade política perfeita. Graças à convenção familiar, não toleramos a família, mas a escolhemos. O membro da sociedade familiar está no mesmo caso que o cidadão da sociedade política: um e outro são livres para contratar, livres também para se separarem.

A análise do Contrato social lança uma luz nova não só sobre a condição do pai, mas também sobre a do filho. Afirmando, desde a primeira frase do livro, que "o homem nasceu livre", Rousseau estabelecia a liberdade como um dado indestrutível da natureza humana. E assim ele tornava homogênea a natureza do pai e a do filho. A criança é, portanto, uma criatura potencialmente livre, e a verdadeira função do pai é tornar possível a atualização dessa liberdade ainda adormecida. Criar um filho é fazer de um ser momentaneamente frágil e alienado uma pessoa autônoma assim como os pais: o filho o igual do pai, a filha a igual da mãe.

169

Infelizmente, a lógica e o reformismo de Rousseau se detêm nas fronteiras do sexo. A mulher continua, para ele, a ser um indivíduo relativo, definido em relação ao homem. Veremos mais tarde como Sophie é educada para satisfazer os desejos de Émile e as necessidades de seus filhos. Mas se a sua visão da mulher, fechada em seu papel de esposa e de mãe, predominou durante longo período da história, fizeram-se ouvir também outras vozes, cuja importância não podemos negligenciar.

Assim, Montesquieu procurou, por várias vezes, denunciar a desigualdade de fato entre o homem e a mulher. A natureza, segundo ele, não submete as mulheres aos homens. Em conseqüência, "o império que temos sobre elas é uma verdadeira tirania".[37] Elas só se deixaram dominar pelos homens, acrescenta Montesquieu, porque são mais doces do que eles, e portanto, têm mais humanidade e mais razão. É uma injustiça que pode e deve ser modificada. Pois se as mulheres são efetivamente inferiores aos homens deste século, a causa não reside na sua natureza, mas na educação que lhes é dada, ou melhor, na educação que lhes é recusada.

Quase vinte anos antes da publicação do Émile, o magistrado liberal critica, por antecipação, os postulados educativos daquele que inspirou, em grande parte, o pensamento dos

revolucionários de 1789. Para Montesquieu, toda educação semelhante à que Sophie recebera só pode perpetuar o preconceito tradicional sobre as mulheres. Em meados do século, ele condena as condições em que elas são obrigadas a viver: "Nossas filhas têm um espírito que não ousa pensar, um coração que não ousa sentir, olhos que não ousam ver, ouvidos que não ousam ouvir, elas só aparecem para se mostrarem estúpidas, condenadas sem tréguas a bagatelas e a preceitos."[38]

Notas de rodapé:

[37] Lettres persanes, n. 38 (ed. Folio, p. 116).

[38] Vesprit des lois, livro XXIIJ, cap.9, "Des filies", Garnier-Flam-marion, tomo II.

Fim das notas de rodapé.

170

Em Le Système social, Holbach, mais próximo de Montesquieu do que de Rousseau, vincula, como o primeiro, a situação inferior em que é mantida a mulher à educação que lhe é ministrada. Denuncia a "mulher-brinquedo", que os homens fabricaram para seu prazer e seu poder: "Só as vemos como entendiantes e insignificantes, não lhes permitimos ocuparem-se senão de brincadeiras, de modas, de enfeites." A mulher não passa da criatura do homem, no duplo sentido de criada pelo homem e para o homem. Naquela época, o homem ainda não concebera a mulher como a mãe devotada de seus filhos. Ainda um instante de paciência, e a coisa se fará...

Voltaire, por sua vez, desenvolve um tema intermediário que concilia ao mesmo tempo a ideologia rousseauniana e a de Montesquieu ou de Holbach. Pensa que uma educação sólida para as mulheres faria delas, ainda mais, boas mães e boas esposas. Quanto mais a mulher se desenvolver intelectualmente, mais as tarefas familiares a atrairão. Mas o herdeiro de Molière e o cúmplice de Rousseau se revelam, quando ele diz: "É verdade que a mulher que abandonasse os deveres de seu estado para cultivar as ciências seria condenável."[39]

Estamos ainda longe de Condorcet, o filósofo mais feminista de seu século, o único que se empenhou em mostrar a igualdade natural e política entre o homem e a mulher. Ele denunciou as "leis opressivas que os homens fizeram contra elas"[40] e militou por seus direitos de cidadãs (direito de voto, mas também direito à elegibilidade para as funções públicas), com a condição de lhes ser dada uma educação semelhante à que se dispensa aos homens. Para ele, o talento feminino não se limita à maternidade. A mulher pode ter acesso a todas as posições, pois só a injustiça, e não sua natureza, lhe proíbe o saber e o poder.

Notas de rodapé:

[39] Voltaire, prefácio a Alzire.

[40]Condorcet, Lettres d'un bourgeois de New Haven (1791), p. 281.

Fim das notas de rodapé.

171

Condorcet conclui sua carta com uma ponta de ironia a propósito das mulheres que não julgam lucidamente os discursos que lhes dirigem os homens: "Tenho medo de me indispor com elas.. falo de seus direitos à igualdade e não de seu império; posso tornar-me suspeito de um desejo secreto de diminuí-las; e desde que Rousseau mereceu seus sufrágios, dizendo que elas só tinham sido feitas para cuidar de nós e não serviam senão para nos atormentar, não devo esperar que se manifestem em meu favor."[41]

Condorcet, dava mostras de uma grande lucidez. As mulheres que liam foram em sua maioria rousseaunianas, mesmo as que pretendiam funções que seu ídolo, teria reprovado. Madame Roland, ou Olympe de Gouges não foram netas de Rousseau, embora o imaginassem. A Revolução, mais rousseauniana do que elas, executou-as por terem tido pretensões ao poder e por se terem recusado a se limitar estritamente ao papel de esposa e de mãe. Nada é mais eloqüente, a esse respeito, do que a descrição da execução de Madame Roland pela Feuille du Salut Public:[n] "A mulher Roland, belo espírito de grandes projetos, filósofa de bilhetinhos.. foi um monstro sob todos os aspectos.. Era mãe, mas havia sacrificado a natureza, querendo elevar-se acima dela; o desejo de ser sábia levou-a a esquecer as virtudes de seu sexo, e esse esquecimento, sempre perigoso, terminou por fazê-la perecer num cadafalso."

Mas, embora a condição da mulher não se tenha modificado notavelmente no século XVIII, nem mesmo com a Revolução Francesa, a da esposa-mãe progrediu. No final do século, o comportamento do marido para com a mulher parece modificar-se na teoria e na prática, não só nas classes abastadas, como também entre os burgueses mais modestos. Há duas razões principais para essa modificação. Por um lado, a nova moda do casamento por amor, que transforma a esposa em companheira querida.

Notas de rodapé:

[41] Id. Ibid., p. 286-287.

[42] Sob o título: "Aux républicaines".

Fim das notas de rodapé.

172

Por outro, os homens responsáveis querem que as mulheres desempenhem um papel mais importante na família, e notadamente junto dos filhos. A Encyclopédie, como vimos, afirmava que o poder dito paterno é, na realidade, partilhado com a mãe.[43] Torna-se portanto cada vez mais difícil considerar a autoridade do marido sobre a esposa como o poder absoluto do soberano sobre o súdito, e tratar a própria mulher como outrora se tratava o filho.

Ainda que não validasse juridicamente a igualdade real entre o homem e a mulher, o século XVIII aproximou consideravelmente a esposa do marido. Isso não se deveu apenas à

importância crescente que a criança adquire na sociedade, mas também, em grande parte, a uma verdadeira obsessão da filosofia das Luzes: a busca da felicidade, logo seguida pela valorização do amor. Esses dois novos valores virão reforçar oportunamente a homogeneização dos esposos entre si, e mesmo a dos pais e filhos. Nesse sentido, a procura da felicidade familiar é um passo importante na evolução rumo à igualdade.

Felicidade

Numa carta à presidenta de Bernière, Voltaire escreve: "O grande interesse, e o único que devemos ter, é viver feliz."[44] O que conta agora, não é tanto a preparação da vida futura da alma, mas a organização mais suave possível da vida terrestre. Filosofar não é mais aprender a morrer, mas a viver aqui e agora. Todo o século XVIII retomará sem cessar esse tema que se transforma, diz R. Mauzi, "em obsessão".[45] Partindo do postulado de que o homem é feito para ser feliz, não restava aos pensadores das Luzes senão encontrar as condições para isso.

Notas de rodapé:

[43] *"As mães têm sobre o filho um direito e um poder igual ao dos pais."*

[44] *Voltaire, Oeuvres completes, tomo 33, p. 62 (1722) (grifos nossos).*

[45]*Robert Mauzi, Uidée de bonbeur au XVIIIe siècle, Paris, A. Colin, 1969, p. 83-84.*

Fim das notas de rodapé.

173

Em seu artigo consagrado à felicidade, Bonheur, a Ency-clopédie traduz bem a nova ideologia, buscando provar que a Religião também proporciona ao homem a verdadeira felicidade. Ela não é mais colocada na dependência, como outrora, da salvação eterna das provações terrestres, mas afirma-se que "a natureza nos impôs a todos a lei de nossa própria felicidade". Deus não pôs o homem no mundo senão para lhe oferecer, enquanto espera a beatitude eterna, uma felicidade compatível com sua natureza decaída. Referindo-se às palavras do padre de Gourcy,[46] R. Mauzi conclui pela aparição de um novo cristianismo diluído num hedonismo em duas etapas.[47] Doravante, há uma perfeita continuidade da felicidade terrestre à felicidade eterna. Dor e infelicidade deixam de ser os dados necessários e imediatos da existência.

Essa idéia geral obseda o século XVIII, que vê aparecer nada menos de uns cinqüenta tratados sobre a felicidade. Dis-serta-se a respeito em todos os círculos e em todos os livros,[48] e Stanislas Leczinsky confirma que "as conversas em sociedade giram apenas sobre a felicidade e a infelicidade".[49] Mas a felicidade não é somente uma preocupação mundana de salão. Fala-se dela também aos seres mais simples e rudes. Quando um pároco do interior quer exortar suas ovelhas à virtude e ao trabalho, se já esgotou o tema trágico das fogueiras do inferno, que nem sempre dá

os resultados esperados, não é raro que recorra então a um tema mais sedutor. Ele lhes declara mais simplesmente que devem cumprir seu dever a fim de serem felizes neste mundo.[50]

Notas de rodapé:

46Essai sur le bonheur (1777): "ao bem-estar..perfeito e inalterável' que o criador nos havia preparado antes da queda, seguiu-se uma felicidade de segunda ordem."

[47] R. Mauzi, op. cit., p. 83.

48Blondel, Des hommes tels qu'ils sont et doivent être (1758), citado por R. Mauzi, op. cit., p. 84.

[49] S. Leczinsky em Oeuvres du philosophe bienfaisant (1763), citado por R. Mauzi, op. cit., p. 84.

50Froger, vigário de Mayet (1769), citado por Mauzi, p. 84.

Fim das notas de rodapé.

174

Se no curso do século XVIII discutiu-se muito a definição e as condições da felicidade, chegou-se em geral a um acordo sobre uma teoria da felicidade razoável. Um corpo são, uma consciência tranqüila, uma condição satisfatória: eis o que o homem sensato pode esperar. Mas se a felicidade é possível neste mundo, é em primeiro lugar na microssociedade familiar que ela deve encontrar lugar. É por isso que a aspiração à felicidade vai modificar sensivelmente as atitudes familiares. Ela explica não só a evolução dessas atitudes como também, em parte, a modificação da ideologia política.

A felicidade não é mais apenas uma questão individual. É a dois que se espera, em primeiro lugar, realizá-la, enquanto se aguarda a possibilidade de vivê-la com a coletividade. Para que as relações entre o casal e os filhos sejam felizes, é preciso, descobre-se no século XVIII, que sejam fundadas no amor. Não o amor-desejo passional e caprichoso, feito de altos e baixos, de dores e prazeres, mas esse amor-amizade que chamamos hoje de ternura.

O burguês, diz R. Mauzi, transforma-se no "feliz habitante deste mundo"[51] porque realiza o sonho do século que é proporcionar sem esforço a inclinação e a virtude. Ele ama a ordem e a harmonia que vive de modo imediato. Sem dúvida, observa R. Mauzi, ele não é feito para todas as felicidades. Só conhece do amor a dedicação conjugal que se estende até seus filhos. Mas isso lhe basta, e ele toma a precaução de encerrá-la cuidadosamente em casa, ao abrigo das tentações e das distrações.

Opera-se, portanto, no século XVIII, uma transformação dos costumes que, pela primeira vez, não vem da aristocracia, mas da nova classe ascendente. Desde o início do século, as prescrições da moral eclesiástica fazem-se o eco dessa mudança. Elas confirmam que, na vida cotidiana do casal, a mulher emancipou-se pouco a pouco e parcialmente da tutela do marido.

Nota de rodapé:

[51]R. Mauzi, op. cit., p. 274.

Fim da nota de rodapé.

175

Flandrin observa a esse respeito que a subordinação ao marido explicitamente enfatizada no início do século XVII por Benedicti e Toledo, não o é mais no século XVIII no manual de Antoine Blanchard.

Os provérbios e canções populares mudam de tom e chegam a inverter os temas tradicionais. Assim, já não se recomenda bater na mulher. A imagem do castigo infligido pelo marido já não tem nenhuma acolhida, pelo menos entre os burgueses. Ao contrário, tal atitude é considerada um ato bárbaro. É preciso, como se diz agora, "ser o companheiro de sua mulher e o dono de seu cavalo".

A mulher não é mais identificada à serpente do Gênesis, ou a uma criatura astuta e diabólica que é preciso pôr na linha. Ela se transforma numa pessoa doce e sensata, de quem se espera comedimento e indulgência. Eva cede lugar, docemente, a Maria. A curiosa, a ambiciosa, a audaciosa metamor-foseia-se numa criatura modesta e ponderada, cujas ambições não ultrapassam os limites do lar.

A transformação dos costumes observa-se também no nível do vocabulário. No século XVIII, o amor-amizade parece compreender o carinho e mesmo uma certa busca do prazer. Isso só se explica se levamos em conta o aparecimento de uma nova concepção do casamento.

Em fins do século XVIII, o casamento concebido como um arranjo de duas famílias parece cada vez mais chocante, pois despreza os gostos e inclinações dos indivíduos. Semelhante casamento, que não leva em conta os sentimentos humanos, é comparado, diz Flandrin, a uma espécie de rapto. Imposta em nome de critérios sócio-econômicos, essa união parece desafiar o duplo novo direito: o direito à felicidade e à liberdade individual. Não chegaríamos a dizer que o combate das preciosas ao velho casamento fora ganho! Mas procura-se com maior empenho conciliar interesses e felicidade. Aparenta-se, mesmo, não atribuir demasiada importância às condições materiais do casamento. Como em Le contrat de mariage de Balzac, tem-se o cuidado de discutir o essencial por meio

176

de notários interpostos. Madame Evangelista vende sua filha por uma quantia exorbitante porque o noivo, Paul de Maner-ville, está apaixonado por ela. Todas as questões de interesse serão portanto solucionadas, pelo menos em aparência, em função dos sentimentos em jogo.

Nesse novo casamento, a liberdade de escolha do cônjuge pertence tanto ao rapaz como à moça. Já em 1749, Voltaire escreve uma peça, Nanine, em que nfb receia proclamar a liberdade de sua heroína nessa questão. Ele lhe coloca na boca as seguintes palavras: "Minha mãe julgou-

me capaz de pensar por mim mesma e de escolher por mim mesma um esposo."[52] E no prefácio do Casamento de Figaro, Beaumar-chais denuncia o velho casamento tradicional, "onde os grandes casavam seus filhos aos doze anos e sacrificavam a natureza, a decência e o gosto às mais sórdidas convenções... ninguém pensava na felicidade dos noivos".

Para as mulheres, esse novo direito ao amor abalou o autoritarismo que as mantinha durante toda a vida na submissão. Pois, concedendo-lhes esse simples direito, reconhecia-se a necessidade de educá-las de tal modo que se tornassem mais aptas a melhor julgar. Torna-se preciso, agora, tornar a moça capaz de "pensar por si mesma". Para tanto, é necessário, dizia Voltaire, tirá-la do convento, que ele considerava um verdadeiro local de embrutecimento, que dava à moça vontade de deixá-lo não importava com quem: "Vós só sais de vossa prisão para serdes prometida a um desconhecido que vem espiar pela grade: seja ele quem for, vós o considerais como um libertador, e, fosse ele um macaco, vós vos consi-deraríeis demasiado feliz: a ele vos entregais sem amor. É um negócio que se faz sem a vossa participação, e do qual as duas partes logo depois se arrependem."[53]

Em conseqüência, aconselha-se cada vez mais a educação das filhas em casa, em condições bastante satisfatórias, para que não tenham vontade de escapar à sua situação a qualquer preço.

Notas de rodapé:

52Voltarie, Nanine, ato I.

53Voltaire, Uéducation des filies, tomo 24.

Fim das notas de rodapé.

177

Esse direito ao amor fundado na liberdade recíproca foi a melhor introdução possível à igualdade entre os cônjuges. Quando A nova Heloísa proclama solenemente que o casamento é a união de dois seres que se escolheram e se uniram livremente, como poderia o novo esposo continuar a tratar a esposa como uma inferior?

A liberdade expressa na escolha do outro deve logicamente sobreviver na vida em comum. A igualdade inicial não pode deixar de dar outra coloração à vida conjugal. Se uma mulher teve bastante discernimento para escolher seu companheiro, poder-se-ia tratá-la em seguida como se não tivesse nenhum?

Fundado na liberdade, o novo casamento será o lugar privilegiado da felicidade, da alegria e da ternura. Seu ponto culminante: a procriação. No verbete que a Encyclopédie dedica a Locke, lê-se: "Desejo que o pai e a mãe sejam sadios, que estejam contentes, que tenham serenidade, e que o momento em que se disponham a dar a vida a um filho seja aquele em que se sintam mais satisfeitos com a sua própria vida." Não temos aqui o mais nítido elogio do amor

tomado em sua totalidade? Pois trata-se não apenas de uma homenagem à ternura, mas também ao desejo e à sensualidade, aos quais se outorga finalmente direito de cidadania na família.

A procriação é uma das doçuras do casamento: e que seria mais natural que amar em seguida os seus frutos? Quando os esposos se escolheram livremente, o amor que sentem um pelo outro se concretizará naturalmente em sua prole. Os pais amarão mais os filhos e as mães, dizem, retornarão livre e espontaneamente a eles. Pelo menos, é essa a nova ideologia de que Rousseau foi um dos melhores representantes.

Desse ponto de vista, exaltam-se interminavelmente as doçuras da maternidade, que deixa de ser um dever imposto para se converter na atividade mais invejável e mais doce que

178

uma mulher possa esperar. Afirma-se, como fato incontestável, que a nova mãe amamentará o filho pelo seu próprio prazer e que receberá como prenda uma ternura infinita. Progressivamente, os pais se considerarão cada vez mais responsáveis pela felicidade e a infelicidade dos filhos. Essa nova responsabilidade parental, que já encontrávamos entre os reformadores católicos e protestantes do século XVII, não cessará de se acentuar ao longo de todo o século XVIII. No século XX, ela alcançará seu apogeu graças à teoria psicanalítica. Podemos dizer desde já que se o século XVIII a confirmou, acentuando a responsabilidade da mãe, o século XX transformou o conceito de responsabilidade materna no de culpa materna.

E. Shorter54 retratou muito bem a nova família ao falar de uma "unidade sentimental" ou de um "ninho afetivo" que engloba marido, esposa e filhos. É o nascimento da moderna família nuclear que constrói pouco a pouco o muro de sua vida privada para se proteger contra toda intrusão possível da grande sociedade: "O Amor isola o casal da coletividade e do controle que esta exercia outrora. O amor materno está na origem da criação do ninho afetivo em cujo interior a família vem se refugiar."[54]

A família se fecha e se volta para si mesma. É a hora da intimidade, das pequenas residências particulares confortáveis de peças independentes com entradas particulares, mais adequadas à vida íntima. Ao abrigo dos importunos, pais e filhos partilham a mesma sala de refeições e se mantêm juntos diante da lareira doméstica.

É essa pelo menos a imagem da família proporcionada pela literatura e a pintura do fim do século. Moreau le Jeune, Chardin, Vernet e outros comprazem em representar os interiores e os atores desses lares unidos. Por toda parte se louva a doce intimidade que ali reina e anuncia-se que a revolução familiar está consumada. Testemunha, o doutor Louis

Nota de rodapé:

[54] E. Shorter, op. cit., p. 279.

Fim da nota de rodapé.

179

Lepecq de Ia Cloture fala de sua cidadezinha de Elbeuf em 1770: "Vê-se reinar ali a união das famílias e essa verdadeira solicitude que faz partilhar igualmente os sofrimentos como os prazeres do lar, fidelidade entre esposos, ternuras dos pais, respeito filial e intimidade doméstica."[55] Testemunhas são também os prefeitos napoleônicos citados por Shorter. O prefeito do Indre, Dalphonse, declara que em seu departamento "o himeneu não é um jugo; é uma doce troca de previdência, de ternura...". Na Savóia, Verneilh afirma que em sua terra "o esposo aproximou-se da esposa, a mãe de seus filhos; todos sentiram a necessidade de recorrer ao apoio mútuo e de se proporcionar consolos.. dedicando-se a cuidados domésticos que outrora teriam desdenhado".[56]

Na realidade, esse quadro idílico da nova família nos parece muito otimista. Apesar dos pintores e das comovidas manifestações literárias, pais e mães apenas começam a se interessar — que dirá se sacrificar — pelos filhos. A longa batalha em favor da amamentação materna mal começara, e seus adeptos ainda estão longe de ganhar a partida. Eles desdobram seus argumentos, e as mulheres, que fazem ares de ouvi-los com interesse, relutam em ser essas mães admiráveis que lhes suplicam que sejam.

A filosofia da felicidade e da igualdade desempenhava por certo um papel nada desprezível na evolução dos espíritos, mas só atingia um público limitado e parecia considerar assegurado o que ainda estava por ser feito. Seu discurso era mais sedutor na medida em que prometia e sugeria sem jamais forçar. Ora, a sobrevivência das crianças tornara-se aos olhos da classe dirigente um problema prioritário que os discursos mais ou menos lenitivos sobre a felicidade e o amor não bastavam para resolver.

Notas de rodapé:

[55] *Texto citado por Shorter, op. cit., p. 280.*

[56] *Id. Ibid., p. 280.*

Fim das notas de rodapé.

180

O DISCURSO DOS INTERMEDIÁRIOS

É um discurso totalmente diferente que o Estado dirigirá às mulheres por intermédio de seus agentes mais próximos delas. Como é das mulheres que depende todo o êxito da operação, elas se tornam, pela primeira vez, as interlocutoras privilegiadas dos homens. São, portanto, elevadas ao nível de "responsáveis pela nação", porque, de um lado, a sociedade precisa delas e lhes diz isso e, de outro, quer-se reconduzi-las às suas responsabilidades maternas. Tornam-se, ao

mesmo tempo, objeto de uma súplica e de uma acusação.

É verdade que desde o início do século, certos médicos[57] recomendavam às mães aleitarem seus bebês, enquanto outros[58] condenavam as amas mercenárias. Mas é preciso esperar a publicação do Émile, em 1762, para que a opinião esclarecida comece a comover-se. Rousseau não usou de meias palavras: "Do cuidado das mulheres depende a primeira educação dos homens; das mulheres dependem ainda os seus costumes...... Assim, educar os homens quando são jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consolá-los.. eis os deveres das mulheres em todos os tempos."[59]

Essas palavras deviam ter o mérito da novidade, pois foram repetidas com freqüência até o século XX. Em 1775, o médico escocês Buchan, em seu Traité de medicine domestique, escreve a respeito das mulheres, surpreende-se de que estas ainda não tenham tomado consciência de sua influência e de suas responsabilidades: "Se as mães refletissem sobre sua grande influência na sociedade, se quisessem se persuadir disso, aproveitariam todas as ocasiões de se instruir sobre os deveres que delas exigem seus filhos...

Notas de rodapé:

[57] Cf. P. Hecquet, De 1'obligation aux femmes de nourrir les enfants (1708).

[58]Linné, La Nourrice marâtre (1752).

59Émile, livro V. p. 703 (La Pléiade).

Fim das notas de rodapé.

181

Graças a elas, os homens passam bem ou adoecem; graças a elas, os homens são úteis no mundo ou se transformam em pestes na sociedade."[60]

Aparentemente, a tomada de consciência ainda não ocorrera, mas o tema da influência feminina e materna estava em moda, pois este fim de século vê surgirem toda espécie de brochuras sobre o mesmo assunto. Todos se imiscuem: médicos, moralistas, filantropos, administradores e pedagogos, sem esquecer os chefes de polícia de Paris e de Lyon. Cada qual repete, incansavelmente, os mesmos argumentos para convencer as mulheres a se ocuparem pessoalmente de seus filhos.

Pois, se um certo tipo de mulheres, pouco numerosas, eram receptivas às teses rousseaunianas, a convicção e a aceitação teórica não iam até a colocação em prática dessas novas teorias. A tarefa exigida devia parecer ainda bem pesada às mulheres, para que se lançassem ao trabalho.. Seriam necessárias várias décadas, e muitas argumentações, sermões e requisitórios para que as mulheres se resolvessem, por fim, "a cumprir seus deveres de mãe".

Durante mais de um século, foram utilizados constante e simultaneamente três tipos de argumentos que podemos resumir assim: "Minhas senhoras, se ouvirdes a voz da natureza, sereis

recompensadas, mas se a desprezardes, ela se vingará, e sereis punidas."

O retorno à boa natureza

O primeiro desses argumentos, muito em moda no século XVIII, é o que tem por tema o retorno à natureza. Muito antes de Rousseau, cujas teorias sobre o assunto são conhecidas, houve desde a Antigüidade moralistas para lembrar às mulheres "as vontades da natureza". Plutarco, ao que parece, foi o iniciador do primeiro movimento moral em favor do aleitamento materno. Isso tende a provar que, desde essa época, pelo menos uma parte das mulheres relutava em cumprir seu dever.

Nota de rodapé:

60 Buchan, op. cit., p. 12 (grifos nossos).

Fim da nota de rodapé.

182

Se assim não fosse, por que teria ele afirmado com tanta insistência que as "mamas" são dadas à mulher para que ela amamente o filho?

Em todos os militantes do aleitamento materno, de Plu-tarco ao doutor Brochard (fim do século XIX), passando por Favorinus, Erasmo e muitos outros, encontra-se indefectivel-mente uma profissão de fé naturalista: "É a natureza, dizem eles, que manda que a mãe amamente o seu bebê." Ora, é mal, moral e fisicamente, desobedecer à natureza. Nas entrelinhas, para todos esses moralistas, quem diz "lei da natureza" diz "lei divina". E não é bom desobedecer a Deus.

Todos os austeros conselheiros repetiram, exaustivamente, que a natureza não deu seios à mulher para que ela obtenha glória de sua beleza, ou para que façam o prazer de um marido sensual. A mulher não deve se envaidecer ou extrair prazer de seus órgãos, pois sua função essencial é nutrícia. A natureza criou-a fêmea antes de mais nada, permitindo-lhe alimentar o filho com o próprio leite. Ai daquelas que o esquecessem!

Como essa solene invocação da natureza podia parecer demasiado abstrata e severa, seus autores apressavam-se em insistir num aspecto prático e fisiológico mais adequado a comover as mulheres. Seu leite, disseram-lhes, convém admira-velmente às necessidades da criança. Porque a natureza age de modo que as qualidades do leite sejam sempre adaptadas ao organismo desta. Esse argumento, mais do que os outros, podia convencer, pois é verdadeiro, e as mães podiam comprovar isso por si mesmas. Mas a verdade nem sempre é suficiente para persuadir da conveniência de uma ação, principalmente se esta demanda um esforço.

No século XVIII, por mais que grandes médicos, como Raulin, Ballexserd ou Dessartz proclamassem a harmonia pre-estabelecida entre o leite materno e as necessidades das crianças, as

mães "esclarecidas" não lhes davam ouvidos. E tampouco as mais pobres. A condenação não se fez esperar. Essas mulheres

foram declaradas corrompidas pela má sociedade que perturbara a ordem providencial da natureza, e foram concitadas a retornar aos primeiros princípios dessa boa natureza, a reencontrar os velhos costumes.

Para isso, sugeriram-lhes imitar aquilo que mais se lhes assemelhava, mas que não havia sofrido os malefícios da sociedade corrompida. Os modelos em voga foram, ao mesmo tempo, as mulheres selvagens, as das populações bárbaras, as fêmeas dos animais e até as plantas!

Nesse século XVIII, a mulher selvagem ocupa lugar de honra. Os mais sofisticados intelectuais citam com respeito os relatos de todos os viajantes que evocam o aleitamento natural, o carinho das mães e a liberdade total proporcionada ao corpo da criança. Antítese dos costumes europeus, os comportamentos dos selvagens passam por verdades primordiais. Todos se apaixonaram por essas mulheres seminuas que não se separavam dos filhos até o desmame.

Em sua Histoire naturelle, Buffon[61] dá um grande espaço para esses testemunhos. Estuda em detalhe os usos dos diferentes povos exóticos e condena inapelavelmente a prática das amas mercenárias. Em 1763, o Journal des Savants se incumbe de comentar todas as obras do gênero. Depois, em 1769, é Raulin que não tem palavras bastante fortes para louvar os costumes dos "selvagens". Todos têm direito à sua admiração: africanos, americanos, brasileiros.. Conclui que as crianças dessas tribos são mais felizes do que as nossas, porque suas mães são mulheres sadias, que observam um regime de vida adequado ao seu estado de gravidez e de lactante. Comove-se com as mulheres mexicanas, doces e constantes em sua ternura: "Vivem sempre dos mesmos alimentos, sem variar, durante todo o tempo em que amamentam os filhos com seu leite. Isso dura habitualmente quatro anos."[62]

Nota de rodapé:

[61] Tomo II, p. 445 a 447.

[62] Raulin, De la conservation des enfants, p. 125 a 167.

Fim das notas de rodapé.

Em 1778 chega a vez do chefe de polícia Prost de Royer louvar os costumes selvagens para melhor estigmatizar os nossos. Ele se maravilha com o fato de a mulher selvagem dar à luz nos desertos e nas neves, de mergulhar o filho no gelo todos os dias para banhá-lo, de aquecê-lo no seio ao mesmo tempo que o alimenta. E conclui que "o selvagem é maior, mais bem-feito, melhor organizado, mais sadio, mais robusto do que se a natureza tivesse sido entravada em sua marcha",[63] deixando subentendido: como entre nós. O que Prost não diz é que a seleção natural

devia se exercer ao máximo. Não se conhece a mortalidade das crianças selvagens, mas provavelmente os mais fortes é que sobreviviam a semelhante regime.

Próximas das mulheres das regiões selvagens, as mulheres dos tempos antigos e bárbaros foram igualmente postas num pedestal. O mesmo Prost fala com emoção do peso das armas dos primeiros romanos e do tamanho dos túmulos dos gauleses, que atestam a maior força e a estatura considerável de nossos ancestrais. Com isso mede-se bem "a degradação da espécie humana em nossa Europa corrompida e civilizada".[64] Em 1804, o médico Verdier-Heurtin dedica nada menos de onze páginas, isto é, mais de um décimo de seu discurso sobre a amamentação à exaltação do vigor e da saúde dos primeiros hebreus, dos primeiros gregos, romanos, germanos e gauleses, que opõe à degenerescência dos europeus do século XVIII, pequenos, débeis e doentios. Ora, entre todos esses povos bárbaros, toda mãe amamentava os filhos. Mas Verdier-Heurtin constata que tão logo esses povos se civilizavam, se enriqueciam e se tornavam cultos, as mães deixavam de querer amamentar. Recorriam às amas-de-leite mercenárias e infalivelmente as novas gerações se enfraqueciam e a raça degenerava. Verdier e muitos outros concluíram disso que as grandes nações dependiam da boa vontade das mães. Eram elas as verdadeiras responsáveis pela força e pela grandeza política das civilizações.

Notas de rodapé:

[63] Prost de Royer, op, cit., p. 6.

64 Ibid., p. 7.

Fim das notas dde rodapé.

185

De Rousseau ao doutor Brochard,[65] retoma-se incansavelmente o exemplo das mulheres romanas para que as francesas se imbuam de certas verdades. Nos primeiros tempos da república romana, dizem todos esses senhores, as mulheres se glori-ficavam dos cuidados da família: "Pensai nas sabinas, os seios descobertos, que não se separavam jamais dos filhos, mesmo no campo de batalha: elas engendraram uma raça de homens excepcionais." Mas quando chegou a época de César e do "luxo, sinal precursor da decadência das nações", as mulheres se liberaram de seu dever e recorreram às amas mercenárias. Contava-se que as mulheres passeavam nos lugares públicos levando nos braços cãezinhos ou macaquinhos. Assim é que Júlio César, ao voltar da Gália, surpreso com um espetáculo tão novo para ele, teria exclamado: "As mulheres romanas não têm mais, como outrora, filhos a amamentar e a carregar nos braços? Por toda parte vejo apenas cães e macacos."[66] E, de fato, o costume de confiar os filhos às mulheres do campo tornou-se tão comum em Roma que, no século V, o Código Teodosiano teve de regulamentar esse costume.

Nossos moralistas inferiram, dessa história, a semelhança dos tempos modernos com a

decadência romana. Mas todos esses exemplos tomados aos tempos antigos eram facas de dois gumes, pois se mostravam bem que quanto mais se está próximo do estado primitivo, mais as mulheres amamentam, provavam também que, sempre que possível, as mães abandonavam os filhos a outros seios. Por mais que se condene o luxo depravador, prevalece o fato de que, quanto mais rica e culta é uma nação, mais as mães renunciam à sua condição materna.

Sem dúvida as fêmeas dos animais eram melhores modelos, pois não se temia que evoluíssem ou sofressem os efeitos perniciosos da cultura.

Notas de rodapé:

[65] Brochard, De 1'allaitement maternel (1868), p. 10-11.

[66] Anedota constantemente contada nos séculos XVIII e XIX. Ver em especial o verbete Nourrice da Encyclopédie; o Discours sur 1'allaitement, de Verdir-Heurtin, p. 9; De 1'allaitement maternel, do Dr. Brochard, p. 10.

Fim das notas de rodapé.

186

Foi por isso que se recomendou às mães imitar a sábia atitude de todas as espécies de fêmeas, que "obedeciam melhor do que elas aos impulsos da natureza". Entre essas fêmeas, encontra-se o estado ideal de pura natureza, um instinto não desnaturado pelo interesse, isto é, o instinto materno não desviado pelo egoísmo da mulher.

Gostava-se, em especial, de recorrerão exemplo dos animais mais selvagens, e admirar que os bichos mais cruéis, os mais selvagens como as tigresas ou as leoas, abandonassem sua ferocidade para cuidar de seus filhotes. E que preferissem, muitas vezes, perecer com eles a abandoná-los, quando perseguidos pelos caçadores.

Já no início de sua obra, o médico Gilibert[67] faz nos seguintes termos o elogio desses "bichos": "Observai os animais, embora as mães tenham as entranhas dilaceradas.. e seus frutos tenham sido a causa de todo esse mal; seus primeiros cuidados lhes fazem esquecer tudo o que sofreram.. Elas se esquecem de si mesmas, pouco ciosas da própria felicidade... De onde pode vir esse instinto invencível e geral? Daquele que tudo criou (Deus sive Natura).. Ele imprimiu ao coração de todos os seres vivos um amor maquinal pela prole. A mulher está submetida a esse instinto, como todos os animais... Nos animais, esse instinto basta.. a natureza por si só os conduz.. Mas o homem não está diretamente sob seu império. Recebeu do céu uma vontade ativa, uma razão esclarecida (Gilibert parece, aqui, lamentá-lo).., que é freqüentemente corrompida pelos erros e os preconceitos de toda espécie... e sufocam essa ativa impressão da natureza... Daí as misérias e as calamidades que se abatem sobre esses infelizes mortais..."

Ao ler esse trecho, tem-se a impressão de que Gilibert lamenta que a mulher seja dotada de razão e de vontade. A mulher ideal seria a que mais se aproximasse da fêmea. Compreende-se

porque, há tanto tempo, a maioria desses humanistas viam com tão maus olhos a educação das mulheres.

Nota de rodapé:

[67]*Dissertation sur Ia dépopulation (1770) (grifos nossos).*

Fim da nota de rodapé.

187

Boas reprodutoras, sem curiosidade nem ambições, era o que lhes convinha. Uma vez que a razão corre o risco de ser corrompida pelos preconceitos, mais vale que a das mulheres continue adormecida!

Em 1769, Raulin[68] compara o leite das mulheres e o das fêmeas. Constata que nos dois casos o leite varia segundo a alimentação ingerida pela mãe. É mais uma boa ocasião para louvar a sabedoria animal e opô-la à loucura das mulheres. Ele louva as vacas e as cabras por se alimentarem de plantas e ervas adequadas e condena as mães inconseqüentes que comem qualquer coisa que lhes apeteça durante a gravidez e o aleitamento: guisados, especiarias, coisas cruas, chá, café e bebidas alcoólicas.

Conclui, é claro, em favor dos animais, que têm uma maneira de viver muito regular e sem excesso, ao contrário das mulheres que alteram seu leite com abusos e excessos de toda sorte. Além disso, essas pobres mulheres são mais sujeitas que os homens a "paixões nocivas" totalmente desconhecidas dos animais. Conhecem a tristeza, o medo e a cólera, que são também perturbações que azedam o leite e alteram o temperamento das crianças.

Em conseqüência, a mulher ideal deve não só ser privada de "razão esclarecida", como também deveria estar livre de toda paixão!

O século XIX não negligenciou esses argumentos já que em 1848 lê-se, num livro de Ernest Legouvé, cuja obra conheceu numerosas edições, que a maternidade animal assemelha-se a um sentimento humano,[69] e vice-versa. Ele se comove com o heroísmo e a dedicação da leoa, a coragem e o amor da toutinegra pelos filhotes.

Notas de rodapé:

[68] *Raulin, op. cit., p. 129, 163 e 165.*

[69] *E. Legouvé, Histoire morde des femmes, 1848, p. 281-282.*

Fim das notas de rodapé.

188

O doutor Brochard, em 1868, louva por sua vez todas as fêmeas, que, ao contrário das mulheres, "nunca procuraram se subtrair a uma obrigação que é o resultado de sua própria organização".[70] Finalmente, no início do século XX, não se teme comparar a mulher a um galináceo. Num livro de vulgarização sobre a higiene infantil, o doutor J. Gérard julga que será

melhor compreendido pelas mães valendo-se do exemplo da galinha: "Quando põe um ovo, a galinha não tem a pretensão de ser mãe por tão pouco. Botar um ovo não é nada.. mas onde começa o mérito da galinha, é quando ela choca com consciência, privando-se de sua querida liberdade.. numa palavra, é quando desempenha seus deveres de mãe que ela faz jus realmente a esse título."[71]

Esse texto faria sorrir hoje, se não mostrasse em que triste estima os homens responsáveis tinham as mulheres! Comparar a liberdade da mulher à de uma galinha mostra a alta idéia que se tinha da primeira. A comparação não é muito lisonjeira. E o terá sido mais quando o doutor Raulin fez uma analogia entre a mulher e a terra? Afirmando que qualquer outro leite que não o da mãe faz degenerar os filhos e os expõe a acidentes perigosos, ele acrescentou: "Não sofrem as plantas acidentes semelhantes? Elas se conservam por muito tempo na terra (imagem da mãe) em que nasceram naturalmente; ali suportam melhor do que em outro lugar as intempéries da atmosfera. Se são transportadas para um solo que lhes seja estranho (imagem da ama), suas raízes têm dificuldade em se firmar.. Não prosperam e por vezes secam."[72]

Realmente, não se pode estar mais perto da natureza.. e mais distante da mulher!

Esse primeiro tipo de argumento, que visava condenar as mulheres por sua desnaturação, teve muitas conseqüências. Surpreende-nos, em primeiro lugar, a sua ambigüidade. É certo que o bom selvagem, mais próximo da natureza do que o europeu depravado, está na moda na época em que nos situamos.

Notas de rodapé:

[70]Brochard, De 1'allaitement maternel, 1868, p. 4.

[71] Dr. J. Gérard, "Pour combattre la mortalité infantile", Le Livre des mères (2. ed., 1904), p. 5 (grifo nosso).

[72] Dr. Raulin, op. cit., p. 171.

Fim das notas de rodapé.

189

Mas é sobretudo por um sentimento negativo em relação aos seus costumes, uma rejeição quase masoquista de si mesmos, que os homens, nessa época, "dão a preferência ao costume dos negros".[73]

É mais o desencanto com a sociedade que uma real admiração pelos costumes estranhos que privilegia os selvagens. O esnobismo dessa época faz-se acompanhar de um sólido etnocentrismo. Se certos usos estão melhor conservados entre os selvagens, estes permanecem o que são: seres não civilizados, que não merecem grande consideração. São louvados por terem permanecido próximos da natureza e, ao mesmo tempo desprezados. Para a opinião esclarecida do século XVIII e a do século XIX colonialista, os selvagens representam a infância da

humanidade, inspirando ao mesmo tempo condescendência e paternalismo.

Ademais, a mulher que se exorta a redescobrir a natureza é comparada ao que ela despreza profundamente. Toda mulher, mesmo a mais miserável do Reino de França, se considerará sempre infinitamente superior à fêmea, e de uma natureza diferente.

Mas todos esses homens que usam o argumento da natureza sabem, ou pressentem, que, por um outro lado, a comparação é traumatizante. Essa constante referência à natureza serve-lhes para mostrar que a mulher do século XVIII é pura e simplesmente "desnaturada". Ora, a palavra "desnaturado" tem vários sentidos. Se definimos a natureza em termos da "norma", a mulher desnaturada será uma anormal, isto é, uma doente ou um monstro. E se identificamos a natureza com a virtude, a mulher desnaturada será corrompida ou viciosa, isto é, uma amoral, ou uma mãe ruim.

Nos dois casos, é preciso modificar os usos e remediar o mal, mesmo que muitas vezes se pareça atribuir a essas mulheres a atenuante da irresponsabilidade.

Nota de rodapé:

73 Nicolas Oudry, UOrthopédie, tomo I, citado por Mercier, p. 121.

Fim da nota de rodapé.

190

Com efeito, Prost de Royer pensa que "a maioria das mães não ouve a natureza".[74] Em outras palavras, tudo isso não é culpa delas, porque se tornaram surdas.. Mas teríamos podido responder ao chefe de polícia que, se as mulheres não ouvem mais a voz da natureza, é porque esta carece de vigor. Pois, afinal, o que é uma atividade natural que não é necessária, um grito da natureza que não se ouve? Nada disso impede Prost de concluir que "se as mães soubessem.. jamais se disporiam a deixàr os filhos num momento em que seu carinho é tão necessário".

Lembrando a sorte das crianças entregues a amas, ele acrescenta: "Se essas tristes verdades estivessem gravadas no coração das mães..". Num caso, Prost sugere que o saber, portanto o que foi adquirido e que é da ordem da razão, poderia substituir o instinto em falta. No outro, porém, parece dizer que o saber racional, apenas, não basta, se não for memorizado pelo amor e o carinho.[75] À falta do instinto (inconsciente, inato, necessário), o amor (consciente, adquirido, contingente) resolveria o problema!

Como a invocação da boa natureza sob as formas da leoa ou da toutinegra podia parecer um argumento insuficiente, recorreu-se também, para reforçá-la, a promessas sedutoras e a ameaças aterrorizantes.

Notas de rodapé:

[74] Prost de Royer, op. cit., p. 9.

[75] Aos olhos de Prost e de seus contemporâneos, a madrasta e a ama eram consideradas incapazes de

amar as crianças que tinham, "acidentalmente" sob seus cuidados. Seu instinto, por razões evidentes, não as compelindo a isso, raramente sentiam, dizia-se, ternura por esses fardos que a necessidade lhes impunha. A madrasta talvez mais ainda do que a ama. Tradicionalmente, é ela que melhor encarna a mãe má e, no entanto, parece que não era objeto de grande severidade. Como a voz da natureza está muda, compreende-se muito bem que sinta apenas constrangimento em relação a filhos que lhe são estranhos. De certo modo, seu personagem odioso era tranqüilizador, reassegurando a verdadeira mãe no papel de boa e terna. A dualidade mãe-madrasta fazia reinar a ordem na natureza e nos sentimentos, o que explica que durante muito tempo se tenha representado a madrasta como a outra, a bela ou falsa mãe [em francês, belle-mère]. Logo surgirá a confusão e a desordem, quando a mãe natural se apresentar sob os traços da madrasta.

Fim das notas de rodapé.

As promessas

Comecemos pelo mel. Fizeram-se às mães que amamen-tavam cinco promessas que deviam eliminar as objeções em vigor. Como as mulheres se queixavam de que a amamentação as cansava, estragava-lhes os seios e lhes dava mau aspecto, fez-se o elogio da beleza das lactantes. Alguns admiraram a frescura de sua pele, outros as proporções de seu peito e a aparência saudável que tinham. Ainda no século XIX, o doutor Brochard afirma que se os poetas, os historiadores e os pintores celebraram a beleza das gregas e das romanas, é porque elas ama-mentavam os seus filhos.[76] Em 1904, o doutor J. Gérard opõe "as belas e bem fornidas mulheres que amamentavam às bonecas mundanas de rosto empoado, que são esqueléticas aos 20 anos e cheias de rugas aos 30”.[77]

No século XVIII, mais ainda do que no século XIX, insiste-se particularmente nos atrativos da maternidade. Todos esses homens que se dirigiam às mães se põem de acordo para dizer que não há ocupação mais agradável do que zelar pelos filhos. Não há dever mais delicioso. Prost, o chefe de polícia, adota um tom comovente ao evocar os prazeres da maternidade: "A voz da natureza se fez ouvir no coração de algumas de nossas jovens mulheres.. Prazeres, encantos, repouso, elas tudo sacrificaram. (!) Mas que elas nos digam se as inquietudes e as privações de seu estado não constituem um prazer como todos os proporcionados pelo amor. Que elas nos descrevam as doces emoções.. que experimenta uma mãe lactante quando, sugando seu leite, sorrindo-lhe, lançando os braços à sua volta, o filho parece agradecer-lhe."[78]

Notas de rodapé:

[76] *Dr. Brochard, op. cit. Igualmente, se as georgianas são as mais belas mulheres do mundo, e conservam até idade avançada a elegância e a beleza do corpo, devem-no ao mesmo costume.*

[77] *Dr. J. Gérard, Le livre des mères, p. 6; Émile, I, 258; Dr. Brochard, op. cit., p. 35.*

Fim das notas de rodapé.

Os mesmos argumentos são usados pelo médico Gilibert, que enfatiza com mais força ainda o contraste entre as agruras da maternidade e a felicidade que a mulher delas obtém. Como Prost de Royer, e Freud um século mais tarde, ele evidencia a qualidade masoquista da mãe que agora encontra o seu prazer na dedicação absoluta. Ouçamo-lo: "Segui essas mães que amamentam os filhos.. Elas esquecem todos os objetos de seu prazer. Atentas unicamente aos filhos, passam as noites sem dormir, suas refeições são tomadas à pressa, só comem o que sabem ser propício a um bom leite; todas as horas do seu dia são empregadas em lavar, limpar, aquecer, distrair, alimentar, fazer dormir o objeto de seu amor.. Todos os que a cercam olham-na com piedade... Julgam-nas as mais infelizes das mulheres.."[w]

Todo esse longo discurso anuncia que não nos devemos fiar nas aparências, pois, na realidade: "Essas mães encontram um prazer indefinível em tudo o que lhes parecia desagradável quando moças; fazem com alegria o que então lhes provocava repulsa."[80] E Verdier-Heurtin reforça: "Essas privações, que vos parecem cruéis, transformar-se-ão em puras alegrias."[81]

O único problema que não podemos nos impedir de levantar é o seguinte: como era possível que tão poucas mulheres se oferecessem semelhante prazer, e que tantas delas resistissem a essas alegrias? É preciso acreditar que as "algumas mulheres" que amamentavam e atendiam à voz da natureza eram péssimas advogadas. Não só o seu exemplo não granjeava adeptos, como parece, ao contrário, que, ao vê-las, as outras mulheres tinham justamente o desejo de fazer o oposto. Curiosa felicidade essa, que toma a forma de provação e dissabor aos olhos das interessadas! Decididamente, os homens foram melhores defensores da causa das mães, a menos que, através desse artifício, não tenham defendido na realidade senão a própria causa.

Notas de rodapé:

[78] Prost de Royer, op. cit., p. 9 (grifo nosso).

79 Gilibert, op. cit., p. 257-258 (grifo nosso).

[80] Id. Ibid., p. 258 (grifos nossos).

[81] Verdier-Heurtin, op. cit., p. 27-28.

Fim das notas de rodapé.

193

Entre esses últimos figura Rousseau, que promete às mães que amamentam múltiplas vantagens: não só o carinho dos filhos, mas "um apego sólido e constante de seu marido".[82] O argumento será repetido com freqüência para responder ao inconveniente sexual da amamentação. Assegura-se à boa mãe que seu marido lhe será mais fiel e que eles viverão uma união mais doce. Verdier-Heurtin pede que se interroguem os pais: "Que eles vos pintem os quadros encantadores de que são todos os dias, num lar bem unido, os felizes espectadores..

Vede, vós mesmos, o pai arrebatar o filho dos braços da mãe, a mãe retomá-lo dos braços do pai: quem poderia dizer que não é isso a felicidade?"[83]

Quando as mulheres não eram sensíveis nem ao argumento da saúde, nem aos da beleza e da felicidade, acrescentava-se o da glória. Rousseau não temia lisonjear a vaidade feminina ao ousar prometer, à mãe que amamentasse, "a estima e o respeito do público... o prazer de se ver imitada um dia pela filha, e citada como exemplo à filha de um outro".[84] Também o doutor Brochard jurava que "o filho no seio materno é a glória da mãe". [85] Citava com freqüência seu colega Perrin, que costumava afirmar que "a mãe, no meio dos filhos que amamenta, adquire em dignidade e em respeito o que a eles proporciona em cuidados e sacrifícios".[86]

Outros, como E. Legouvé, procuraram revalorizar o papel da mãe na procriação, refutando as teorias de Aristóteles.

Notas de rodapé:

82 Émile I, La Pléiade, p. 258.

[83] Verdier-Heurtin, &p: cit., p. 28 (grifos nossos).

84 Étnile, p. 259.

[85] Dr. Brochard, De 1'amour maternel (1872), p. 75.

[86] Dr. Perrin, Les Césars, p. 206.

Fim das notas de rodapé.

194

Não, diz ele, a mãe não se assemelha à terra que se semeia: ela é tão criadora quanto o pai, mesmo que este dê "o impulso primeiro"![87] A mãe é formadora e, amamentando, ela conclui sua criação. Em 1908, Paul Combes, entre muitos outros, retoma esse tema ao afirmar: "pela maternidade, podemos quase dizer que toda mulher colabora na obra da criação!"[88]

Finalmente, de tempos em tempos, não se esquece de apresentar um último argumento, econômico. Realizam-se então cálculos dos lucros e perdas que tem a mãe que entrega o filho a uma ama. Foi o que fez o tradutor francês do livro de Buchan.[89] As crianças, diz ele, são mal alimentadas e mal-cuidadas pelas amas. Quando voltam vivas à casa dos pais, estão freqüentemente em triste estado: magras, pequenas, disformes, atacadas por febres ou presas de convulsões.. Que lucraram, então, os pais? Despenderão no tratamento e cura das infelizes vítimas muito mais do que o teriam feito se as tivessem eles próprios alimentado e criado. Ademais, acrescenta maldosamente, na maior parte das vezes todas as suas despesas são inúteis, pois as crianças ficarão para sempre marcadas por esse primeiro período de vida. Em contrapartida, que vantagens para os pais que cumprirem seu dever!

Finalmente, se todas essas vantagens prometidas não fossem suficientes para convencer as mulheres, restava a arma das ameaças, fisiológicas e morais.

As ameaças

Se a mãe se nega a amamentar, a natureza se vingará e a punirá na carne.[90] Essa punição comporta todas as doenças que atacam as mulheres que secam artificialmente seu leite.

Notas de rodapé:

[87] E. Legouvé, Histoire morde des femmes, p. 275-276.

[88] P. Combes, Le livre de la mère, 1908, p. 2 (grifos nossos).

[89] Buchan, op. cit., p. 7-8.

[90] P. Dionis: Traité general de 1'accoucbement (1718), cf. capítulo VI, livro VI, "Toutes les femmes devraient nourrir leurs enfants". O cavaleiro de Brucourt, Essai sur 1'éducation de Ia noblesse (1747). Os dois autores ressaltam o vínculo entre a desobediência à vontade do Criador que impôs a lei natural e a doença.

Fim das notas de rodapé.

195

Vários médicos não hesitam em afirmar que elas correm até o risco de morrer.

Raulin insistiu de duas maneiras sobre o perigo da retenção do leite. Propôs primeiro uma explicação pseudocientífica que utiliza a mecânica dos fluidos,[91] à moda do século XVIII: quando há retenção do leite materno, este encontra sua saída natural bloqueada e "lança-se indiscriminadamente sobre todas as partes, segundo elas lhe oponham maiores ou menores obstáculos, provocando aí males diversos". Jacques Donzelot[92] estabelece um paralelo interessante entre esta explicação e o perigo representado pelo onanismo. De fato, o doutor Tissot[93] advertia contra a dissipação do esperma pelo onanismo (esse "óleo essencial cuja perda deixa todos os outros humores fracos e corrompidos") que devia provocar toda espécie de doença. Nos dois casos, "desperdiça-se" um produto precioso. Ora, quando se desperdiça seu leite ou seu esperma, as conseqüências podem ser mortais. Não podemos deixar de sorrir ante essa aplicação da moral burguesa aos líquidos preciosos: todo desperdício merece castigo!

Raulin não se contentou com a explicação científica. Buscou também aterrorizar suas leitoras contando o "exemplo funesto" de uma dama recém-parida que quis, por todos os meios, secar seu leite: "ela começou a tossir.. instalou-se uma febre lenta, um escarro purulento.. a doente estava em estado tísico confirmado."[94] O médico do rei atribuía essa tísica à rigidez dos nervos e ao encurtamento das fibras. E que acreditam que aconteceu com essa infeliz? Morreu, simplesmente. Do ponto de vista médico, o exemplo é pouco convincente, pois é muito provável que esta senhora já estivesse tísica antes de dar à luz e que a retenção do leite nada tinha a ver com sua morte. Do ponto de vista epistemológico, um exemplo não pode valer como lei.

Notas de rodapé:

[91] Raulin, Le traité des affections vaporeuses du sexe (1758).

[92] J. Donzelot, La police des familles, Minuit, 1977, p. 19.

[93] Dr. Tissot, De 1'onanisme (1760).

[94] Dr. Raulin, op. cit., p. 188-189.

Fim das notas de rodapé.

196

A morte da mulher não autoriza Raulin a sugerir grosseiramente que "quem não amamenta, morre".[95] Do ponto de vista psicológico, porém, o efeito é incontestável. Basta para lançar a perturbação no espírito das leitoras...

Se as metástases lácteas podiam ser mortais no início do século XIX, causa espanto, porém, que esse fantasma ainda servisse como ameaça em fins do século. Mas é exatamente esse um dos textos mais caprichados de Brochard, que promete toda espécie de enfermidade às mulheres que não amamentam: "epistaxe, hemoptises, diarréias mais ou menos rebeldes, suores...'[96] Sem contar as "afecções agudas e crônicas das glândulas mamárias, as febres graves das metroperitonites, as afecções do útero".[97] Pior ainda, Brochard ameaça essas "meias mães.. com o câncer da mama e mesmo com a morte súbita"...[8] Algumas delas, como se atingidas por um raio, teriam expirado antes que se tivesse tido tempo para socorrê-las...

Essa trágica descrição dos riscos corridos pela mãe má mostrava que a natureza sabia se vingar cruelmente das mulheres que lhe desobedecessem. Mas a natureza não era a única a castigá-las. O abandono do aleitamento materno é apresentado por todos, não apenas como um erro de regime, mas também e sobretudo como um pecado contra Deus, uma ação imoral.

Vimos os teólogos, como Vives, fustigar no século XVI as mães que se recusavam a amamentar. É verdade que ele as advertia também contra "a amamentação voluptuosa". Mas a condenação está presente também nos discursos de numerosos homens da Igreja. Em 1688, numa de suas homílias, Bocquillot adverte as mães "que não se pode, sem pecar, fugir a esse dever natural, a não ser por alguma razão importante...

Notas de rodapé:

[95] Cf. também Verdier-Heurtin, op. cit., p. 30: "Na mulher que não amamenta, o leite pode vazar para qualquer órgão estranho a esse humor e provocar enfermidades mortais."

[96] Brochard, op. cit., p. 33.

97Id. Ibid., p. 36.

[98] lã. Ibid., p. 50 e 55.

Fim das notas de rodapé.

197

A grande multidão das mães que cometem hoje esse pecado não impede que ele seja pecado, e que elas não sejam responsáveis por todas 99 as suas conseqüências.

No século XVIII a condenação moral substituirá a condenação teológica. O abandono

do aleitamento materno é considerado uma injustiça cometida com o filho. Alguns médicos, como P. Hecquet ou Dionis chegam a lembrar os "direitos" que têm os filhos ao leite da mãe.[100] Em conseqüência, aquela que se recusa a amamentar demonstra depravação e merece uma condenação inapelável.

Essa era a opinião de Buchan[101] e de Rousseau.[102] Quanto a Verdier-Heurtin, sintetizando perfeitamente a nova ideologia, faz uma advertência enérgica às suas leitoras: "Mulheres, não espereis que eu estimule vossa conduta criminosa.. Não censuro os vossos prazeres quando sois livres.. mas transformadas em esposas e mães, deixai os adornos vãos, fugi dos prazeres enganosos: sereis culpadas se não o fizerdes."[103]

Todos esses argumentos tiveram por resultado colocar a mulher diante de suas responsabilidades, que, no dizer de Rousseau e de seus adeptos, são imensas. Como o lembram todos os médicos, ela é inteiramente responsável pela sobrevivência e pela saúde futura de seu filho.

Notas de rodapé:

[99] Bocquillot, Homélie, "Des devoirs des pères et des méres envers leurs enfants" (citado por R. Mercier, p. 108).

[100] "O leite", diz também Vandermonde, "é um bem de que as mães são apenas depositárias.. os filhos têm, a todo instante, o direito de reivindicá-lo", cf. Essai sur Ia manière de perfectionner 1'espèce humaine (1756).

[101] Op. cit., p. 9: "Uma mulher que abandona o fruto de seu amor, tão logo nasce, aos cuidados de uma mercenária, deve perder para sempre o nome de mãe."

[102]Émile, I, p. 255: "Essas doces mães que, livres de seus filhos, entregam-se alegremente às diversões da cidade" são culpadas de preguiça, de insensibilidade e de egoísmo. Serão punidas na própria carne, pois "os filhos que abandonaram desde o nascimento não lhes manifestarão ternura, nem respeito. Os maridos serão volúveis e toda a família será feita de estranhos que se evitarão".

[103] Verdier-Heurtin, op. cit., p. 27 (grifo nosso).

Fim das notas de rodapé.

198

É dela que tudo depende, agora. Não chegam até a lhe imputar a irresponsabilidade dos pais? Se estes não assumem sua função paterna, é porque a mãe é má. "Se as mulheres voltarem a ser mães, dentro em pouco os homens voltarão a ser pais e maridos."[104] Contrariamente ao século seguinte, que aceita que o pai, autoridade muda, lance aos ombros da mãe o fardo da educação, os reformadores[105] do século XVIII reservam-lhe o importante papel do preceptor. Se as mães amamentarem, os pais farão naturalmente o seu dever. A família será unida e a sociedade virtuosa. O que chefes de polícia e economistas traduzem em termos mais políticos: "O Estado será rico e poderoso."[106]

Notas de rodapé:

[104] Émile, art. I, p. 261.

[105] Encyclopêdie, verbete Amour. "Eles estudariam seu gosto, seu humor e suas inclinações para melhor explorar os seus talentos; cultivariam eles próprios essa jovem planta e considerariam como uma indiferença criminosa abandoná-la a um preceptor ignorante, ou talvez mesmo vicioso." Émile, I, p. 261: "como a verdadeira lactante é a mãe, o verdadeiro preceptor é o pai."

[106]Prost de Royer, op. cit., p. 11.

Fim das notas de rodapé.

199

2 -- A NOVA MÃE

A todos esses discursos insistentes e repetitivos, as mulheres reagiram de maneira diversa e sobretudo lenta. Seria um erro acreditar que os escritos de Rousseau, dos moralistas e dos médicos modificaram imediatamente os hábitos e costumes. A maioria das mulheres não se apressou a se submeter ao "teste do sacrifício".

Mais uma vez, foi o interesse da mulher que ditou o comportamento da mãe. Mesmo que este tenha sido realmente influenciado pelo discurso que celebrava o reinado da "boa mãe", dois fatores influíram igualmente na opção das mulheres. Em primeiro lugar, suas possibilidades econômicas, mas também, variando segundo sua posição social, a esperança ou não de desempenhar um papel mais gratificante no seio do universo familiar, ou da sociedade. Segundo fosse rica, abastada ou pobre, a mulher do final do século XVIII e sobretudo a do século XIX aceitou, com maior ou menor rapidez, o papel da boa mãe.

Rousseau abrira sem dúvida, com outros, uma pequena brecha em 1762, mas restava ainda um grande número de praças fortes a tomar no coração das mulheres; foram necessários

201

quase cem anos para apagar a maior parte do egoísmo e da indiferença materna. Ainda no século XX, continuou-se a alfinetar sem piedade a negligência da mãe má.

AS PROVAS DE AMOR

Desde o século XVIII, vemos desenhar-se uma nova imagem da mãe, cujos traços não cessarão de se acentuar durante os dois séculos seguintes. A era das provas de amor começou. O bebê e a criança transformam-se nos objetos privilegiados da atenção materna. A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva, e viva melhor, junto dela.

O aleitamento

O primeiro índice de uma mudança do comportamento materno é, certamente, a vontade nova de aleitar ela própria o filho, e só a ele, com exclusão de qualquer outro. Pois, se é verdade que as camponesas, em sua grande maioria,[1] sempre amamentaram os filhos, também é certo que muitas delas aceitaram dividir, mesmo desigualmente, o seu leite com um pequeno estranho, a fim de obter um rendimento. Pensamos, com E. Shorter, que devem ser consideradas como "modernas as mães que só amamentam o próprio filho, recusando-se a aceitar outros, seja porque sua presença colocaria em perigo a saúde de seu próprio filho, privando-o de parte do leite materno, seja porque ela constituiria uma intrusão indesejável no seio da vida privada da unidade doméstica".[2]

Notas de rodapé:

[1] Jean Ganiage mostrou que havia exceções a essa regra em seu estudo sobre os lactentes do Beauvaisis, e que numerosas famílias camponesas entregavam os próprios filhos a amas, nessa região.

[2]E. Shorter, op. cit., p. 226.

Fim das notas de rodapé.

202

O comportamento materno das camponesas não será, portanto, considerado novo senão quando elas se recusarem a acolher em suas casas as crianças das cidades, ou a abandonar os próprios filhos para amamentar a domicílio os das famílias abastadas. Serão igualmente consideradas "modernas" as mulheres das outras classes da sociedade que haviam adquirido o hábito de se separar dos filhos e que, progressivamente, farão questão de aleitá-los em casa. Para essas mulheres das cidades, duas soluções eram possíveis. Ser a própria ama de seus filhos ou, se dispunham de meios, fazer vir a domicílio uma mulher do campo. Nos dois casos, a mãe urbana fazia um novo esforço, maior ou menor segundo a solução escolhida, aceitando tomar conta do bebê, julgado um estorvo algumas décadas antes.

Na ausência de estatísticas precisas sobre o número de mulheres que amamentavam no final do século XVIII, e mesmo no século XIX, devemos nos contentar com números parciais e depoimentos de médicos ou administradores municipais. Mesmo que estes últimos sejam por vezes exagerados, e portanto carentes de objetividade, sua unanimidade mostra pelo menos a direção em que se orienta o comportamento materno.

Sabemos, por exemplo, que o número de crianças encaminhadas a amas pela Direção Municipal das Amas-de-Leite declinou substancialmente a partir de 1800.[3] Aqui e ali, constatamos que as mães são muitas vezes capazes de sacrificar seu conforto em caso de perigo para os filhos.[4] É assim que as mulheres dos meios abastados de La Rochelle, comovidas por uma onda de

mortes que atingia seus filhos entregues a camponesas, decidiram em 1766 amamentá-los elas mesmas. E aliás causaram escândalo, fazendo-o em público.

Notas de rodapé:

[3] E. Shorter, op. cit., p. 226, conta que a Direção colocava de cinco a seis mil crianças parisienses em casa de amas no reinado de Napoleão, e apenas mil a partir de 1830. Mas essa diminuição foi quase compensada pelo aumento das agências particulares de amas, que encaminhavam ainda cerca de 12 mil crianças em meados do século XIX, a acreditarmos nos números apresentados por Brochard em De la morta-litê des nourrissons en Trance, p. 94.

[4]E. Shorter, op. cit., p. 227.

Fim das notas de rodapé.

203

Foi também o caso das mulheres de Saint-Malo, que começaram a amamentar os filhos na década de 1780 porque uma epidemia de sífilis grassava entre as amas-de-leite. A sobrevivência das crianças aparecia como um imperativo moral e a expressão de uma nova afeição materna.

Pouco a pouco, deitava raízes a idéia de que os cuidados e o carinho da mãe eram fatores insubstituíveis da sobrevivência e do conforto do bebê. Em Paris, que lançara a moda das amas mercenárias, o doutor Menuret de Chamband constata, em 1786, que uma nova tendência ao aleitamento materno começa a surgir nas classes abastadas: "Há alguns anos, nas classes abastadas, um número crescente de mães vêm verificando por si mesmas que as fadigas da condição de lactante são compensadas por muitas satisfações e vantagens."[5] O doutor Rose faz a mesma constatação a propósito das mulheres da cidadezinha de Nemours, na região parisiense. E J.-J. Marquis observa, por volta de 1796, que as mulheres da Meurthe haviam feito um esforço considerável para desempenhar dignamente seu papel de mãe. Talvez não devamos, porém, tomá-lo ao pé da letra quando afirma que "é tão raro ver hoje uma mãe não amamentar como era extraordinário encontrar, há vinte anos, uma que tivesse esse cuidado: os recenseamentos feitos no final do ano IV mostram que 59/60 das crianças de peito eram amamen-tadas pelas mães."[6] Mais matizada, porque mais vaga, é a opinião de Joseph de Verneilh, que escreve simplesmente, em 1807, que o aleitamento materno fez "auspiciosos progressos"[7] na região do Mont-Blanc.

O abandono da faixa e a higiene

Seja qual for sua imprecisão, todos essses testemunhos insistem no progresso do aleitamento materno e na maior atenção que a mãe dedica ao filho.

Notas de rodapé:

[5] Citado por Shorter, op. cit., p. 228.

[6] *Mêmoire statistique du département de la Meurthe (1805), citado por Shorter, p. 228.*

7 Citado por Shorter, p. 229.

Fim das notas de rodapé.

204

Ela aceita, cada vez mais, restringir a própria liberdade em favor da maior liberdade do filho. É assim que, progressivamente, ela abandona a moda tradicional da faixa que, aprisionando o bebê, lhe permitia dedicar-se mais comodamente aos seus afazeres. As mesmas pessoas que tinham ordenado às mulheres amamentar os filhos, lhes tinham recomendado desfazer as faixas e deixar em liberdade o pequeno corpo. As leitoras de Rousseau, Desessartz, Ballex-serd e Gilibert, decidiram libertar seus bebês da "tirania da faixa".[8]

Em Paris, e na província, a libertação dos bebês começou no final do século XVIII. No início do século XIX, a faixa estava "quase completamente proscrita em Estrasburgo",[9] e observa-se nos cantões rurais que as classes superiores a ela renunciavam pouco a pouco. Em contrapartida, as informações que temos sobre as classes desfavorecidas e camponesas mostram que elas conservaram por mais tempo esse uso, e que o hábito libertador das cidades lhes era quase totalmente desconhecido até meados do século XIX.

Compreende-se muito bem a reticência das mais pobres em desenfaixar os filhos. As que trabalham no campo, nas cidades, junto do marido, ou as que ninguém ajudava em casa, não podiam vigiar constantemente os filhos. Ignorantes dos malefícios ortopédicos do enfaixamento, não lendo nem Rousseau nem ninguém, elas se apegam à prática tradicional que lhes permite realizar as tarefas cotidianas e deixar a criança só, sem demasiado medo de acidentes.

O bebê livre das faixas não tem com a mãe as mesmas relações que a criança enfaixada. Livre dessa prisão, pode brincar com ela, agarrá-la, tocá-la e conhecê-la. A mãe pode acariciá-lo e abraçá-lo mais facilmente, ao passo que a criança envolta em faixas, como o observa Shorter, é incapaz de reagir às carícias maternas.

Notas de rodapé:

[8] *Já em 1772, o médico Lecret fala da "nova maneira de embrulhar os recém-nascidos, sem lhes apertar o peito e o ventre com faixas".*

9 Grefaneur, citado por Shorter, p. 247.

Fim das notas de rodapé.

205

Uma vez retirada essa armadura, carinhos e relações físicas tornam-se finalmente possíveis entre mãe e filho.

Essa mudança das atitudes é muito bem descrita por uma testemunha que compara a educação que recebera e a que observava na nova geração. Outrora, observa ele, o filho das classes médias (a sua) não podia esperar "a menor carícia da parte do pai e da mãe: o medo era o

princípio em que se baseava a educação dos filhos".[10] Cinqüenta anos mais tarde, mães e filhos trocam beijos e sorrisos. "Alegradas e acariciadas sem cessar, livres em suas roupas adequadas e bem-feitas, as belas formas corporais desenvolvendo-se prontamente, e basta que as crianças estejam de bom humor e em boa saúde para que inspirem interesse a todos os que delas se aproximam."[11]

Os carinhos maternos, a liberdade do corpo e as roupas bem adequadas testemunham um novo amor pelo bebê. Para fazer tudo isso, a mãe deve dedicar a vida ao filho. A mulher se apaga em favor da boa mãe que, doravante, terá suas responsabilidades cada vez mais ampliadas. Nesse final do século XVIII, é em primeiro lugar a higiene e a saúde do bebê que exigem a atenção da mãe.

Seus deveres começam desde que ela engravida. A nova mãe terá o cuidado de observar um bom regime alimentar. Às carnes gordas, aos molhos picantes, ao álcool e aos alimentos pesados de outrora, preferirá a alimentação mais leve, à base de legumes, frutas e laticínios, aconselhada por Rousseau.[12] Depois do parto, continuará a seguir esse regime dietético, pois conhece agora a relação essencial entre sua alimentação e a qualidade de seu leite, e portanto a saúde de seu bebê. Consciente de sua influência no bem-estar da criança, ela leva em conta os conselhos culinários dados por Rousseau: "Reformai as regras de vossa cozinha, não usai molhos gordurosos nem frituras, e que nem a manteiga, nem o sal, nem os laticínios passem pelo fogo.

Notas de rodapé:

[10] JJ. Juge: Changements survenus dans les moeurs des habitants de Limoges depuis une cinquentaine d'années, 2. ed., 1817, p. 34.

[11] Id. Ibid.

12 Émile, p. 274-275.

Fim das notas de rodapé.

206

Que os legumes cozidos na água só sejam temperados ao chegar ainda quentes à mesa; a dieta sem carne e gordura, longe de esquentar a lactante, proporcionar-lhe-á leite em abundância e da melhor qualidade. Será que, sendo o regime vegetal reconhecido como o melhor para a criança, poderia o regime animal ser o melhor para a lactante? Há nisso uma contradição."[13]

A nova mãe desmamará o filho ao aparecerem os primeiros dentes e preferirá dar-lhe caldo de miolo de pão e creme de arroz, aconselhados por Jean-Jacques, em vez das papas tradicionais. Para aliviar as primeiras dores gengivais, ela abandonará o mordedor duro e sujo, em favor dos bastonetes de al-caçuz, frutas secas e côdeas de pão.

A mãe moderna é igualmente sensível à higiene corporal: a limpeza e o exercício físico. Rousseau, que é o grande propug-nador do banho cotidiano para o bebê, preconiza "a

diminuição paulatina da temperatura da água, até que a criança seja lavada, verão e inverno, em água fria, e mesmo gelada... uma vez estabelecido esse hábito... é importante conservá-lo por toda a vida".[14] Pois esse hábito é ao mesmo tempo a condição da limpeza e da saúde do bebê, e a do vigor do adulto. Outros, menos espartanos, como o doutor J. Caillau, recomendam às mães o banho morno.[15] No conjunto, a abundante literatura sobre a higiene[16] é unânime em preconizar o banho cotidiano[17] e o exercício físico. "Nada de toucas, nada de faixas, nada de cintas", ordena Rousseau, que exige que se vista a criança com roupas soltas e largas que deixem seus membros em liberdade e não lhe dificultem os movimentos.

Notas de rodapé:

[13] Émile, p. 276.

14 Émile, p. 278.

[15] J. Caillau, Avis aux mères de fatnille, 1769, p. 12-14.

[16] Tem freqüentemente o título "Conselhos às mães", ou "Livro das mães".

[17] O Journal d'Heroard nos informa que o jovem Luís XIII tomou seu primeiro banho quando tinha quase sete anos.

Fim das notas de rodapé.

207

"Quando a criança começa a se fortalecer, deixai-a engatinhar pelo aposento; deixai-a" desenvolver-se, estender os pequenos membros, e vereis como se fortalece a cada dia. Comparai-a com uma criança bem enfai-xada, da mesma idade, e ficareis espantada com a diferença em seus progressos."[18] Quando começa a andar, aconselha-se não mais pregar andadeiras em suas roupas, nem colocá-las em voadores, e sim deixá-la se desembaraçar por sua própria conta, ou contar apenas com a ajuda da mãe. Observemos que todos os aparelhos que aprisionavam a criança e a protegiam de quedas eram auxiliares úteis para a mãe, que podia diminuir sua vigilância. Sua supressão significa que uma maior atenção é exigida dela. Também nesse caso, a libertação da criança não se faz sem a alienação da mulher-mãe. A couraça de que se liberta a criança representa tempo, e portanto vida, tomado à mãe. Mas a nova mãe rousseauniana só se sente com tudo isso, ao que dizem, mais feliz.

A criança insubstituível

O reinado do Menino-Rei começou porque ele se transformou no mais precioso dos bens: um ser que não pode ser substituído. Sua morte agora é vivida como um drama que atinge não apenas a mãe, mas também o pai.

Em 1776, Jacob-Nicolas Moreau, célebre historiógrafo, não esconde sua angústia ante o progresso da enfermidade de sua filha Minette. À notícia de sua morte, escreve: "Foi como se um

raio me tivesse atingido. Ó minha querida filha! Ó anjo de Deus! Tu viste a dor de teus infelizes pais.. Não sei como pude sobreviver e me é impossível descrever o estado em que nos encontramos. Durante os primeiros dias, não deixei minha mulher.. Passamos em lágrimas e sem sair até a quinta-feira, 9 de maio."[19] Ou seja, durante oito dias.

Notas de rodapé:

[18] Émile, p. 278.

19 J.-N. Moreau, Mes souvenirs, tomo 2.

Fim das notas de rodapé.

208

A saúde da criança tornou-se objeto principal da preocupação dos pais. Há muita inquietação com as pequenas afec-ções da primeira infância, que eram causas não desprezíveis da mortalidade infantil. Assim, o nascimento dos dentes, que é acompanhado de febre, de evacuações verdes, de convulsões e as perturbações digestivas, as diarréias estivais, os vermes, etc. O general de Martange, freqüentementeausente do lar, expressa todo tipo de preocupação a esse respeito nas cartas que escreve à mulher. Numa delas, expressa seu receio dos efeitos da disenteria da filha: "O estado de minha filha me faz sofrer e vou passar os dias numa inquietação mortal até ter notícias mais consoladoras: o único alívio que posso encontrar.. é enviar-te um remédio que M. Wolff garante ser infalível, mesmo para a disenteria.." Numa outra carta, são os primeiros dentes de seus filhos que o preocupam: "Não estou muito tranqüilo sobre o que dizes do desaparecimento do apetite e das dores de nosso filho. Recomendo-te com ênfase, minha querida, ter, tanto para ele como para Xavière, mel de Narbonne e não deixar de lhes esfregar as gengivas quando sentem dores."[20]

Essa solicitude paterna pelas doenças benignas deixa entrever a inquietação dos pais com as doenças mais graves. Entre estas, a varíola, que ainda faz devastações na segunda metade do século, já que mata uma criança em dez acometidas. A inoculação, introduzida na França na década de 1730, foi objeto de múltiplas discussões.[21] Os espíritos mais esclarecidos dão o exemplo: Tronchin, Turgot e o duque de Orléans mandam inocular seus filhos. Mas os pais têm dúvidas quanto a essa nova medicina preventiva.. Nas classes superiores, que fazem questão de ser modernas, aceita-se com freqüência o risco calculado da vacinação. O general de Martange recomenda à mulher que promova a dos seus filhos:

Notas de rodapé:

[20] Correspondance inédite du general de Martange (1756-1782).

[21] Em seus inícios, a vacinação causara a morte de vários voluntários. "Dos 1.800 primeiros inoculados, Maddox conta seis mortos", informa J.-N. Biraben, op. cit., p. 218.

Fim das notas de rodapé.

209

"quanto mais cedo, melhor, pois todos estão satisfeitos com a inoculação."

O aperfeiçoamento da vacina antivariólica por Jenner, em 1796, permitindo a imunização da criança sem nenhum perigo, acabará de conquistar a adesão dos pais esclarecidos. Mas serão necessários ainda longos decênios e uma propaganda intensiva dos médicos, das parteiras e das autoridades municipais para que os pais das regiões rurais se resolvam a introduzir veneno no sangue do filho.

O médico de família

A nova mãe, que se sente responsável pela saúde do filho, não oculta sua ansiedade e pede mais conselhos e ajuda ao médico. A presença desse novo personagem no seio da família se faz sentir cada vez mais no século XIX. As obras de Gilibert, Raulin ou Buchan já não bastam para acalmar a angústia materna. Quer-se poder consultar a autoridade a domicílio. Os médicos aproveitaram a ocasião e concluíram tacitamente uma "aliança privilegiada"[22] com a mãe. Adquiriram rapidamente uma considerável importância no seio da família e fizeram da mãe a sua interlocutora, sua assistente, sua enfermeira e sua executiva. No Dictionnaire de la santé, o higienista Farssagrife escreve, em 1876: "As vigilantes mercenárias são para as verdadeiras enfermeiras (subentendido: as mães) o que as amas profissionais são para as mães.. Tenho a ambição de fazer da mulher uma enfermeira completa... "[23]

Presença e devotamento

A vigilância materna estende-se de maneira ilimitada. Não há hora do dia ou da noite em que a mãe não cuide carinhosamente de seu filho.

Notas de rodapé:

22 Jacques Donzelot, op. cit., p. 22.

23 Citado por J. Donzelot, p. 23.

Fim das notas de rodapé.

Quer esteja em boa saúde ou doente, ela deve permanecer vigilante. Se adormece estando o filho enfermo, eis que se sente culpada do maior dos crimes maternos: a negligência.

A nova mãe passa portanto muito mais tempo com o filho do que a sua própria mãe passara com ela. E é bem o fator "tempo" que melhor marca a distância entre duas gerações de mulheres. As antigas mal "tomavam conhecimento" da prole, e consagravam o essencial de seu tempo a si mesmas. As novas vivem constantemente junto dos filhos. Amamentam, vigiam, dão

banho, vestem, levam a passear e cuidam. A criança já não é relegada à distância, ou a um outro andar. Ela brinca ao pé da mãe, faz as refeições a seu lado e conquista seu lugar no salão dos pais, como o testemunham numerosas gravuras.[24] Estabelecem-se laços que tornam mais difíceis, senão impossíveis, as separações de antigamente. Os pais, e a mãe em particular, não têm mais o desejo de exilar os filhos nos conventos ou nos colégios.

Aliás, o que é cada vez mais combatido pelas autoridades morais, filósofos e médicos. Criticam-se os pais que se livram de seus filhos. Bernardin de Saint-Pierre, entre outros, não mede palavras: "Se os entregam a amas desde que vêm ao mundo, é porque não os amam; se os mandam, quando crescem, a internatos e colégios, é porque não os amam."[25] Não amar os filhos tornou-se um crime sem perdão. A boa mãe é terna, ou não é uma boa mãe. Ela não suporta mais o rigor e a inflexibilidade demonstrados antigamente para com a criança. Ela teme a severidade dos colégios e dos conventos, mas também as más condições de higiene e de promiscuidade dos dormitórios. Como o observa muito justamente P. Aries,[26] o internato perdeu o valor de formação moral e humana que se lhe atribuía outrora.

Notas de rodapé:

[24] Ver notadamente as numerosas gravuras de Marguerite Gérard.

[25] Bernardin de Saint-Pierre, 14.ª Étude sur Ia Nature, 1784.

[26] P. Aries, op. cit., p. 315.

Fim das notas de rodapé.

211

As conseqüências dessa mudança de mentalidade se farão sentir desde meados do século XIX. O número de internos começa então a declinar em relação ao máximo alcançado no século XVIII. Os novos pais dão preferência ao externato, como o mostram as estatísticas do Liceu Louis-le-Grande, em Paris.[27] Desconfiados, eles não querem mais abandonar totalmente o cuidado da educação dos filhos a estranhos, isto é, aos educadores dos colégios, ou aos criados, cujas "maneiras depravadas" são temidas. Em conseqüência, é a mãe que se incumbe pessoalmente dessa nova tarefa. Esse trabalho de tempo integral a monopoliza totalmente. Cuidar dos filhos, vigiá-los e educá-los exige sua presença efetiva no lar. Totalmente entregue às suas novas obrigações, não tem mais tempo nem desejo de freqüentar os salões e fazer vida mundana. Seus filhos são suas únicas ambições e ela sonha para eles um futuro mais brilhante e mais seguro ainda do que o seu. A nova mãe é essa mulher que conhecemos bem, que investe todos os seus desejos de poder na pessoa de seus filhos. Preocupada com o futuro deles, limitará voluntariamente a sua fecundidade. Mais vale ter poucos filhos, pensa ela, bem postos na vida, do que uma prole numerosa mas de destino incerto. Além disso, ela já não estabelece distinção entre o caçula e o primogênito,[28] a menina e o menino. Sua afeição não é seletiva, ama tanto um quanto

o outro. Dá a todos o melhor de si mesma. Por eles, esquecerá de contar seu tempo e não poupará nenhum esforço, pois os sente como partes integrantes de si mesma. As longas separações de outrora parecem-lhe insuportáveis.

Notas de rodapé:

[27] Cf. estatísticas de Dupont-Ferrier, citadas por Aries, p. 314-315: Se em 1837-1838 há apenas 10,5% de alunos externos, em 1861-1862 contam-se 14%, em 1888-1889, 35% e em 1908, 69%, ou seja, dois terços do total de alunos. Vê-se, como observa Aries, que "a família moderna não aceita mais separar-se de seus filhos, mesmo para assegurar sua educação."

[28] Aries observa que em fins do século XVIII a desigualdade entre os filhos já parecia como uma injustiça intolerável e que as famílias não apoiaram os Ultras, na Restauração, quando quiseram restabelecer o direito de primogenitura.

Fim das notas de rodapé.

212

Tem necessidade de sua presença à sua volta, ao mesmo tempo porque os ama mais[29] e porque eles são sua principal razão de viver. O lugar privilegiado desses laços, o novo reino da mulher, é "a sua casa", fechada às influências externas.[30]

É portanto um novo modo de vida que aparece no final do século XVIII e que se desenvolverá no curso do século XIX. Voltada para "o interior", a "intimidade" que conserva bem cálidos os laços afetivos familiares, a família moderna se recentra em torno da mãe, que adquire uma importância que jamais tivera.

QUEM É A NOVA MÃE?

A evolução dos costumes foi mais lenta do que se poderia crer. Por razões diferentes, e até opostas, numerosas mulheres se recusaram a se conformar ao novo modelo. Curiosamente, as mais favorecidas igualaram-se, em sua atitude, às mais pobres. A nova mãe pertence essencialmente às classes médias, à burguesia abastada, mas não à que sonha imitar a aristocracia.

A intelectual?

Após a publicação do Êmile, numerosas leitoras de Rousseau quiseram seguir os conselhos do mestre. Entre elas, mulheres da alta sociedade, como Madame d'Epinay, que não perde uma oportunidade de assinalar sua adesão aos novos valores.

Notas de rodapé:

[29] Rousseau, Deuxième discours, p. 456: "o hábito fortalece os laços".

[30] O pai também encontra seu lugar nesse novo universo familiar, entre sua mulher e seus filhos. O

prefeito de Bouches-du-Rhône, Chris-tophe de Villeneuve, constata isso na década de 1820 em Marselha: "Já antes da revolução vivia-se mais fora do que dentro, e os homens passavam grande parte do tempo no café, no círculo de amigos e no teatro. Hoje, os locais de reunião são ainda freqüentados, mas em geral os pais de família raramente ali vão." Citado por Shorter, op. cit., p. 281.

Fim das notas de rodapé.

213

Numa carta ao filho, ela diz: "desde que sou mãe, pus minha felicidade nos meus cuidados por minhas atividades comuns, e a falta de experiência me impediu, durante os primeiros anos de sua vida, de levá-los mais longe; pelo menos, a reflexão despertada e sustentada pela ternura maternal, os ilumina e os intensifica cada vez mais."[31]

Madame d'Epinay foi certamente uma pioneira. Poderíamos dizer que antecipava a moda. Mas não foi a única a ser tocada pela graça. Todas as mulheres que desejavam parecer "esclarecidas" queriam ser a mãe sonhada por Rousseau. Entre Versalhes e Paris, todo um grupo de mulheres decidiu educar os filhos "à Jean-Jacques". Orgulham-se de amamentar seu bebê, de não o cobrir e de habituá-lo aos banhos frios. Atesta J.-L. Fourcroy de Guillerville, que escreve em 1774: "Continuamos, no inverno seguinte, um dos mais rigorosos que experimentamos desde 1709, a lavar meu filho, da cabeça aos pés, com água que nos gelava a ponta dos dedos, sem que ele nem pestanejasse. Era levado a passear todos os dias, mesmo que a terra estivesse coberta de neve e que ele não estivesse mais vestido do que no verão, o que fazia tremer os que o viam.. Nosso filho não teve catarros, nem defluxos, nem coqueluches; ao contrário, adquiriu uma flexibilidade e uma agilidade surpreendentes, com uma saúde inalterável e um tal vigor que corria sozinho aos dez meses."[32]

Numerosas leitoras de Jean-Jacques fazem questão de amamentar, elas próprias, os filhos. Madame Roland deixou muitos comentários sobre suas experiências, particularmente difícil. A natureza avara dera-lhe pouco leite. Para fazê-lo aparecer, Madame Roland recorreu aos métodos mais novos e seguiu os conselhos de Madame de Rebours, que havia lido.[33]

Notas de rodapé:

[31] Mme. d'Epinay, Pseudo-mémoires, Histoire de Madame de Mont-brillant. A amiga de Grimm gosta de passar o essencial de seu tempo com os filhos. Ela lhes dedica, ao que diz, todas as suas manhãs, durante as quais lhes ensina a ler, a conhecer as notas ou a tocar o cravo.

[32] Les enfants élévés dans Vordre de la nature, Paris, 1774, p. 39.

[33] Avis aux mères qui veulent nourrir leur enfant, 1767.

Fim das notas de rodapé.

214

Experimentou todos os instrumentos recomendados: a bomba do doutor Stern, tubos de ferro branco e cataplasmas de miolo de pão. Seguiu a dieta aconselhada, tomou vinho de

Espanha, de Quinquina e comeu lentilhas. Conseguiu, assim, amamentar a sua filha, Eu-dora, até o momento em que foi obrigada a parar em conseqüência de uma grave disenteria. Recusando-se entregar a filha a uma ama, resolve alimentá-la artificialmente, misturando o leite de uma ama mercenária com água de cevada. Não obstante, Madame Roland parece desolada com esse estado de coisas e se faz sugar várias vezes ao dia pela ama, para que sua filha tenha pelo menos algumas gotas de leite materno.[34]

Madame Roland, mulher ocupada, teve de dedicar muito tempo à amamentação da filha, pois o fazia à moda de hoje, isto é, quando a criança o "pedia". A menina passava, assim, dias inteiros nos seus braços, a sugar um seio e depois o outro, como o mostra uma carta escrita ao seu marido: "Verás que a minha letra está muito ruim, tenho apenas uma mão livre e só consigo olhar de lado, a pequena está no meu colo, onde tenho de conservá-la a metade do dia. Ela fica no seio duas horas seguidas, cochilando e acordando para mamar.. sou obrigada a carregá-la alternadamente de cada lado, porque ela consegue esgotar cada seio, ou quase.. "[35] Seria um erro pensar que Madame Roland se tenha cansado desse regime. Ao contrário, como o prometiam os bons conselheiros, a alegria e o prazer foram suas recompensas. Um mês e meio após o nascimento da filha, ela escreve ao marido: "Quase já não sinto dor ao lhe dar de mamar e, o que eu não teria acreditado, sinto que aumenta o prazer de fazê-lo."[36]

Notas de rodapé:

[34] "Faço uma chupeta de pano, que se embebe continuamente, derramando-se por cima gota a gota, e a criança assim se alimenta. A primeira noite desse regime foi triste; a pequena queria a mim e seus gritos me cortaram o coração."

[35] Carta de 20 de novembro de 1781, p. 57.

[36] Carta de 20 de novembro de 1781, p. 66.

Fim das notas de rodapé.

215

Madame Roland foi uma dessas mulheres satisfeitas que Rousseau e seus sucessores haviam descrito: ao mesmo tempo orgulhosa e feliz. Gostava de ser vista amamentando e não hesitou em fazer-se pintar assim. Como se toda a sua glória de mulher e a imagem que desejava deixar de si mesma estivessem em primeiro lugar na atividade amamentadora.[37]

Não obstante, no final do século XVIII as rousseaunianas como Madame d'Epinay ou Madame Roland não são legião. Formam um pequeno núcleo de adeptas intelectuais não representativas do conjunto das francesas. Será necessário ainda muito tempo antes que essa moda se torne um comportamento "natural" que "desce" à rua e "sobe" às esferas superiores.

A burguesa?

Curiosamente, as mulheres que se conformaram em massa ao modelo rousseauniano não foram as mais sofisticadas, mas as da burguesia abastada, que não tinham ambições mundanas, nem pretensões intelectuais, nem necessidade de trabalhar ao lado do marido. Aquelas que, um século antes, tinham abandonado os filhos por conformismo, preguiça ou falta de motivação, mais do que por necessidade. Era tanto a mulher do juiz local como a do subdelegado ou do comerciante rico. Tendo mais tempo do que outras e procurando inconscientemente um ideal e uma razão de viver, foram as primeiras a se sensibilizarem com os argumentos das autoridades locais e médicas. As primeiras a considerar a criança como seu encargo pessoal, aquele que dava um sentido à sua vida de mulher.

Quem são exatamente essas novas mães? Na ausência de informações precisas sobre as suas rendas e a profissão dos maridos, temos de retratá-las de modo um tanto vago. Graças, porém, à literatura, a Balzac, aos irmãos Goncourt e a outros, podemos tentar reconstituir seus traços mais marcantes.

Nota de rodapé:

[37] E pensar que seus inimigos políticos a acusaram de ser mãe má!

Fim da nota de rodapé.

216

A mãe "moderna" pertence à média burguesia, mais apegada às virtudes austeras do que aos sucessos pessoais, mais à vontade no Ser e no Ter do que no Parecer. Mais provinciana do que parisiense, sua casa é um universo fechado em que ela reina soberana. Nas Mémoires de deux jeunes mariées, a mulher de sociedade Louise de Chaulieu, que vive em Paris uma existência brilhante, escreve à provinciana Renée de Maucombe: "Saíste de um convento para entrar noutro! Vais ser dona-de-casa.."[x] Louise suplica a Renée que viva de maneira diferente: "Virás a Paris, onde faremos endoidecer os homens e seremos rainhas." Mas Renée seguirá seu caminho de burguesa provinciana e será a mãe exemplar de quem voltaremos a falar. Louise permanecerá uma aristocrata, "a Parisiense", de grandes sucessos mundanos. Não terá filhos. O contraste entre as duas amigas, propositalmente estabelecido por Balzac, é a melhor ilustração possível de destinos femininos opostos: a mãe e a sedutora. Uma sonha ser mulher da moda que reina nos salões, a outra não tem outro reino senão sua casa e só pretende ser soberana de sua família.

Não seria a nova mãe[39] a bisneta das burguesas de Molière ou de Madame Vollichon, heroína do Roman bourgeois?[40] Lembramos que Furetière opunha os costumes burgueses aos da aristocracia dominante e descrevia o desprezo da mulher da alta sociedade por Madame Vollichon, mulher de um procurador do Chatelet, que não tinha outra preocupação ou assunto afora os filhos. Ela lhe parecia tão ridícula quanto Renée, no século XIX, parece fora de moda a

Louise. A quase duzentos anos de distância, constatamos o mesmo desprezo da aristocracia por uma atitude maternal considerada sem grandeza e quase inconveniente.

Notas de rodapé:

38 Mémoires de deux jeunes mariées, carta VII, p. 101 (Garnier-Flammarion).

39 Como Renée Mauperin, de E. Goncourt, ou a Femme, de Mi-chelet.

40 Furetière, 1666.

Fim das notas de rodapé.

217

A diferença entre Madame Vollichon e Renée de Maucombe[41] é que a primeira está atrasada em relação aos valores dominantes do século XVII, enquanto a segunda encarna o ideal feminino que a levará ao século XIX. De maneira mais geral, as mulheres da média burguesia foram as últimas a abandonar os filhos, e também as primeiras a retomá-los nos braços.

A aristocrata?

Por sua vez, as mulheres das classes dominantes, irmãs de Louise de Chaulieu, foram as primeiras a se separar dos filhos e as últimas a modificar seus hábitos. Pelo que mostram as gravuras de Madame Gérard e as pinturas de Vernet ou de Moreau o Jovem, poderíamos pensar que muitas mulheres da melhor sociedade gostavam de se fazer retratar cercada do esposo e dos filhos, tendo nos braços o menorzinho. Essa atitude foi antes efeito de uma moda passageira do que a expressão de um comportamento realmente adotado. Se gostam de se mostrar sob o aspecto da boa mãe, passam à ação em muito menor número e menos rapidamente do que as burguesas. Aliás, no século seguinte a moda mudou. As aristocratas e as grandes burguesas, que aspiram a uma posição social, já não pensariam em se fazer pintar dando o seio, em meio a uma criançada desordenada.

Como suas antepassadas do século XVIII, as mulheres proeminentes da primeira metade do século XIX procuram demonstrar a distância que as separa das atitudes de média burguesia. E por nada no mundo gostariam de se assemelhar a essas "pequeno-burguesas" de costumes provincianos. Não só em Paris, mas também nas grandes cidades da província, as mulheres que se consideram acima do vulgar recusam claramente o papel de boa mãe de família.

A obra de Balzac oferece todo um conjunto de amostras de mulheres com diferentes concepções da maternidade e revela o abismo que separa a pequeno-burguesa da rica aristocrata.

Nota de rodapé:

[41] Futura Renée de 1'Estorade.

Fim da nota de rodapé.

218

Em Une double famille, Caroline de Bellefeuille vive uma união ilegítima com Roger, um burguês abastado. Apesar de sua situação, ela personifica a mulher feliz, que encontra na maternidade sua maior realização. Balzac assim a descreve: "Ignorando os usos de uma sociedade que a teria rejeitado, e que não teria freqüentado mesmo que aí a acolhesse, pois a mulher feliz não freqüenta os salões, ela não soubera adotar essa elegância de maneira, nem aprender essa conversação cheia de palavras e vazia de pensamentos em voga nos salões; em compensação, porém, ela conquistou laboriosamente os conhecimentos indispensáveis a uma mãe cuja única ambição consiste em criar bem os filhos."..[1] Caroline de Bellefeuille amamenta seus dois filhos, não os deixa um só instante e faz toda a sua educação moral. No todo, seus únicos prazeres foram os de "cumprir ao mesmo tempo as penosas funções da criada e as doces obrigações de uma mãe".[43] Para concluir o retrato dessa doce e perfeita criatura, Balzac acrescenta: "Durante esses seis anos, seus modestos prazeres nunca irritaram, por uma ambição despropositada, o coração de Roger."[44] E Balzac não resiste à tentação de descrever a grande cena da intimidade burguesa: Roger brinca, à noite, com o filho mais velho junto da lareira, na doce intimidade da sala de estar, e contempla com emoção seu bebê, "suspenso ao seio de Caroline, branca e fresca.. cujos cabelos caíam em milhares de anéis".[45]

Esse quadro, que teria encantado Rousseau, não era do gosto de todas as mulheres, como aquela Madame Evangelista, outra heroína de Balzac,[46] membro da mais alta sociedade da cidade de Bordeaux. Na véspera do casamento de sua filha Nathalie com um aristocrata, ela lhe recomenda não imitar essas pequeno-burguesas do tipo de Caroline.

Notas de rodapé:

[42] Une double famille, p. 54 (col. Folio) (grifos nossos).

[43] Id. Ibid.

44 Id.Ibid., p. 55.

[45] Id. Ibid., p. 57.

[46] Le contrat de mariage

Fim das notas de rodapé.

219

Ouçamos os seus conselhos, que mostram tão bem a sobrevivência do antigo estado de espírito: "A causa da perda das mulheres casadas que querem conservar o amor do marido.. está numa coesão constante que não existia antigamente e que surgiu nesse país com a mania da família. Desde a revolução que se fez em França, os costumes burgueses invadiram as casas aristocráticas. Essa desgraça se deve a um de seus escritores, a Rousseau... Desde então, as mulheres de sociedade passaram a amamentar os filhos, a educar as filhas e a ficar em casa. Assim, a vida complicou-se de tal modo que a felicidade se tornou quase impossível... O contato

perpétuo entre pais e filhos não é menos perigoso do que entre os esposos. São poucas as almas em que o amor resiste à onipresença... Põe portanto entre tu e Paul as barreiras do mundo. Vai ao baile, à ópera, passeia pela manhã, janta fora à noite, faz muitas visitas, concede poucos momentos a Paul."[47]

Nathalie não poderá, portanto, assumir sua função materna.

Sua mãe a desaconselha formalmente, porque "a mulher nasce para ser uma mulher da moda, uma encantadora dona-de-casa.. Tua vocação é agradar... Tu não és feita nem para ser mãe de família, nem para se tornar um intendente. Se[48] tiveres filhos, espero que não venham de modo a estragar-te as formas logo após o teu casamento; nada é mais burguês do que engravidar um mês após a cerimônia... Se, portanto, tiveres filhos dois ou três anos depois de teu casamento, bem, as governantas e os preceptores os educarão. Tu, deves ser a grande dama que representa o luxo e o prazer da família".[49]

Notas de rodapé:

[47]Balzac, Le Contrat de mariage, p. 216-217 (col. Folio) (grifo nosso).

[48] Observe-se a formulação em termos hipotéticos, como se a coisa não fosse necessária, mas uma possibilidade, um "acidente", nada mais... Aliás, Mme. Evangelista tem apenas uma filha.

[49] li. Ibid., p. 218.

Fim das notas de rodapé.

220

Esses conselhos encontram eco nas recomendações do aristocrata de Marsay a seu amigo Paul, o futuro marido de Natha-lie: "Se fores bom pai e bom esposo, serás ridículo para o resto de teus dias. Se pudesses ser feliz e ridículo, a coisa poderia ser levada em consideração; mas não serás feliz.. Comete loucuras na província, mas não te cases. Quem se casa, hoje em dia? Comerciantes, no interesse do seu Capital.. camponeses que querem, fazendo muitos filhos, dispor de trabalhadores, corretores de títulos ou notários obrigados a comprar seus encargos, infelizes reis que dão continuidade a infelizes dinastias."[50]

Inimigo resoluto do casamento que não passa de uma "albarda", de Marsay não reage apenas como admirador de Don Juan. É seu adversário também porque do casamento resulta uma nova geração. Com a lucidez cruel dos homens do século anterior, nada espera de bom das crianças. Ao contrário, "gostarias tu por acaso dessa raça idiota.. que só te dará aborrecimentos? Desconheces então o ofício de pai e de mãe? O casamento.. é a mais tola das imolações sociais; apenas nossos filhos dele se beneficiam e só conhecem o seu preço quando seus cavalos pastam as flores nascidas sobre as nossas tumbas. Tens saudades de teu pai, que te infernizou a juventude? Como farás para que teus filhos te amem? Tuas providências acerca da sua educação, os cuidados com a sua felicidade, tuas severi-dades necessárias, provocarão neles o desamor. Os

filhos amam um pai pródigo ou fraco, que desprezarão mais tarde. Ficarás, portanto, entre o medo e o desprezo. Não é bom pai de família quem o quer! Olha nossos amigos, e dize-me quem gostarias de ter por filho.. os filhos, meu caro, são mercadorias muito difíceis de cuidar".[51] A doce vida conjugal não passa de um mito burguês. Distância entre marido e mulher, prazeres com as amantes, filhos na nursery, eis o segredo da vida aristocrática.

Notas de rodapé:

[50]*Id. Ibid., p. 117-118 (grifos nossos).*

[51] *Id. Ibid., p. 118-119.*

Fim das notas de rodapé.

221

Quando o casamento de Paul e Nathalie soçobra com a falência, Balzac põe na boca do velho notário suas próprias reflexões de burguês, que são a conclusão e a moral da história: "Se tivésseis tido filhos, a mãe teria impedido as dissipações da mulher, ela teria permanecido em casa.. "[52] A se acreditar em Balzac, que não brilhava pelo feminismo, a concepção rousseauniana do casamento é antes de mais nada lucrativa para o marido, que controla a mulher melhor do que antes. Entregue aos filhos e à casa, ela não é tentada por dissipações.

Mas se numerosas mulheres apressaram-se em abraçar a carreira materna, não será porque também elas aí encontraram vantagens, para não dizer o seu interesse pessoal?

O INTERESSE DA MATERNIDADE

Não foi certamente--por acaso que as primeiras mulheres a escutar os discursos masculinos sobre a maternidade foram burguesas. Nem pobre, nem particularmente rica ou brilhante, a mulher das classes médias viu nessa nova função a oportunidade de uma promoção e de uma emancipação que a aristocrata não buscava.

Ao aceitar incumbir-se da educação dos filhos, a burguesa melhorava sua posição pessoal, e isso de duas maneiras. Ao poder das chaves, que detinha há muito tempo (poder sobre os bens materiais da família), acrescentava o poder sobre os seres humanos que são os filhos. Tornava-se, em conseqüência, o eixo da família. Responsável pela casa, por seus bens e suas almas, a mãe é sagrada a "rainha do lar".

Testemunham essa mudança de mentalidade, que amplia o poderio materno em detrimento da autoridade paterna, as questões postas em concurso pela Academia de Berlim em 1785. Primeira: quais são, no estado de natureza, os fundamentos e limites da autoridade paterna?

Nota de rodapé:

[52] *Id. ibid., p. 235.*

Fim da nota de rodapé.

222

Segundo: Há uma diferença entre os direitos da mãe e os do pai? Terceiro: Até onde as leis podem ampliar ou limitar essa autoridade?

Entre as respostas premiadas, figura a do francês Peu-chet, autor da Encyclopédie méthodique, que defendeu uma reavaliação dos poderes maternos. No verbete "Enfant, police et municipalité", Peuchet justifica assim sua tomada de posição: "A mulher a quem a sua condição de mãe, de nutriz, de protetora, prescreve deveres que os homens não conhecem, tem portanto um direito positivo à obediência. A melhor maneira de afirmar que a mãe tem um direito mais verdadeiro à submissão dos filhos do que o pai, baseia-se na maior necessidade que ela tem dessa submissão."[53]

Assim, a condição da mãe distingue-se de fato, senão de direito da condição de seu filho. Ela não é mais para o marido, como outrora, "uma criança" entre as crianças que é preciso proteger e governar. A mãe burguesa "mantém a casa" com a mesma autoridade e o mesmo orgulho com que a mulher aristocrática "mantém sua classe ou posição". Graças à responsabilidade crescente da mãe, a esposa pode impor-se mais ao marido e ter muitas vezes, enquanto mãe, a última palavra.

A maternidade torna-se um papel gratificante pois está agora impregnado de ideal. O modo como se fala dessa "nobre função", com um vocabulário tomado à religião (evoca-se freqüentemente a "vocação" ou o "sacrifício" materno) indica que um novo aspecto místico é associado ao papel materno. A mãe é agora usualmente comparada a uma santa e se criará o hábito de pensar que toda boa mãe é uma "santa mulher". A padroeira natural dessa nova mãe é a Virgem Maria, cuja vida inteira testemunha seu devotamento ao filho. Terá sido por acaso que o século XIX a glorificou, criando a festa da Assunção?

Nota de rodapé:

[53] J. Peuchet, Encyclopédie méthoãique (classe 111-112), 1792, citada por J. Donzelot, op. cit., p. 25 (grifo nosso).

Fim da nota de rodapé.

223

O ATRASO DAS CLASSES DESFAVORECIDAS

Foram as mulheres mais desfavorecidas as últimas atingidas pela nova moda. No final do século XVIII, quando a mulher abastada começa a manter os filhos junto de si, a operária ou a esposa do pequeno artesão têm, mais do que nunca, necessidade de mandar os filhos para o campo, para poder trazer mais algum dinheiro para casa. Até a camponesa entregará o filho a

uma ama, para melhor ajudar o marido na lavoura, ou para ser ama das crianças das cidades. Essa prática se prolongará até o início do século XX, quando a esterilização tornará seguro o uso da mamadeira.

Examinando sua moradia, compreende-se que a atenção materna é um luxo que as mulheres pobres não se podem permitir. Na maioria dos casos, sua casa se limita a uma única peça onde se amontoam três gerações. No campo, abriga ainda os animais. É fora de dúvida que essa promiscuidade física é pouco propícia à intimidade e ao carinho. Assoberbada por toda espécie de encargo, a mãe não tem tempo para cuidar da prole, menos ainda para brincar com ela. O filho continua sendo um fardo pesado, de que ela tem muitas vezes vontade de se livrar, primeiro entregando-o à ama, e mais tarde, quando cresce, mandando-o embora.

Sua situação é agravada por uma fecundidade demasiado generosa.[54] Léon Frapié constata que as famílias de sete filhos são comuns. Como burguês filantropo, acusa essa gente prolífica de uma fecundidade criminosa: "Existe um crime de lesa-humanidade que é o crime de ter filhos demais."[55] Muitos, constata ele, não têm o que comer todos os dias, e denuncia a "imprevidência" e o "vício" próprio das classes pobres: "Não é amar as crianças, nem servir à sociedade, ter quatro filhos, quando só se pode dar abrigo, alimento e cuidados a dois."

Notas de rodapé:

[54] *Ver Fécondité, de Zola.*

[55] *Léon Frapié, La Maternelle (investigação sobre uma escola de Ménilmontant), 1908.*

Fim das notas de rodapé.

224

O moralismo de Frapié pouco ajuda a compreender a fecundidade excessiva das classes pobres. Mais convincentes são as motivações econômicas e psicológicas que foram provavelmente as mesmas para todos os que vivem na precariedade. Próximos dos habitantes atuais dos países do quarto mundo, os mais carentes do século XIX deviam saber que seus filhos, muitos dos quais morriam prematuramente; eram sua única garantia para o período improdutivo da velhice. Talvez, semelhantes às mulheres "subproletárias"[56] de nossas sociedades industriais contemporâneas, as mães do século XIX experimentassem sentimentos ambíguos, e mesmo contraditórios, em relação à sua maternidade. M.-C. Ribeaud mostrou a importância, para essas mulheres, da maternidade, ao mesmo tempo motivo de preocupação e fonte de seu frágil equilíbrio afetivo. Para as que nada têm afora uma vida conjugal difícil, muitas vezes cruel, a maternidade é a grande ocupação de sua vida. Recusam qualquer contracepção, porque o filho preenche uma carência afetiva e social e compensa, por algum tempo, diversas frustrações. Para retardar o momento fatal da solidão, essas mães deixam agir a natureza e produzem tantos filhos quanto seu corpo o permite. Mesmo que deles se queixem abertamente, nada querem tentar para

mudar o curso das coisas...

Talvez seja abusivo usar a análise psicológica das mulheres do século XX, sem alterações, para explicar o comportamento de suas ancestrais do século XIX, mas ela nos ajuda a compreender atitudes que sempre foram julgadas de fora. A insegurança material e a falta de informação não explicam tudo.

Quaisquer que sejam as razões da maior fecundidade das classes pobres até o século XX, o fato é banal e engendra três tipos de conseqüência: a entrega a uma ama, o abandono e as taxas inalteradas de mortalidade das crianças de família pobre.

Em meados do século XIX, os doutores Brochard e Monot ainda se indignam das abomináveis condições de vida das crianças entregues a amas.

Nota de rodapé:

[56] Ver o belíssimo estudo de Marie-Catherine Ribeaud, La Mater-nité en milieu sous-prolétaire, 1979, Paris, Stock-Femme.

Fim da nota de rodapé.

225

Mas ambos reconhecem que as "pobres mulheres" obrigadas a trabalhar não podem agir de outro modo".[57] Esses filantropos de boa vontade buscaram sinceramente melhorar a sorte daquelas crianças, mas não disseram palavra sobre as condições de vida da mãe.

A entrega das crianças da cidade às amas continua sendo uma prática muito comum entre as classes populares. Brochard, que estudou o fenômeno no bairro de Nogent-leRotrou constatou, em.. meados do século XIX, um aumento no número de bebês parisienses entregues a amas por intermédio de agências particulares.[58] Em 1907, quase 80 mil crianças ainda são mandadas para o campo, ou seja, 30 a 40% dos recém-nascidos das grandes cidades.[59]

O abandono dos filhos, que aumentara muito na segunda metade do século XVIII, cresce ainda mais na primeira metade do século XIX. Armangaud sugere que a generalização, em 1811, do sistema de "roda" nos asilos (que permitia à mãe deixar ali o filho sem revelar sua identidade), somada aos efeitos da industrialização e do crescimento da vida urbana, contribuíra para provocar esse forte aumento.[60]

Notas de rodapé:

[57] Dr. Monot, De 1'industrie des nourrices et de Ia mortalité des petits enfants (1867), p. 75.

[58] Apoiando-se nas estatísticas da chefia de polícia de Paris, Brochard constata que foram exportados 6.426 bebês em 1851 e 11.370 em 1860. Se acrescentamos a este último número os três ou quatro mil bebês mandados para o campo pela Direção Geral e os cinco mil enviados diretamente pelos pais, contavam-se, apenas nessa região, 20 mil recém-nascidos enviados todos os anos para as regiões rurais.

[59] Números reportados em Entrer dons la vie, p. 227.

[60] Armangaud, "L'attitude de la société à 1'égard de 1'enfant ao XIXe siècle", Annales de

Démographie Historique, 1973, p. 308. "Contavam-se 62 mil no ano IX, contam-se 106 mil em 1821, 131 mil em 1833." À medida que foram suprimidas as rodas nos asilos (a última desaparecerá em 1860), assistiu-se a uma diminuição dos abandonos. Em 1859, limitaram-se a 76.500, número que permanece relativamente estável, já que em 1875 contam-se ainda quase 93 mil crianças abandonadas.

Fim das notas de rodapé.

226

Ademais, a mortalidade das crianças pobres confiadas a amas, e a quantidade das crianças abandonadas, continua considerável no século XIX. Na década de 1850, a mortalidade global das crianças de menos de um ano é ainda superior a 16%.[61] Francisque Sarcey afirma que, dentre 25 mil crianças entregues a amas, morrem 20 mil,[62] e Brochard é igualmente alarmante ao dizer que dos 20 mil parisienses enviados a Nogent-le-Rotrou, restam apenas cinco mil, por falta de cuidados e de vigilância.[63] Tudo isso mostra que em meados do século XIX ainda não existe um comportamento materno unificado. Subsistem grandes diferenças entre as atitudes das mães, que reagem de maneira muito diferente segundo sua classe social. Os recursos econômicos, mas também as ambições das mulheres, condicionam amplamente seu comportamento de mãe. Problema e necessidade para umas, imposição ou opção para outras, a chegada do filho à família é diferentemente vivida pelas mulheres.

Ao contrário do que nos faria pensar a iconografia do século XVIII, o berço do bebê nem sempre está cercado por uma família emocionada, prestes a tudo sacrificar pelo bem-estar do recém-nascido.

Notas de rodapé:

[61] Dados de Heushling para os anos 1840 a 1849. Esse número deve ser modulado, segundo as regiões e o modo de amamentação da criança. É preciso levar em conta também a negligência, até a lei Roussel, de 1874, das municipalidades que freqüentemente deixavam de registrar a morte das crianças entregues a amas.

[62] L'Opiion Nationale, 5 abr. 1862.

[63] Brochard, op. cit., p. 98. Ele calcula em trezentos mil o número de bebês parisienses mortos de 1846 a 1866. Mesmo que os números globais sejam excessivos, as estatísticas de mortalidade infantil por ele estabelecidas para os anos 1858-1859 (durante os quais não houve epidemias) em Nogent-le-Rotrou são muito edificantes e provam que as crianças da região criadas pelas mães morrem muito menos (22%) do que os "pequenos parisienses" (35%).

Fim das notas de rodapé.

227

RETICÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

Fazendo lucidamente o balanço de todas essas atitudes em meados do século XIX, é forçoso constatar que boa parte das mulheres ainda não fora aprovada no teste do sacrifício.

Vimos, na descrição de Balzac, que o pequeno núcleo das grandes aristocratas não modificara muito seu modo de vida em relação aos séculos precedentes. A acreditar no escritor, elas seriam mesmo as piores mães de todas. Sem dúvida, essas mulheres da mais alta sociedade e todas as que aspiram a sê-lo, constituem apenas uma amostra muito reduzida da população feminina. Por sua excepcional situação social e econômica, são pouco representativas da mulher francesa média. Não obstante, seu caso é interessante, pois confirma a hipótese formulada anteriormente em relação às mulheres dos séculos XVII e XVIII. Quando tem ambições (mundanas, intelectuais, ou profissionais, como acontece hoje) e meios para realizá-las, uma mulher é infinitamente menos tentada do que outras a investir seu tempo e sua energia na criação dos filhos. As mulheres de sociedade de Balzac, pouco receptivas às teorias burguesas de Rousseau, sonhavam à sua maneira reinar sobre os seus semelhantes. Muitas dessas mulheres foram dotadas de vontade de poder. Seu único problema era saber como satisfazê-lo dada a sua situação particular. No século XIX, quando o trabalho feminino, mesmo intelectual, é totalmente desvalorizado aos olhos da ideologia dominante, só resta às mulheres das classes superiores uma alternativa: ter vida mundana e brilhar aos olhos do mundo, ou ser mãe de família e reinar no seio do lar.[64] Parece que, em sua maioria, as mulheres abastadas escolheram, como Renée, assumir suas obrigações familiares e dar aos filhos as atenções que suas próprias mães (Renée foi criada num convento) lhes haviam negado. Mas não basta tampouco pertencer à burguesia para ser boa mãe. Balzac sabe disso muito bem, ele, que nasceu nesse meio.[65]

Notas de rodapé:

[64] A alternativa é ilustrada pelas heroínas das Mémoires de deux jeunes mariées.

[65] Seu pai, funcionário importante, foi sucessivamente diretor do hospital de Tours e da Intendência do exército em Paris.

Fim das notas de rodapé.

228

Sua mãe gozava das melhores condições econômicas e sociais para ser uma mãe feliz e atenta. Infelizmente para o pequeno Honoré, ela não o amava. Entregue a uma ama até os quatro anos, Balzac só conheceu em seguida o internato, durante dez anos. Nos seis anos que viveu no colégio dos Oratorianos, em Vendôme, recebeu de sua mãe apenas duas visitas e pouquíssimas cartas. Isso mostra que não se governa o amor e que a situação social e econômica dos pais não basta para criar as condições do bom amor materno.

As negligentes

Madame Balzac está longe de ser uma exceção. Também no seio das classes abastadas,

numerosas mães não se sentem inclinadas a assumir realmente o encargo dos filhos, nem têm a força ou o desejo de amamentá-los. Muitas delas ainda os enviam a amas no campo, sem demonstrar grande cuidado na escolha destas. Os médicos Brochard e Monot não escondem que boa parte das crianças entregues a amas não vêm das famílias pobres ou daquelas cujas mães são fisicamente incapazes de amamentar. Brochard é muito severo com as mulheres das classes abastadas que recorrem, para encontrar uma ama, a agências particulares que não são objeto de nenhuma fiscalização. Condena, como seus confrades do século anterior e nos mesmos termos, a atitude dessas mães que "escolhem uma ama sem a ver, sem garantia.. que não escolheriam assim uma criada de quarto".[66]

Às que não podiam amamentar sem comprometer a saúde, Brochard recomenda, se tiverem meios, que contratem uma ama-de-leite a domicílio, fiscalizando porém pessoalmente todos os outros cuidados a serem proporcionados ao bebê.[67]

Notas de rodapé:

66 Brochard, De la mortalité des enfants en France (1866), p. 17.

6[7] Brochard, De Vamour maternel (1872), p. 6.

Fim das notas de rodapé.

No seu entender, como no do doutor Monot, o sistema de amas-de-leite a domicílio devia ser uma solução excepcional, a ser utilizada apenas em casos desesperados. Ora, essa prática difundiu-se consideravelmente no século XIX, entre as classes mais favorecidas. Capazes ou não de amamentar, as mulheres que o podem fazer instalam a domicílio amas da província a quem delegam quase todas as suas funções maternas. A babá, essa "segunda mãe" é o personagem central da família burguesa, que logo adquire autoridade sobre a mãe ignorante. Sabe-se que não se deve contrariá-la, sob pena de ver seu leite azedar, e prefere-se calar a arriscar a saúde do querido bebê. Brochard assim resume a situação: "A fim de obedecer à moda, muitas mulheres jovens, nas grandes cidades, contratam amas-de-leite a domicílio. Não vos falarei, minhas senhoras, dos problemas de todos os gêneros a que se expõe a mulher que se submete à ditadura de uma ama... Mas se, ao agir assim, a jovem pensa satisfazer a todas as exigências do amor materno, permiti-me dizer-vos que ela comete um grande erro."[68]

As trapaceiras

Aos olhos dos moralistas e dos rousseaunianos exigentes, elas "simulam ser boas mães". Aos olhos da sociedade, as aparências são respeitadas, já que elas mantêm o filho ao seu lado e fiscalizam a ama. Na realidade, porém, a criança passa a maior parte do tempo com a ama-de-leite

(mais tarde, com a ama-seca), que a alimenta, lava, cuida, faz passear, etc. São aliás numerosas as crianças mais apegadas à ama do que à mãe, personagem distante, que só vêem nas horas por ela escolhidas. De certo modo, essas mães foram trapaceiras que traíram seus filhos e adaptaram à sua conveniência as regras na nova moral. Já que era preciso ser boa mãe, elas o seriam, delegando a uma outra, graças aos seus recursos financeiros, os ônus dessa função.

Nota de rodapé:

[68] Brochard, op. cit., p. 7 e 8.

Fim da nota de rodapé.

230

É preciso reconhecer que se tratava de uma moral pouco exigente, que, com o tempo, já não pensa em se incomodar com essas práticas. A coabitação da mãe e do filho terminou por ser o critério de distinção entre mães boas e más. Que se ocupem mais ou menos de seus filhos, importa afinal bastante pouco, pois não é o tempo passado com eles ou a qualidade de suas relações mútuas que contam em primeiro lugar, mas a "vigilância" que elas supostamente exercem. Entre a verdadeira mãe, encarnada por Renée de PEstorade, e a mulher da sociedade a quem se dirige a baronesa Staffe,[69] com recomendações sobre o comportamento para com a ama, a sociedade bem pensante não faz grande diferença.

Finalmente, aos olhos de Brochard ou de Monot, a mãe que mandar vir uma ama-de-leite a domicílio fere um sentimento maternal mais geral ao privar um pequeno camponês do leite da mãe. "Tereis perguntado alguma vez a vós mesmas o que acontece com o filho da ama, obrigada a desmamá-lo para aleitar o vosso?.. Em certas regiões, a mortalidade dos filhos das amas residentes é de 64%, em outros, de 87%.”[7]0 A sobrevivência das crianças ricas das cidades é conseguida, portanto, à custa dos pequenos camponeses pobres. Compreende-se que o doutor Monot tenha denunciado "a frivolidade das damas parisienses que sacrificam os prazeres da maternidade aos prazeres do mundo, às festas, aos espetáculos.. Por essas razões permite-se, sem protestar, que sejam sacrificados um terço dos bebês."[71] Médico cantonal numa comuna do Morvan, ele pode constatar os consideráveis progressos da indústria das amas mercenárias, sua emigração maciça para Paris e a mortalidade de seus filhos. Muito alarmado, apresentou sobre o assunto um relatório edificante à Academia Imperial de Medicina em 1867.

Notas de rodapé:

69 Baronesa Staffe, La maitresse de maisort, p. 186-188: "A ama deve ser vigiada de perto... a vigilância deve estender-se a tudo, até a limpeza do corpo..."

[70] Brochard, op. cit., p. 8.

71 Monot, op. cit., p. 70.

Fim das notas de rodapé.

231

Explicava que em quarenta anos o número de borgonhesas[72] que desejava empregar-se como amas-de-leite em Paris havia aumentado numa proporção assustadora (quase de um para mil), de tal modo que essa indústria se tornara a mais importante do Morvan. Segundo as estatísticas, mais de duas mulheres em três" que davam à luz partiam logo depois para Paris. Vinte anos antes, a ama que desejava fixar-se na capital esperava que o filho tivesse sete ou oito meses para desmamá-lo. Hoje, diz ele, mal refeita do parto, ela vai para Paris procurar uma colocação numa agência de amas. Seu filho passa então a receber uma alimentação grosseira, que engendra graves afecções: en-terocolite, escrofulose, raquitismo. Mais de 64%[74] dessas crianças morrem todos os anos. As que sobrevivem são muitas vezes fracas, como o mostra a considerável taxa de isenção do serviço militar por motivo de doença nessa região.

Uma prática tão desastrosa para a região não era nem mesmo vantajosa para a ama "honesta". Se ela só permanecesse em Paris os 14 ou 15 meses necessários até o desmame da criança que aleitava, Monot calculara que, pagas as suas despesas (viagem, comissão da agência, ama para o próprio filho, etc.) restavam-lhe pouco mais de 200 francos de lucro. Era muito pouco em relação à vida de seus filhos.

Nessas condições, por que tantas camponesas quiseram deixar casa, marido e filhos para trabalhar em Paris? Alphonse Daudet, que delas traçou um retrato cruel, acreditava que a avidez era seu único motivo: "Tudo o que cerca a cidade desperta-lhe a cobiça, ela gostaria de levar tudo para sua região, para o seu buraco.. No fundo, veio apenas para isso, sua idéia fixa é conseguir coisas.. E essas coisas são os presentes e o salário, o que lhes é pago, o que lhes é dado, o que apanham e roubam...""

Notas de rodapé:

72 As borgonhesas tinham excelente reputação de amas-de-leite, ou seja, de mulheres sadias e de leite abundante.

73 Monot, op. cit., p. 31.

74 M. Ibid., p. 48.

Fim das notas de rodapé.

O retrato é exagerado e provavelmente injusto em relação a grande parte das amas. Várias delas apegavam-se muito às crianças que amamentavam e recusavam-se a voltar para casa a fim de ficar junto delas. Mais ligadas a essas crianças do que aos próprios filhos, pode nos surpreender que prefiram viver numa casa burguesa, onde a existência lhes é mais suave do que em sua própria casa? Com o tempo, a família de adoção transforma-se na sua verdadeira família.

Apesar de tudo, se consideramos apenas o ponto de vista de seus filhos abandonados cedo demais e muitas vezes fadados à morte, somos obrigados a constatar que também nelas a

voz do sangue ou da natureza foi bastante fraca. Muitas podiam certamente esperar alguns meses antes de deixar seu bebê, dando-lhe assim maior possibilidade de sobrevivência. Ora, não o fizeram, contrariando os costumes dos decênios anteriores.

Não poderíamos supor, mesmo que a prudência nos proíba qualquer juízo definitivo, que essas mulheres puseram sua vida e seus interesses à frente da vida e dos interesses dos filhos, mostrando assim que o devotamento materno nem sempre é adquirido numa sociedade que clama no entanto ser ele um fato da natureza? Sociedade hipócrita, que celebra as virtudes da boa mãe e proclama seu apego à criança ao mesmo tempo em que fecha os olhos às simulações de umas, e à miséria de outras.

Um desprezo persistente

Monot constatava, não sem ironia, que "o Estado conhece o número de bois, de cavalos ou de carneiros que morrem a cada ano, mas não o número de crianças".[76] É preciso esperar 1865-1870 para que sejam criadas nas grandes cidades sociedades protetoras da infância.

Notas de rodapé:

75 "Alphonse Daudet, Souvenir d'un homme de lettres. Notes sur Paris (1888).

76 Monot, op. cit.j p. 95.

Fim das notas de rodapé.

233

Brochard, que é um dos seus instigadores, não pode deixar de fazer as mesmas observações: "Existe uma sociedade bem mais feliz que a Sociedade Protetora da Infância, é a Sociedade Protetora dos Animais. Enquanto a primeira tem apenas mil e duzentos membros, a segunda conta mais de três mil. Três ministros da Instrução Pública, um grande número de prefeitos, 84 professores, 70 escolas comunais têm a honra de pertencer à Sociedade Protetora dos Animais. A Sociedade Protetora da Infância, infelizmente, não tem entre seus membros nem ministros da Instrução Pública, nem professores, nem escolas comunais.. tudo é feito em favor dos animais, nada em favor dos lactentes."[11] Ademais, Brochard analisa a significação dessas sociedades protetoras da infância. Seu diagnóstico é ao mesmo tempo lúcido e cruel. Sua criação "prova o quanto o sentimento da maternidade está pouco desenvolvido em França. Instituída para proteger os recém-nascidos contra a incúria das amas mercenárias, essa Sociedade é por vezes obrigada a protegê-los contra a indiferença das próprias mães. O nome Sociedade Protetora da Infância já diz a todos que há mães que não se ocupam de seu recém-nascido."[78]

Brochard tem razão ao acrescentar que os deveres da maternidade não são compreendidos, uma vez que é preciso ensiná-los. Engana-se, porém, ao esperar que todas as

mulheres venham a cumprir seus deveres e que então a amamentação mercenária passe a ser não mais uma indústria, mas uma exceção. Os conselhos de Rousseau jamais serão plenamente seguidos. O sistema das amas-de-leite prosperará até fins do século XIX. Depois disso, o aleitamento artificial, sob a forma da mamadeira de leite de vaca, possibilitado pelos progressos da esterilização, substituirá a amamentação mercenária.

Notas de rodapé:

77 Brochard, De Vamour maternel, p. 11 (discurso na sessão pública anual da Sociedade Protetora da Infância) (grifos nossos).

[78] *Id. Ibid., p. 10.*

Fim das notas de rodapé.

234

Podemos lamentá-lo se, como Rousseau ou Brochard, consideramos apenas o ponto de vista da criança, ou nos regozijarmos com isso, se tal sistema libera as mulheres que o desejam dos encargos da maternidade, sem pôr em perigo a saúde do filho. Mas, ainda que a propaganda intensiva de Rousseau e de seus sucessores não tenha conseguido convencer todas as mulheres a serem mães extremosas, seus discursos tiveram sobre elas um forte efeito. As que se recusaram a obedecer aos novos imperativos sentiram-se mais ou menos obrigadas a trapacear e a simular de todas as maneiras. Alguma coisa, portanto, mudara profundamente: as mulheres se sentiam cada vez mais responsáveis pelos filhos. Assim, quando não podiam assumir seu dever, consideravam-se culpadas.

Nesse sentido, Rousseau obteve um sucesso muito significativo. A culpa dominou o coração das mulheres.

235

TERCEIRA PARTE
O AMOR FORÇADO

A maternidade adquiria outro sentido. Enriquecida de novos deveres, ela se desdobrava além dos nove meses irredutíveis. Não só o trabalho materno não se podia concluir antes que a criança estivesse "fisicamente" fora de perigo, como logo se descobriu que a mãe devia igualmente assegurar a educação dos filhos e uma parte importante de sua formação intelectual.

As mulheres de boa vontade assumiram com entusiasmo essa nova responsabilidade, como o atesta o prodigioso número de livros sobre a educação escritos por mulheres. Tomou-se consciência de que a mãe não tem apenas uma função "animal", competindo-lhe também o dever de formar um bom cristão, um bom cidadão, um homem, enfim, que encontre o melhor lugar possível no seio da sociedade. O que é novo é o fato de ser ela considerada a mais indicada para assumir esses encargos. É a "natureza", diz-se, que lhe atribui tais deveres.

Auxiliar do médico no século XVIII, colaboradora do padre e do professor no século XIX,"a mãe do século XX arcará com uma última responsabilidade: o inconsciente e os desejos do filho.

237

Graças à psicanálise, a mãe será promovida a "grande responsável" pela felicidade de seu rebento. Missão terrível, que acaba de definir seu papel. Sem dúvida, esses encargos sucessivos que sobre ela foram lançados fizeram-se acompanhar de uma promoção da imagem da mãe. Essa promoção, porém, dissimulava uma dupla armadilha, que será por vezes vivida como uma alienação.

Enclausurada em seu papel de mãe, a mulher não mais poderá evitá-lo sob pena de condenação moral. Foi essa, durante muito tempo, uma causa importante das dificuldades do trabalho feminino. A razão também do desprezo ou da piedade pelas mulheres que não tinham filhos, do opróbrio daquelas que não os queriam.

Ao mesmo tempo em que se exaltavam a grandeza e a nobreza dessas tarefas, condenavam-se todas as que não sabiam ou não podiam realizá-las à perfeição. Da responsabilidade à culpa, foi apenas um passo, rapidamente dado ao aparecimento da menor dificuldade infantil. É à mãe, doravante, que se adquire o hábito de pedir contas...

As mulheres mais realizadas em sua condição de mãe aceitaram com alegria carregar esse terrível fardo. Mas as outras, mais numerosas do que se podia supor, não puderam, sem angústia e culpa, distanciar-se do novo papel que lhes queriam impor. A razão é simples: tomara-

se o cuidado de definir a "natureza feminina" de tal modo que ela implicasse todas as características da boa mãe. Assim fazem Rousseau e Freud, que elaboraram ambos uma imagem da mulher singularmente semelhante, com 150 anos a separá-los: sublinham o senso da dedicação e do sacrifício que caracteriza, segundo eles, a mulher "normal". Fechadas nesse esquema por vozes tão autorizadas, como podiam as mulheres escapar ao que se convencionara chamar de sua "natureza"? Ou tentavam imitar o melhor possível o modelo imposto, reforçando com isso sua autoridade, ou tentavam distanciar-se dele, e tinham de pagar caro por isso. Acusada de egoísmo, de maldade, e até de desequilíbrio, àquela que

238

desafiava a ideologia dominante só restava assumir, mais ou menos bem, sua "anormalidade". Ora, a anormalidade, como toda diferença, é difícil de se viver. As mulheres submeteram-se portanto silenciosamente, algumas tranqüilas, outras frustradas e infelizes.

Hoje, já não estamos mais exatamente nessa situação. O modelo de Rousseau e de Freud está em vias de soçobrar sob os golpes das feministas. Certos indícios parecem anunciar que uma outra revolução familiar começou. Dois séculos depois do rousseaunismo, o projeto desloca-se de novo para o lado do pai, não para devolver a mãe à obscuridade, mas para melhor iluminar, pela primeira vez em nossa história, o pai e a mãe ao mesmo tempo.

239

1 -- O DISCURSO MORALIZADOR

HERDADO DE ROUSSEAU OU «SOPHIE, SUAS FILHAS E SUAS NETAS

SOPHIE: A MULHER IDEAL

Sophie é a esposa de Émile, em breve a mãe de seus filhos. Mais exatamente, Sophie é a mulher ideal imaginada por Rousseau para ser a companheira do homem tal como ele o sonhava. Antes de fazer o retrato de Sophie, Rousseau define a "natureza feminina" e pesquisa as condições da boa educação.

Infelizmente, o Rousseau do Segundo discurso não cumpriu suas promessas; revela-se menos prudente e imaginativo do que quando pesquisava a natureza do homem! Acreditando descrever a "natureza feminina", não fez senão reproduzir acentuando-os, os traços da burguesa que tinha diante dos olhos.

Respeitando a ordem do Gênesis, ou dos preconceitos, Rousseau só faz "aparecer" a mulher depois que modelou o homem, Émile, e que este precisa de uma companheira. Tendo definido longamente o homem como uma criatura ativa, forte,

241

corajosa, inteligente e pensando na diferença sexual apenas sob a forma do "complemento", Rousseau estabelece logicamente como postulado que a mulher é naturalmente fraca e passiva. Mas, contra toda prudência metodológica, não fala de postulado, mas de "princípio estabelecido".[1] Esse é o primeiro erro. Quando deduz desse princípio que "a mulher é feita especialmente para agradar ao homem"? comete um segundo, não menos irreparável, do qual decorre todo o resto.

"Complemento" do homem, a mulher é uma criatura essencialmente relativa. Ela é o que o homem não é, para formar com de, e sob suas ordens, o todo da humanidade. Émile é forte e imperioso, Sophie será fraca, tímida e submissa. Émile tem uma inteligência abstrata, Sophie terá uma inteligência prática; Émile não poderia suportar a injustiça, Sophie a suportará. E assim por diante. Mas como Émile tem o melhor papel, Sophie deverá contentar-se com o mais modesto. Como bem o expressou Elisabeth de Fontenay, "a feminilidade é ínencon-trável.. Só o homem detém a faculdade dos princípios, e por isso constitui-se em fim absoluto".[3]

Poderíamos acrescentar que ele é também a finalidade absoluta da mulher. A natureza feminina é, propriamente falando, "alienada" pelo e para o homem. Sua essência, sua finalidade, sua função são relativas ao homem. A mulher é feita não para si mesma, mas "para agradar ao homem.. para ser subjugada por ele... para lhe ser agradável[4]... para ceder e para suportar até mesmo a sua injustiça".[5] Logo, essa mulher será uma mãe, pronta a viver pelo e para o filho.

Notas de rodapé:

[1] Émile, La Pléiade, livro V, p. 693.

[2] Id. Ibid. (grifos nossos).

[3]E. de Fontenay: "Por Émile et par Émile, Sophie ou linvention du ménage", Les Temps Modernes, maio de 1976.

4 É mãe, V, p. 693.

[5] Id. Ibid., p. 750.

Fim das notas de rodapé.

242

A educação da futura esposa e mãe

Como educar Sophie para torná-la a digna companheira de Émile? Um único método assegura o êxito nesse domínio: seguir o caminho traçado pela natureza. Sendo a mulher "naturalmente" o complemento, o prazer e a mãe do homem, a educação visará a essas três

finalidades,[6] numa completa fabricação de uma "natureza feminina" adequada.

Liberal, Rousseau nos adverte que Sophie não será educada na ignorância de tudo. Deverá aprender muitas coisas, "mas apenas aquelas que lhe convém saber".7 Naturalmente coquete e amante dos belos trajes, a pequena Sophie aprenderá,, de bom grado, ainda muito jovem, a usar a agulha e a desenhar. Não será forçada nem a ler nem a escrever antes que sinta necessidade disso,[8] isto é, quando pensar nos "meios" de bem governar sua casa. Incapaz de julgar as coisas da religião, Sophie seguirá a de sua mãe, antes de abraçar a do esposo. Mas das coisas do céu só lhe será ensinado o que serve à sabedoria humana, por exemplo "a suportar o mal sem murmurar".'

Por nada no mundo Rousseau teria desejado que se fizesse dela uma "teóloga ou uma pensadora", pois isso teria sido contrário ao seu destino. Aliás, "a busca das verdades abstratas e especulativas.. tudo o que tende a generalizar as idéias, não é do domínio das mulheres".[10] Seus estudos limitar-se-ão à prática, pois elas devem deixar aos homens o estabelecimento dos princípios. Cento e cinqüenta anos mais tarde, a psicanalista Hélène Deutsch não dirá outra coisa ao traçar o retrato "da mulher normal".[11]

Notas de rodapé:

[6]Id. Ibid.

[7] Id. Ibid., p. 703: "assim toda a educação das mulheres deve ser relativa aos homens."

8 Id. Ibid., p. 702.

[9]Id. Ibid., p. 729.

[10] Id. Ibid., p. 736.

[11]H. Deutsch, Psycbologie de la femme, tomo I.

Fim das notas de rodapé.

243

Assim, quando Émile conhece Sophie, encontra uma moça modesta, capaz de "suprir ao trabalho dos criados, de espírito agradável sem ser brilhante, sólido sem ser profundo". Rousseau desconfia tanto da educação das mulheres, receia tanto os seus efeitos perniciosos, que afinal de contas, diz ele, "preferiria ainda cem vezes mais uma moça simples e pouco instruída a uma moça culta e pedante que viesse estabelecer em minha casa um tribunal de literatura do qual se faria a presidente. Uma mulher pedante é o flagelo do marido, dos filhos, dos criados, de todo mundo. Da sublime altura de seu gênio, ela desdenha todos os seus deveres de mulher".[12]

Parece-nos ouvir Chrysale, o personagem caricatural de Molière. Rousseau não consegue ser engraçado quando diz que as panelas, o assado e os filhos são toda a glória, a dignidade e os prazeres da mulher, que jamais deve sair dos limites da "mediocridade".[13] Menos esperta do que Henriette, Sophie é, aos olhos de Rousseau, a mais amável mulher com que pode sonhar um homem de bem.

Mas, como a maternidade é um atributo tão essencial da substância feminina quanto a conjugalidade, ter-se-á tomado o cuidado de preparar a jovem Sophie para a sua futura condição: um caráter doce num corpo robusto. A futura mãe não poderia ser voluntariosa, orgulhosa, enérgica ou egoísta. Em nenhum caso ela deve se aborrecer ou mostrar a menor impaciência, pois a mãe rousseauniana ignora o princípio do prazer e a agressividade. É preciso, portanto, preparar a jovem para ser essa doce mãe de sonho, que amamenta e educa os filhos com "paciência e doçura, um zelo, uma afeição que nada desencoraja".[14] É preciso, portanto, ensinar-lhe desde muito jovem a "ser vigilante e laboriosa... habituá-la desde cedo à contenção, a fim de que esta nunca lhe custe esforço algum, e a domar todas as suas fantasias para submetê-las às vontades de outrem".[15]

Notas de rodapé:

[12] Id. Ibid., p. 768. Ver o comentário sobre a execução de Madame Roland, p. 164.

[13] Id. Ibid., p. 769: "desejai em tudo a mediocridade".

[14] Id. Ibid., p. 697.

[15] Ibid., p. 709.

Fim das notas de rodapé.

244

É a mãe quem se encarregará do adestramento da menina e que lhe ensinará que "a dependência é um estado natural às mulheres".[1]6 Ela a habituará a interromper suas brincadeiras sem protestar e a mudar seus planos para se submeter aos de outrem. Desse bom hábito resultará uma docilidade de que as mulheres têm necessidade durante toda a sua vida, pois não deixam jamais de estar sujeitas aos homens...""

Uma vez que as mães devem limitar seus cuidados à própria família para que esta conheça[18] a felicidade, Rousseau não hesitará em propor uma medida radical: o enclausuramento das mulheres. De maneira suave, quando lhes concede o poder sobre a família: "a mulher deve ser a única a mandar em casa, é mesmo indecente para o homem informar-se do que ali se passa (eis o homem justificado em seu desinteresse pelos assuntos domésticos). Mas a mulher, por sua vez, deve limitar-se ao governo doméstico, não se imiscuir no que ocorre fora, manter-se fechada em casa."" E de maneira brutal, quando afirma: "a verdadeira mãe de família, longe de ser uma mulher de sociedade, não será menos reclusa em sua casa do que a religiosa em seu claustro.[20] A frase põe a nu o fundo do pensamento de Jean-Jacques, que conheceu tal posteridade: a boa mãe é semelhante a boa religiosa ou se esforçará por sê-lo. Mais um passo, e terá direito ao título de "santa".

As analogias entre a mãe e a freira, a casa e o convento, dizem muito sobre o ideal feminino de Rousseau. Sacrifício e reclusão são as suas condições. Fora desse modelo não há

salvação para as mulheres.

Notas de rodapé:

[16] Ibid., p. 710.

[17] Ibid., p. 710.

[18] P. 697: "ela serve de ligação entre eles (os filhos) e o pai, só ela os faz amá-lo..."

19 Fragments por 1'Émile, n. 3, p. 872 (grifo nosso).

20 Émile, V, p. 737.

Fim das notas de rodapé.

245

A vida de Sophie ou de Julie é prova disso. A primeira sai de casa, vai para o mundo e abandona os seus. Pagará por isso com a virtude e a vida. A segunda, ao contrário, redime-se de um pecado de juventude tornando-se esposa e mãe admirável. Mas tão logo a soberana de Clarens sai de sua casa,[21] as tentações a espreitam.

A advertência de Rousseau é, portanto, clara: o único destino feminino possível é reinar sobre o "dentro", o "interior". A mulher deve abandonar o mundo e o "fora" ao homem, sob pena de ser anormal e infeliz. Deve saber sofrer em silêncio e dedicar a vida aos seus, pois tal é a função que a natureza lhe atribuiu, sua única possibilidade de ser feliz.[22]

As filhas de Sophie

A lição será ouvida. Toda uma série de homens[23] retomará e desenvolverá os "princípios estabelecidos" por Rousseau. Educarão as filhas e as netas de Sophie no respeito aos valores de seu criador.

O mais fiel leitor do Émile foi Napoleão. Não há dúvida de que o artigo 212 do Código Civil, que sancionava a autoridade do marido, e cuja redação deve muito ao Imperador, não tomava suas justificativas apenas ao Gênesis, mas também a Rousseau.[24]

Notas de rodapé:

[21] Para fazer, por exemplo, um passeio de barco com Saint-Preux.

[22] Rousseau, 150 anos de Freud, definiu o componente masoquista como especificamente feminino: ela fará tudo isso por gosto, e não por virtude. (Cf. Émile, V, p. 697). Assim também Julie de Wolmar em La Nouvelle Héloise, V, 2, p. 527 (Pléiade).

[23] Os homens da Revolução que se preocuparam com a educação das mulheres foram todos rousseaunianos, com exceção de Condorcet. Cf. F. Mayeur, VÉducation des filies en France au XIX.. siècle, Paris, Hachette, 1979, p. 27-30.

[24] A semelhança das expressões utilizadas no artigo 212 e no Émile (V, p. 693) decorre de um pensamento idêntico.

Fim das notas de rodapé.

Para melhor consagrar a submissão feminina proclamada pelo artigo 212, Napoleão preocupou-se, também ele, com a melhor educação a ser dada às mulheres. A ocasião lhe foi proporcionada pela criação da escola da Legião de Honra, cuja direção ele confiou a Madame Campan. Com ela, refletiu longamente sobre a finalidade da educação feminina e os meios de empreendê-la. Conta-se, a propósito, uma anedota significativa. Napoleão teria dito um dia a Madame Campan:

— Os antigos sistemas de educação não valem nada; que falta aos jovens para serem bem-educados em França?

— Mães, respondeu Madame Campan.

— Muito bem, disse ele, eis aí todo um sistema de educação. É preciso, senhora, que crieis mães que saibam educar seus filhos.[25]

Napoleão escreveu uma nota de várias páginas sobre o Estabelecimento de Ecouen, e a maneira como pretendia que as coisas se passassem ali. Estabeleceu, com grande meticulosi-dade, os princípios e o programa dessa escola destinada às órfãs, ponta de lança moral da sociedade napoleônica. Partindo do princípio de que "a mãe, num lar pobre, é a encarregada da casa"[26] sugere a formação de criadas "naturais": "eu gostaria que uma moça, ao sair de Ecouen para se colocar à frente de uma pequena casa, soubesse fazer suas roupas, remendar as de seu marido, fazer o enxoval de seus filhos, proporcionar guloseimas à sua pequena família.. cuidar do marido e dos filhos quando estão doentes.. Tudo isso é tão simples e trivial que não exige muita reflexão."[27]

Podemos imaginar, a partir disso, qual será o programa proposto às meninas de Ecouen. Em primeiro lugar, a religião, que "é a maior garantia para as mães e os maridos. Educai-nos mulheres crentes, e não argumentadoras. [28]

Notas de rodapé:

[25] Diálogo relatado por L.A. Martin, em Êducation des mères de famille, 1834, p. 19.

[26] Nota sobre o Estabelecimento de Ecouen, de 15 de maio de 1809, extraída da correspondência de Napoleão I, tomo XV.

[27] Id. Ibid.

[28] Comparar com o Êtnile de Rousseau, p. 729: "não fazei de nossas filhas teólogas e argumentadoras..."

Fim das notas de rodapé.

247

A fraqueza do cérebro das mulheres... sua destinação na ordem social, a necessidade de uma resignação constante e perpétua e de uma espécie de caridade indulgente, nada disso se pode obter senão pela religião, uma religião caridosa e doce."[29] Quanto ao resto, três quartos do dia

serão ocupados com o aprendizado dos trabalhos de agulha, e o último, consagrado à instrução propriamente dita: um pouco de cálculo, de gramática, de geografia e de história,[30] algumas noções de farmácia e de medicina para que sejam as enfermeiras perfeitas da sua pequena família, um pouco de cozinha para substituir, se necessário, uma criada ausente..."

Michelet também traçou um retrato da mulher ideal muito semelhante ao de Sophie. Opondo a força criadora do homem à harmonia feminina,[32] ele insiste na relatividade[33] e na vocação materna da mulher:[34] a seus olhos, todo o amor feminino tem por modelo e fundamento o amor materno. Sem que ela o saiba, em seus impulsos mais cegos, "o instinto da maternidade domina todo o resto.. pois, desde o berço, a mulher é mãe, apaixonada pela maternidade".[35]

Dado que a mulher é acima de tudo esposa e mãe, sua educação deverá fortificá-la nessa dupla função. Michelet traça um segundo programa de Ecouen que fará dela uma excelente "colaboradora" e uma mãe exemplar.

Notas de rodapé:

[29]Nota sobre o Estabelecimento de Ecouen (grifo nosso).

[30] Mas "evitar mostrar-lhes o latim ou qualquer língua estrangeira".

[31] Uma grande parte dos homens do século XIX aplaudiu o programa de Napoleão. Entre eles, Thiers, que fez um comentário muito elogioso sobre a nota de Ecouen.

[32]La Ventme, 1859, p. 45: "A mulher é uma religião... um altar... uma poesia viva para elevar o homem, educar a criança, santi-ficar a família..."

[33] Id. Ibid., p. 46: "Ela viverá para os outros... e não para si."

[34] Id. Ibid., p. 47-48: "Sua vocação evidente é o amor... Ela deve amar e gerar, é esse o seu dever sagrado."

[35] Id. Ibid., p. 49.

Fim das notas de rodapé.

Feita para sofrer e gostando disso, a mulher não pode encontrar melhor ocasião de exercer seus dons do que na maternidade. O papel de esposa, muito necessário, não bastará à plena realização de sua feminilidade. Para que uma mulher cumpra a sua vocação, é preciso que seja mãe, não como outrora, de maneira esporádica e irregular, mas constantemente, vinte quatro horas por dia.

Ora, a maternidade, tal como concebida no século XIX a partir de Rousseau, é entendida como um sacerdócio, uma experiência feliz que implica também necessariamente dores e sofrimentos. Um real sacrifício de si mesma. Se tanto se insiste nesse aspecto da maternidade, com uma certa benevolência, é sempre para mostrar a adequação perfeita entre a natureza da mulher e a função de mãe.

Definida como "doente",[36] a mulher conhecerá ao longo de toda a sua vida o

sofrimento. É assim que a rousseauniana Madame Roland considera as coisas: "expostas desde o nascimento aos perigos que podem, num piscar de olhos, cortar o fio delicado de seus dias, diríamos que as mulheres só respiram para pagar em dores a glória de poder ser mães ou a honra de o ter sido. É através dos obstáculos de toda espécie que elas chegam, titubeantes, ao fim da adolescência, que lhes abre as portas da vida. É num suplício inexprimível e lento que, restituindo o penhor que lhes foi confiado pela natureza, elas dão à luz novos seres: e é em meio a enfermidades que encerram uma carreira onde só semeiam flores caminhando sobre espinhos. Alimentadas no sofrimento.. elas adquirem essa paciência inquebran-tável que resiste tranqüilamente às provações e as supera.[38]

Notas de rodapé:

36 Michelet, op. cit.

[37] Essa frase lembra uma observação de Freud segundo a qual a mulher se esgota na consecução de sua feminilidade.

[38]Mme. Roland, Discours sur Bensançon: comment 1'éducation des femtnes pourrait contribuer à rendre les hommes meilleurs, 1777 (ed. iO/lS, p, 166-167 (grifo nosso).

Fim das notas de rodapé.

249

Há algo de Cristo nessas mulheres. Nascida para sofrer e para carregar toda a dor do mundo, uma mulher como Madame Roland concita suas irmãs a "abençoar a mão poderosa que, nas dores de que nos fez a presa, colocou o germe das virtudes a que o mundo deve sua felicidade"![39]

Não é o famoso componente masoquista, tão caro a Freud, que se revela nessas palavras? Não há, aliás, nada de excessivo nem de excepcional nessas poucas linhas de uma revolucionária. Homens e mulheres das gerações seguintes concordarão com esse retrato da condição feminina e materna.

A mãe ideal

Uma das melhores descrições da "boa mãe" e dos sentimentos que ela experimenta é a que fez Balzac nas Mêmoires de deux jeunes mariées. Renée de PEstorade é aquela mãe ideal que se poderia propor como modelo a todas as mulheres de seu século e até do nosso. Ela teria certamente agradado a Freud ou a Winnicott, já que Hélène Deutsch fez dela o tipo ideal e eterno da mãe.[40] Renée pertence à raça das mulheres que tudo investiram na maternidade, porque esta representa o seu único "consolo" numa vida sem paixão, sexualidade ou ambição. Casada com um homem agradável, entrega-se a ele sem prazer e se presta às suas ilusões "como uma mãe,

segundo as idéias que faço de uma mãe, se exaure para proporcionar prazer a seu filho".[41] Recém-casada, Renée experimenta sentimentos mater-nais:[42] "também gostaria de ser mãe, ainda que fosse para dar uma ocupação à devorante atividade de minha alma...

Notas de rodapé:

[39] Id. Ibid., p. 167.

[40] Hélène Deutsch, Psychologie de la femme, tomo II, p. 23-24.

[41] Carta XX, p. 157.

[42] Renée encarna perfeitamente a idéia que Michelet tem da mulher "dotada desde o berço do instinto de maternidade... instinto que domina todos os outros"...La femme, p. 149).

Fim das notas de rodapé.

250

A maternidade é um empreendimento ao qual abri um enorme crédito... Ela está encarregada de desdobrar minha energia, de engrandecer meu coração e de me recompensar com alegrias ilimitadas "[43] Mas a maternidade é uma experiência complexa, que inspira sentimentos contraditórios. Renée não escapa a essa dualidade. Ao mesmo tempo feliz e insatisfeita, sua vida oscila entre a satisfação e a frustração. Não obstante, sabendo converter seus padecimentos em elementos de felicidade. Renée continuará para sempre exemplar.

Grávida, confessa que nada sente antes do primeiro movimento de seu filho, apesar da pressão dos que a cercam: "todos falam da felicidade de ser mãe. Infelizmente, só eu não sinto nada e não ouso dizer-te o estado de perfeita insensibilidade em que estou.. A maternidade começa apenas na imaginação."[44] Não obstante, embora seu corpo permaneça silencioso, Renée experimenta por antecipação a felicidade do devo-tamento. Em perfeito acordo com sua "natureza" é um hino que ela canta longamente: "Devotamento! Não será mais do que o amor? Não és a mais profunda volúpia? O devotamento, eis portanto a marca de minha vida."[45] Felicidade ainda abstrata, pois, nos últimos meses de gravidez, Renée só experimenta cansaço e dificuldade, e "nada sente no coração". Sua natureza profundamente masoquista só surgirá com a experiência do parto. Ela "suportou maravilhosamente essa horrível tortura".[46] Gritou e achou que ia morrer, mas o primeiro vagido do bebê tudo apagou. Compreende então que "toda felicidade feminina é paga com um terrível sofrimento. Assim caminham as coisas..."

Quando lhe mostram a criança, Renée, mais uma vez, tem uma reação espontânea que contraria os preconceitos habituais: "Mostraram-me a criança. Minha querida, gritei de espanto:..que macaquinho!, disse. Estão certos de que isso é o meu filho?"[47]

Notas de rodapé:

[43] Id. Ibid., p. 157-158 (grifos nossos).

[44] Carta XXVIII, p. 191.

45 Id. Ibid., p. 190-191.

46 Carta XXXI, p. 200.

[47] Id. Ibid.

Fim das notas de rodapé.

251

Como o seu "instinto divino"[48] pode falhar um único instante? Felizmente, as pessoas que a cercam fazem com que as atitudes "normais" e os bons sentimentos sejam observados. É a mãe de Renée quem transmite à filha os valores dominantes: "Não te atormentes, fizeste a mais bela criança do mundo. Evites ficar imaginando coisas, deves empenhar todo o teu espírito em não pensar, em te tornares exatamente como a vaca que pasta para ter leite."[4]9

Renée só se sentirá plenamente mãe a partir do instante em que amamenta seu bebê. "O pequeno monstro tomou-me o seio e sugou: foi o Fiat Lux! Tornei-me mãe subitamente. Ali estava a felicidade, a alegria, uma alegria inefável, embora não deixe de se acompanhar de algumas dores".[50] Essas dores são também a ocasião do despertar da sua sensualidade: "quando seus lábios se colam ao seio, provocam nele ao mesmo tempo a dor que termina por um prazer, eu não saberia te explicar uma sensação que, do seio, irradia-se em mim até as fontes da vida, pois ele parece ser um centro de onde partem mil raios que alegram o coração e a alma."[51] Não é uma sensação semelhante ao orgasmo? É o que ela parece confessar, ao dizer que "não há carícias de amor que possam valer as dessas mãozinhas róseas que passeiam tão suavemente".[52]

Compreende-se que a maternidade seja para Renée um prazer que apaga todos os outros. Ao bebê, ela pode dar seu corpo e seu coração sem a menor reticência. Com ele, ela constitui o casal de sonho, aquele que não faz mais que um por excelência, que não tem necessidade de nada nem de ninguém para ser feliz: "não há mais nada no mundo que nos interesse. O pai?.. Nós o mataríamos se pretendesse acordar a criança.

Notas de rodapé:

[48] Michelet, La femme.

[49] Carta XXXI, p. 200.

[50] Id. Ibid., p. 201.

[51] Id. Ibid., p. 201.

[52] Id. Ibid.

Fim das notas de rodapé.

252

Somos nós mesmas todo o mundo para essa criança, como a criança é o mundo para nós."[53] Isso recompensa amplamente as dores e sofrimentos que enfrenta a mãe que amamenta. As fissuras no seio causam torturas alucinantes, mas que representa tudo isso ante a felicidade descrita, se é que essas dores não se podem inscrever entre os prazeres?

Renée, como boa mãe, assumirá quase sozinha a educação completa dos filhos.

Insistindo em encarregar-se de tudo, leva-nos a perguntar para que servia a "ama-seca inglesa" que diz ter ao seu lado. Fez com as próprias mãos o enxoval, os adornos, etc. Seu filho mama quando quer ("e ele quer sempre"); ela mesma troca-lhe as fraldas, limpa-o e veste-o, contempla-o enquanto dorme, canta-lhe canções, leva-o a passear quando faz bom tempo, carregando-o nos braços. "Uma vida rica e plena", diz Renée, acrescentando que não tem mais tempo para cuidar de si mesma. "Sou escrava, dia e noite."[54]

Inspirado nas confidências de uma amiga, Zulma Carraud,[55] Balzac descreve longamente "a rotina do dia"[56] de uma boa mãe. Todos os dias se parecem e são marcados apenas por dois acontecimentos: "as crianças estão bem, ou não estão". A mãe vive no medo constante de que ocorra uma desgraça com seus filhos e só encontra repouso durante o sono ou quando os segura nos braços. Vela por elas à noite, quase tanto quanto durante o dia. Ao menor grito, a mãe acorre para arrumar uma coberta, ou consolar de um pesadelo. Assim, a mãe digna desse nome não poderia ter um sono muito pesado, e os filhos longe de si. Não pensa sequer um instante no marido. Os filhos não o teriam desalojado do leito conjugal, ou mesmo de seu quarto?

Notas de rodapé:

[53] Id. Ibid., p. 202. Renée descreve bem a relação simbiótka de que fala Winnicott, que une a mãe e o filho após o nascimento e que está próxima de uma espécie de esquizofrenia.

[54] Id. Ibid.

[55] Ver a Correspondence de Bdzac, Carta CMXCVI de 15 de novembro de 1835.

56 Carta XLV, p. 233.

Fim das notas de rodapé.

Renée não o diz, mas o pressentimos.. Ela forma uma unidade demasiado estreita com os filhos para que haja lugar para um amante, um marido e mesmo um pai.

Ao despertar cheio de carícias, beijos e brincadeiras, segue-se a cerimônia ritual do banho e do vestir. Fiel adepta de Rousseau, Renée é a favor da liberdade do corpo da criança: "Meus filhos terão sempre nos pés um sapatinho de flanela, e as pernas nuas. Não ficarão nem apertados, nem comprimidos; mas também nunca estarão sós. A sujeição da criança francesa em suas faixas é a liberdade da ama... uma verdadeira mãe não é livre."[57] Eis a grande frase que Renée deixa escapar. Não se pode ser ao mesmo tempo mãe e outra coisa. O ofício materno não deixa um segundo livre à mulher. Basta, aliás, observar a atividade incessante de Renée durante todo o dia para nos convencermos disso.

"A ciência da mãe comporta méritos silenciosos ignorados de todos, uma virtude minuciosa, um devotamento de todas as horas. É preciso fiscalizar as sopas.. Achas que sou mulher de me furtar a esse cuidado?... Como deixar a uma outra mulher o direito, o cuidado, o

prazer de soprar uma colher de sopa que Nais achará muito quente?... Cortar a cos-teleta de Nais... misturar essa carne cozida ao ponto com batatas é obra de paciência, e verdadeiramente só a mãe é capaz, em certos casos, de fazer comer o prato todo a uma criança que se impacienta."[58] Renée não é mulher de delegar seus poderes porque pensa que só o instinto materno é um guia infalível no exercício desse ofício, e que esse verdadeiro sacerdócio é o dever e a razão de ser da mulher. As que se furtam a ele são portanto mães más: "nem criadagem numerosa, nem ama inglesa podem dispensar a mãe de estar presente, em pessoa, no campo de batalha."[59]

Notas de rodapé:

[57] *Id. Ibid., p. 236 (grifo nosso).*

[58] *Id. Ibid., p. 237.*

[59] *Id. Ibid.*

Fim das notas de rodapé.

Embora Renée reconheça "que a esquecida, nesta casa, sou eu", a felicidade de seus filhos basta à sua. Melhor, é a única condição desta. É por isso que Balzac põe na boca de outra heroína sua, Louise, que não tem filhos: "uma mulher sem filhos é uma monstruosidade; não fomos feitas senão para ser mães."[60] Renée não é, portanto, considerada uma feliz exceção ou uma santa. Ela é "a norma" que toda mulher deve imitar para obedecer à sua natureza. Impossível trapacear, delegar alguns deveres, ser mãe uma parte do dia, e a outra não. Se não se deu tudo, não se deu nada. A mulher que assim age, diz Brochard, "é indigna do doce nome de mãe".[61]

Essa profunda mudança de mentalidade teve dois tipos de conseqüências. Permitiu a muitas mulheres viver sua maternidade com alegria e orgulho, e encontrar a realização numa atividade doravante prestigiada e considerada útil por todos. Não só a mulher tinha uma função determinada, mas cada uma parecia insubstituível. Sob esse aspecto, a dignificação da maternidade permitiu às mulheres exteriorizar um aspecto essencial de sua personalidade, e a obter com isso, por acréscimo, uma consideração que suas mães jamais haviam desfrutado.

Por outro lado, os discursos tão peremptórios e autoritários pronunciados sobre a condição materna criaram em outras mulheres uma espécie de mal-estar inconsciente. A pressão ideológica foi tal que elas se sentiram obrigadas a ser mães sem desejá-lo realmente. Assim, viveram sua maternidade sob o signo da culpa e da frustração. Talvez tenham feito o máximo esforço para imitar a boa mãe, mas, não encontrando nisso a própria satisfação, estragaram sua vida e a de seus filhos. Aí está, provavelmente, a origem comum da infelicidade e, mais tarde da neurose, de muitas crianças e de suas mães. Mas os pensadores do século XIX, demasiado prisioneiros de seus postulados, não entraram nessas considerações. Os do século XX, como veremos, não foram muito mais sutis...

Notas de rodapé:

60 Carta XLIII, p. 230.

[61] Brochard, De 1'amour maternel (1872), p. 15.

Fim das notas de rodapé.

255

AMPLIAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES MATERNAS

Seguros de suas certezas, os ideólogos do século XIX, aproveitaram a teoria da mãe "naturalmente devotada" para estender mais ainda as suas responsabilidades. À função nutritícia, acrescentaram a educação.[62] Explicaram às mulheres que elas eram as guardiãs naturais da moral e da religião e que da maneira como educavam os filhos dependia o destino da família e da sociedade. E o povoamento do céu!

A mãe educadora

O doutor Brochard traduziu muito claramente essa idéia, quase obsessiva no século XIX: "Pudesse eu demonstrar que o amor materno, que se liga de maneira tão íntima às necessidades do recém-nascido, liga-se de maneira não menos estreita aos interesses sagrados da família e da sociedade."[63]

O amor materno não consiste apenas, para a mulher, em amamentar o filho; consiste sobretudo em bem educá-lo. Ora, a verdadeira educação, é a mãe quem deve dar.

A educação tem um sentido mais amplo do que a instrução. É antes de tudo transmissão dos valores morais, enquanto a instrução visa à formação intelectual.) O século XIX parece redescobrir, depois de Fénelon e Rousseau, que essa tarefa importante cabe à mãe, pois só é bom educador aquele, ou melhor aquela, que conhece perfeitamente o "terreno" das operações. "Para educar uma criança, é preciso estudar seus gostos e suas aversões; avaliá-la tanto nas brincadeiras como no seu trabalho; acompanhá-la com um instinto esclarecido nas ações aparentemente indiferentes, e que muitas vezes fazem reconhecer os meios preferíveis para conduzi-la."[64] Só a mãe pode corresponder a esse retrato-robô, pois mesmo a preceptora mais escrupulosa jamais poderia experimentar esse instinto.

Notas de rodapé:

[62] Tema já presente no Émile.

[63] Brochard, De 1'amour maternel, p. 4.

64 [M]A.P. Théry, Conseils aux mères (1837), p. vii (grifo nosso).

Fim das notas de rodapé.

256

Com maior razão ainda deve-se desconfiar da escolha de um mestre particular, "a quem faltará esse tato, esse precioso instinto de mulher".[65]

Decididamente, nenhuma outra pessoa que a mãe pode pretender o título de educadora, conceito feminino por excelência. É o "instinto materno", por outros chamado de "gênio materno",[66] que guia infalivelmente as mulheres em sua tarefa de educadora, e "lhes inspira essas precauções salutares de que cercam as crianças.. que lhes faz ler nessa alma que se ignora a si mesma e lhes sugere sem esforço os recursos primitivos da educação".[67] É ele que provoca na mãe uma dedicação, uma paciência e um amor sem limites, condições necessárias e suficientes a uma boa pedagogia moral. "Sim, é aos lábios da mãe, que cobre essas frontes puras de ternas carícias, que compete ensinar as primeiras lições da piedade", diz Dupanloup.[68]

A mãe passa, portanto, a ser considerada como "a mentora por excelência",[69]"o primeiro e mais necessário educador".[70] E, uma vez que a natureza quis assim, ela não se pode furtar aos seus deveres. Aliás, como poderia uma verdadeira mãe hesitar, um instante sequer, em assumir essas novas responsabilidades? A educação moral do filho é a mais nobre tarefa que ela pode sonhar exercer. Fénelon, Rousseau ou Napo-leão já o haviam dito, mas talvez não tivessem tido suficiente persuasão. Nos séculos XIX e XX, não se economizam adjetivos e superlativos.

Notas de rodapé:

[65] Id. Ibid.

[66] Padre Didon, Le role de Ia mère dans 1'éducation des fils, 1898, p. 11.

[67]A.P. Théry, op. cit., p. 1.

[68] Mons. Dupanloup, De 1'éducation, livro II, p. 178 (13. ed., 1908).

69 LA. Martin, Éducation des mères de famille, 1834, p. 28.

[70] Padre Didon, op. cit., p. 3.

[71] Chambon, Le livre des mères, 1909, p. 5.

Fim das notas de rodapé.

257

A educação moral é "a tarefa mais elevada"[71] da mãe, "sua missão providencial",[72] "sua obra-prima absoluta".[73] Faz dela a criadora por excelência, "ao lado de quem o artista mais consumado não passa de um aprendiz".[74] Melhor ainda, governando a criança, a mãe governa o mundo. Sua influência estende-se da família à sociedade, e todos repetem que os homens são o que as mulheres fazem deles.

Num discurso pronunciado por ocasião da distribuição de prêmios de uma escola bem pensante de Paris,[75] o padre Didon expôs em 1898, ante um auditório de "boas mães", o que se deveria entender precisamente por "educação". Ela se resume em quatro palavras: iniciação, preservação, emancipação e reparação.

Num estilo de mau gosto, Didon lembra às mães que "nenhuma potência do céu nem

na terra vos deve dispensar de lhes dar o leite da Fé, da Razão e da Verdade, o leite da Consciência e da Virtude".[76] A essas palavras, ao que se relata, irrompeu um aplauso entusiástico. Em seguida, o padre exorta as mães a advertir e defender a criança contra si mesma pois, melhor do que o pai, ela é a guardiã de sua saúde moral. Finalmente, como a educação não consiste apenas em reprimir as más inclinações, o terceiro dever da mãe, e não o menor, consiste em saber emancipar a criança e em ensinar-lhe gradualmente a autonomia.

Esse tríplice trabalho materno estará concluído quando o filho tiver 18 ou 20 anos, isto é, quando for adulto. "É preciso isso, para fazer de vossos filhos homens."[77] Mas não imaginemos que a mãe fica livre, então, de toda obrigação para com os filhos. Resta-lhe uma última tarefa a realizar, tarefa que só terá fim com sua própria morte: a reparação.

Notas de rodapé:

72 Paul Combes, op. cit., p. 176.

[73] J. Van Agt, Les grands hommes et leurs mires, 1958, p. 132-134.

[74] Padre Didon, op. cit., p. 4.

[75] A escola Saint-Dominique, rua Saint-Didier, Paris, XVI. Padre Didon, op. cit., p. 7.

77 Didon, op. cit., p. 21-22.

Fim das notas de rodapé.

258

"Não podeis pensar, ó mães, que vossos filhos emancipados e livres, dando os primeiros passos na vida e travando seus primeiros combates, não receberão na batalha golpes e ferimentos."[78] Cabe às mães consolá-los, estimulando-os, em suma,..reparando-os'."[79] Salvas de palmas, que provam que as mães cristãs (e que mãe não o era, então!) estavam de acordo com a ideologia do devo-tamento absoluto que lhes propunha o padre Didon. Mesmo que, na verdade, elas não se sentissem inteiramente capazes de ser o que se queria que fossem, compreendiam e aprovavam o programa ideal que lhes era traçado. Queriam sinceramente aproximar-se do modelo perfeito. Ora, este tendia a nada menos do que fazer da mãe uma santa.

Para começar, ninguém poderia pretender ao título de boa mãe se não encarnasse ao mesmo tempo a virtude, a bondade, a coragem e a doçura. "Modelo vivo"[80] para o filho, a mãe deve dar a todo momento o bom exemplo. "Inspirai-lhes o amor ao trabalho mantendo-vos sempre ocupadas.. Não aparecei sempre aos vossos filhos como impulsivas e caprichosas.. guardai e irradiai à vossa volta a serenidade."[81] A mãe "inspira" a virtude e a faz amar, mais do que a ensina. Sua "missão é uma influência".[82] É por isso que, à medida que avança em idade, a mãe deve aperfeiçoar-se incessantemente e "crescer em bondade".[83] O mau humor lhe é proibido se quiser conservar o apego dos filhos já crescidos e tornar-se agradável aos genros e noras. "Sois vós, ainda desta vez, que deveis ser a graça apaziguadora do lar."[84]

Antes, porém, de chegar a essa etapa, a boa educadora será aquela que souber despertar uma confiança total do filho, ao mesmo tempo que exerce sobre ele uma vigilância absoluta.

Notas de rodapé:

[78] Id. Ibid., p. 22.

[79] Id. Ibid.

[80] J. Van Agt, Les grands hommes et leurs mères, 1959, p. 129.

[81] E. Montier, op. cit., p. 82.

[82] P. Combes, Le livre de la mère, 1908, p. 162.

[83] Id. Ibid., 1908, p. 162.

[84] E. Montier, op. cit., p. 14.

Fim das notas de rodapé.

259

Numa época em que ainda se acredita na inocência infantil, e as más influências são tão temidas quanto a peste, a vigilância, para não dizer a espionagem, torna-se a primeira virtude da educadora. Para isso, a mãe deve ter acesso, por qualquer meio, aos segredos e à intimidade dos filhos. A época da puberdade, como se pode supor, é a mais crucial. Mais do que nunca, "a vigilância materna deve estender-se a tudo".[85] Aos amigos, aos livros e às roupas.

-------Durante séculos, formara-se o hábito de afastar as filhas das mães para completar-lhes a instrução nos colégios, e de exilá-las nos conventos a fim de aperfeiçoar essa educação. Quando os conventos foram fechados, na Revolução, instituiu-se o costume de conservar as meninas em casa, cabendo à mãe a obrigação de lhes ministrar os rudimentos da fé e do saber. Enquanto as exigências nesse setor continuaram modestas, não houve maior preocupação com a formação intelectual das mães. Chegou, porém, o momento em que novas aspirações se fizeram sentir. A burguesia rica, lembrando-se de Fénelon ou Fleury, aspirava a ver suas filhas melhor instruídas para serem mães e esposas mais agradáveis. A burguesia necessitada considerou que a instrução das moças podia representar um capital e complementar o dote, dando-lhe a única possibilidade "honesta" de ganhar a vida. Essa dupla motivação da educação das moças foi muito bem compreendida por L. Sauvan, inspetor a das Escolas Comunais de Moças da Cidade de Paris, em 1835: "É um dever da família não deixar as filhas ignorantes, tendo em vista seu futuro papel de mãe e de esposa, e é um direito para aquela que, não encontrando no lar o pão cotidiano, deve viver de seu trabalho ou de seu talento."[86] O único ofício que uma mulher podia exercer sem desdouro era o de professora, que fazia dela uma "mãe espiritual".

Notas de rodapé:

[85] P. Combes, op. cit., p. 127.

[86] Curso normal de professoras primárias, 1835, citado por G. Fraisse; "La petite filie, sa mène, son institutrice", Les Temps Moderns, maio de 1976, p. 1967.

Fim das notas de rodapé.

260

Durante muito tempo, considerou-se a escola, no caso das meninas, um recurso apenas adotado à falta de melhor: cabe às mães ensinar-lhes tudo o que é “necessário e útil saber como mães, donas-de-casa e mulheres de sociedade".[87] Fazer delas futuras mulheres "atentas, ponderadas e laboriosas". Infelizmente, constata Dupanloup, a educação moral, apenas, nem sempre realiza esse tríplice objetivo. "A triste verdade.. é que a educação, mesmo religiosa, raramente proporciona às moças o gosto sério do trabalho."[88]

Como homem de seu século, ele pensa que o trabalho é a condição de todas as virtudes. Procura então demonstrar que a educação intelectual da mulher é uma garantia essencial de sua moralidade. Formada desde a infância, ela conservará o gosto das ocupações sérias. "Tudo na casa e no interior do lar, ficará então melhor."[89] Melhor ainda, o trabalho intelectual tem a vantagem de conservar as mulheres dentro de casa: "Sem fazê-las sair de casa, ele as faz sair de si mesmas e de suas preocupações."[90] Condenam-se sua futilidade e sua coqueteria, mas "não se obriga a mulher que tem gostos sérios a escondê-los ou a justificá-los de todas as maneiras, como se fossem um erro?".[91] Não obstante, "a união não se pode conservar num lar se a comunidade das inteligências não vem completar a dos corações".[92]

A inteligência das mulheres é portanto uma das condições de longevidade do casamento. Mas é sobretudo a condição de uma melhor maternidade.

Notas de rodapé:

87 Mons. Dupanloup, De la haute éducation, 1866, p. 9.

88 Mons. Dupanloup, Femmes savantes et femmes studieuses, 1867, P- 29.

89 Mons. Dupanloup, De la haute éducation, p. 12-13.

90 Id. Ibid., p. 11.

91 Femmes savantes et femmes studieuses, p. 20.

92 Femmes savantes..., p. 39.

Fim das notas de rodapé.

261

Uma mulher instruída será uma mãe mais completa e uma melhor educadora, particularmente para a filha, a quem transmite o essencial do seu saber. Mas, quer ela seja a única mestra da filha, ou a auxiliar dos estudos do filho, Dupanloup a considera "a mestra natural, necessária e providencial dos filhos".[93] Mesmo que ela contrate uma professora ou um preceptor para se ocupar de seus filhos "deve conhecer a essência desse ofício melhor do que eles, poder fiscalizá-los, dirigi-los e, se necessário, suprir-lhes as deficiências".[94]

Mais uma vez, lembra-se à mulher que a maternidade não consiste apenas em dar à luz os filhos. A função de mestra acrescenta-se à de procriadora, lactante e educadora. É ela quem

deve transmitir as primeiras e fundamentais lições da língua materna, da geografia, da história, "que nenhuma outra boca pode dar tão bem quanto a da mãe".[95] Enquanto os filhos não vão para o colégio, ela pode se fazer de preceptora, ajudá-los a estudar e iniciá-los no latim. Mais tarde, poderá decidir, juntamente com o marido, sobre a educação do filho. Mais ainda, poderá substituir um marido demasiado ocupado com seus negócios, e combater a influência por vezes nociva da escola. Professora de seu filho, será igualmente sua inspiradora, sua conselheira e sua confidente.[96]

Para a filha, fará ainda mais. A necessidade de uma melhor educação para as meninas, a desconfiança em relação à escola, o nível considerado medíocre dos estabelecimentos que lhes são destinados, despertaram em muitas mulheres, que tinham meios para isso, uma verdadeira vocação de professoras particulares.

Foram estimuladas pela criação de cursos secundários para meninas, que só funcionavam com a estreita colaboração das mães das alunas. [97]

Notas de rodapé:

[93] *De Véducation, livro II, p. 163.*

[94] *Femmes savantes..., p. 38.*

[95] *De la haute êducation, p. 7.*

[96]*Femmes savantes... p. 38: "Ela lhe indicará os bons autores, fará com que despreze os livros maus e perigosos..."*

[97] *Esse novo método de ensino importado da Inglaterra pelo padre Gaultier no fim do século XVIII alcançou grande sucesso no reinado de Luís Filipe, nos meios abastados da capital. As alunas eram chamadas uma vez por semana e interrogadas sobre o trabalho semanal. A mãe, ou uma professora particular, acompanhava a menina, assistia as aulas e lhe servia de orientadora entre as duas reuniões hebdomadárias. Esse método de trabalho sobreviveu em Paris até nossos dias, e os que conheceram um desses cursos destinados às filhas da grande burguesia sabem o quanto a emulação ente "mães" suplantava a existente entre suas filhas. Os resultados obtidos a cada semana pelo rebento eram prova definitiva do trabalho e da consciência materna.*

Fim das notas de rodapé.

262

Mas nem todas essas mães de boa vontade tinham instrução suficiente para serem orientadoras competentes. Para atender a essa nova necessidade, criaram-se escolas destinadas a ajudar as professoras que se preparam para seus exames e "as mães que orientam e acompanham a educação das filhas".[98]

Esse fenômeno parisiense estendeu-se pelas províncias no Segundo Império. É certo que visava apenas a um público essencialmente burguês e aristocrático, mas não é menos significativo da evolução do papel materno. O conceito de "mãe professora" impôs-se junto a todas as que tinham meios para pretender desempenhar tal função.

Em 1864, Hippolyte Carnot defendia ainda a educação materna.[99] Parece fora de dúvida que as boas mães são "professoras natas".[100]

Notas de rodapé:

[98] Gérard, citado por F. Mayeur, op. cit., p. 68: tal foi o objetivo do curso normal gratuito fundado em 1832 por Lourmand, ou daquele criado por Adeline Désir. Já em 1820, Lévi-Alvarès criara os "cursos de educação materna" que gozaram de grande sucesso durante quase um século, já que reuniam cerca de 400 mães de família.

[99] Ibid., p. 108: "A idéia da mãe-professora ou apenas orientadora sobreviverá por muito tempo." Atestam essa constância as numerosas reedições de obras que se propunham ajudar as mães a instruir a filha em casa. Assim Véducation maternelle, simples leçons d'une mère à ses enfants, por Madame A. Tastu, reeditado sete vezes até o fim do Segundo Império; ou ainda o livro de L. Aimé-Martin, De Véducation des tnères de famille ou de la civilization du genre humain par les femmes, que teve oito reedições de 1834 a 1883.

100 p Pécaut, diretor da Escola Normal Superior de Fontenay-aux-Roses (1871-1879), citado por G. Fraisse, op. cit., p. 1969.

Fim das notas de rodapé.

A tal ponto, dizia-se, que as duas palavras são sinônimas: "A vocação da mulher resume-se em duas palavras: mãe de família e professora." Esses dois tipos reduzem-se a um só: "a mãe deve ser a primeira professora dos filhos, e a professora não poderia ter ambição mais nobre do que a de ser mãe para seus alunos."[101] Aliás, a escola materna criada em 1848 tem por função remediar a maternidade deficiente das mulheres obrigadas a trabalhar. Como a mãe, a professora se impõe pela ternura e pelo amor. Como a mãe, deve dar, em primeiro lugar, o bom exemplo, e suscitar nas crianças o desejo de imitá-la. Mãe e professora profissional visam a um mesmo objetivo: formar uma menina que se torne por sua vez uma boa mãe, educadora e professora. A educação das mulheres nem sempre tem sua finalidade em si mesma. Não se deve, sob nenhum pretexto, distrair a futura mulher de seus deveres naturais, proporcionando-lhe um saber gratuito e abstrato que lhe desenvolveria o orgulho, o egoísmo e o desejo de utilizá-lo para fins pessoais. Tal era o temor dos adversários de Dupanloup e de todos os que se opunham à instrução das mulheres.

Houve toda espécie de nuança, entre os mais reacionários, como Joseph de Maistre e os republicanos, entre os que pensavam que uma mulher ignorante era mais facilmente dirigida e os que desejavam que ela soubesse "raciocinar, julgar e comparar". Entre os que buscavam para esposa uma "menina" submissa e os que desejavam uma colaboradora e uma confidente. Todos, porém, partilhavam o medo de viver com "sabichonas" e "preciosas", essas terríveis mulheres que só se guiam pela própria cabeça, esquecendo os deveres sagrados da família.

Não obstante, no último terço do século XIX, os partidários da limitação do saber

feminino foram submergidos pelos defensores da escola leiga, que queriam subtrair a qualquer preço as mulheres da influência da Igreja.

Nota de rodapé:

[101] P. Goy, Discurso pronunciado na Escola Normal Feminina de Sainte-Foy (1868), citado por G. Fraisse, p. 1969.

Fim da nota de rodapé.

264

A lei Camille Sée, que instituiu o ensino secundário para as moças em dezembro de 1880, respondia a essa preocupação republicana que unia Michelet, V. Duruy e Jules Ferry. Em seu discurso de 10 de abril de 1870, J. Ferry o dissera claramente: "há hoje uma barreira entre a mulher e o homem, entre a esposa e o marido... uma luta surda mas persistente, entre a sociedade de outrora.. que não aceita a democracia moderna (as mulheres) e a sociedade que procede da Revolução Francesa (os homens)... aquele que controla a mulher controla tudo, em primeiro lugar porque controla a criança, depois porque controla o marido... É por isso que a Igreja quer conservar junto de si a mulher e é também por isso que a democracia deve conquistá-la."[102]

No espírito dos republicanos, o combate em favor da instrução feminina decorria mais de uma estratégia anticlerical do que de uma vontade de dar às mulheres os requisitos de sua autonomia. Sua educação leiga devia aproximá-las dos homens sem perturbar as antigas estruturas familiares. Continuava-se a reprovar aquelas que desejavam explorar por conta própria sua bagagem intelectual e se recusavam a se limitar ao modelo estabelecido. Chamadas de pedantes, seu físico ou suas aspirações eram objeto de zombaria. A opinião dominante era tão hostil às mulheres que se dedicavam a estudos prolongados, ou às que buscavam "fazer carreira" (na medicina ou no ensino superior, por exemplo), que a maioria'restringia-se voluntariamente a uma "honesta mediocridade".

Às vésperas da guerra de 1914, o ideal feminino não sofrerá grande modificação, como o mostra o discurso de R. Poin-caré na inauguração de um liceu feminino em Reims: "Não desejamos, para a maioria delas, que esse sonho (a carreira) se torne uma realidade.. Não é para o pretório ou para o anfiteatro que buscamos orientar a atividade da maior parte de nossas alunas:

Nota de rodapé:

[102] Texto citado por F. Mayeur, op. cit., p. 139-140.

Fim da nota de rodapé.

265

nosso objetivo... que elas permaneçam filhas afetuosas, e se tornem mais tarde esposas devotadas e mães zelosas."[103]

Toda uma literatura romanesca vem corroborar essa opinião amplamente difundida. Por

exemplo, um dos romances de Colette Yver, publicado em 1908 sob o título eloqüente de Les Cervelines.

A "Cerveline" é uma jovem estudante de medicina, muito brilhante, demasiado brilhante para o gosto de seu chefe de clínica, que está apaixonado por ela. É descrita como uma mulher belíssima cuja ambição se desenvolveu em detrimento do coração: "blindada de orgulho dos pés à cabeça.. devorada pela ambição e pelo desejo da glória."[104] A Cerveline tem toda a aparência de mulher, exceto o essencial, "o coração.. e o amor". É uma espécie de monstro, uma "feminista", diz o infeliz herói. Em oposição, a verdadeira mulher do romance é a irmã do mesmo médico, que a ele sacrificou a vida, "toma conta de sua casa, dos criados, da contabilidade da clientela".[105] A moral dessa história é que não se pode ser ao mesmo tempo uma mulher feliz e ambiciosa. As moças dessa época estavam bastante convencidas disso, pois sonhavam apenas em pôr em prática o ideal oficial da justa medida, que fazia da mulher instruída a companheira e a conselheira de seu cônjuge, uma boa dona-de-casa, uma boa mãe de família, "tão apta aos cuidados do lar quanto ao manuseio das idéias gerais".[106] Mesmo que tivessem adquirido a noção de sua independência pessoal, as mulheres buscavam ainda a todo preço conciliá-la com seus deveres familiares.[107] Ora, como estes, e em particular os deveres maternos, não haviam cessado de se ampliar nos últimos cem anos, muitas vezes deve ter sido difícil encontrar o equilíbrio entre a independência e o altruísmo.

Notas de rodapé:

[103] Texto citado por F. Mayeur, op. cit., p. 173.

[104] C. Yver, Les Cervelines, p. 4.

[105] Id. Ibid.

[106] F. Mayeur, op. cit., p. 174.

[107] F. Mayeur, op. cit., p. 174-178, lembra uma pesquisa, feita em 1913 e publicada em VOpinion, junto a moças de 18 a 23 anos consideradas como "intelectuais". Evidencia-se claramente que todas desejam "uma felicidade tranqüila" no seio de sua futura família, mesmo que isso implicasse certa abdicação de suas ambições pessoais, "abdicação voluntária... cheia de dignidade".

Fim das notas de rodapé.

266

A IDEOLOGIA DO DEVOTAMENTO E DO SACRIFÍCIO

Em sua maioria, os ideólogos quiseram resolver o dilema em detrimento da independência. À medida que a função materna se abrangia novas responsabilidades, repetia-se cada vez mais alto que o devotamento era parte integral da "natureza" feminina, e que nele estava a fonte mais segura de sua felicidade. Se uma mulher não se sentia dotada de uma vocação altruísta, fazia-se apelo à moral que lhe impunha o sacrifício. Essa infelicidade deve ter sido mais

freqüente do que queria admitir, pois em fins do século XIX e princípios do século XX já não se falava mais da maternidade senão em termos de sofrimento e de sacrifício, deixando-se, por lapso ou esquecimento voluntário, de prometer a felicidade que devia ter sido a sua decorrência natural.

Masoquismo natural.. ou obrigatório

Madame Roland havia desenvolvido longamente o tema do sofrimento natural à mulher e de seu masoquismo. Em 1859, Michelet retomara a mesma idéia: a mulher é feita tão-somente para ser mãe e amar os sofrimentos que acompanham sua vocação. Mais tarde, o tom dos moralistas e dos "feminólogos" ficou mais nuançado. É certo que nunca se insistiu tanto sobre a necessidade do sacrifício materno, nem se mostrou o quanto o sofrimento da mãe era a condição da felicidade de seu rebento, mas abandonou-se quase por completo o aspecto

267

natural e espontâneo dessa atitude. Parece, portanto, que entre Rousseau e Freud, profundamente convencidos de que a essência feminina era por definição masoquista, houve um período durante o qual esse mito foi abandonado. O masoquismo natural foi substituído pela idéia de um masoquismo obrigatório.

Quando Ida Sée, representativa do estado de espírito que reinava no início de nosso século, escreve em conclusão à sua obra: "É na apoteose de uma maternidade esclarecida e vigilante que a mulher deve esquecer todos os sacrifícios, todas as dores, todos os sofrimentos que comporta a sua missão, e essa compensação lhe deve ser ao mesmo tempo um estimulante e uma esperança",[108] é antes uma recomendação do que a afirmação de uma certeza.

Por outro lado, E. Montier,[109] quando aconselha às mães evitar "todo excesso imprudente mesmo no devotamento, todo suicídio indireto, mesmo por espírito de sacrifício",[110] parece considerar natural o senso feminino de sacrifício, visto que lhe parece necessário fixar-lhe limites. Não obstante, sem temer as contradições, Montier muda de tom para censurar o egoísmo materno inconsciente. Muitas mães só amam os filhos por si mesmas. Culpadas de um egoísmo que desmente por si só a sua boa natureza altruísta! Montier se sente portanto obrigado a especificar seu pensamento: "Deveis sacrificar-vos a eles. Mas é preciso compreender a natureza e a aplicação dessa idéia de sacrifício. A mãe sacrifica de bom grado seu tempo e suas forças aos filhos, que são um pouco dela mesma, mas o grande sacrifício não está aí. Ele consiste no desinteresse.. em deixar que se separem de vós."[111] Ida Sée partilha esse sentimento quando lembra também com insistência que "o dever materno não comporta nenhuma fraqueza, a mãe amará portanto os filhos por eles e não por ela, porá a felicidade deles no lugar da sua".[112]

Notas de rodapé:

[108] Ida R. Sée, Le devoir maternel (1911).

[109] E. Montier, Lettre à une jeune mère (1919).

[110] Id. Ibid.

[111] Id. Ibid, p. 18-19.

[112] Ida Sée, op. cit.

Fim das notas de rodapé.

268

Essa insistência geral em falar de "deveres" da mãe tende a mostrar que as coisas não caminhavam bem por si mesmas. Por mais que se afirmasse por toda parte que "o coração da mãe é um abismo insondável de ternura, de devotamento e de sacrifício, etc."[113] essas palavras eram sempre completadas por outras, mais normativas e imperativas. Enunciava-se uma longa lista de deveres a que nenhuma mãe devia se furtar. Prova, sem dúvida, de que a natureza precisava ser solidamente respaldada pela moral! Contrariamente aos seus contemporâneos, que pensavam que o devotamento materno era a única possibilidade de felicidade para a mulher, Paul Combes lançou uma advertência mais franca às suas leitoras: "Mesmo aquelas que desempenharam a sua missão na terra com a mais rara perfeição, não devem sempre esperar obter aqui embaixo as alegrias que tinham podido esperar de sua abnegação".[114]

Esse texto tem o mérito de pôr fim ao mito da felicidade feminina no sacrifício, e de substituir claramente o tema do instinto pelo da moral. Em seguida, utilizando o vocabulário religioso, ele mostra que os sofrimentos da maternidade são o tributo pago pelas mulheres para ganhar o céu. A dolorosa virtude materna é paga a longo, longuíssimo prazo. Paul Combes, como todos os moralistas crentes, percebia perfeitamente que o sacrifício de si, mesmo feminino, não era natural e que era preciso prometer uma recompensa sublime para que as mães aceitassem fazer calar seu egoísmo a ponto de se esquecerem tão completamente quanto se lhes exigia. Essa interpretação predominou no século XIX: adquiriu-se o hábito de falar da mãe e de suas funções em termos místicos. Afirmava-se com o mesmo ardor que o sacrifício materno estava enraizado na natureza feminina e que a boa mãe era uma "santa".

Notas de rodapé:

[113] Paul Combes, Le livre de la mère, 1908.

[114] Id. Ibid. (grifo nosso).

Fim das notas de rodapé.

269

Se o sacrifício fosse tão natural assim, onde repousava o mérito que funda a santidade?

Michelet já descrevera a maternidade em termos místicos, quando evocava o aspecto "divino do primeiro olhar materno, o êxtase da jovem mãe, sua inocente surpresa de ter gerado

um Deus, sua emoção religiosa...". A mãe faz então uma verdadeira experiência mística, num intercâmbio delicioso com o filho: "antes, ele se alimentou dela; agora, é ela que se alimenta dele, absorve-o, bebe-o e come-o (como o cristão come simbolicamente o corpo de Cristo)... a criança dá a vida e a recebe, absorvendo a mãe por sua vez... Grande, enorme revelação... É um ato de fé, um verdadeiro mistério.

"Se a criança não fosse Deus, se a relação com ela não fosse um culto, ela não viveria. É um ser tão frágil que jamais teria sido criado se não tivesse tido nessa mãe a maravilhosa idólatra que o diviniza, que torna doce e desejável para si imolar-se por ele."[116]

Ao mesmo tempo natural e divina, essa relação é análoga à que une um Deus a seu "idólatra", ou um rei absoluto a seu súdito. Implica, portanto, uma diferença de consistência onto-lógica entre os dois protagonistas, que acarreta uma atitude de sujeição absoluta de um em relação ao outro. Parece "natural" a Michelet que uma mãe perca a vida[117] para salvar o filho. Entre a mãe e a criança, o século escolheu salvar a criança e imolar a mãe. Nesse sacrifício de si, a mulher encontrava ao mesmo tempo sua razão de ser e seu prazer. A mãe era de fato masoquista.

Mais tarde, deu-se maior ênfase ao aspecto religioso da função, mas dessa vez para ressaltar suas dificuldades.

Notas de rodapé:

[115] Id. Ibid., p. 9 (grifos nossos).

[116]Id. Ibid. (grifos nossos).

[117] A perda de vida não é apenas orgânica e brutal. Pode ser também uma alienação cotidiana do seu "eu".

Fim das notas de rodapé.

270

Não é boa mãe quem quer. É preciso toda uma preparação espiritual e cristã para admitir a necessidade do sacrifício, e esse esquecimento de si eleva a boa mãe acima da condição humana, espontaneamente egoísta. Ela torna-se portanto uma santa porque o esforço exigido é imenso. Mas, contrariamente às verdadeiras vocações religiosas, que são livres e voluntárias, a vocação materna é obrigatória. Todas as mães têm a mesma "missão",[118] todas devem "consagrar-se totalmente a esse sacerdócio"[119], "sacrificar sua vontade ou seu prazer para o bem da família";[120] todas, enfim, só podem encontrar sua salvação "devotando-se ao seu dever materno".[121] Esse devotamento sem limites é "a dor expiadora"[122] por excelência, aquela que permite a Eva transfigurar-se em Maria. Jamais o parto na dor foi considerado um dogma tão absoluto. Como agora o "parto" abrange todo o período de formação da criança, do feto à idade adulta, a dor materna prolongou-se na mesma medida. A maldição divina sobre Eva nunca teve um alcance tão grande como entre os cristãos do século XIX. Ao contrário de Michelet,

Dupanloup não vê aí a fonte do prazer feminino, mas sim o resgate, pelas mulheres, de seu erro ancestral: "É evidente que a mãe está destinada a um sofrimento expiatório e sagrado. Ela é grande porque sofre. E se, vendo-a, sou tomado de uma emoção religiosa, é que de todas as dores as mais pungentes da terra são para ela... É a ela que foi dito: “Parirás com dor...” Mas isso não é tudo: seus filhos, cujo nascimento lhe custou caro, é também na dor que quase sempre ela os cria."[123] A mãe cristã, como a Virgem, nova Eva evangélica, "deve carregar em sua alma, numa profundidade inesgotável, um abismo de paciência, e, em sua vida, um peso sublime de tristeza que faz da mãe do homem o doloroso e incomparável esplendor da humanidade".[124]

Notas de rodapé:

[118] Ida Sée, op. cit., p. 4.

[119] Id. Ibid., p. 18.

[120] Id. Ibid., p. 96.

[121] Id. Ibid., p.'96.

[122] Dupanloup, De Vèducalion, II, p. 150.

[123]Dupanloup, ibid., p. 156-157 (grifo nosso).

[124] Ibid., p. 159.

Fim das notas de rodapé.

271

Suas dores são a condição de sua purificação e compreende-se melhor por que ela não deve esperar recompensas neste mundo.

Mas como poderá uma mulher saber que expiou suficientemente e que se sacrificou o necessário para cumprir seus deveres maternos? A resposta lhe é dada pelo filho. Como o destino físico e moral deste depende totalmente dela, o filho será o sinal e o critério da sua virtude ou de seu vício, de sua vitória ou de seu fracasso. A boa mãe será recompensada e a má será punida na pessoa do filho. Uma vez que "o filho vale tanto quanto a mãe"[125] e que a influência desta é absolutamente determinante, só depende dela que seu filho seja um grande homem ou um criminoso.

Da responsabilidade à culpa

Essa imensa responsabilidade que pesou sobre as mulheres teve uma dupla conseqüência.

Se estavam todos de acordo em santificar a mãe admirável, estavam também em fustigar a que fracassava em sua missão sagrada. Da responsabilidade à culpa havia apenas um passo, que levava diretamente à condenação. É por isso que todos os autores que se dirigiram às mães acompanharam suas palavras de homenagens e de ameaças. Durante todo o século XIX,

lançaram-se anátemas às mães más. Desgraçada a mulher que não ama seus filhos, exclama Brochard.[126] Desgraçada aquela que não o amamenta, continua o doutor Gerard: "ela condena toda sua descendência a males horríveis, cujas conseqüências terríveis podemos apenas entrever: enfermidades incuráveis como a tuberculose, a epilepsia, o câncer e a loucura, sem contar todas as horríveis neuroses que tão cruelmente afligem a humanidade."[127]

Notas de rodapé:

[125] Ida Sée, op. cit., p. 95. Cf. também M. Chambon, Le livre des mères, 1909, p. vii: "tanto vale a mãe, tanto vale o filho".

[126]Brochard, De Vamour maternel, p. 4 e 15.

[127] Dr. Gérard, op. cit., p. 8.

Fim das notas de rodapé.

272

Desgraçadas também as mães que não instruem os filhos, deixam-nos correr pelas ruas e não lhes proporcionam uma educação religiosa, reforça Paul Combes.[128] Desgraçadas, finalmente, todas as que "traíram, negligenciaram e abandonaram suas obrigações"[129] conclui o padre Didon.

Quer o filho morra, quer se torne um criminoso, sabe-se agora a quem colocar no banco dos réus. Já não é mais, como outrora, o pai quem comparece para responder pelos erros do filho, é a mãe que se convoca, hoje, para se explicar.

O advogado H. Rollet, que prefaciou o livro de Ida Sée, não teve medo de afirmar: "Na qualidade de advogado das crianças, depois de ter estudado mais de vinte mil processos (!) de menores delinqüentes ou criminosos, temos certeza de que a criminalidade juvenil é quase sempre a conseqüência, seja da ausência da mãe no lar, seja da sua incapacidade ou de sua indignidade; por outro lado, temos a mesma certeza de que se fazemos um pouco de bem em nossa vida, é à nossa querida..mamãe' que devemos a inspiração para isso."[130]

RETRATOS DE MÃES MÁS

"Ausente, incapaz ou indigna", tal é a outra mulher de que devemos falar agora. Ela é o inverso da boa mãe que acabamos de descrever. Entre esses dois personagens, não há nenhum intermediário possível. Fiel à lógica do terceiro excluído, o século XIX não pode conceber mães que sejam boas ou más pela metade. Entre a santa e a cadela, permanece um abismo intransponível.

Notas de rodapé:

[128] P. Combes, op. cit., p. 95.

[129] Padre Didon, op. cit., p. 3.

[130] Prefácio de H. Rollet ao livro de Ida Sée, p. V (grifos nossos).

Fim das notas de rodapé.

273

A indigna

O primeiro tipo de "madrasta natural" (mãe de sangue que se comporta como uma madrasta), a "pior" de todas é a que não ama o filho e não lhe manifesta o menor carinho. Os literatos do século XIX fizeram descrições variadas dessas mulheres "monstruosas". A maior parte deles nos deu o ponto de vista da criança infeliz, sem buscar as motivações da atitude materna.[131] Balzac foi exceção, ao descrever o drama de Julie d'Aiglement, a célebre "mulher de trinta anos". É ela quem interessa ao escritor, e não a filha, Hélène, que teve de um homem que não amava. Pois Balzac quer ao mesmo tempo compreender o mecanismo psicológico que impede uma mulher de amar seu filho (o que aconteceu com a sua própria mãe) e criticar a "prostituição legal"[132] que é o casamento no século XIX.

Julie d'Aiglement confia seus tormentos a um padre e lhe expõe, nessa ocasião, a teoria da dupla maternidade: da carne e do coração. Hélène, sua filha, é apenas uma filha da carne, que condena a mãe, que não a ama, "à falsidade... de caretas constantes.. para obedecer às convenções".[133] Como amar essa menina, "criação frustrada.. filha do dever e do acaso"[134] que só lhe recorda um marido desprezado? Julie realiza todos os gestos esperados de uma boa mãe, mas tem pressa de que termine a sua obrigação materna: "quando ela não precisar mais de mim, tudo estará concluído: desaparecida a causa, cessarão os esforços."[135] Julie sonha com o dia em que a filha a deixará para sempre. Contrariamente à verdadeira mãe boa, que se sente ainda mais unida ao filho pela dedicação e pelos sacrifícios, Julie considera tais coisas como imposições insuportáveis que a distanciam ainda mais de Hélène. [136]

Notas de rodapé:

[131] Isso não acontecerá mais no século XX, com a interferência da psicanálise.

[132]Balzac, La femme de trente ans, p. 16 (col. Folio).

[133] Id. Ibid., p. 166.

[134] Id. Ibid., p. 167.

[135] Id. Ibid., p. 167.

[136] Ibid., p. 169: para ela a criança é uma negação. "Sim, quando Hélène fala comigo, eu desejaria que ela tivesse outra voz; quando me olha, desejaria que tivesse outros olhos... Ela me é insuportável! Sorrio-lhe, procuro compensá-la dos sentimentos que lhe roubo. Sofro!... E passaria por uma mulher virtuosa!"

Fim das notas de rodapé.

274

Aliás, a criança não se deixa enganar pelos falsos sentimentos da mãe, pois o amor não se imita.[137] E a mãe que se sente culpada no tribunal de sua filha, teme que o ódio se interponha

um dia entre elas.[138]

O padre, aterrorizado com tal monstruosidade, encerra a entrevista com estas palavras: "Seria melhor para a senhora estar morta. [138]

A falta de amor é portanto considerada como um crime imperdoável que não pode ser remido por nenhuma virtude. A mãe que experimenta tal sentimento é excluída da humanidade, pois perdeu sua especificidade feminina. Meio monstro, meio criminosa, tal mulher é o que poderíamos chamar de "erro da natureza". Não obstante, na coleção das mães indignas, Julie está longe de ser a pior. Embora não ame a filha, e esse é o crime essencial, pelo menos aparenta amar, pois sabe o valor absoluto do amor. Finge-se de mãe carinhosa, beija a filha e lhe sorri, mesmo a contragosto. Outras mães não se dão esse trabalho e deixam aparecer brutalmente sua indiferença, sua crueldade ou seu ódio.

Madame Vingtras, mãe de Venfant de Jules Vallès, é daquelas que fizeram da dureza e da ausência de afeição um método de educação. Camponesa pobre, casada com um modesto inspetor de colégio, sonha fazer do filho, Jacques, um "Senhor" e formar um homem perfeitamente senhor de si.

Notas de rodapé:

[137] Ibid., p. 169: "Há olhares, uma voz, gestos de mãe cuja força molda a alma das crianças; e minha pobre menina não sente meu braço tremer, minha voz faltar, meus olhos se enternecerem... Ela me lança olhares acusadores que eu não sustento."

[138] Esperança vã! A filha e a mãe odiar-se-ão quando Hélène tiver matado o filho querido e adulterino de Julie, assassínio que aparece como a punição divina de uma mãe maldita.

[139] Ibid., p. 171.

Fim das notas de rodapé.

275

A intenção parece boa, mas o rigor inflexível de que ela dá prova desmente a existência da menor ternura materna. Os sofrimentos, as humilhações e as violências que impõe ao filho provam sua extrema insensibilidade e a incluem ao mesmo tempo na categoria das mães malvadas.

As primeiras palavras de Vallès são célebres e bastam para nos informar sobre o personagem de Madame Vingtras: "Terei sido amamentado por minha mãe?.. Não tenho a menor idéia. Qualquer que seja o seio em que mamei, não me recordo de uma única carícia da época em que eu era pequeno: não fui amimado, acariciado, beijado; fui muito espancado. Minha mãe diz que não se deve estragar as crianças, e me surra todas as manhãs; quando não tem tempo pela manhã, é ao meio-dia, raramente depois das quatro horas."[1]40 O resto do livro é do mesmo calibre. Todos os gestos maternos são marcados pela dureza, senão pelo sadismo. A mãe o alimenta de cebolas, que lhe provocam vômitos, e transforma o banho trimestral numa sessão de

torturas. Para ela, o filho não é "Jacques", mas o "inútil", o "esquisito", o "quebra-tudo", o "preguiçoso", o "orgulhoso", o "insolente", o "brutal". Enfurece-se quando ele se machuca ou adoece. Não importa o que faça, a criança é culpada de tudo.

Mesmo que a sociologia e a psicanálise nos ajudem a compreender seu comportamento, Madame Vingtras personifica a mãe malvada e se une a Mesdames Lepic e Fichini no museu literário das mulheres indignas. E Madame Fichini[141] é apenas a madrasta de Sofia, por oposição à boa mãe de sangue, Madame de Fleurieux. Nisso, a condessa de Ségur permanece fiel ao esquema clássico. Vallès e Jules Renard foram audaciosos, fazendo da madrasta cruel e da mãe de sangue um único e mesmo personagem. Um verdadeiro escândalo para a razão do século XIX. Pois se os jovens leitores da condessa de Ségur tremem de medo ao relato das palmadas de que Sophie é vítima, recon-fortam-se pensando que a mãe natural é toda bondade e compreensão.

Notas de rodapé:

[140] J. Vallès, Venfant, 1879, p. 45 (Coleção Garnier-Flammarion).

[141] Condessa de Ségur, Les malkeurs de Sopbie (1864).

Fim das notas de rodapé.

276

Os leitores de Poil de Carotte142 já não têm esse conforto. É bem a nossa verdadeira mãe que pode manifestar sadismo, esconder o nosso urinol e nos fazer engolir a urina no dia seguinte de manhã. Madame Lepic é muito mais inquietante que a grosseira Madame Fichini, mais refinada também em sua maldade odiosa. Que foi feito, então, da sacrossanta harmonia preestabelecida entre a mãe e o filho? Gostaríamos de nos tranqüilizar, dizendo-nos que essas mulheres malvadas só existem na imaginação dos escritores. Mas não. Vallès e Renard não esconderam a origem biográfica de sua obra. Serão elas, então, exceções, como esses monstros estudados pelos teatrólogos? Nada de menos certo nesse fim do século XIX, quando descobrimos finalmente o conceito e a realidade da criança mártir, e quando se multiplicam as Sociedades Protetoras da Criança, que têm por missão proteger esses inocentes da violência de seus genitores.

A crueldade não é a única forma, nem a mais comum, de indignidade materna. Mesdames Vingtras e Lepic não são modelos imaginários, mas tampouco são representativas da "mãe má mediana". O retrato desta é menos caricatural.

A egoísta

Ela ama um pouco o filho, mas não a ponto de se sacrificar por ele. Ocupa-se dele quando lhe apraz e não segundo as necessidades reais da criança. Em relação às novas normas,

sua indignidade repousa menos em sua severidade do que em sua incapacidade educativa. Essa mulher, que não merece o apodo de madrasta, será indiferentemente designada como a..egoísta", a "descuidada" ou a "negligente". Duas categorias de mulheres são particularmente visadas por essas críticas: as das classes superiores e as mais pobres.

Nota de rodapé:

[142] Publicado em 1894.

Fim da nota de rodapé.

277

Sem distinguir entre as duas, os moralistas incriminam tanto umas quanto as outras. Assim Dupanloup, cujas palavras só se dirigem às classes abastadas, adverte as mães contra a sua preguiça e incúria educativa. Critica as que preferem freqüentar os eventos mundanos a zelar pessoalmente da educação dos filhos. Por outro lado, basta que um dos membros da família se recuse a se confinar no "interior", para que a mãe seja declarada culpada. Se o pai não volta para casa depois do trabalho e de suas ocupações, é porque a mulher não lhe sabe proporcionar um lar aconchegante e filhos bem-comportados. Se as crianças brincam na rua, como ocorre nas famílias pobres, é porque a mãe é incapaz de educá-los corretamente. Aliás, a criança que perambula pelas ruas é, aos olhos dos moralistas e dos filantropos, o sinal mais evidente de uma família mal conduzida e, portanto, de uma mãe indigna. Em 1938, ainda, Albert Dussenty escrevia em sua tese de direito: "a criança na rua, o vagabundo futuro ladrão, transforma-se nisso, na maioria dos casos, por culpa dos pais."[143] E por culpa da mãe em primeiro lugar, pois é ela que é a polícia na família, esperando-se que vigie constantemente os atos e os gestos dos filhos.

Entre as que desprezam a obrigação de vigiar figuram a trabalhadora e a apaixonada. Foi sobretudo esta última que despertou o interesse da literatura. Alphonse Daudet descreveu-a sob os traços de uma cortesã,[144] Ida de Barancy, mãe de um pequeno bastardo, Jack. Desde o início do romance, Daudet insiste na "origem duvidosa" que é ao mesmo tempo indício da imoralidade materna e a causa dos infortúnios futuros da criança. A ilegitimidade de um filho concebido fora do matrimônio é a prova certa, aos olhos dos contemporâneos de Daudet, da fraqueza e da frivolidade femininas. Traços esses que não convém à boa mãe, por definição "honesta", e que põe seus deveres acima do seu prazer.

Notas de rodapé:

[143] "Le vagabondage des mineurs", citado por P. Meyer em Venfant ef la raison d'état, Paris, Le Seuil, 1977, p. 24.

[144] Alphonse Daudet, Jack, 1876.

Fim das notas de rodapé.

278

Como previsto, Ida de Barancy é uma criatura leviana e sentimental, que tem pelo filho

um amor que não se elevará até o heroísmo do devotamento. Enquanto ele é pequeno, conserva-o junto de si, envolve-o com seu luxo e sua alegria. O menino é feliz, reconhece Daudet, mas mal-educado. O drama só começa realmente com a separação entremãe e filho, quando ela resolve colocá-lo num internato, e o esquece pelos braços de um amante que não descansou enquanto não se livrou dele, enviando-o para trabalhar numa fábrica.

Vê-se que Ida de Barancy concentra em sua pessoa todos os erros maternos: filho ilegítimo, falta de educação e de seriedade, afastamento do filho num internato, abandono e, por fim, perda da posição social. O menino acabará operário por culpa da mãe, o que representa uma verdadeira decadência do ponto de vista social. Aos olhos dos moralistas que põem a virtude acima do amor, ela é ainda mais culpada do que Madame Vingtras, que pecava por excesso de rigidez e não por negligência, mais por ignorância pedagógica do que por egoísmo.

A trabalhadora

Quaisquer que sejam os seus motivos, o trabalho feminino é condenado pelos moralistas, que mal admitem que ele possa ser uma necessidade vital. O doutor Bertillon afirma que "a esposa não deve ser primeiro operária, comerciante, camponesa ou mulher de sociedade; ela deve antes de tudo ser mãe".[145] Ma Sée pensa da mesma maneira: "o destino da criança, a felicidade da família dependem muito mais de sua presença constante do que do ganho produzido por seu trabalho fora de casa."[146]

Notas de rodapé:

[145] Citado pelo Dr. Brochard in De la mortalité en Trance (1866), P- 4.

[146] Ida Sée, op. cit., p. 16 (grifo nosso).

Fim das notas de rodapé.

Ela admite que "as viúvas, as abandonadas e as traídas" tenham necessidade de trabalhar para sobreviver, mas acrescenta imediatamente que seus filhos são as vítimas dessa dura necessidade. Preconiza, portanto, que a sociedade remunere a mãe para que fique em casa...

Ida Sée lembra constantemente que uma mulher que se casa deve "abdicar da pretensão de prover sozinha às suas necessidades",[147] sob pena de sacrificar seu filho. Condenando em bloco as que trabalham, afirma que "para a operária e a artesã, o filho é um novo fardo que não desejaram nem quiseram.. E muitas delas não têm qualquer idéia do dever materno".[148] Considerando os flagelos sociais que corroem a raça e as degenerescências provocadas pelo trabalho feminino, nossa moralista não está longe de desejar a esterilização dos pobres: "é certo que se podem admitir as teorias que restringem a natalidade." Mas a cristã recobra o domínio de

si mesma e acrescenta: "é obra mais elevada lembrar à mulher seu dever de mãe."[149]

Em contrapartida, Ida Sée não esconde seu ódio à mãe que não pode justificar seu trabalho por nenhuma necessidade vital. É o caso das intelectuais, que são seu alvo preferido. Todas as que desejam fazer estudos superiores em vez de se consagrar "à ciência doméstica" e à puericultura, a perturbam: "Confessaremos que temos medo dessas moças, que elas nos inquietam mais do que as coquetes, as estouvadas, mais até do que as ignorantes.."[15]0 Essas pessoas desdenham a criança e "prometem ser mães inconscientes para quem o filho é um fardo.. Talvez até prenunciem essas mães estéreis que, na burguesia, na aristocracia, e agora mesmo entre o povo (não haverá nisso uma contradição com o desejo reprimido do mal-thusianismo dos pobres?) proclamam seu direito de se subtrair às provações da maternidade que... condena à dificuldade..."[151]

Notas de rodapé:

[147] Id. Ibid., p. 17 (grifo nosso).

[148] Id. Ibid., p. 18.

[149] Id. Ibid., p. 19.

[150] Id. Ibid., p. 5.

[151] Id. Ibid., p. 5.

Fim das notas de rodapé.

280

Essas argumentadoras, essas calculistas, essas feministas são grandes culpadas que "amenizam o casamento, profanam o amor, desagregam a família".[152] Para combater essa decadência, "é preciso educar as meninas na idéia de que toda mulher deve desejar ser mãe e que só a inclemência da sorte a condena a ser operária, contadora, professora, médica ou advogada!"1[53]

As intelectuais são mais culpadas do que as operárias: não só não têm justificativa econômica, como sobretudo recusam-se voluntariamente a restringir seu universo aos limites do lar, e circunscrever sua vida à maternidade e à casa. Essa atitude monstruosa foi considerada a fonte e a razão de todos os flagelos sociais, pois se a mulher despreza suas funções naturais, disso só pode resultar a desordem para a sociedade. Para tentar remediar o mal, Ida Sée não se contentou em glorificar a condição materna e em afirmar que só as mães tornam as mulheres respeitáveis. Procedeu também por incriminação. Sim, o trabalho feminino fazia da criança uma pequena vítima. Sim, a ausência da mãe no lar era causa de males infinitos e notada-mente da decomposição da família. Como poderia ela realizar seu primeiro e mais simples dever, que é o de cozer a sopa familiar (necessária à boa saúde) "em fogo brando?" Na casa do camponês e do

operário, fulmina Ida Sée, a sopa foi substituída por quaisquer outros alimentos não tão bons para o estômago, mas de mais rápido preparo: "a obrigação imposta à mulher de trabalhar fora impediu a sopa! e da sopa depende talvez a felicidade da família.. "[154] A acreditar nessas palavras, a sopa desprezada se vinga, desorganizando a família.

Notas de rodapé:

152 Ibid., p. 6.

153 Id. Ibid., p. 23.

154 Id. Ibid., p. 27.

155 Fim das notas de rodapé.

281

O homem que deixa de ter um lar acolhedor, abandona-o em favor "do botequim", porque sua mulher já não tem tempo para lhe preparar comidinhas saborosas. "Ele busca o flacioso consolo do álcool para atenuar os malefícios das charcutarias nocivas, dos alimentos insuficientes do restaurante ordinário, e multiplica-se o perigo.. que desorganiza e arruina!"[155]

O DECLÍNIO DO PAPEL PATERNO

O aumento considerável das responsabilidades maternas, desde o fim do século XVIII, eclipsou progressivamente a imagem do pai. Sua importância e sua autoridade, tão grandes no século XVII, entram em declínio, pois, assumindo a liderança no seio do lar, a mãe se apoderou de muitas de suas funções. Aparentemente, ninguém se queixa, pois a maioria dos textos justifica totalmente essa situação: o primado da mãe e o recuo do pai.

As justificativas

Alguns afirmaram peremptoriamente que "o pai seria de todo incapaz desse trabalho (a educação física e moral do filho) delicado",[156] mas outros procuraram explicar melhor "a evidência". M. Chambon culpava a vida social, "que se complica todos os dias e invade cada vez mais nossa vida privada. Os negócios, a política absorvem os chefes de família".[157] A competição e o excesso de trabalho impedem que sejam pais. Não têm mais o tempo, nem a disponibilidade de espírito necessária para assumir uma função educativa: "o pai que, durante todo o dia, esteve às voltas com cálculos, não pode, à noite, preocupar-se em desenvolver em seu filho a consciência moral.

Notas de rodapé:

[155] *Id. Ibid.*

[156] *Padre Didon, op. cit.*

[157] *Op. cit.*

Fim das notas de rodapé.

282

Os outros, dedicados ao trabalho científico ou literário, esforçar-se-ão por se abstrair de si mesmos; farão, ao seu dever de pai (pois existe esse dever, mesmo que não seja muito impositivo), essa concessão de se afastar de suas meditações habituais e de descer ao nível das jovens inteligências, ainda cambaleantes, de seus queridos filhos, mas o esforço, exatamente por ser um esforço, não será constante."[158] Aí está, rapidamente equacionado, o problema dos deveres paternos. Num caso, a educação moral é incompatível com o ofício do pai; no outro, é a altura de suas meditações que o impede de "descer" ao nível de seus filhos. Operários, artesãos ou funcionários não chegam a ser lembrados, como se não houvesse outros pais possíveis além do comerciante, do banqueiro, do erudito... o homem que conta ou o homem que pensa. Chambon conclui que "a educação é portanto habitualmente reservada à mãe".

Essas explicações sobre a retirada do pai não eram, porém, efetivamente convincentes. Sempre a posteriori, contentavam-se em justificar o direito pelos fatos. É ao filósofo Alain que devemos a iniciativa de uma demonstração a priori.

A demonstração

Em 1927, Alain dedicou-se ao problema dos sentimentos familiares, e procurou demonstrar (!) a distinção necessária dos papéis parentais. Para isso, procedeu primeiro à análise da "natureza" dos dois sexos, única forma de nos fazer compreender "as potencialidades e as aptidões de um e de outro".[159] "Pela estrutura e pelas funções biológicas, o papel do macho é evidentemente dar continuidade a esse trabalho de destruição, de conquista, de organização, sem o qual a nossa existência logo se tornaria impossível; caçar, pescar, empreender, construir, transportar, é o trabalho do homem."[160]

Notas de rodapé:

[158] *Chambon, op. cit. (grifo nosso).*

[159] *Alain, "Les sentiments familiaux" Cabiers de Ia Quinzaine, (1927), n. 18, série 8.*

[160] *Id. ibid. (grifo nosso).*

Fim das notas de rodapé.

283

Para compreender o sexo passivo, é preciso "observar apenas as necessidades biológicas que nunca diminuem".[161] É a formação da criança e os cuidados que se seguem ao seu nascimento que explicam, segundo Alain, "o pensamento feminino" separado da necessidade

exterior. Todo o gênio da mulher consistindo em carregar, criar a criança, seu olhar está voltado para o ninho, a interioridade. Ela é ajudada na sua tarefa por uma afetividade mais aguda que a do homem que decorre diretamente do fenômeno da gestação: "o amor materno é o único amor que decorre plenamente da natureza, porque os dois seres são no começo apenas um."[162]

Mais uma vez, é a mãe quem desempenha o papel de intermediária entre o filho e o pai, pois, segundo Alain, nada na "natureza do homem" o predispõe a relações afetivas com o filho. Este é um estranho para ele, que vive num universo de que a infância e as regras da afeição que a governam estão excluídas. Daí sua incompreensão, sua severidade e sua impaciência. Habituado a lutar com a dura necessidade exterior, não pode aceitar os caprichos, os sonhos e a fraqueza infantil que são, em contrapartida, familiares à mãe.

A FUNÇÃO PATERNA

Se a natureza criou o homem alheio à infância e fez do par mãe-filho uma perfeição em si, surge a questão de saber quais são exatamente as funções do pai. Os homens do século XIX deram a essa pergunta respostas mais ou menos matizadas, o que não impediu um certo consenso. Entre os que identificam no pai uma função importante e aqueles para quem essa função é praticamente nula, há uma posição intermediária que gozou da preferência do público.

Notas de rodapé:

[161] Id. Ibid.

[162] *Id. Ibid. (grifo nosso).*

Fim das notas de rodapé.

284

Dupanloup foi um dos que associaram constantemente o pai à obra educadora da mãe. Ele fala muito de "professores naturais" e não parece distinguir entre os educadores paterno e materno.[163] Não obstante, fica sempre no nível das proposições gerais e compreende-se mal qual é a função específica do pai, como ele participa concretamente da educação "do pensamento, da palavra, do caráter, do coração e da consciência".[164]

Mais explícito, ao contrário, é Gustave Droz, autor de um best-seller publicado em 1866: Monsieur, madame et bébé. Dirige-se aos pais e incentiva os homens a ter relações mais estreitas com o filho. Insiste na importância da afeição e dos contatos paternos e lamenta a existência de pais que não sabem ser papais, que não sabem rolar no tapete, brincar de cavalo, de lobo-mau, ou despir o filho. "Não são apenas agradáveis brincadeiras infantis que desprezam, são verdadeiros prazeres, alegrias deliciosas.. "[165]

A ambição de Droz não é tanto impor ao pai tarefas educativas, mas despertar nele um

amor, menos instintivo do que o amor materno. Para remediar uma espécie de frieza natural, ele sugere, de maneira muito moderna, o recurso aos contatos físicos e às atividades lúdicas. Assim, pensa ele com acerto, os hábitos comuns do homem e da criança reforçarão um laço naturalmente incerto. O considerável número de reedições e a tiragem desse livro mostram que muitos pais foram sensíveis a essa nova abordagem da paternidade.[166]

Não obstante, se constatamos uma aproximação afetiva entre o pai e o filho, isso não significa absolutamente que ela tenha sido generalizada, e menos ainda sentida como "obrigatória".

Notas de rodapé:

[163] "Seu dever é trabalhar por si mesmos na educação de seus filhos, sobretudo na educação primária e não afastá-los demasiado cedo da casa paterna" (De Véducation, II, p. 166).

[164] Id. Ibid., p. 172.

[165] Droz, p. 33.

[166] Legouvé confirma uma modificação de atitude em muitos pais, e constata: "vive-se mais com eles, vive-se mais para eles: seja por um aumento de previdência e de carinho, seja por fraqueza e relaxamento da autoridade" (em Les pères et les enfants du XIXe siècle, p. 1-2).

Fim das notas de rodapé.

285

Isso tampouco significa que o pai se viu realmente forçado a partilhar com a mãe as tarefas educativas. Felicitavam-se os homens de boa vontade, sem se lançar aos outros o mesmo opróbrio que recaía sobre as mães más. Pois continua presente no inconsciente coletivo a idéia de que a criação de uma criança cabe antes de tudo à mulher, de que o pai é antes seu colaborador do que seu associado em igualdade de condições e, finalmente, de que a sua participação é menos necessária, ou mais acessória.

Nada mais eloqüente a esse respeito que o "lapso" de L. A. Martin, autor de Véducation des mères de famille ou Ia civi-lisation du genre humain par les femmes, reeditado dez vezes de 1834 a 1883. Ele acrescentou, na segunda edição, de 1840, todo um capítulo sobre o papel do pai. No prefácio, escreveu: "este capítulo repara um esquecimento: mostra o papel do pai na educação dos filhos dada pela mãe."[167] Um esquecimento singularmente significativo do pensamento inconsciente do autor, isto é, da insignificância da função paterna. Se examinamos esse capítulo adicionado, observamos que começa com uma constatação negativa: "Perguntaram-nos por que não convocávamos o pai a participar da educação da criança. Nossa resposta é simples: é que no estado dos costumes, e salvo algumas raras exceções, o concurso do pai é quase impossível.. é certo que a influência do pai é uma boa coisa, quando ela é boa; mas como são raros os casos em que ela se pode exercer em toda sua plenitude! o tempo e a vontade são os dois elementos que lhe faltam."[168]

Feliz de que os pais tenham sido progressivamente despojados do despotismo e da severidade de antanho, L. A. Martin reconheceu que eles estão mais próximos dos filhos. Mas quando traça o retrato do bom pai, ficamos surpresos com a simplicidade de suas obrigações: "o papel do pai na educação de seus filhos não poderia ser nem uma aula, nem trabalho.

Notas de rodapé:

[167] Advertência à segunda edição.

168 P. 93.

Fim das notas de rodapé.

286

Que ele revele seu estado pelo seu caráter, que se empenhe em cumprir seus deveres de homem e de cidadão, que seus atos estejam sempre de acordo com suas palavras, que suas palavras expressem sempre pensamentos generosos e ele terá feito pelos filhos mais do que poderiam fazer os pedantes de todas as universidades do globo."[169] Que ele dê, portanto.., o bom exemplo, e terá cumprido o seu dever. Encarnando a esfera exterior e pública, bastará que conte regularmente o que viu e ouviu, e que o comente em família para fazer de seu filho "um homem honesto e um patriota: eis aí uma educação fácil, que em nada altera os hábitos da vida, que não exige nenhum sacrifício, que não demanda nenhum cuidado..."[17]0 À sua filha, o pai ensinará a conhecer as prerrogativas do sexo masculino e a dependência do sexo feminino! Nada, portanto, de muito trabalhoso, basta que ele se mostre e fale para ter cumprido o essencial de seu contrato.

Setenta anos depois, Ida Sée não pede mais, e talvez peça até menos. Aos seus olhos, o pai só tem dois deveres: "Manter intacta sua saúde física para transmitir aos filhos (quid as filhas?) esse bem inapreciável."[171] E, mais tarde, participar com a mãe da educação social do filho. Entre os dois, o pai nada mais tem a fazer, pois "é evidente que nos primeiros anos da vida da criança, o pai está mais distante dela, mais alheio..."172 Quando ele finalmente aparece, como digna estátua de comandante, sua mera presença e "seu exemplo são considerados decisivos na conduta do jovem".[173] Objetivamente, a função paterna é reduzida a bem pouca coisa, comparada à da mãe. Ninguém pensa realmente em se queixar disso.

Notas de rodapé:

169 p 99

[170] Id. Ibid., p. 100 (grifo nosso).

[171] Ida Sée, op. cit., p. 101.

[172] Id. Ibid., p. 41.

[173] Id. Ibid., p. 97.

Fim das notas de rodapé.

287

Nem os homens, que, no entanto, mostraram no passado suas capacidades de

educadores, nem as mulheres, que parecem considerar normal, senão lisonjeiro, esse acréscimo de responsabilidades. Assumindo, com a bênção dos homens, esse encargo, mas também esse poder no seio da família, participaram portanto da retirada do pai e da diminuição de suas funções e de seu prestígio. Mas não foram as únicas responsáveis por esse estado de coisas. O Estado, que outrora se colocara deliberadamente ao lado do pai e reforçara seus direitos para ser melhor obedecido, adota no século XIX uma outra atitude, e mesmo uma política inversa.

O Estado toma o lugar do pai

Em dois séculos, a imagem do pai modificou-se consideravelmente. No século XVII, ele era considerado como "o lugar-tenente de Deus" e o sucedâneo do rei na sua família. Possuía formalmente, em sua escala, as virtudes e os poderes dessas duas autoridades absolutas. Era por direito, aos olhos dos seus "onisciente, todo-poderoso e todo bondade". O século XVIII mostrara a vacuidade desses atributos reais. Mas foi preciso esperar o século XIX para se perceber que o pai de família podia ser ignorante, falível e malvado. Depois da madrasta natural, descobriu-se oficialmente a existência do "padrasto", o chefe de família que não observa nem transmite as normas da sociedade.

Ao contrário da mãe má, que não pertence a nenhuma classe social em particular, o mau pai é geralmente o homem pobre, o operário ou o pequeno artesão amontoado, já no fim do século XIX, em apartamentos demasiado pequenos, o bêbedo que se embriaga no botequim e só volta à casa para dormir e descarregar sua violência acumulada sobre a mulher e os filhos. É também o homem desprovido de educação que não sabe, por seu exemplo, inculcar nos filhos os valores morais e sociais, o pai do futuro vagabundo e delinqüente.

No século XIX, o Estado, que se interessa cada vez mais pela criança, vítima, delinqüente ou simplesmente carente, adquire

288

o hábito de vigiar o pai. A cada carência paterna devidamente constatada, o Estado se propõe substituir o faltoso, criando novas instituições. Surgem no universo infantil novos personagens que, em diferentes graus, têm por função desempenhar o papel deixado vago pelo pai natural. São eles o professor, o juiz de menores, a assistente social, o educador e, mais tarde, o psiquiatra, detentores cada um de uma parte dos antigos atributos paternos.

Não há dúvida de que o Estado, que tirou sucessivamente do pai todas as suas prerrogativas ou parte delas, quis melhorar a sorte da criança. Ninguém duvida tampouco que as medidas tomadas marcaram um progresso em nossa história. Foram aliás os governos liberais que

cercearam os direitos do pai com mais energia, contra a oposição reacionária. É verdade, não obstante, que a política de assumir e proteger a infância traduziu-se não apenas numa vigilância cada vez mais estreita da família, mas também na substituição do patriarcado familiar por um "patriarcado de Estado".[174]

A escola leiga e obrigatória, concebida pela Terceira República, foi uma das instituições que limitaram consideravelmente o prestígio paterno. Enquanto as escolas particulares de outrora, leigas ou religiosas, tinham por função completar a educação familiar com uma instrução que respeitava a ideologia paterna, a escola pública de J. Simon e J. Ferry visa a outra finalidade. Por um lado, ela é um meio de formação da criança que supera de longe todos os outros.[175] Por outro lado, a escola do Estado procura uniformizar as condições mentais, senão sociais, dispensando a todos o mesmo ensino. A criança, que passa agora a maior parte do seu tempo na escola, é educada mais pelo professor do que por seu pai. São os valores do primeiro, e não os do segundo, que ela introduzirá em casa. A moral social e suas normas, que deviam chegar à criança por intermédio do pai, serão na realidade veiculadas pelo seu professor.

Notas de rodapé:

[174] J. Donzelot, op. cit., p. 97.

[175] Transmissão familiar da cultura ou da habilidade.

Fim das notas de rodapé.

289

J. Donzelot tem razão ao dizer que, junto às "populações sem maior lastro, a missão social do professor será jogar a criança contra a autoridade paterna, não para arrancá-la à família, e desorganizar um pouco mais esta, mas para fazer penetrar por meio dela a civilização no lar".[176]

É a criança, agora, quem transmite saber e dever ao lar. E é por meio dela que o Estado pretende controlar a família. Os pais carentes tanto econômica quanto culturalmente aceitarão mais ou menos rapidamente os valores do professor, porta-voz da Terceira República, de quem a criança se faz eco ao voltar à noite para casa. Assim, a situação de outrora é completamente invertida. A criança veicula os valores do mundo exterior e os transmite aos pais. Sem dúvida, esse processo não é aplicável às classes abastadas, que continuam a transmitir seus próprios valores e a manter os filhos em cursos particulares. É também nessas famílias que as mães melhor desempenham seu papel de educadora e orientadora. Mas, num caso como no outro, o prestígio paterno diminuiu. O saber da criança lhe escapa pois a mãe ou o professor, ou os dois juntos, têm o monopólio da educação e da instrução. Quer esteja na fábrica ou cuidando de seus negócios, o pai não tem mais tempo para ensinar nada. Só o camponês terá ainda a possibilidade de transmitir um saber e uma experiência ao filho. Não é por acaso que sua autoridade persiste quase intacta durante um longo tempo.

A escola para todos no século XIX pôs fim ao mito da onisciência paterna, tornando evidente a incapacidade de certos pais para acompanhar os estudos dos filhos, ou mesmo de lhes explicar um dever em casa. O pai teve de se decidir a confessar "que não sabia". No século XIX descobriu-se também a inadmissibilidade do antigo postulado da bondade natural do pai. O homem que espancava sem razão o filho ou o que o mandava prender sem motivo, não era, entretanto, uma novidade.[177]

Notas de rodapé:

[176] Op. cit., p. 76.

[177] Cf. Parte I: o século XVII limitara um pouco o direito dos pais a mandar prender os filhos.

Fim das nota de rodapé.

290

Mas não ocorrera a ninguém, e menos ainda ao legislador, que os atos do pai pudessem ser condenados. O Estado delegava-lhe o poder de julgar e de punir. No máximo, ajudava-o a desempenhar suas funções e estava pronto a substituí-lo caso não cumprisse seu dever. Discutir a autoridade do pai teria sido enfraquecê-la e semear o germe da desordem na família. Isso, o Poder não desejava. Era ainda preferível que ocorressem algumas injustiças.

A ideologia igualitária da Revolução e uma sensibilidade nova à sorte da criança foram as causas de um maior controle da autoridade paterna. A redução da maioridade civil à idade de 21 anos já limitara apreciavelmente essa autoridade. Abaixo dessa idade, era preciso o consentimento do tribunal para manter as crianças presas. Não obstante, entre 1830 e 1855, o número de crianças mandadas para a prisão multiplicou-se por cinco, constatando-se que essa prática era adotada principalmente pelos pais necessitados.[178] Magistrados e sociedades filantrópicas inquietaram-se com esse estado de coisas e uniram-se para limitar essa livre disposição do direito de correção pelos pais. Os juizes passarão, doravante, a controlar sistematicamente os motivos de descontentamento dos pais. É o início da "investigação social", feita pela polícia e pelas "enfermeiras visita-doras".[179]

Notas de rodapé:

[178] Rapport à SJM. 1'Empereur par S.E. le ministre de PIntérieur, 1832, citado por P. Meyer, UEnfant et Ia raison d'État, p. 57: "Pôde-se identificar, entre certos pais necessitados e depravados, uma funesta tendência deixar, ou mesmo a submeter seus filhos a esses julgamentos. Eles transferem para o Estado o cuidado de sua educação, para ir buscá-los ao cabo de alguns anos, a fim de aproveitar-se do seu trabalho, e por vezes com as mais vergonhosas intenções." P. Meyer observa que 85% das crianças às quais esse processo de correção paterna é aplicado são filhos de trabalhadores e de jornaleiros, contra 296 de crianças cujos pais exerciam uma profissão liberal.

179 Antecessoras das "assistentes sociais".

Fim das notas de rodapé.

291

O pai torna-se objeto de investigação e de vigilância, já que se irá interrogar seus vizinhos e seu patrão para saber de seus hábitos e de sua "boa moral". O que leva P. Meyer a dizer que na realidade "a correção visada não era apenas a da criança, longe disso, mas a da família.."[18]0 A culpa mudara de campo: a criança infeliz ou delinqüente figurava, cada vez mais, a vítima de um pai indigno. Esse sentimento foi reforçado pela pressão de numerosas Sociedades privadas de proteção da infância,[181] inquietas com a sorte dos menores maltratados ou moralmente abandonados e com sua impotência em ir realmente em seu socorro.

Para satisfazer a essas sociedades filantrópicas e à nova Assistência Pública criada em 1881, as leis de 1889 e 1898 organizaram uma transferência progressiva da soberania paterna, "moralmente insuficiente", para o corpo dos filantropos particulares, da Assistência Pública, dos juizes e médicos especialistas na infância. A lei de 1889 regulamentava a perda do pátrio poder e suas conseqüências imediatas. Ela poderia ser pronunciada contra os pais indignos, que "por sua embriaguez habitual, sua má conduta notória e escandalosa e seus maus tratos, comprometiam a saúde ou a moral dos filhos".[182]

A investigação social generalizou-se em 1912, ao mesmo que a justiça para as crianças. Toda uma rede de investigações foi criada para vigiar as famílias "irregulares" e informar à justiça, à qual fora devolvido o direito de correção.

E é talvez justamente no âmbito do tribunal de menores que a perda das prerrogativas paternas é mais gritante. Ouça-mos J. Donzelot, que a descreveu numa página emocionante: "Quando ele lá comparece (no tribunal), nove vezes em dez é para se calar e deixar a palavra à sua mulher.

Notas de rodapé:

[180] *Op. cit., p. 61.*

[181] *Estas se haviam multiplicado com a lei de 1851 que convidava a iniciativa privada a encarregar-se das crianças delinqüentes em estabelecimentos destinados a moralizá-las; cf. Donzelot, p. 80-81.*

[182] *Journd Officiel, exposição de motivos, lei de 1889.*

Fim das notas de rodapé.

292

Sente-se que, se está presente, é por insistência desta, ou pelo hábito de obedecer às convocações, mas certamente não na esperança de desempenhar um papel. Porque já não lhe é possível nenhum papel. Sua função simbólica de autoridade foi usurpada pelo juiz; sua função prática foi tomada pelo educador. Resta a mãe, cujo papel não foi reduzido, mas, ao contrário, preservado, solicitado. Sob a condição de que se situe em algum ponto entre a súplica e a dignidade deferente. É o papel do..advogado natural' junto ao poder tutelar encarnado pelos

juizes."[183]

Sem dúvida esse pai ausente, silencioso, despojado de todas as suas antigas prerrogativas é uma imagem caricatural da decadência paterna. Essa situação extrema, porém, é a expressão mais brutal da inversão da condição do pai. Como parece estar distante o todo-poderoso lugar-tenente de Deus de outrora! Objetar-se-á talvez que o conjunto das disposições que visam a limitar o pátrio poder concernem apenas às famílias pobres que ameaçam ou transgridem a ordem social; que os pais das famílias abastadas, moral e socialmente "respeitáveis", não têm porque temer ver a sua autoridade cerceada por tais medidas. Mas acontece que mesmo estes, ainda que com menor freqüência, podem se ver nessa posição humilhante. As leis de 1889, 1898 ou 1912, válidas para todos, constituem, por sua simples existência, uma vigilância e uma restrição da autoridade paterna. Significam que todo pai pode, a qualquer momento, ser chamado a prestar contas à sociedade, sendo obrigado a justificar a utilização do seu poder. Sua autoridade não é mais absoluta, recebida diretamente de Deus e confirmada pelo rei; ela é agora distribuída pelo Estado e vigiada pelos seus agentes.

Entre a mãe e o Estado, que usurparam, cada qual a seu modo, o essencial de suas funções paternas, podemos indagar: que papel resta ao pai? Parece que sua qualidade, seu prestígio e sua bondade se medem mais pela sua capacidade de sustentar a família do que por qualquer outro serviço.

Nota de rodapé:

[183] Op. cit., p. 97-98.

Fim da nota de rodapé.

293

Essa imagem do bom pai mantenedor, responsável pelo conforto da família, sobreviveu até os nossos dias. Mais ele se mata de trabalho, tendo o cuidado de levar pontualmente todo o seu ganho para casa, mais o seu valor é reconhecido. Os filhos e a casa são para ele apenas uma preocupação indireta. Desde que proporcione meios para o funcionamento dessa pequena fábrica, pode calçar tranqüilamente os chinelos, esperando que a sopa lhe seja servida. Esse pai viveu, durante décadas, satisfeito, seguro de ter cumprido sua parte.. E como não a teria cumprido, se não lhe pediam nada mais que ser um bom trabalhador que volta ajuizadamente, todas as noites, para casa? No máximo esperava-se dele que elevasse a voz, à noite, contra o menino teimoso, ou que felicitasse o aluno estudioso.

É preciso admitir, com toda justiça, que o homem foi despojado de sua paternidade. Reconhecendo-lhe (e a ele, exclusivamente) tão-somente uma função econômica, distanciaram-no progressivamente, no sentido literal e figurado, de seu filho. Fisicamente ausente durante todo o dia, cansado à noite, o pai não tinha mais grandes oportunidades de se relacionar com o filho.

Tudo parece indicar, contudo, em nossa sociedade regida por homens, que essa privação não se realizou sem a aquiescência das próprias vítimas. Que pai teria gostado de trocar sua condição com a da mulher? Mas também que homem teria ousado questionar a divisão familiar do trabalho e a distinção adquirida dos papéis paterno e materno? Talvez, durante as dezenas de gerações que se sucederam, certos pais, secretamente, tenham sofrido com isso...

Paradoxalmente, será preciso esperar a libertação econômica das mulheres e seu acesso às carreiras outrora reservadas aos homens para que, estabelecida a igualdade, os homens pensem, finalmente, sob a sugestão insistente das mulheres, em questionar o papel paterno. Exigirão eles, também, uma liberação da responsabilidade econômica e o direito de serem, finalmente, pais presentes?

294

2 -- O DISCURSO MÉDICO HERDADO DE FREUD

O discurso psicanalítico contribuiu muito para tornar a mãe o personagem central da família.

Depois de ter descoberto a existência do inconsciente e mostrado que ele se constituía durante a infância, e mesmo da primeira infância, os psicanalistas adquiriram o hábito de interrogar a mãe, e mesmo de questioná-la, à menor perturbação psíquica da criança. Embora a psicanálise jamais tenha afirmado que a mãe era a única responsável pelo inconsciente do filho, não deixa de ser verdade que ela foi logo considerada — e veremos porque — a causa imediata, senão primeira, do equilíbrio psíquico deste. Quer se queira ou não, a psicanálise levou a pensar, durante muito tempo, que uma criança afetivamente infeliz é filho ou filha de uma mãe má, mesmo que o termo má" não tenha aqui nenhuma conotação moral.

De fato, para que uma mulher possa ser a "boa mãe" desejada pela psicanálise, é preferível que ela tenha experimentado, em sua infância, uma evolução sexual e psicológica satisfatória, junto de uma mãe também relativamente equilibrada.

295

Mas se uma mulher foi educada por uma mãe perturbada, há grande probabilidade de que sinta dificuldade em assumir sua feminilidade e sua maternidade. Quando for mãe, reproduzirá, diz-se, as atitudes inadequadas que foram as da sua própria mãe.

A mãe má não é mais, portanto, pessoalmente responsável, no sentido moral da palavra, pois uma espécie de maldição psicopatológica pode pesar sobre ela. Será antes uma mãe

"inadequada" a assumir seu papel, uma espécie de "doente" hereditária, mesmo que os genes nada tenham a ver com tal situação. Isso é tão verdadeiro que muitos psicanalistas sugerem hoje às mães cujos filhos têm problemas que se submetam elas mesmas a um tratamento analítico. A idéia essencial é a de que não basta tratar a criança, se não se combate, ao mesmo tempo, a raiz do mal, isto é, a má condição da mãe.

Portanto, a psicanálise não só aumentou a importância atribuída à mãe, como "medicalizou" o problema da mãe má, sem conseguir anular as posições moralizadoras do século anterior. Ainda hoje, os dois discursos se superpõem tão bem que a mãe má é confusamente percebida como uma mulher ao mesmo tempo malvada e doente: a angústia e a culpa maternas nunca foram tão grandes como no nosso século, que se pretendia no entanto liberador. É certo que a psicanálise não é culpada desse amálgama, e o mínimo que se pode dizer é que ela não soube convencer da independência do mal psíquico em relação ao mal moral.

Não tentaremos fazer aqui um inventário exaustivo das teorias psicanalíticas sobre a questão materna, nem reconstituir o conjunto das polêmicas surgidas nos últimos decênios. Buscaremos, em primeiro lugar, demarcar a origem de um pensamento novo que se propagou rapidamente (com ou sem traição), graças à vulgarização promovida pelos meios de comunicação de massa, a ponto de ter deixado uma marca, real e pesada, no inconsciente feminino.

Que os leitores informados a respeito nos perdoem por voltarmos mais uma vez aos "textos sagrados", e bem conhecidos,

296

de Freud sobre a feminilidade, e que sejam indulgentes quando citarmos aqueles de seus discípulos que passaram de moda. Nem por isso eles deixaram de ter uma grande influência sobre o público quanto à imagem da mulher e da mãe ditas "normais". Sem esse retrocesso, é impossível compreender a problemática atual do amor materno. Impossível também avaliar a que impasses e a que conflitos as mulheres foram impelidas, particularmente desde a última guerra.

Cento e cinqüenta anos depois do Émile, o doutor Freud questiona por sua vez a natureza do "sexo" feminino, mas agora tanto no sentido literal como no figurado. Como seu antecessor, que pretendia falar na qualidade de observador isento de preconceitos, Freud pensa descrever a evolução sexual e psicológica da mulher com base apenas em sua experiência de clínico. Sem dúvida, manifestou suas incertezas sobre esse "continente negro", o enigma que representa para todo homem o problema da feminilidade. Isso não o impediu de propor uma teoria que engendrou, no espírito de seus numerosos leitores, uma imagem determinada da mulher "normal" e, em contrapartida, uma representação da desviante, da anormal, para não dizer da doente. Em seguida, seus discípulos não tiveram muita dificuldade em traçar o retrato da mãe

"normal", deduzido logicamente da mulher descrita por Freud. Inútil frisar que são essas mulheres e essas mães conforme a norma definida pela psicanálise que deviam ter as maiores possibilidades de tornar felizes maridos e filhos, e de conhecer elas mesmas uma vida plena.

Antes de lembrar as características da "boa mãe", é necessário buscar as condições que lhe são propícias, e observar a evolução que transforma a criança-menina numa mulher equilibrada. Releremos, portanto, as páginas escritas por Freud, já que são elas a fonte e a origem de todos os discursos ulteriores.

DA MENINA À MULHER NORMAL

Segundo Freud, o processo que muda a criança em mulher compreende dois grandes períodos, marcados eles próprios

297

por várias fases importantes. O primeiro desses períodos é caracterizado pela bissexualidade que a menina partilha com o menino; o segundo, relaciona-se com a evolução própria de seu sexo.

A bissexualidade original

A bissexualidade é um tema que Freud desenvolveu em várias ocasiões. Partindo das constatações da ciência anatômica, que mostra que certas partes do aparelho sexual masculino encontram-se também na mulher, e vice-versa, Freud aceitou a idéia de uma dupla sexualidade (bissexualidade), como se "o indivíduo não fosse francamente macho ou fêmea, mas os dois ao mesmo tempo, um dos caracteres prevalecendo sempre sobre o outro".[1] Evocou também a existência de uma bissexualidade psíquica que explicava o fato de se encontrar certo componente feminino (a passividade) no homem, e um componente masculino (a atividade) na mulher. Essa bissexualidade é ainda mais notável se compararmos os primeiros anos do menino e da menina. "Os indivíduos dos dois sexos parecem atravessar da mesma maneira as primeiras fases da libido."[2] Freud dá a entender que essa "mesma maneira" é essencialmente masculina ao afirmar que, na fase sadicoanal, a menina revela tanta agressividade quanto o menino: "Devemos admitir que a menina é então um pequeno homem."[3]

Em lugar de evocar, como Freud, a bissexualidade originária, talvez fosse melhor falar de uma "monossexualidade" própria aos dois sexos, de caráter essencialmente masculino. É, de qualquer modo, o que sugerem as palavras de Freud quando ele evoca a semelhança dos

comportamentos sexuais feminino e masculino no início da fase fálica: o menino aprende a se proporcionar prazer graças ao seu pênis e a menina se serve do seu clitóris com a mesma finalidade.

Notas de rodapé:

[1] Nouvelles conférences sur la psycanalyse, p. 149 (Col. Idées).

[2] Id. Ibid., p. 154-155.

[3] Id. Ibid., p. 155.

Fim das notas de rodapé..

298

Aos olhos de Freud (talvez mais do que aos da menina) o clitóris é "o equivalente do pênis", e nem ela nem o menino teriam ainda descoberto a vagina, "essencialmente feminina".[4]

Mesmo que se possa falar da bissexualidade no menino, que inveja a feminilidade da mãe e adota certas atitudes passivas qualificadas de femininas, perdura o fato de que, segundo Freud, a bissexualidade é muito mais acentuada na menina do que no menino. Isso porque o homem tem apenas uma zona genital dominante, enquanto a mulher possui duas: o clitóris, análogo ao membro viril, e a vagina, propriamente feminina. Aos olhos de Freud e de numerosos psicanalistas, esse duplo sexo feminino, sinal da bissexualidade, constitui uma dificuldade suplementar ao bom desenvolvimento da mulher. Essa bissexualidade originária deve ser ultrapassada, e mesmo superada. Num dado momento, cada um dos dois sexos deve seguir seu próprio caminho para realizar sua diferença específica. É então que surgem as dificuldades da evolução feminina. Para melhor avaliá-las, detenhamo-nos um instante na evolução masculina que não requer, diz Freud, nenhum dos grandes esforços exigidos da menina para que ela se torne uma mulher normal. Resumindo bastante, diremos que o menino experimenta inicialmente um grande amor pela mãe, que lhe dá o alimento e prodigaliza cuidados e carícias. Ela continuará sendo objeto de amor até o momento em que ele a substitui por um outro que lhe é semelhante: uma outra mulher. Esse amor passional pela mãe logo se fará acompanhar de um sentimento de ciúme e rivalidade em relação ao pai. É a relação triangular, fonte do complexo de Édipo.

A descoberta do órgão feminino provoca então no menino o medo da castração.

Nota de rodapé:

[4] Deixaremos de lado a célebre objeção que K. Horney fez a Freud, afirmando que a menina conhecia sensações vaginais precoces, pois foram as palavras de Freud que a posteridade conservou.

Fim da nota de rodapé.

299

Constatando que o membro viril, tão precioso aos seus olhos, não faz necessariamente parte do corpo, e lembrando-se das ameaças que lhe fizeram quando o surpreenderam em "flagrante delito" de masturbação, ele começa a temer a execução dessas ameaças. A angústia da

castração provoca o desaparecimento do complexo de Édipo e leva à criação do superego. Não podendo eliminar o pai para desposar a mãe, o menino se identifica com aquele que representa a lei e o mundo exterior. É essa interiorização da instância paterna que constitui o superego e encerra uma das- fases essenciais à formação do adulto masculino.

A evolução feminina é infinitamente mais complicada. Isso porque a menina, afirmam Freud e seus discípulos, deverá não só aprender a mudar de órgão de satisfação (do clitóris para a vagina), mas também de objeto de amor, transferindo para o pai a paixão que experimentou inicialmente pela mãe. Sem isso, ela corre o risco de jamais chegar a ser uma mulher verdadeiramente feminina e de ver ameaçado seu destino de esposa e de mãe.

Rumo à feminilidade

Vejamos como o processo de "feminilização" é pleno de ciladas. A menina conhece a princípio uma fase pré-edipiana muito mais importante do que a do menino. Se ela experimenta, como o menino, sentimentos libidinosos pela mãe, que adquirem as características de cada uma das fases que atravessa (oral, sádica, anal e fálica), estes são também mais ambivalentes. São ao mesmo tempo ternos para com a mãe que satisfaz as necessidades, e agressivos, porque ela nunca proporciona o suficiente. Durante essa fase pré-edipiana, o pai não é para ela muito mais do que um rival constrangedor, embora a hostilidade que sente seja menor que a do menino.

Até aí, as diferenças entre a evolução masculina e a feminina parecem imperceptíveis. Os psicanalistas, porém, afirmam que essa fase é bem mais carregada de conseqüências para a menina. Em primeiro lugar, esse período de identificação com

300

a mãe constitui a pré-história necessária de toda mulher. A maneira como ela a vive determina seu destino futuro, pois a experiência psicanalítica mostra, ao que parece, que a instauração da feminilidade continua à mercê da perturbação provocada pelas manifestações da "virilidade primeira". Freud afirma que a regressão às fixações dessa fase pré-edipiana é muito mais freqüente do que se pensa, e que encontrou, muitas vezes, entre os traumatismos e fantasias da infância de uma mulher, a sedução pela mãe. Por sua vez, Marie Bonaparte assinala que o maior freio à evolução feminina não é, como muitas vezes se pensa, uma fixação demasiado tenaz ao pai, "mas uma fixação demasiado forte à mãe clitorianamente desejada na infância". Não obstante, continua ela, a menina não pode dispensar esse apego pré-edipiano à mãe, pois "parece patogênica, para a função erótica feminina, a falta de identificação com a mãe..... e a ausência de instinto materno propriamente dito que disso decorre... "[5]

Quando a menina descobre a "castração", à vista dos órgãos genitais do outro sexo, "ela se dá conta imediatamente da diferença e compreende, é preciso reconhecer, toda a sua importância".[6] Em outro texto, Freud diz que a menina "experimenta a sua própria deficiência".[7] Não se poderia dizer melhor que a diferença é vivida como um sinal de inferioridade! Isso não deixa de provocar revolta: "Muito sensível à desvantagem que lhe foi imposta, ela gostaria, também, de..ter uma coisa assim'; a inveja do pênis apodera-se dela."[8] Quando tem idéia da "generalidade desse caráter negativo",9 é levada a desvalorizar as mulheres e sua mãe. Mesmo quando perde toda a esperança de ter um pênis, esse desejo, diz Freud, persiste por muito tempo em seu inconsciente.

Notas de rodapé:

[5] Marie Bonaparte, Sexualité de la femme, 1977, ed. 10/18, p. 82.

[6] Freud, Nouvelles conférences, p. 164 (grifo nosso).

7Freud, Sur la sexualité féminine, PUF, 146.

[8] Nouvelles conférences, p. 164.

[9] Sur la sexualité féminine, p. 146.

Fim das notas de rodapé.

301

É um dos motivos capazes de incitar a mulher adulta a se submeter à análise.

"A descoberta da castração marca, na evolução da menina, um momento decisivo."[10] Três atitudes se lhe oferecem. A primeira leva à inibição sexual ou à neurose. M. Bonaparte fala das "renunciadoras". A segunda, a uma insistência insolente da menina na sua masculinidade: ela se recusa a abandonar o prazer clitoriano. Freud fala, a seu respeito, do "complexo de virilidade" e M. Bonaparte a chama de a "reivindicadora". Só a terceira atitude conduz à "feminilidade normal",[11] que consiste, para a menina, em abandonar o desejo do pênis pelo do filho. M. Bonaparte pensa que esta, a "aceitadora", é a verdadeira mulher por excelência. Continuemos, portanto, a análise desta última.

Após a descoberta da castração, a menina normal conhecerá uma tríplice mudança psicológica e sexual: hostilidade contra a mãe, abandono do clitóris como objeto de satisfação e uma "pulsão de passividade" que se acompanha de um apego maior ao pai. O amor da menina dirigia-se a uma mãe fálica e não a uma mãe castrada. Ao descobrir a castração, torna-se-lhe possível afastar-se da mãe e deixar seus sentimentos hostis,[12] há muito acumulados, predominarem. Isso é desejável, pois o distanciamento da mãe é considerado por Freud um passo muito significativo no desenvolvimento da menina.

Ao mesmo tempo, observa-se nela uma forte redução das moções sexuais ativas e um aumento das moções sexuais passivas. A masturbação clitoriana desaparece, pois as tendências

ativas foram atingidas pela frustração, mostrando-se irrealizáveis.

Notas de rodapé:

10 N.C., p. 166.

[11] *Id. Ibid.*

[12] *Freud teria descoberto os motivos dessa hostilidade graças à sua prática analítica. As mulheres analisadas forneceram-lhe uma longa lista de recriminações às suas mães: censura por lhes terem dado pouco leite, nascimento de outro filho, proibição da masturbação, e sobretudo a queixa de não lhes terem dado um pênis. A menina consideraria a mãe responsável por tê-la feito nascer mulher!*

Fim das notas de rodapé.

302

A passividade, diz Freud, passa então a predominar. Como se o modelo cultural não tivesse nenhuma influência específica sobre o comportamento da menina.

Ao se tornar passiva, ela está finalmente pronta para mudar de objeto de amor. Sua inclinação pelo pai passa a predominar. Freud explica esse novo desejo por aquele, mais antigo, de possuir um falo. Como a mãe lhe recusou essa satisfação, ela espera obtê-la do pai. Mas esse processo só se conclui realmente quando o desejo do pênis é substituído pelo desejo de ter um filho. Essa equivalência observada por Freud entre o filho e o pênis já anuncia uma definição da mulher normal em termos de possível mãe.

Se nos ativermos à análise freudiana, poderemos efetivamente constatar que a situação edipiana feminina é o resultado de uma evolução muito mais longa e penosa do que a do menino. Além disso, a menina se instala nessa situação como num porto. Não tendo o mesmo motivo (medo da castração) que o menino para superar o édipo, ela conserva por mais tempo esse complexo, só o superando tardiamente e de maneira incompleta. Em conseqüência, a formação de seu superego é comprometida, pois não pode chegar à "energia" e à "independência" necessárias a essa formação. Em 1931, Freud chegou à seguinte conclusão, trágica para a condição feminina: "A mulher, é preciso confessá-lo, não tem um alto grau do senso da justiça, o que se deve, sem dúvida, ao predomínio da inveja do pênis em seu psiquismo.. Dizemos também que as mulheres têm menos interesses sociais do que os homens, e que nelas a faculdade de sublimar os instintos permanece fraca.. Não posso silenciar uma impressão que sempre volto a experimentar durante as análises. Um homem de trinta anos é um ser jovem, inacabado, capaz de evoluir ainda.. Uma mulher da mesma idade, ao contrário, nos assusta pelo que encontramos de fixo, de imutável.. Nela, nenhuma esperança de se ver realizar uma evolução qualquer; tudo se passa como se.. a dolorosa

303

evolução para a feminilidade tivesse esgotado as possibilidades do indivíduo."[13]

Não se poderia expressar melhor a maldição própria ao sexo feminino: esgotar-se ao

realizar sua feminilidade.. de tal modo que não lhe resta energia alguma para qualquer outra criação.

A TRÍADE FEMININA

Freud empenhou-se particularmente em analisar a evolução que transforma a menina em mulher. Mas sua fiel discípula Helène Deutsch continuou o trabalho iniciado e levou a investigação até o fim. Dedicou dois grandes volumes à psicologia da mulher e da mãe, retomando a seu modo os conceitos e os postulados do mestre. É portanto a ela que vamos agora perguntar que devemos entender por "mulher normal" ou "mulher feminina". H. Deutsch a define essencialmente com três palavras: passividade, masoquismo e narcisismo.

Passividade

Embora mencione numa frase "a influência inibidora da mãe"[14] como uma das causas da passividade da menina, Hélène Deutsch apressa-se a referi-la à causa primeira, a passividade constitucional: "A diferença de conformação dos órgãos geni-tais.. se acompanha de diferenças pulsionais."[15] Esquecendo sua bissexualidade primeira, a menina se revelaria "menos agressiva, menos obstinada, menos enfatuada e também mais ávida de ternura, mais dócil, mais dependente do que o menino".[16]

Notas de rodapé:

"N.C., p. 176-177.

[14] La psycbologie des femmes, tomo I, p. 213, PUF, "A influência da mãe é muito mais inibidora aqui do que era no menino".

[15] N.C, p. 154.

1[6] Ibid.

Fim das notas de rodapé.

304

H. Deutsch vai ainda mais longe, afirmando que "a influência inibidora da mãe deve-se ao fato de que ela sente que a menina é mais fraca, que tem maior necessidade de ajuda que o menino e que não pode se lançar à atividade sem correr riscos".[17]

Para melhor convencer da passividade própria à natureza feminina, Freud e depois H. Deutsch fizeram algumas analogias. Compararam o que é feminino ao “óvulo imóvel e passivo", em oposição ao espermatozóide "ativo e móvel",[1]8 e observaram que o "comportamento sexual dos indivíduos machos e fêmeas durante o ato sexual é calcado no dos organismos sexuais

elementares".[19] O macho agarra a fêmea e a penetra. Embora se mencionem casos de fêmeas ativas e agressivas no reino animal (aranha, grilo, certas borboletas), H. Deutsch conclui que "não passam de exceções à regra geral",[20] e que a passividade continua sendo a especificidade tanto da fêmea como da mulher. "Ouso dizer que essas equações fundamentais..feminino-passivo' e..masculino-ativo' encontram-se em todas as culturas e todas as raças, sob formas diversas e em diferentes graus."[21]

Para compreender essa passividade, é preciso voltar ao desenvolvimento dos "instintos sexuais" femininos. Por um lado, a excitabilidade sexual da menina é "menos ativa e intensa" que a do menino; por outro, seu órgão sexual (o clitóris) é "menos apto"[22] a alcançar os mesmos fins instintivos. Essa insuficiência orgânica explicaria em parte o abandono da masturbação, quando a atividade inibida aceitaria voltar-se para a passividade. Durante um longo período, o órgão ativo, o clitóris, não seria substituído pelo órgão passivo-receptivo, a vagina. "Assim a menina se vê, pela segunda vez, ante uma carência orgânica:

Notas de rodapé:

[17] *La psycbologie de la femme, p. 193.*

[18] [S]*N.C, p. 149, La psycbologie des femmes, p. 193.*

[19]*N.C, p. 150. La psycbologie des femmes, p. 194.*

[20] *La psycbologie des femmes, I, p. 191.*

[21] *Id. Ibid., p. 194. H. Deutsch lembra os estudos de M. Mead sobre os Mundugumor, povo em que as mulheres desempenham um papel ativo e agressivo. Mas afirma que essas atitudes não são probatórias.*

[22] *H. Deutsch, op. cit., I, p. 197.*

Fim das notas de rodapé.

da primeira vez, faltava-lhe um órgão ativo, agora lhe falta um órgão passivo."[23] O despertar da vagina para a sua plena função sexual não estando em seu poder (depende inteiramente da atividade do homem) "essa ausência de atividade vaginal espontânea constitui o fundamento fisiológico da passividade feminina".[24]

Masoquismo

Ligado à passividade, o masoquismo é a segunda característica essencial da mulher. Se, de início, menino e menina partilham uma igual agressividade, logo já não a poderão expressar da mesma maneira. Enquanto a agressividade masculina pode facilmente dirigir-se para o exterior, afirma-se que a da menina "deve voltar-se para o interior".[25] E é essa agressividade reprimida, voltada contra o próprio ego, que constituiria o masoquismo feminino, o qual, graças a Deus, se transformaria numa necessidade de ser amada.

Para compreender o processo da evolução masoquista, é preciso voltar à fase pubescente da menina. Ao se desligar da mãe, ela assume uma atitude erótico-passiva para com o pai.[26] Este surge, inconscientemente, como o sedutor de quem se espera que tome iniciativas. É então, segundo H. Deutsch, que os componentes agressivos da menina se transformam em componentes masoquistas em relação ao pai, e depois em atitude masoquista geral para com todos os homens.[27]

Notas de rodapé:

[23] *Id. Ibid., p. 198.*

[24] *Id. Ibid., p. 201.*

[25] *Id. Ibid., p. 207.*

[26] *Id. Ibid., p. 218: "O pai representa o mundo ambiente que exercerá sem cessar, posteriormente, essa influência inibidora sobre a atividade da mulher e a impelirá para o seu papel passivo, constitucionalmente determinado."*

[27] *Como Freud, H. Deutsch recorre à sua experiência analítica para confirmar suas palavras. Afirma que a análise da vida imaginativa das meninas púberes revela o conteúdo masoquista de seus desejos. Seriam numerosas as que sonham com estupro, perseguidores armados de faca, ou ladrões que furtam um objeto precioso. Seus fantasmas eróticos conscientes estariam igualmente ligados às imagens da violação. Ao se masturbarem, as meninas gostariam de se imaginar espancadas, humilhadas, mas também amadas e desejadas.*

Fim das notas de rodapé.

306

O narcisismo

O narcisismo vem, felizmente, contrabalançar a tendência masoquista. Ele se liga à fase infantil da formação do ego, durante a qual a libido toma o ego por objeto, isto é, quando a criança se ama a si mesma. Progressivamente, esse amor por si mesma se transforma, na menina, em desejo de ser amada. Para compreender a intensidade particular do narcisismo feminino, é preciso lembrar que ele tem uma função duplamente compensatória. De um lado, compensa a humilhação de sua inferioridade genital.[28] De outro, limita sua tendência masoquista, que a leva a fins perigosos para o seu ego. Graças ao narcisismo, o ego se defende e reforça sua segurança, intensificando o seu amor por si mesmo. Pois uma mulher normal não pode prescindir da tendência masoquista. Esta é necessária para a superação das principais etapas de sua vida: o ato sexual, o parto, a maternidade, etapas da reprodução estreitamente ligadas ao sofrimento.

Essa teoria do masoquismo feminino serve de justificativa a posteriori para a aceitação de todas as dores e todos os sacrifícios. Se a mulher é naturalmente feita para sofrer e, ademais, gosta desse sofrimento, não há mais razão para constrangimento a esse respeito. Teoria que é, neste aspecto, bem mais perigosa do que a teologia judaico-cristã. Esta diz que a mulher deve

sofrer para expiar o pecado original. A maldição tinha uma razão moral, e a dor física era o preço a pagar por seu erro. Pelo menos não se lhe pedia que gostasse disso.

Nota de rodapé:

[28] Essa hipótese explicaria também porque a maternidade reduziria a tendência narcísica. Sentido-se aliviada, pela posse do filho, da sua inferioridade anterior, a mulher pode então consagrar ao filho sua capacidade de amar.

Fim da nota de rodapé.

Na teoria freudiana, a maldição é biológica: uma insuficiência de órgão, a falta de pênis, é a causa de sua infelicidade. Mas Freud ou H. Deutsch parecem dizer: "Vejam como a natureza faz bem as coisas, ela deu à mulher a possibilidade de encontrar o prazer na dor!" A mulher normal gosta de sofrer. Aquela que não gosta e se revolta contra sua condição não tem outras soluções que cair na homossexualidade ou na neurose. Eis, portanto, o círculo bem fechado: recusando-se a assumir sua verdadeira natureza, masoquista, a mulher se tornará realmente infeliz! Durante mais de trinta anos, não se soube o que responder a isso...

A BOA MÃE

Com essa imagem da mulher normal, era fácil deduzir em seguida a da boa mãe. H. Deutsch a define como "a mulher feminina" constituída pela interação harmoniosa das tendências narcísicas e a aptidão masoquista a suportar o sofrimento. O desejo narcísico de ser amada metamorfoseia-se na mulher maternal por uma transferência do ego para o filho, que é apenas o substituto do ego. Quanto aos componentes masoquistas do espírito materno, eles se manifestam principalmente na aptidão da mãe ao sacrifício de si,[29] na sua aquiescência ao sofrimento para o bem de seu filho, finalmente, no abandono da dependência deste, quando a hora de sua libertação é chegada.

A aptidão da mãe a aceitar o sofrimento é compensada pelas "alegrias da maternidade", que freiam suas tendências masoquistas espontâneas. Mas desgraçadas as que ignoram essas tendências, pois "cada vez que o masoquismo feminino, com sua aptidão ativo-maternal ao sacrifício, não atua, a alma da mulher pode ser vítima de um masoquismo mais cruel, proveniente do sentimento de culpa".[30]

Notas de rodapé:

[29] Mas, ao inverso da mulher feminina não mãe, sem exigir nenhuma contrapartida do objeto amado.

[30] Psychologie des femmes, II, p. 45.

Fim das notas de rodapé.

Mais uma vez, a infelicidade espreita aquelas que não querem sofrer. Mas essas mulheres não deveriam ser senão exceções infelizes, visto que H. Deutsch afirma a existência de um instinto materno, cujas formas primitivas teriam sido químicas e biológicas. Rendamos homenagem à sabedoria da natureza, que agiu de modo que o amor da mulher pelo filho fosse "normalmente maior do que seu amor por si mesma".[31]

Com base nessas considerações, podemos proceder à descrição das atitudes e da vivência da boa mãe, aquela que o psicanalista-pediatra Winnicott qualificava de "normalmente devotada".[32] A primeira condição de uma boa maternagem reside na capacidade de adaptação às necessidades do filho, isto é, no prolongamento no plano psicológico, durante várias semanas após o seu nascimento, da relação biológica intra-uterina.[33] Winnicott consagrou um artigo à descrição desse sentimento, "a preocupação materna primária",[34] que surge com a gravidez e dura algumas semanas após o parto. Ele poria a mãe num estado de retraimento e de dissociação próximo do estado esquizóide. Mas esse sentimento de hipersensibilidade materna é uma doença boa, que permite à "mãe normal" adaptar-se às primeiras necessidades do filho com delicadeza e sensibilidade. A mãe "normalmente devotada" define-se portanto, em primeiro lugar, pela sua capacidade de se preocupar com o filho, excluindo qualquer outro interesse. É porque ela pode se colocar no lugar de seu bebê que este se desenvolve harmoniosamente, sem ser demasiado perturbado por privações de todo gênero.

Notas de rodapé:

31 Ibid., p. 43.

32 D.W. Winnicott, L'enfant et sa famille, Payot, p. 11.

33 H. Deutsch (op. cit., p. 231) descreve essa espécie de simbiose entre a mãe e o filho como "um cordão umbilical psíquico", vínculo emocional que substitui o cordão umbilical fisiológico tão logo ele é cortado.

34 Artigo publicado em 1956, in De Ia pêdiatrie à la psychanalyse, Payot, p. 168.

Fim das notas de rodapé.

309

Se ela não consegue fazê-lo,[35] suas carências provocam fases de reações aos choques que interrompem o bom desenvolvimento da criança. Na pior das hipóteses, esse tipo de mãe "pode estar na origem de uma criança autista".[36]

Sabemos que, várias vezes, Freud se eximiu de dar conselhos aos pais, argumentando que toda educação resultava num fracasso. Depois da guerra, vários de seus discípulos esqueceram a advertência, passando do descritivo ao normativo. Houve psicanalistas que se tornaram célebres traçando o retrato da boa mãe e dando conselhos às mulheres em livros escritos especialmente para elas, ou nos veículos de comunicação de grande difusão.[37] O sucesso desses primeiros vulgarizadores da psicanálise atestou ao mesmo tempo a desorientação dessas

mães e a crença num ideal, que desmentem ambos a idéia de uma atitude materna instintivamente boa. Todos os gestos da mãe foram objeto de recomendações.

O aleitamento

O aleitamento ao seio é a primeira prova de amor da mãe pelo filho, pois engendra grandes sentimentos de prazer, físicos e espirituais. O aleitamento mais satisfatório, segundo Winni-cott, é o qualificado de "natural", dado quando a criança o deseja. "Essa é a base." Enquanto o bebê não encontra um ritmo regular, o método mais rápido para evitar-lhe o sofrimento é que "a mãe o alimente quando ele quiser, durante um novo período, voltando a horas regulares que lhe convenham quando o bebê se torna capaz de suportar isso".[38]

Notas de rodapé:

35 Winnicott, op. cit., p. 171: "Para uma mulher que faz uma forte identificação masculina, essa parte de sua função materna pode ser especialmente difícil de realizar, pois o desejo reprimido do pênis deixa pouco espaço para a preocupação materna primária."

36 Id. Ibid., p. 171.

37 Ver principalmente os doutores Spock, Dolto na France-Inter, e Winnicott na BBC.

38 Winnicott, Venfant et sa famille, p. 33.

Fim das notas de rodapé.

310

O que Winnicott esquece de dizer, é que tal aleitamento sem regras nem horas fixas pode durar vários meses. Como um desmame progressivo não está previsto para antes de cerca de nove meses, não podemos deixar de pensar, com preocupação, em todas as mulheres que voltam ao trabalho logo depois do p..arto. E como essas afirmações foram feitas pelas antenas da BBC, podemos imaginar o sentimento de culpa experimentado pelas ouvintes que não se reconheciam nesse retrato da boa mãe.[39] Ora, essa imagem era a mais comumente conservada pelo conjunto dos grandes psicanalistas do após-guerra. Hélène Deutsch,[40] mas também Mélanie Klein, exaltaram o aleitamento natural e o devotamento materno. A tal ponto que a segunda julgou-se no direito de afirmar que se "a experiência mostra que crianças que não foram amamentadas no seio se desenvolvem com freqüência muito bem (...) na psicanálise sempre se descobrirá, entre as pessoas que foram criadas assim, um desejo profundo do seio que nunca foi satisfeito... Podemos dizer que, de um modo ou de outro, seu desenvolvimento teria sido diferente e melhor se tivesse sido beneficiado por um aleitamento bem-sucedido. Por outro lado, minha experiência me faz concluir que as crianças cujo desenvolvimento apresenta problemas, embora tenham sido amamentadas ao seio, estariam ainda pior sem isso".[41] Palavras cruéis para todas aquelas, numerosas após a guerra, que não amamentavam os filhos ao seio. Palavras ainda

menos contestadas na medida em que o prestígio da psicanálise estava em seu apogeu e em que ninguém pensou em exigir provas de Mélanie Klein.

[39] Id. Ibid., p. 93.

[40] Op. cit., II, p. 248.

[41] Texto citado em Uamour et la haine, Payot, p. 78-79 (nota 1) (grifos nossos).

311

O devotamento... ainda

A mãe "normalmente devotada" mostrou-se ser a mãe "não apressada",[42] atenta a todas as necessidades do filho, aquela que dele se ocupa inteiramente. A mãe "normalmente" devotada é portanto, na realidade, a mãe "absolutamente" devotada. E nem esse devotamento é suficiente à boa maternagem. Para que a relação entre a mãe e o filho seja realmente bem-sucedida, é indispensável que ela encontre prazer nela. Sem o que "tudo é morto, sem utilidade e mecânico".[43] É por isso que Winnicott exorta as mães a se alegrarem com sua situação. "Começamos agora a compreender até que ponto o recém-nascido tem necessidade absoluta do amor de sua mãe. A saúde do adulto forma-se durante toda a infância, mas as funções dessa saúde, são as mães que as estabelecem durante as primeiras semanas e os primeiros meses da existência de seu filho.. Alegrem-se de que tal importância lhes seja concedida. Alegrem-se de deixar a outros o cuidado de conduzir o mundo, enquanto põem no mundo um novo membro da sociedade.. Alegrem-se com as preocupações que lhes traz o bebê,[44] cujo choro e os gritos o impedem de aceitar o leite que desejam dispensar com generosidade. Alegrem-se com todos os tipos de sentimentos femininos que não podem sequer começar a explicar a um homem.. Além disso, o prazer que podem obter desse trabalho que suja, que os cuidados com o bebê constituem, tem para ele uma importância vital."[45]

Para justificar os sacrifícios exigidos à mãe, Winnicott acrescenta: "Sabe ela que quando age dessa maneira estabelece os fundamentos da saúde mental de seu filho — e que este não pode chegar à integridade dessa saúde mental se não tiver tido, no início, exatamente esse tipo de experiência, que tanto lhe custa proporcionar?"[46]

Notas de rodapé:

[42] Winnicott, op. cit., p. 46.

[43] Winnicott, op. cit., p. 25.

[44] Os mesmos argumentos dos moralistas do século XVIII.

[45] Winnicott, op. cit., p. 25 (grifo nosso).

[46] Id. Ibid., p. 142.

Fim das notas de rodapé:

312

Será possível dizer melhor a imensa responsabilidade que pesa sobre a mãe? E como não observar a perfeita continuidade que une esse discurso aos discursos do século XVIII? Com Winnicott e seus seguidores, chegamos ao auge das responsabilidades maternas, e, em contrapartida, também a um sentimento difuso de culpa. Pois, à menor dificuldade psicológica da criança, como poderia uma mãe deixar de se sentir responsável e portanto culpada? Terá ela jamais dado o bastante de si mesma? Terá encontrado sempre prazer na dedicação à criança? Numa palavra, terá sido suficientemente masoquista, como toda mulher normal deve ser? E outras tantas perguntas que ela não pode deixar de se fazer, se for leitora das revistas femininas e ouvir rádio.

A mãe mâ

A representação negativa da mãe má reforçou o sentimento de culpa das mulheres. Hélène Deutsch lembra as "aberrações" a que pode dar lugar o relaxamento dos impulsos maternos instintivos: "como esse sistema que consiste em se desfazer da criança durante o seu primeiro ano de vida, confian-do-a a uma ama-de-leite mercenária (costume adotado pelas classes médias da França durante dois séculos)... ou aquele, quase igualmente lamentável, de proteger os seios da mãe contratando uma ama-de-leite, ou dando à criança um aleitamento artificial.. ".[47] Winnicott vai mais longe, lembrando a cegueira daqueles que negam a importância da mãe no início da vida da criança, e afirmam que uma boa ama poderá desempenhar o seu papel. "Encontramos até mães (não neste país, espero!) a quem se diz que devem maternar seu bebê, o que representa a mais completa negação do fato de que a..maternagem' decorre naturalmente do fato de ser mãe."[48]

Notas de rodapé:

[47] H. Deutsch, op. cit., II, p. 9-10.

[48] Winnicott, op. cit., p. 206 (grifo nosso).

Fim das notas de rodapé.

313

Quis-se, portanto, ignorar que nem todas as mulheres são espontaneamente maternais. Postulando que a maternidade engendra naturalmente o amor e o devotamento à criança, era-se obrigado a considerar as "aberrações" como exceções patológicas à norma.

Hélène Deutsch voltou-se para o caso da mãe má e procurou explicar seu comportamento invertendo as características da boa mãe. Partindo da idéia de que "a expressão mais elevada do amor materno só é atingida quando todos os desejos masculinos (desejo de

pênis) foram abandonados ou sublimados", ela deduz que as mulheres que ainda sentiam esses desejos experimentavam conflitos interiores pouco propícios à boa maternagem. Como o amor materno só se desenvolve a expen-sas do amor- de si, ele empobrece forçosamente o ego da mãe. Ora, em certas mães, o ego luta para se expressar e se satisfazer, e essa tendência "egoísta" entra em conflito com aquela que visa à conservação do cordão umbilical com a criança. Mais suas tendências viris permanecem vivas, mais resolutamente o seu ego poderá rejeitar as tarefas da maternidade.[49]

H. Deutsch observa que o aleitamento artificial, em moda depois da guerra, representava uma contemporização, visando a conciliar os interesses pessoais da mulher e os da mãe. Mas acrescentou, muito justamente, que esse meio-termo acentuou o conflito. Isso porque, de um lado, ofereciam-se às mulheres oportunidades cada vez maiores de desenvolver seu ego fora da função reprodutiva, ao mesmo tempo em que se exaltava cada vez mais a ideologia da maternidade ativa.'

A NECESSÁRIA DISTINÇÃO DOS PAPÉIS

O mal-estar de certas mulheres foi tornado ainda mais agudo pela teoria psicanalítica da distinção necessária entre os papéis materno e paterno.

Nota de rodapé:

[49] Quanto maiores forem as suas ambições pessoais (assimiladas a desejos viris), menos ela parece apta a cumprir seus deveres de boa mãe.

Fim da nota de rodapé.

314

Enquanto um número crescente de mulheres buscava desenvolver igualmente todos os aspectos de sua personalidade, entre eles os tradicionalmente classificados de ativos e viris, enquanto elas reclamavam a divisão das tarefas com os homens, a psicanálise nunca deixou de afirmar a heterogeneidade das funções paterna e materna. Nesse ponto específico, o essencial de suas proposições não variou muito desde a sua origem,mesmo que aqui e ali observemos modificações de vocabulário. Aos olhos de Freud e de seus sucessores, a mãe simboliza antes de tudo o amor e a ternura, e o pai, a lei e a autoridade. Mas, se não se cessou de falar sobre o devo-tamento materno, pouco se mencionou o papel cotidiano do pai. Era uma verdade inconteste que a mãe desempenhava o papel essencial junto ao filho durante os primeiros meses, ou até durante os primeiros anos de sua vida.

A função paterna

Em suas conferências na BBC, Winnicott, procurando definir o "bom pai" do bebê, expôs a mais tradicional concepção da paternidade. Eis as oito idéias principais que demarcam suas palavras:

A mãe é responsável pela boa paternidade do marido.

Ela aparece como a intermediária necessária entre ele e o filho. "Depende da mãe que o pai venha ou não a conhecer o seu bebê."[50] Cabe-lhe "mandar o pai e o filho passearem juntos, de vez em quando..."." E Winnicott conclui: "Não depende da mãe que o relacionamento entre eles seja rico.. mas depende dela tornar esse relacionamento possível, não perturbá-lo ou estragá-lo."[52]

Notas de rodapé:

[50] *Winnicott, op. cit., p. 117.*

[51] *Id. Ibid., p. 123.*

[52] *Id. Ibid., p. 124.*

Fim das notas de rodapé.

315

A presença paterna não pode ser senão episódica.

"Há razões de todos os tipos pelas quais é difícil que um pai participe da educação de seus filhos. Pode acontecer, em primeiro lugar, que ele raramente esteja em casa quando o bebê está acordado. Muito freqüentemente, porém, mesmo quando está em casa,..a mãe tem alguma dificuldade em saber quando recorrer ao marido e quando desejar afastá-lo'."[53] Para apoiar a autoridade da mãe, "o pai não precisa estar todo o tempo presente, mas ele se deve mostrar com a freqüência suficiente para que o filho experimente o sentimento de que ele é real e está vivo".[54] Winnicott admite a idéia de que certos pais não se interessam nunca pelo seu bebê.[55] A contingência do amor paterno é claramente reforçada pela seguinte reflexão: "não obstante, se o pai está presente e deseja conhecer seu filho, a criança tem sorte..."..

Os pais não podem substituir as mães.

"Não se pode afirmar a conveniência de o pai aparecer cedo em cena em todos os casos.. Certos maridos experimentam o sentimento de que seriam melhores mães do que sua mulher, e podem se mostrar muito aborrecidos.. Pode haver também pais que seriam realmente melhores mães do que a sua mulher. Apesar disso, eles não podem ser mães."[57] Winnicott não

justifica esta última afirmativa, porque não é preciso dizer que o homem não tem seios e que o aleitamento artificial não pode substituir a amamentação natural...

O bebê prefere a mãe.

"O bebê conhece em primeiro lugar a sua mãe. Cedo ou tarde, algumas de suas qualidades são reconhecidas pelo bebê, e algumas delas estão sempre associadas à mãe:

Notas de rodapé:

53. Ibid., p. 117.

[54] Id. Ibid., p. 119.

55 Id. Ibid., p. 117-118.

[56] Id. Ibid., p. 120 (grifo nosso).

[57] Id. Ibid., p. 118 (grifo nosso).

Fim das notas de rodapé.

316

a doçura, o carinho.. De tempo em tempo, a criança odiará alguém e se o pai não estiver lá para lhe dizer onde se fixar, ela detestará a mãe, o que engendrará nela a confusão porque, fundamentalmente, é a mãe que ela mais ama."[5]8

Por que "fundamentalmente"? Não será, sobretudo, porque a conhece em primeiro lugar? ....,

O pai é o escoadouro do ódio da criança.

"É muito mais fácil que os filhos tenham pai e mãe. Um deles pode continuar a ser sentido como objeto de amor enquanto o outro é detestado; isso tem, em si, uma influência equili-bradora."[59] Em virtude da proposição precedente, é o pai que poderá ser detestado sem grandes danos...

A primeira virtude positiva do pai: permitir à esposa ser "boa mãe". "O pai é necessário à casa para ajudar a mãe a se sentir bem de corpo e feliz de espírito."[60]

O pai encarna, aos olhos do filho, a lei, o vigor, o ideal e o mundo exterior, enquanto a mãe simboliza a casa.. e a família. "Como todos sabem, papai vai de manhã para o trabalho enquanto mamãe cuida da casa e das crianças. O trabalho de casa é algo que as crianças conhecem facilmente, pois é sempre realizado à sua volta. O trabalho do pai, para não falarmos de suas outras atividades, quando não trabalha, amplia a visão que a criança tem do mundo."[61]

Winnicott não pode imaginar que um pai descasque legumes enquanto a mãe vai para o

escritório ou para a oficina!

Notas de rodapé:

[58]Id. Ibid., p. 118 e 120 (grifo nosso).

[59] Id. Ibid., p. 120.

60 Ibid., p. 119.

[61] Id. Ibid., p. 121.

Fim das notas de rodapé.

317

Pois todas as suas proposições baseiam-se numa distinção radical de papéis, fundamentada ela mesma na necessidade do aleitamento materno, que o pai não pode proporcionar ao bebê. Também neste caso, a diferença anatômica (é a mãe quem tem..) justifica a diferença entre o destino materno e o paterno.

Lendo os textos de Winnicott, logo nos persuadimos da menor importância do pai na vida da criança; sobretudo quando ele conclui que a única coisa que se pode exigir do pai, com proveito, é "estar vivo e continuar vivo durante os primeiros anos dos filhos".6[2] Não se pode dizer que seja uma exigência exorbitante!

O pai simbólico

Mais recentemente, alguns psicanalistas repensaram a questão do pai, dissociando o pai simbólico do pai em carne e osso. Quer se trate de J. Lacan ou de F. Dolto, cada um restituiu, à sua-maneira, uma importância "fundamental" àquele que se tendera a minimizar nestes últimos decênios. Observou-se que mesmo que sua função estivesse reduzida, sua função simbólica não era menos essencial.

O pai continua sendo, em primeiro lugar, o transmissor da filiação nominal.[63] É graças ao seu patronímico que a criança se pode inserir no grupo social e tentar resolver a angustiante questão das origens. Além disso, Jacques Lacan insistiu longamente na importância do "nome-do-pai", significante que vem representar, no inconsciente da criança, o pai simbólico, apoio da lei. Ora, nenhum humano pode prescindir desse elemento fundador da ordem simbólica sem graves danos. Quando o nome-do-pai é excluído, a psicose se desencadeia na criança, que não consegue se erigir em sujeito: sujeito do discurso e sujeito social.

Notas de rodapé:

[62] Id. Ibid., p. 121.

[63] Em nossas sociedades patrilineares.

Fim das notas de rodapé.

318

Para compreender toda a importância do pai, símbolo da lei e da interdição (e prioritariamente da proibição do incesto), é preciso lembrar que a díade originária mãe/filho pode se tornar patogênica, passado um certo período. Pois, se a relação de dependência absoluta da mãe é uma necessidade biológica no início da vida do bebê, seu prolongamento indevido é um obstáculo ao desenvolvimento da criança. Com efeito, saciando as necessidades de seu bebê, a mãe entra com ele numa relação de desejo e a criança busca satisfazer esse desejo inconsciente da sua mãe. Se, por alguma razão, a mãe superou mal, quando criança, a fase pré-edipiana, ela pode ter tendência a considerar seu filho como um substituto sexual, ou "seu objeto fantasmático". Com isso, ela impede o seu desenvolvimento, que deve necessariamente passar pela fase edipiana. A criança, presa no mundo materno, não consegue mais sair dessa relação sufocante, devoradora, e tomar consciência de si mesma como sujeito sexuado e independente. Se o desejo incestuoso não encontra nenhuma lei que se lhe oponha, a angústia domina a criança, que não encontra seu lugar no mundo.

Quer a mãe seja patogênica ou não, o pai deve interferir, quando chega o momento, no par mãe/filho. É ele quem os deve separar e substituir a díade original pela relação triangular que é a única propriamente humana. Por sua presença, freqüentemente mais simbólica do que efetiva, ele deve fazer compreender à criança que a mãe lhe é proibida porque pertence a um outro, e que, para superar a angústia de castração, ela deve se resignar à renúncia do desejo incestuoso. É só quando interioriza a lei paterna que a criança pode ter um "eu" autônomo e se experimentar como um sujeito independente, capaz de enfrentar o mundo exterior.

A importância atribuída ao pai simbólico é tamanha que com demasiada freqüência se esquece de evocar concretamente o pai em carne e osso. Pierre David lembra a intriga edificante de uma comédia de sucesso, Les enfants d'Edouard. O autor, M.G. Sauvajon, mostrava uma brilhante literata, mãe de três

319

filhos, em cujo salão o retrato de Edouard, o pai desaparecido, ocupava o lugar de honra. Logo filhos e espectadores ficarão sabendo que o querido Edouard jamais existira, não passando de um mito criado pela mãe para esconder o fato de que cada um de seus filhos tinha um pai diferente. Como o observa o doutor David, a mãe conseguiu educar os filhos fazendo ocupar o lugar do pai real, não só um personagem fictício, mas uma imagem de pai (a foto). Pierre David comenta: "Evidentemente, trata-se de uma peça de teatro! Mas, na realidade contemporânea, quantas famílias só resistem porque, numa ou em várias gerações, mulheres se revezam para apoiar uma linhagem de homens que já não se sustem senão sobre um nome, uma fachada, aparências?[64]

O pai em carne e osso

Françoise Dolto está entre os que não se limitaram a formular a teoria do pai simbólico. Respondendo diariamente, pela rádio France-Inter, às perguntas que lhe eram formuladas por escrito por pais, e mais geralmente por mães, F. Dolto lamentou muitas vezes o fato de não haver menção ao pai nos casos que lhe eram apresentados. Quantas vezes não a ouvimos dizer: "Que faz o pai? A senhora nada me diz dele!" Fala-se tão raramente do pai ao se evocar os problemas apresentados por uma criança, que F. Dolto desabafou ao microfone: "Sim, a tal ponto que, por vezes, chegamos a pensar que não existe pai."[65] F. Dolto não deveria se surpreender com essa ausência dos pais, já que a sua ação e a sua importância real vêm sendo cuidadosamente apagadas há quase dois séculos. Não são os psicanalistas os últimos responsáveis por isso, tendo enfatizado o comportamento materno e o pai simbólico, em detrimento do pai real? É preciso, portanto, render homenagem àqueles que, como F. Dolto, se dispuseram a nos falar do pai em carne e osso.

Notas de rodapé:

[64] F. David, op. cit., p. 120.

[65] F. Dolto, Lorsque 1'ênfant parait, tomo II, p. 171.

Fim das notas de rodapé.

320

À pergunta de um ouvinte-pai que se queixava de não ter um relacionamento satisfatório com os filhos, que recusavam seus carinhos e seus beijos, F. Dolto deu a seguinte resposta: "Nunca é pelo contato físico que o amor pelo pai se manifesta. Ele pode existir quando a criança é pequeai, por que não? Mas muito cedo, não devem existir mais, ou existir o menos possível. O pai é aquele que coloca a mão no ombro e diz: “meu filho!” ou “minha filha!”; que põe no colo, canta canções, dá explicações sobre figuras de livros ou de revistas, contando sobretudo as coisas da vida; ele explica também as razões de sua ausência; como freqüentemente está fora, a criança pode supor que conhece o mundo melhor do que a mamãe, que conhece principalmente as coisas da casa.. O pai deve sair com os filhos, levá-los a ver coisas interessantes (se tiver um filho e uma filha, sairá separadamente com eles, pois não são as mesmas coisas que interessam ao menino ou à menina). Mas sobretudo os pais devem saber que não é pelo contato físico, mas pela palavra que se podem fazer amar afetuosamente e respeitar por seus filhos."[66]

Esse quadro do bom pai é interessante por mais de uma razão. Em primeiro lugar, confirma a imagem tradicional do homem, ao mesmo tempo detentor da palavra e representante do mundo exterior. Em seguida, parece que o pai não pode ter outros contatos com os filhos

senão lingüísticos e racionais. É ele quem "diz", "canta", "conta", "explica". Dá as razões dos seus atos e, com isso, transmite a lei moral universal. Em contrapartida, a maternagem e a carícia lhes são formalmente proibidas, sob pena de perder a afeição e o respeito dos filhos. O amor paterno tem, portanto, a particularidade de só ser concebido e realizado à distância. Entre eles e seus filhos, a razão é a intermediária necessária, que justamente lhe permite conservar as distâncias. Enfim, esse texto tem o mérito de ratificar a distinção dos papéis masculino e feminino, paterno e materno.

Nota de rodapé:

[66]*F. Dolto, op. cit., p. 71-72 (grifo nosso).*

Fim da nota de rodapé.

321

Ninguém sabe, lendo essas palavras, se F. Dolto considera essa situação como natural, e portanto necessária, ou se ela apenas constata um fato social e contingente. Seja como for, nada nos permite pensar que ela cogite questionar tal situação. Sobretudo quando lemos o seguinte texto: "Desde os três anos, a menina gosta de fazer tudo o que a mãe faz em casa: ela descasca os legumes, arruma as camas, engraxa os sapatos, bate os tapetes ou passa o aspirador, lava a louça, lava e passa a roupa... Ela gosta também de fazer tudo o que o pai faz, quando ele trabalha com as mãos."6[7] Parece portanto indubitável, aos olhos de F. Dolto, que é a mãe, rainha do lar, quem se ocupa da casa e da cozinha. E não o pai.

A presença materna

A idéia de que a casa e as almas infantis que nela habitam são, antes e acima de tudo, objeto das preocupações maternas é ressaltada em várias ocasiões por F. Dolto. "Eu disse que a presença da mãe é, em minha opinião, necessária ao filho até o momento em que este pode tomar contato com outra pessoa, pelo andar desembaraçado e fala nítida, ou seja, nas crianças que se desenvolveram sadiamente, por volta dos 25 a 28 meses."[68]

Às mães que se "irritam ao se ocuparem sozinhas dos filhos",[69] F. Dolto aconselha colocá-los numa creche e trabalhar, pois "elas não são boas para os filhos". Uma vez apenas, ao falar da possibilidade de um auxílio financeiro dado pelo Estado à mãe que fica em casa (até o terceiro ano do filho), ela indaga: "E por que não o pai?"[70] Infelizmente, essa pergunta ficará sem resposta, como se a eventualidade não fosse realmente levada a sério.

Notas de rodapé:

6[7] Id. Ibid., p. 83: o pai faz pequenos serviços, conserta, faz jardinagem.

[68] Id. Ibid., tomo II, p. 64 e tomo I, p. 181.

6[9] Tomo I, p. 65.

[70] Tomo I, p. 181.

Fim das notas de rodapé.

322

Aliás, a hipótese não será mais aventada nos dois tomos seguintes."

Dir-se-ia que, considerando o caso daquelas que não gostam de se consagrar exclusivamente aos filhos, F. Dolto dá mostras de flexibilidade e de compreensão em relação a elas. Ao lhes sugerir a creche e o trabalho, aponta-lhes uma saída honrosa. Isso é verdade em teoria. Mas na realidade, que mãe aceita confessar-se "má" para seu filho? Colocá-lo na creche pode ser vivido como um abandono, uma confissão de egoísmo, e a uma constatação de fracasso. Sobretudo quando o trabalho da mãe não é uma necessidade econômica para o casal. Finalmente, nada prova que, como o acredita F. Dolto, a mãe que trabalha fora seja mais amante à noite, quando reencontra o filho.

É muito provável que numerosas mulheres prefeririam dividir as tarefas maternas com o pai de seus filhos; essa solução pareceria mais natural e menos culposa do que o recurso às mercenárias e à creche.

Em razão, porém, da teoria da distinção dos papéis, os psicanalistas sempre se recusaram a referendar esse desejo, que talvez não seja apanágio das mulheres. Para eles, a indistinção dos papéis é fonte possível de confusão e, portanto, de perturbação para a criança. Por isso preferem que uma mercenária substitua a mãe de sangue a que o pai assuma uma parte do papel materno. E, inversamente, preferem um segundo pai a uma mãe que desempenhasse o duplo papel. Isso porque a lei paterna e o amor propriamente materno, uma vez declarados heterogêneos, devem encarnar-se de preferência em pessoas de sexos diferentes.

A responsabilidade materna

Em conseqüência, se a mãe falta durante os primeiros anos de vida da criança, o pai não pode prestar um auxílio eficaz.

Nota de rodapé:

[71] No momento em que escrevemos, o programa da France-Inter, "Lorsque 1'enfant paraít" forneceu matéria para três volumes.

Fim da nota de rodapé.

323

Enquanto isso, o pai está ou não presente, estimula ou deses-timula sua mulher, sem que se tenha a sensação de que o problema é tanto seu quanto da mãe.

Os ouvintes cotidianos de Françoise Dolto poderão testemunhar que, em dez casos, a recomendação a um dos pais para que fizesse uma psicanálise, dirigia-se nove vezes à mãe. Como não acreditar então que a enfermidade ou a infelicidade da criança não são obra, responsabilidade e problema da mãe?

Uma formidável campanha de imprensa

Essa crença foi ainda mais acatada pelas mulheres — e pelos homens — na medida em que uma formidável campanha de imprensa baseada em idéias freudianas vulgarizadas desenvolveu-se nesse sentido desde a última guerra. Betty Friedan[75] mostrou muito bem como as americanas, pouco depois de 1945, foram condicionadas a ser mães devotadas e mulheres do lar, e a não ser senão isso; como não só a imprensa "feminina", mas os intelectuais e os professores universitários participaram dessa ação; como se utilizaram constantemente das teorias freudianas do masoquismo, da passividade feminina e do dogma da distinção dos papéis, caros aos funcionalistas, para construir a religião da mãe. "Edificou-se em torno da mãe toda uma mística. Descobriu-se de repente que ela podia ser considerada responsável por tudo, ou quase tudo. Em todos os dossiês de crianças problemas, em todos os casos de adultos neuróticos, psicopatas, esquizofrênicos, obsedados pelo suicídio, alcoólatras, de homens homossexuais ou impotentes, de mulheres frígidas ou atormentadas, entre os asmáticos ou portadores de úlceras, encontrava-se sempre a mãe. Havia sempre, na origem, uma mulher infeliz, insatisfeita.. uma esposa exigente que perseguia o marido, uma mãe dominadora, sufocadora, ou indiferente."[76] Também na França exerceu-se uma pressão ideológica do mesmo tipo sobre as mulheres.

Notas de rodapé:

[75] Betty Friedan, La femme mystifiée, Denoel-Gonthier, 1975, p. 213-214.

[76] Op, cit.

Fim das notas de rodapé.

326

Talvez menos virulenta e mais insidiosa que nos Estados Unidos, não foi por isso menos real. Retomando os principais temas abordados há dez anos na imprensa feminina, A.M. Dardigna[77] constata que eles se articulam em torno da noção de "natureza feminina", que tem por eixo a maternidade. A mulher teria um "destino biológico" a cumprir, formulado com freqüência em termos de instinto: "instinto de vida que se confunde com o das sociedades", ou "instinto profundo do ninho". A quase totalidade da imprensa feminina[78] até 1978 declarava anátemas todas as que não queriam filhos. Eram censuradas pelo seu egoísmo, sua falta de serenidade, de maturidade, ou seu narcisismo, quando não eram lançadas à categoria das "infantis".[79] As

mulheres não foram feitas para serem frutos secos, mas para assegurar, é o que se lê em Jean Duche, "o papel da esposa guardiã do lar, da mãe tranqüilizadora, fonte de doçura e de amor".[80] E isso lhe deveria ser ainda mais fácil na medida em que ela conserva em si, mais do que o homem, uma parte de animalidade. Não se hesita em compará-la à vaca, que dá provas de uma ternura espontânea pelo bezerro,[81] ou à gata, que sabe por instinto dar seu leite e seu carinho.[82] Em conseqüência, convida-se a mulher, como no século XVIII, a tomar por modelo as fêmeas animais e a amamentar a criança ao seio. Toda uma campanha pelo retorno ao aleitamento natural, que numerosas mulheres haviam abandonado antes de 1970, encontrou eco até na imprensa não feminina.

Notas de rodapé:

[77] A.M. Dardigna, La presse féminine: fonction idêologique, Mas-pero, 1978.

[78] Duas exceções notáveis: um artigo de Michèle Manceau em Marie-Claire, abril de 1979, n. 320. Uma pesquisa de F. Magazine, setembro de 1978.

[79]Elle, n. 1381.

80 [m]Elle, n. 1362.

[81] B/e, n. 1353.

[82] Rose Vincent.

Fim das notas de rodapé.

327

O professor Royer fez-se seu arauto em Le Pointe, na revista Parents. Afirmou peremptoriamente que "as crianças amamentadas ao seio criam-se melhor", subentendendo-se: do que as outras.[84] E citou com satisfação casos de mulheres que amamentam o filho até os 17 meses...

A.M. Dardigna observou que, quando se aborda o tema da maternidade, realiza-se uma passagem imediata da função biológica da procriação para o papel de criação, e depois de educação. Por tudo isso, a mulher é a única responsável. Donde uma avalanche de declarações visando a desestimular a mulher de ter um trabalho que a afaste de casa. "Teoricamente, uma mulher pode fazer tudo. Mas se ela quer criar uma família, deve estar pronta a sacrificar dez anos de sua vida, e isto entre os vinte e os trinta anos. Não vejo outro meio de se ter êxito na educação dos filhos".[85] Isso, observa A.M. Dardigna, repercute em eco, de revista em revista, e torna-se um fato estabelecido: "ela deverá, um dia, sacrificar sua carreira (ou interrompê-la), ou correr o risco de transformar seus filhos em vítimas".[86] Jean Duche, moralista da revista Elle, conclui: "a psicanálise afirma que o papel da mãe se apaga por volta do quarto ano. Imaginemos que ela tenha três filhos em três anos. Isso lhe tomará, até o quarto ano do terceiro, cerca de sete anos.. Após o que ela estaria livre para exercer um ofício na vida civil."[37]

Infelizmente, a passagem da função de procriação à criação nem sempre se detém no

terceiro ou quarto ano recomendado pelos psicanalistas. São numerosas as revistas que explicam às mulheres que sua presença em casa e sua disponibilidade são necessárias a todos os membros da família. Assim, diz o doutor Solignac em Femme Pratique: "a mãe no lar é um fator de equilíbrio.

Notas de rodapé:

[83] Le Point, n. 329, 8 jan. 1979: professor Royer, chefe do serviço clínico das doenças e do metabolismo da criança, hospital Necker de crianças doentes.

[84] Parents, 18 dez. 1978.

[85] Elle, n. 1354.

[86] Carriérisme ou maternité, Vingt ans.

87 Elle, n. 1363.

Fim das notas de rodapé.

328

As crianças têm necessidade da presença de alguém em casa, quando voltam.. digo que o modo de viver atual, trabalhando, não é bom para a família."[88] Finalmente, evocando o papel dos pais na educação dos filhos no momento da passagem da infância para a adolescência, Bonnes Soirées afirma: "Enquanto na fase precedente só a mãe estava em causa, o pai desempenha agora um papel importante, a filha está pronta a tudo para lhe agradar, e o menino quer tornar-se um homem como ele. O papel da mãe continua sendo importante, sobretudo na composição dos cardápios cotidianos!"[89]

Durante décadas, a imprensa feminina francesa fez eco, prazerosamente, a todos esses temas tradicionais. Propalaram-se exaustivamente a imagem estereotipada da boa-mãe-no-lar, as infelicidades que espreitam a criança abandonada pela mãe que trabalha. Assistiu-se a um verdadeiro sobrelanço em relação aos psicanalistas, que não pediam tanto. Infelizmente, muitos psicólogos e conselheiros de todo gênero que se manifestavam pelas revistas afiançaram essas exigências inúteis.

Não obstante, muitas mulheres resistiram a todas essas pressões. Algumas voluntariamente, em razão de suas convicções feministas; outras, muito mais numerosas, porque não tinham escolha. Foram provavelmente estas últimas que mais sofreram com a sua condição de trabalhadora dupla (como mãe e dona-de-casa, de um lado, e como profissional, do outro). Não só porque não dispunham dos meios culturais para enfrentar essa pressão ideológica, como também porque, mais sensíveis ao discurso dominante, devem ter vivido com angústia uma situação que insistia em proclamar contraditória e em conservar intacta.

Agradeçamos às feministas por terem lutado por uma modificação da situação das mulheres e em particular da imagem da mãe. Graças à sua militância e a uma parte dos meios de comunicação, que se dispôs a segui-las, começou-se a tomar conhecimento do constrangimento

feminino e materno.

Notas de rodapé:

88 Femme Pratique, abr. 1977.

89 "Bonnes Soirées, n. 2588 (grifo nosso).

Fim das notas de rodapé.

329

A maior parte da imprensa feminina foi obrigada a mudar de tom, senão de idéias. Foi preciso constatar, ainda que timidamente, que havia uma profunda defasagem entre a teoria afirmada alto e bom som e a vida real das mulheres.

330

3 -- AS DISTORÇÕES ENTRE O MITO E A REALIDADE

Na década de 1960, quase quinze anos após a publicação de O segundo sexo, de Simone de Beauvoir, surgiu nos Estados Unidos um importante movimento feminista que se espalhou rapidamente pelo mundo ocidental. A finalidade prioritária das novas teorizadoras foi pôr em questão os fundamentos e as implicações da concepção freudiana da feminilidade. Mas elas não se contentaram em proceder a uma análise crítica dos conceitos da psicanálise. Mostraram também, com seu exemplo e suas lutas, que uma outra prática feminina era possível, e mesmo desejável. Depois de um longo período de mutismo, mulheres tomaram por fim a palavra — de maneira excessivamente ruidosa para o gosto de alguns — para lançar toda a luz sobre desejos ocultados havia séculos e a opressão sexista que os provocava.

Esse novo discurso feminista teve conseqüências fundamentais, até agora não avaliadas. Ao destruir primeiro o mito freudiano da mulher normal, passiva e masoquista, ele tornou caduca a teoria da mãe naturalmente devotada, nascida para o

331

sacrifício, e pôs em incontestável dificuldade os teóricos atuais da psicanálise. Criava-se, ao mesmo tempo, uma situação absolutamente insustentável, fazendo nascer um conflito irresistível entre duas exigências contraditórias. Encorajando as mulheres a serem e a fazerem o que se julgava anormal, as feministas lançaram os germes de uma situação objetivamente

revolucionária. A contradição entre os desejos femininos e os valores dominantes não pode deixar de engendrar novas condutas, talvez mais perturbadoras para a sociedade do que qualquer mudança econômica que se produza.

UMA OUTRA NATUREZA FEMININA?

Freud havia descrito o homem como um ser ativo, conquistador, em luta com o mundo exterior. A mulher permanecia passiva, masoquista, distribuidora do amor no lar e capaz de secundar o marido com devotamento.

Kate Millett foi uma das que elaboraram a crítica mais minuciosa das teorias freudianas.[1] Passando no crivo as diferentes noções da psicologia feminina, soube apontar as falhas de raciocínio do pai da psicanálise: negligência da hipótese social, postulados teóricos indevidamente confundidos com verdades demonstradas.

Vimos que a inveja do pênis constitui a base da interpretação freudiana da personalidade feminina; é uma das idéias chaves merecedoras de um exame crítico. Segundo Freud, quando a menina compara seu sexo com o do menino, passa por uma experiência trágica que a marcará por toda a vida. Kate Millett observa que essa afirmação está longe de ter sido demonstrada e, mesmo admitindo-se que seja verdadeira, cumpriria indagar por que isso ocorre. Se a virilidade é, em si

*mesma, um fenô*meno superior, deveria ser possível demonstrá-lo.

Nota de rodapé:

[1] Kate Millett, La politique du mâle, p. 202-225. Na França, Luce Irigaray foi uma das primeiras psicanalistas a contestar o modelo freudiano. Ver Ce sexe qui n'en est pas un, Paris, Minuit, 1977.

Fim da nota de rodapé.

Se não é, a mulher a avalia erroneamente e deduz indevidamente que é inferior. Nesse caso, conviria saber que forças a levaram a se considerar como um ser inferior. Kate Millett pensa, com razão, que a resposta deve ser buscada junto à sociedade patriarcal e à situação que esta reserva para as mulheres. "Mas Freud desprezou esse caminho e optou, ao contrário, por uma etiologia da experiência infantil fundada na realidade biológica das diferenças anatômicas entre os sexos."[2]

Freud supõe também que a menina compara — desfavoravelmente para si mesma — esse sexo visível que é o pênis de um menino e experimenta um ciúme imediato. Por que, pergunta Kate Millett, o que é maior seria considerado melhor? Por que a menina não consideraria seu corpo como a norma e o pênis como uma excrescência antiestética? Por fim, em que se baseia Freud para afirmar que o pênis pareceria à menina mais apropriado à masturbação

do que o próprio clitóris? São todas questões a que Freud nunca respondeu, não tendo fornecido nenhuma prova objetiva para sustentar sua noção de inveja do pênis ou de complexo de castração feminino. Como então não concluir pelo subjetivismo de Freud, por um "preconceito de supremacia masculina bastante claro",[3] qualificado de "falocên-trico" por Ernest Jones? Como, enfim, não se surpreender com a leviandade com que Freud deduz da descoberta da castração (que ele pensa ser uma experiência feminina universal) todas as etapas ulteriores da psicologia e da sexualidade femininas? Não é em razão dessa inveja do pênis, reprimida mas nunca eliminada, que a mulher encontrará sua plena realização na maternidade? Não é em razão dessa deficiência orgânica que ela será para sempre dependente, invejosa, pudica, menos criativa, menos social e menos moral que o homem?

Segundo a inveja do pênis seja sublimada ou não na maternidade, a mulher será sadia ou doente. *Notas de rodapé:*

[2] Id. Md., p. 203.

3 Id. Ibid., p. 205.

Fim das notas de rodapé.

333

Por conseguinte, todas as que demonstram virilidade, independência ou atividade são loucas. As que preferem fazer carreira a procriar e aquelas — em geral as mesmas! — que não renunciam a seus clitóris são todas "imaturas", "regressivas" e "personalidades incompletas".

Ao examinar as três características essenciais da personalidade feminina (passividade, masoquismo e narcisismo), Freud descartou, com a mesma leviandade, a hipótese cultural e a social. As três características enunciadas não só lhe parecem constitucionais, como representam a norma do bom desenvolvimento feminino. Ao que parece, pouco importava que a educação e todos os fatores de socialização tenham incitado as mulheres a tomarem tais atitudes. Mais uma vez, o adquirido era declarado inato, e Freud repetia o erro metodológico cometido por Rousseau no Émile. Ambos pensavam descrever a natureza feminina e, na realidade, não faziam mais do que reproduzir a mulher que tinham diante dos olhos. A sentimental do século XVIII ou a castrada do século XIX passavam por imagens do eterno femi-mino.

Na segunda metade do século XX, mulheres opuseram um desmentido irrecusável a essas definições da "natureza" feminina. Provaram com suas ações que não eram constitucionalmente "passivas" ou "masoquistas", nem essencialmente "vaginais".

Na verdade, desde que entreabriram as portas de suas casas e invadiram as universidades, os tribunais, os hospitais ou os sindicatos, as mulheres mostraram que o ativismo, a independência e a ambição não eram apanágio dos homens. E quem pode afirmar seriamente que essas mulheres, chefes de Estado ou líderes de partidos, cirurgiãs, engenheiras, juízas ou

empresárias não passam de homossexuais reprimidas? Somos obrigados a admitir que, quanto maior é o desenvolvimento intelectual das mulheres, mais elas procuram desempenhar funções tradicionalmente qualificadas de masculinas. Será fácil responder-nos que são apenas "reivindicadoras", cuja "natureza" foi deformada na infância por uma evolução psicológica infeliz, ou

334

por uma imobilização patológica na fase pré-edipiana. Essas explicações já não nos podem satisfazer.

Que vale um conceito de natureza que muda ao sabor da cultura e das educações? Que restará desse "eterno feminino" freudiano, quando amanhã todas as mulheres tiverem acesso, assim como os homens, ao saber e ao poder? O "gênero" feminino será declarado invertido, em sua toxidade? Ou continuaremos a proclamar que as mulheres são menos justas, menos sociáveis, menos criativas do que seus parceiros masculinos?

O mesmo acontece com o masoquismo, que devia, em princípio, marcar cada grande etapa da vida sexual feminina: a menstruação, a defloração, o parto. No que diz respeito à menstruação e ao parto, já se sabe que a dor que os acompanha não é inexorável. Se hoje as mulheres se recusam maciçamente a sofrer, não é isto uma prova de que a dor lhes repugna tanto quanto à outra metade da humanidade? Dir-se-á que, pelo menos, o seu "gosto erógeno pela dor" subsiste em sua atividade sexual. Não haveria uma masoquista adormecida em toda mulher? E o fantasma de violação não é especificamente feminino? Mas como saber se esse desejo não é na verdade compartilhado por homens e mulheres? Como medir o peso de tradições e imagens milenares sobre o psiquismo humano? Não é certamente por acaso que, no momento mesmo em que tomaram a palavra, as mulheres gritaram a plenos pulmões que abominavam a violação e exigiam reparação para esse ultraje. Feministas encarniçadas ou "viris recalcadas", as mulheres que já não suportam sofrer em silêncio e fingir apreciar esse sofrimento são cada vez mais numerosas.

Quanto às muitas mulheres que viram sua vida sexual estragada por um amante demasiado brutal ou por um marido violador, deve a sua frigidez ser atribuída à falta de masoquismo? Ou não serão elas assim simplesmente porque violação e brutalidade são tão inconvenientes às mulheres quanto aos homens? Que pensar, por fim, daquelas que acreditaram ser frígidas porque

335

durante séculos lhes repetiram que só existe or-gasmo vaginal, e que, fora da vagina, não há salvação para as mulheres? Durante esse tempo, elas se calaram, envergonhadas de se sentirem

anormais, julgando-se as únicas vítimas de uma maldição inconfessável. Quando se lê aqui ou ali que o "vaginismo" é a expressão mais dramática da frigidez feminina, quando se escuta o doutor Friedmann declarar "que ele é a expressão da agressividade e da vingança das mulheres contra a servidão cotidiana",[4] como não seriam elas consideradas como doentes e loucas?

As primeiras grandes pesquisas sobre a sexualidade feminina revelaram a extensão do "mal", a tal ponto que se chegou a sugerir a inexistência do orgasmo vaginal. O relatório Kinsey de 1953, fundado em entrevistas feitas com seis mil mulheres, concluía que "só existe o orgasmo clitoridiano, pois o orgasmo é provocado pelo clitóris". Nos anos 1966-1970, Masters e Johnson reafirmaram que só há uma espécie de orgasmo feminino, e não duas; que os orgasmos, durante o coito, são provocados por uma estimulação indireta do clitóris e não por uma estimulação da vagina.[5] No entanto, as estatísticas apresentadas pelos sexólogos praticamente não modificaram a opinião dos psicanalistas. Eles continuam a afirmar o primado da vaginalidade, como P. David, que "denuncia a idéia falsa (?) de uma superioridade do orgasmo clitoridiano em detrimento do gozo vaginal.

Notas de rodapé:

[4] Palavras pronunciadas no Seminário da União para o Planejamento Familiar na Inglaterra, reproduzidas por A. Schwarzer in La petite différence et ses grandes conséquences, Ed. des Femmes, 1978, p. 275.

[5] Todos os relatórios posteriores sobre a sexualidade feminina confirmaram a importância do prazer clitoridiano. Segundo Giese, 85% das mulheres chegam ao orgasmo dessa maneira. O Relatório Hite (1974-1976) inclui nesse caso 95% das mulheres, contra apenas 30% que dizem ter orgasmos durante o coito sem carícia do clitóris. A pesquisa realizada em 1979 pelo Frattce Magazine confirma os resultados precedentes.

Fim das notas de rodapé.

336

Isso equivale a tomar demagogicamente o partido da neurose..."6

Contudo, diante dessa recusa maciça das mulheres a abandonar o clitóris pela vagina, e mesmo a distingui-los, não podemos deixar de pensar, por um instante, no que Freud, Marie Bonaparte ou H. Deutsch teriam respondido. Teriam eles se rendido diante desse exército de mulheres "viris", "regressivas", "impotentes"? Teriam declarado queixa contra uma sociedade que produz mulheres tão inadequadas? Ou, como Balint, condenariam "os maridos excessivamente polidos, que não são capazes de agarrar suas mulheres à força",[7] julgando que só a violação pode satisfazer os seus secretos desejos?

Muitos psicanalistas continuam a pensar que a frigidez feminina durante o coito é o resultado de uma luta inconsciente contra seus desejos masoquistas, e que a violação continua sendo o "sonho primitivo" de toda mulher. Parecem não dar importância — quando não as ignoram com desdém — às pesquisas realizadas pela sexologia. Como se fosse melhor desprezar

os dados da experiência do que ter de reformular conceitos e teorias. A psicanálise, hermenêutica do inconsciente, tem, é claro, algumas circunstâncias atenuantes. Habituada a interpretar as recusas da consciência como desejos inconscientes,[8] ela conclui facilmente que, quando uma mulher afirma não ser mais masoquista do que um homem, ou não ser capaz de gozar vaginalmente, estas são apenas expressões invertidas de desejos reprimidos. Convictos disso, como poderão jamais os psicanalistas levar a sério as palavras e as reivindicações femininas?

Parece, porém, que certos psicanalistas não são insensíveis aos discursos das feministas. Mesmo que alguns, como Juliet Mitchell, se obstinem em demonstrar que nenhuma delas soube ler Freud, outros aguçam o ouvido, insistem na persistência da bissexualidade originária e na idéia de que Passividade e Atividade não são, respectivamente, o próprio da mulher e do homem.

Notas de rodapé:

[6] *Pierre David, op. cit., p. 163.*

[7] *Alice Schwarzer, op. cit., p. 277.*

[8] *Cf. o artigo de Freud sobre a negação, Imago, 1927.*

Fim das notas de rodapé.

337

Mas, se o tema do masoquismo como "condição feminina característica",[9] é posto em surdina, restam algumas "verdades primeiras" que ninguém pensa em rever. Entre elas, a inveja do pênis,[10] lei universal da natureza feminina, a crer no que afirma Maria Torok: "Em todas as análises de mulheres sobrevém necessariamente um período durante o qual surge uma cobiça invejosa em relação ao membro viril e a seus equivalentes simbólicos... O desejo exacerbado de possuir aquilo de que a mulher se julga privada pelo destino — ou pela mãe — exprime uma insatisfação fundamental que alguns atribuem à condição feminina.. Ora, é notável que, entre o homem e a mulher, só ela atribua esse estado de falta à própria..natureza' do seu sexo:..é por eu ser uma mulher'."[11]

O FIM Do DEVOTAMENTO ABSOLUTO

O outro dogma que os teóricos da psicanálise estão longe de abandonar é a necessária distinção entre os papéis paterno e materno para o bom desenvolvimento da criança. A mãe permanece a principal dispensadora de amor para o recém-nascido e o bebê. É a ela, ou a um substituto feminino, que está reservado o prazer ou o fardo de assumir esse primeiro corpo a corpo vital para a criança. Embora a palavra "devotamento" já não esteja em moda, a realidade que designa é um dado incon-tornável que todas as mães conhecem perfeitamente. Amamen-tar, dar banho e comida, vigiar os primeiros passos, consolar, cuidar, tranqüilizar à noite.. são gestos

de amor e de devotamento, mas são também sacrifícios que a mãe faz pelo filho. O tempo e a energia que ela lhe dedica são também algo de que ela se priva em favor do filho.

Notas de rodapé:

9 Freud, Le problème économique du masochisme (1928).

[10] *Ver, entre outros, o artigo de Maria Torok, "Signification de 1'envie du pénis chez Ia femme", in La sexualité féminine, Payot, n. 147.*

[11] *P. 203 (grifo nosso).*

Fim das notas de rodapé.

338

Ora, esse dom de si mesmas,que se afigura tão natural e tão específico ao seu sexo há quase dois séculos, parece estar sendo questionado pelas mulheres. Não que elas se afastem por completo dessas tarefas, mas mostram por meio de vários sinais que desejam compartilhar com seu companheiro o amor pelo filho e o sacrifício de si, como se estes não lhe fossem inerentes. Como se esses dois atributos da maternidade não pertencessem obrigatoriamente ao sexo feminino.

Além disso, as mulheres estão mais sensíveis à dualidade dos papéis materno (centralizado na casa, no interior) e feminino (voltado para o exterior). Fala-se muito da harmonia, da complementaridade e mesmo do aspecto benéfico desses papéis para a criança, mas raramente se evocam os problemas que podem suscitar para a mulher. Nada se diz sobre o seu antagonismo possível, como se isso fosse problema apenas das mulheres. Os homens, e a sociedade que reflete seus valores, não parecem estar perto de remediar essa situação. A única solução sugerida para pôr fim ao conflito dos dois papéis é eliminar um deles, ou seja, o trabalho feminino fora do lar. Em vão, pois as mulheres se recusam a dar ouvidos.

Ao contrário, são cada vez mais numerosas as que evitam ao máximo não só as tarefas domésticas, como também as maternas, que já não consideram "seu lar", pessoas e coisas, como seu reino natural.

O aumento significativo do número de mulheres ditas "ativas" a partir da década de 1960 parece confirmar essa hipótese." Enquanto em 1962 o censo apontava a existência de 6.585.000 trabalhadoras (27,5% do total da população ativa), em 1976 já se contavam 8,5 milhões (ou seja, 38,4%). Esse aumento de 11% de trabalhadoras em menos de quinze anos merece reflexão. Pois, se em 1906 39% das mulheres já integravam o mercado de trabalho, seus estatutos, funções e motivações eram muito diferentes do que são hoje.

Nota de rodapé:

[12] *Estes números e os próximos foram tomados do livro de Christiane Menasseyre, Les françaises aujourd'hut, fíatier (1978). (Em outubro de 1978: 39,4% de mulheres ativas.)*

Fim da nota de rodapé.

339

Cerca de 40% trabalhavam na agricultura, 30% na indústria (como mão-de-obra) e o restante no setor terciário. Em 1976, as proporções por setores estão invertidas. As mulheres já não representam mais do que 22,9% dos trabalhadores industriais, e mesmo que em sua maioria elas permaneçam operárias não qualificadas e serventes (53%), 40% das assalariadas da indústria trabalham em escritórios ou desempenham funções administrativas de nível médio.

A mudança mais espetacular diz respeito ao aumento do número de mulheres no setor terciário, e de sua qualificação. Trinta e cinco por cento do total dos trabalhadores (de ambos os sexos) do setor no início do século, elas passam a ser 46,2% em 1968 e 48,1% em 1975. Enquanto em 1968 as trabalhadoras do setor terciário representavam 59,8% das mulheres ativas, em 1976 já representam 67,2%. Ainda que ocupem sobretudo postos pouco qualificados, seu número cresce em todas as categorias. Assim, a porcentagem de mulheres que desempenham funções executivas aumentou de 14 para 22% entre 1968 e 1972.

O que se pode concluir de todos esses números? Em primeiro lugar, observa-se que 11% das mulheres optaram por ter uma atividade profissional, não numa época de penúria (1962-1978), de guerra ou de crise, mas num período de prosperidade e de expansão econômica. Por conseguinte, para boa parte delas, o duplo salário era uma necessidade menos premente do que em 1906. Por outro lado, em certo número de lares, a perda das vantagens sociais e fiscais e as despesas com a guarda das crianças acarretadas pelo trabalho da mãe mal são compensadas pelo segundo salário. Se, a esse pequeno benefício, acrescentamos o cansaço da dupla jornada de trabalho, o desgaste nos meios de transporte etc, pode nos surpreender, como de fato surpreende muitas pessoas, que as mulheres escolham essa solução. Por fim, se é verdade que muitas delas, notada-mente as não qualificadas, operárias do setor secundário, não

340

têm escolha, visto que o segundo salário constitui uma necessidade vital para a sua família, a progressão da qualificação feminina no setor terciário indica uma tendência bem diversa. Pela primeira vez na história milenar do trabalho feminino, as mulheres escolhem voluntariamente deixar casa e filhos para trabalhar fora. A seus olhos, o trabalho já não é assimilável ao "tripaliurn"[13] de outrora, mas represent£"tim meio de realização, senão de desenvolvimento da personalidade.[14]

A conclusão obrigatória é que, há uma quinzena de anos, um número crescente de mulheres que dispõem de meios para permanecer no lar e mimar os filhos à vontade prefere delegar a outros essas tarefas e passar fora de casa a maior parte do seu tempo.

Sem dúvida elas ainda não são maioria, já que mais da metade das francesas são mães

"de prendas domésticas", e, entre as que trabalham, um número muito significativo não tem outra escolha. Mas não se pode esquecer que, à medida que as mulheres elevam o seu nível de instrução, podendo assim aspirar a situações profissionais interessantes, maior é o número das que optam por abandonar as tarefas domésticas.

Ora, na sociedade ocidental de hoje, e sobretudo na França, onde as instituições coletivas que acolhem crianças são escandalosamente insuficientes, o trabalho materno suscita um duplo problema que lança uma nova luz sobre certas idéias tidas como irrefutáveis (ou até as contradiz): a maternidade como definição essencial da mulher, o amor espontâneo e o devotamento natural da mãe ao filho.

O problema prioritário que se apresenta a toda mãe que trabalha fora de casa é a guarda do(s) filho(s) de menos de três anos.

Notas de rodapé:

[13] Instrumento de tortura do século XIII.

[14] Ver a pesquisa Sofres publicada por Frànce Magazine em fevereiro de 1980 sobre o trabalho feminino: ela mostra que 58% das mulheres atualmente inativas desejariam trabalhar e que 57% das mulheres ativas prefeririam continuar a trabalhar mesmo que tivessem possibilidades financeiras de parar.

Fim das notas de rodapé.

341

Esse problema envolve dois aspectos distintos: um de ordem material (a quem confiá-lo?) e outro de ordem psicológica (ele se sentirá feliz?). O aspecto material é hoje particularmente difícil de superar. Segundo os números mais recentes,[15] 920 mil crianças de zero a três anos devem estar sob a guarda de mulheres que não são sua mãe. Ora, as creches coletivas oferecem pouco mais de 56 mil vagas, as creches domésticas, 26 mil, os jardins de infância particulares, 17 mil e as escolas maternais, 120 mil (mas estas só acolhem crianças entre dois e três anos). Para as 700 mil crianças que restam, os pais recorrem quer a um outro membro da família (100 mil crianças), quer a uma empregada doméstica (70 mil crianças), quer ainda aos serviços de uma ama-de-leite contratada (mais de 300 mil crianças). As outras 200 mil crianças são geralmente acolhidas por vizinhas ou "clandestinas". Todos esses números mostram que os governos que se sucederam desde os anos 1960 (data do notável aumento do trabalho feminino) nada fizeram para ajudar as mulheres que trabalham fora de casa, e aparentemente nem sempre têm a intenção "de investir na primeira infância".[16]

O segundo aspecto das coisas é essencialmente psicológico e suscita a questão da "boa escolha" para a criança. O fato de a mãe voltar ao trabalho dois meses e meio ou quatro meses depois do parto[17] não muda radicalmente o problema. Sem dúvida, isso permitirá às que querem amamentar fazê-lo por mais tempo, obedecendo assim às injunções cada vez mais insistentes dos

pediatras, psicólogos e ecologistas. O professor Royer, renomado pediatra, afirmou no Congresso de Mônaco:

Notas de rodapé:

[15] Cf. o artigo de Catherine Arditti, "Une politique de la famille", III, Le Monde, 22 nov. 1979.

[16] Segundo a expressão de C. Arditti.

[17] Em novembro de 1979, a Sra. Pelletier, ministra da Condição Feminina, anunciou que a licença de maternidade fora prolongada de quatro para seis meses "para permitir às mulheres que trabalham acolher em melhores condições o terceiro filho".

Fim das notas de rodapé.

342

"pelo menos de seis semanas a dois meses, e o ideal seria por um período de dois a cinco meses.. ou talvez mais."

Já assinalamos a que ponto os meios de comunicação de massa apoiaram a campanha ecológica em favor da amamentação materna. Teria sido essa campanha e a publicidade dada aos conselhos dos pediatras que produziram tais efeitos? O fato é que se assistiu a uma verdadeira viravolta de atitudes entre as mães. Até os anos 1970, apesar dos constantes protestos dos psicólogos e pediatras, o número de mulheres que amamentavam o filho diminuiu regularmente. Não passavam de 37% em 1972. [18] Em 1976, uma pesquisa Sofres, feita por Guigoz nas maternidades francesas, mostrava que 48% das mulheres amamentavam o filho durante a primeira semana depois do nascimento. Uma segunda pesquisa, efetuada em 1977, indicava que elas eram 51%. Contrariando os preconceitos, encontrava-se uma porcentagem mais elevada de mulheres com uma atividade profissional, um nível de estudos superior e pertencentes a categorias sociais privilegiadas. Vinte e cinco por cento de camponesas contra 57% de esposas de executivos. Mas a pesquisa não diz se as esposas de executivos eram também elas executivas.

Estranho fenômeno essa nova moda de amamentar ao seio, exatamente quando a mortalidade infantil atinge o seu nível mais baixo e nunca houve melhores substitutos para o leite materno! Essas pesquisas nada nos dizem em relação a um ponto essencial: sabemos que as mulheres amamentam cada vez mais nas maternidades, mas ignoramos por quanto tempo elas continuam amamentando em casa. Tampouco conhecemos suas novas motivações, ou as pressões inconscientes de que são objeto. Sabemos, porém, que em vários serviços pilotos de obstetrícia de Paris, as novas mães são condicionadas nesse sentido. É, portanto, muito difícil avaliar a porcentagem de mulheres que amamentam espontaneamente e por prazer, as que o fazem mecanicamente para obedecer a uma moda, ou, por fim, as que o fazem para não se sentirem culpadas e já "mães más" desde os primeiros dias do filho.

Nota de rodapé:

18 Pesquisa do Inserm.

Fim da nota de rodapé.

343

O fato de terem sido as mulheres que trabalham fora e as intelectualmente mais evoluídas as que primeiro e mais maciçamente responderam ao apelo dos pediatras pode sugerir várias hipóteses. Não são elas as menos rígidas, as menos tradicionais, as que estão dispostas a fazer novas experiências? Provavelmente pouco ou não amamentadas pelas próprias mães, talvez tenham pensado que, amamentando, dariam à criança "uma satisfação adicional" e uma possibilidade suplementar de equilíbrio e de felicidade! Pode-se também aventar a hipótese de que, estimuladas pela ideologia dominante, elas puderam proporcionar a si mesmas um verdadeiro prazer que antes não ousavam reivindicar. Mas pode-se igualmente pensar que, se as mulheres que trabalham fora amamentam mais do que as outras, é também porque experimentam um obscuro sentimento de culpa em relação ao bebê que logo entregarão aos cuidados de outrem. Talvez pensem: "Dou a você o meu leite para compensar um pouco a minha ausência futura..!"

É difícil chegar até o inconsciente das mulheres, pois cada uma tem suas próprias razões para amamentar ou não. No entanto, acreditamos que seria um erro concluir demasiado rapidamente, com base nesse recrudescimento da amamentação materna, pelo devotamento natural da mãe ao filho. Enquanto no século XVIII o aleitamento materno era, incontestavelmente, a causa de uma maior possibilidade de sobrevivência para a criança, e portanto uma prova de amor objetiva, hoje já não podemos saber se a mãe amamenta para proporcionar um prazer tanto a si mesma quanto ao filho, ou para aplacar suas angústias.

Supondo-se que a mãe amamenta bem o seu bebê de acordo com os conselhos do pediatra, isto é, entre seis semanas e cinco meses, o que nem de longe foi provado, resta-nos abordar o momento crucial da primeira separação. Quando a mãe terminou sua licença de maternidade e o bebê já tem três ou quatro meses, ela precisa entregá-lo a mãos estranhas e confiar na

344

providência. Além disso, se ela decidiu voltar a trabalhar antes que o filho complete trinta meses, não deve adiar demais essa primeira separação, particularmente desaconselhada entre os seis e os dezoito meses.

Françoise Dolto, como vimos, pensa que a criança não somente necessita de sua mãe ou de um substituto até os vinte e cinco ou trinta meses, mas que suporta mal as mudanças intempestivas de babás. Por conseguinte, todas as mulheres que trabalham fora e que não podem contar com a ajuda de um membro da família, correm um risco que dificilmente pode ser avaliado de antemão. Como confiar no pessoal, freqüentemente renovado, de uma creche, ou de

outros estabelecimentos? Como saber se a ama a quem se confia o filho durante o dia inteiro será suficientemente conscienciosa e maternante? Como ter certeza de que, durante os trinta primeiros meses, não se terá de mudar de residência ou de trabalho, o que implica também uma mudança de guarda para a criança? Como assegurar, enfim, que uma jovem que trabalha em troca de casa e comida ou uma empregada que durma no emprego permanecerá o tempo desejado junto da criança que se apega a ela? Em outras palavras, como ter certeza de que uma outra pessoa fará pela criança o que a mãe não faz? Dar-lhe-á a presença, o carinho e a atenção que se esperam da mãe ideal?

Como é impossível responder a estas perguntas e ter certezas, somos obrigados a concluir que as mães que trabalham fora assumem um risco psicológico real, e variável segundo as crianças, pois é sabido que algumas se adaptam melhor às mudanças e são menos frágeis do que outras. Mas, se admitirmos a tese do devotamento espontâneo e natural da mãe, como explicar que aquelas que não são compelidas ao trabalho por uma necessidade vital assumam tal risco? Neste caso, não estamos diante de uma situação análoga à existente no século XVIII? Não podemos comparar essas mulheres que escolhem trabalhar fora, em vez de permanecer em casa durante os trinta primeiros meses da criança, com aquelas damas abastadas ou ricas que,

345

nos séculos XVII e XVIII, se recusavam a cuidar pessoalmente dos filhos e, mal estes nasciam, entregavam-nos a uma ama-de-leite?

Duzentos anos de ideologia materna e o desenvolvimento do processo de "responsabilização" da mãe modificaram radicalmente as atitudes. E, mesmo quando trabalham, as mulheres do século XX permanecem infinitamente mais próximas dos filhos e preocupadas com eles do que as de outrora. Uma vez mais, porém, temos a prova de que a maternidade não é sempre a preocupação primeira e instintiva da mulher; de que não necessariamente o interesse da criança prevaleça sobre o da mãe; de que, quando são libertadas das imposições econômicas, mas têm ambições pessoais, as mulheres nem sempre escolhem — longe disso — abandoná-las, ainda que por apenas alguns anos, pelo bem da criança. Parece, portanto, que não há comportamento materno suficientemente unificado para que se possa falar de instinto ou atitude materna "em si". As mulheres que se recusam a sacrificar ambições e desejos ao maior bem-estar do filho são demasiado numerosas para serem classificadas como exceções patológicas que confirmariam a regra. Essas mulheres que se realizam melhor fora do que dentro de casa são quase sempre as que se beneficiaram de uma instrução superior e mais satisfações podem esperar do exercício de sua profissão. Seria uma ironia fácil dizer que as mais cultas são as mais "desnaturadas". Isso não resolveria nada. A instrução das mulheres é irreversível e, se tivéssemos de fazer o retrato

antecipado das mulheres do futuro, sem dúvida as imaginaríamos ainda mais desnaturadas, detentoras do saber e do poder em pé de igualdade com seus companheiros.

A insatisfação

O segundo problema levantado pelo trabalho feminino, e em particular o da mãe, é a dupla jornada de trabalho, geradora de insatisfações na medida em que é muito desigualmente partilhada com o cônjuge. Todas as pesquisas mostram que

346

tanto as mulheres que trabalham fora como as que permanecem em casa fazem o essencial do trabalho doméstico e parental, e que os homens participam muito pouco dessas tarefas. Embora as mulheres que têm uma atividade profissional dediquem menos tempo ao trabalho doméstico e ao cuidado dos filhos, são sempre elas que realizam a maior parte de um e de outro, em detrimento do seu tempo de lazer. Uma pesquisa do INSEE, citada por Andrée Michel,[19] mostra que em média, e em todas as faixas etárias, os homens dedicam à produção mercantil (trabalho remunerado) e não mercantil (trabalho doméstico) um total diário de 9,2 horas, contra 10,3 no caso das mulheres. Restam-lhes 4,1 horas de lazer diário contra apenas 3 horas para as mulheres. O homem ganha portanto, em média, 7,7 horas de lazer suplementar por semana.

Por outro lado, se as pesquisas mostram uma maior participação do marido nas tarefas domésticas quando a mulher trabalha fora de casa, o quadro estatístico, que mais uma vez tomamos do livro de A. Michel,[20] mostra que ela continua a ser relativamente desigual.

PARTICIPAÇÃO DOS MARIDOS

NAS TAREFAS DOMÉSTICAS

(em porcentagem)

SEMANA Mulheres Mulheres

Arrumação da cama Limpeza da casa Cozinha

Lavagem de louça Pôr/tirar a mesa Ajuda doméstica total Compras

do lar

ativas

do lar

3,2

15,8

10,4

2,8

4,8

8,4

5,8

16,7

10,5

11,7

23,0

15,2

17,5

21,4

14,8

28,7

43,4

36,8

15,9

18,9

15,1

DOMINGO

Mulheres Mulheres

do lar ativas

10.4 18,5

8,4 9,9

10.5 16,6

15,2 20,4

14,8 12,6

36,8 41,4

15,1 14,8

Notas de rodapé:

[19] *A. Michel, La femme dam la société marchande (1978), p. 148.*

[20] *Id. Ibid., p. 187.*

Fim das notas de rodapé.

Atividades da mãe segundo sua situação profissional e o número de filhos (durante um dia comum)

. 2 filhos 3,4 filhos 5 filhos e mais

Mulheres ativas Mulheres do lar Mulheres ativas Mulheres do lar Mulheres ativas Mulheres do lar

7-7

Diversos ..

Cuidados pessoais

Refeições

Café -..

da manhã

24 horas medidas em horas e décimos de hora.

Gráfico de S. Riandley, extraído do livro de Andrée Michel, Lafemme dans Iasociété marchande, p. 187.

A. Michel observa ainda que a proporção dos pais que prestaram ajuda na toalete ou nos deveres escolares dos filhos é também bastante baixa, embora quase toda a amostra se diga interessada na presença dos mesmos. Mas, antes de examinar o problema da participação paterna na educação dos filhos, olhemos mais uma vez o gráfico[21] referente às atividades da mãe (durante um dia comum) segundo Sua situação profissional e o número de filhos. Ele mostra que a mãe "ativa" dorme menos do que a mãe do lar, e que, embora dedique menos tempo aos filhos e às tarefas domésticas, seu tempo de lazer é notavelmente reduzido em relação ao da mãe do lar. Os números do quadro revelam os fatores objetivos da fadiga e do provável desgaste nervoso das mães que trabalham fora.

Para melhor compreender a sua situação, e mesmo a sua insatisfação, devemos nos deter por um instante no problema da divisão das tarefas familiares. Graças a uma pesquisa muito minuciosa realizada pela FNEPE[22] sobre as famílias francesas com filhos de sete a onze anos, podemos conhecer a participação real de cada um dos pais nessas tarefas. Ambos os pais, interrogados isoladamente sobre a sua própria contribuição, a do cônjuge ou a contribuição de ambos, tinham de responder a questões assim formuladas: "Em sua casa, é sobretudo o pai, sobretudo a mãe ou ambos que se ocupam de..?" As respostas foram as seguintes:

Mãe Pai

Preparo das refeições 82% 2%

Guarda e cuidado dos filhos doentes 81% 1%

Compra de roupas, utensílios em geral 77% 1%

Consulta ao médico, dentista 75% 5%

Compra de alimentos 67% 4%

Notas de rodapé:

[21] *Id. Ibid. (ver Quadro da p. 348).*

[22] *A FNEPE (Federação Nacional das Escolas de Pais e Educadores), publicou essa pesquisa na revista Le Groupe Familid, n. 83, abr. 1979.*

Fim das notas de rodapé.

349

Relações com professores 57% 9%

Ajuda nos deveres escolares 50% 596

Organização dos lazeres fora de casa 36% 6%

Participação nos jogos do filho 22% 15%

Verifica-se que o mínimo de contribuição materna (22%) é sempre superior ao máximo de contribuição paterna (15%); que as mães se ocupam antes de tudo das tarefas vitais para o filho: alimentar, cuidar, vestir, e que os pais preferem as tarefas menos impositivas (jogos, organização dos lazeres e relações com os professores) e mais agradáveis. Por outro lado, as tarefas que os pais assumem com maior freqüência sozinhos são também aquelas que, com maior freqüência, partilham com seus cônjuges... "Observa-se", diz C. Dollander, "uma distribuição muito tradicional das tarefas familiares, que indica uma estagnação desse aspecto dos papéis parentais e dos modelos masculinos e femininos que recobrem".[23] Observa-se também que a contribuição do pai é identicamente reduzida, seja qual for a sua categoria sócio-profissional, ao passo que a divisão das tarefas "a dois" pode variar segundo o seu nível de instrução. Entretanto, nota-se que os pais quase nunca consideram que as tarefas familiares lhes podem ser exclusivamente atribuídas. Na "divisão das tarefas", eles "ajudam" as mães nas atividades que, por tradição, continuam a ser incumbências exclusivas delas. Aparentemente, a grande maioria dos homens e das mulheres considera isso normal:

Pais Mães

Satisfeitos 92% 86%

Insatisfeitos 7% 13%

Sem resposta 1% 196

Nota de rodapé:

[23] *C. Dollander chama atenção para o fato de que se trata de pais com filhos de sete a onze anos, cuja idade varia em média de 30 a 45 anos (op. cit., p. 28).*

Fim da nota de rodapé.

350

Ao comentar a taxa relativamente baixa de insatisfação materna, C. Dollander indaga "se as mães se sentem autorizadas a se sentir insatisfeitas com um modelo milenar, e se aquelas que se permitem esse sentimento, a fortiori aquelas que ousam expressá-lo, não são realmente minoritárias.. Ou se as mulheres não fazem de certa maneira questão de conservar na família o poder que lhes confere a responsabilidade pelas tarefas que a ela estão ligadas". Essas duas hipóteses são interessantes. A primeira é reforçada por uma pesquisa de F rance Magazine junto às suas leitoras[24] (mais jovens do que a média nacional e com nível de instrução superior ao desta), e pelo fato de que nas perguntas indiretas relacionadas ao grau de desgaste nervoso, a fadiga etc, a mãe tem uma vivência claramente mais negativa do que o pai. Quanto à segunda hipótese, ela se confirmará mais ou menos segundo a realização e o êxito da mãe em sua atividade profissional.

A insatisfação dos pais é reduzida e varia pouco. Os únicos pais que se distinguem por sua insatisfação são uma parcela dos executivos, os que fizeram estudos universitários e que mais "dividem" as tarefas familiares. Entre eles, contam-se 85% de satisfeitos contra 94% entre os que fizeram menos estudos. Deve essa maior insatisfação dos pais que "põem a mão na massa" ser relacionada com o principal motivo invocado pelos homens de dezoito a trinta e quatro anos para não terem um terceiro filho? À pergunta formulada por France Magazine em janeiro de 1979, 69% dos homens (contra apenas 31% das mulheres) haviam respondido: "Porque não quero renunciar à minha liberdade."

Se a insatisfação das mães (em todas as classes sociais) se exprime de maneira muito fraca quando se lhes fazem perguntas diretas, percebe-se claramente um mal-estar das mulheres no casamento e um certo recuo em relação à maternidade quando se lhes formulam perguntas indiretas.

Nota de rodapé:

[24] Ver mais adiante, p. 357, os resultados de uma sondagem feita por France Magazine, em setembro de 1978, sobre a atitude das mulheres em relação à maternidade.

Fim da nota de rodapé.

Andrée Michel verificou que, quanto mais jovens, instruídas e ativas são as mulheres, mais experimentam insatisfações no casamento[25] e menos associam à maternidade o êxito e a felicidade feminina.[26] Em contrapartida, a pesquisa de M.-C. Ribeaud mostra que as mulheres subproletárias têm atitudes e motivações diametralmente opostas às das mulheres mais instruídas.

DISTANCIAMENTO DA MATERNIDADE

Para melhor perceber a evolução das atitudes femininas em relação à maternidade, dispomos de dois tipos de documentos, pesquisas e testemunhos, que revelam uma mudança profunda de mentalidade. Mesmo que as novas atitudes partam apenas de uma minoria, esta é suficientemente ativa e emancipada para ser levada a sério. A grande novidade reside menos no fato de se exprimir um certo cansaço da maternidade, de se expressar a própria decepção ou alienação, do que na maneira de expressá-lo. As mulheres exprimem-se hoje sem culpa, mas não sem rancor. Estamos muito longe das confidências ou confissões de Madame Guitton (mãe do filósofo Jean Guitton), grande cristã da burguesia. Mãe de um único filho, ela escrevia, não sem algum remorso: "Eu deveria sentir-me plenamente feliz com um marido que me ama muito e um bebê que, não sendo bonito é gracioso e saudável.

Notas de rodapé:

[25] Cf. Andrée Michel, Activitê professionnelle de Ia femme et vie conjugale, CNRS, 1974, p. 138.

Quadro de satisfação no casamento

Instrução da mulher Mulheres do lar Mulheres ativas

Primária 33% 33%

Técnica 27% 40%

Secundária 44% 34%

Superior 53% 30%

Todas as categorias 38% 34%

[26] Os resultados das pesquisas francesas coincidem exatamente com os das pesquisas realizadas nos EUA e na URSS sobre o mesmo tema. Ver A. Michel, Femmes, sexisme et sociétés, p. 188.

Fim das notas de rodapé.

352

E no entanto, pode me censurar, por vezes, com meu espírito inquieto e insaciável, tenho a impressão de que me falta alguma coisa. Minha vida tornou-se tão materialmente embrutecedora que já não tenho tempo para pensar, para viver uma vida melhor."[27] Mais adiante, acrescenta: "Junto ao berço de meu amorzinho, tenho sacrificado tudo aquilo de que gostava, leituras, horas de trabalho, tudo o que outrora me preenchia a existência."[28]

Essas queixas de Madame Guitton surpreendem-nos ainda mais por provirem de uma mulher educada no espírito do devo-tamento e do sacrifício. Demonstram que a maternidade é mais difícil de viver do que em geral se crê e que a todo-poderosa natureza não dotou a mulher de armas suficientes para enfrentá-la. Por não ser suficientemente masoquista, Madame Guitton sofre sem tirar nenhum proveito dessa dor. A condição feminina parece-lhe tão pouco invejável que ela confessa: "Veja: eu gostaria de nunca ter filhas.. ao afirmar a sua natureza, eu lhes daria uma possibilidade a mais de sofrer pequenas alfinetadas e a mediocridade da existência."[29]

Hoje já não se confessa, proclama-se e denuncia-se:

"Os filhos são um fardo, eles nos consomem a vida."

"Há dias em que daríamos tudo para não tê-los; mataríamos todos eles."

"Durante anos, vivi apenas por dever, a tal ponto que já nem sequer sabia o que me agradava. Viver para si deve ser excitante."

"Os filhos me sugam; há dias em que fico cheia, em que preferiria ficar sozinha comigo mesma."

"Certos dias sinto-me tão esgotada e nervosa que o que me impede de bater neles é saber que isso não mudaria nada, que ainda pioraria as coisas."

Notas de rodapé:

[27] Jean Guitton, Une mère dans sa vallée, Paris, 1960, p. 62 (grifo nosso).

[28] Id. Ibid, p. 63.

29 ID. Ibid., p. 63.

Fim das notas de rodapé.

353

"A mãe é uma vaca leiteira que se ordenha sem parar até que se esgote."

"Meus filhos me sugaram, já não me resta uma gota de vitalidade."

"Se não se passou por isso, não se pode imaginar o que pode ser essa solicitação contínua; o único consolo é saber que um dia os filhos serão pais!"

"Meus filhos agora estão grandes, não é mais a mesma coisa, mas por nada no mundo eu voltaria ao período da sua primeira infância; há coisas que podemos fazer uma vez na vida, mas não duas."[30]

"Eu já nem ao menos sabia o que me agradava!"

"Sacrifiquei tantas atividades pelos meus filhos, pois elas eram incompatíveis com os cuidados que eu tinha de lhes dar, renunciei a tantas coisas que me faltam."[31]

Todos esses depoimentos autênticos falam do desencanto, do esgotamento e da renúncia que a maternidade representa para certas mulheres. "Somos corroídas, consumidas, sugadas, esgotadas, comidas, esvaziadas, destruídas, devoradas..." e no entanto, comenta B. Marbeau-Cleirens, "nenhuma dessas mulheres entrevistadas teve mais de quatro filhos!"[32] Contudo, o que mais surpreende é o rancor e o desejo de vingança que transpiram dessas frases e que provavelmente não teriam podido ser expressos trinta anos atrás. Rompendo francamente com a imagem tradicional da mãe, essas mulheres proclamam que nunca mais repetirão o que passaram. Que a sua experiência de mãe estragou-lhes a vida de mulher, e que, se tivessem sabido antes...

Ao lado das que se contentam em evocar o fracasso da sua experiência materna, outras feministas decidiram destruir o mito da maternidade natural.

Notas de rodapé:

30 Depoimentos citados por B. Marbeau-Cleirens em Psycbologie des mères, Ed. Universitaires, 1966, p. 92.

31 Id. Ibid., p. 101.

32 Id. Ibid.,p. 92-93.

Fim das notas de rodapé.

354

Com esse objetivo, puseram em questão o conceito de instinto materno: "O instinto materno existe ou as relações mãe-filho envolvem apenas os mesmos sentimentos que encontramos em outras relações: amor, ódio, indiferença, diferentemente dosados segundo o caso?... O instinto materno existe ou não passa de uma enorme pilhéria? Uma enorme pilhéria destinada a persuadir as mulheres de que cabe a elas executar o..trabalho sujo', isto é, fazer sempre a mesma coisa, sem partilha, sem objetivo, lavar sempre o chão que os meninos sujaram, estar sempre a empunhar uma mama-deira?"[33]

Que vem a ser um instinto que se manifesta em certas mulheres e não em outras? "Em seis milhões de mulheres em idade de ter filhos, há uma parte constituída de solteiras e outra de mulheres casadas mas que recusam a maternidade. Há, além disso, um número de abortos anuais que oscila entre 500 mil e um milhão?)."[34]

Em vez de instinto, não seria melhor falar de uma fabulosa pressão social para que a mulher só possa se realizar na maternidade? Como o diz com muita propriedade B. Marbeau-Cleirens: "Já que a mulher podia ser mãe, deduziu-se não só que ela devia ser mãe, mas também que devia ser apenas mãe e que só na maternidade podia encontrar a felicidade."[35]

Como saber se o desejo legítimo da maternidade não é um desejo em parte alienado, uma resposta às coerções sociais (penalização do celibato e da não-maternidade, reconhecimento social da mulher enquanto mãe)? Como ter certeza de que esse desejo de maternidade não é uma compensação de frustrações diversas?

Notas de rodapé:

33 Maternité-esclave, 1975, p. 74 e 75 (10/18, n. 915).

34 Id. Ibid., p. 76.

35 B. Marbeau-Cleirens, op. cit., p. 136.

Fim das notas de rodapé.

355

Na realidade, afirmam várias mulheres,[36] a maternidade é um monstro de duas cabeças (procriação e criação) cuja confusão a estratégia patriarcal tem interesse em manter. Ela é a pedra no meio do caminho da liberação feminina, pois "a especialização da mulher nessa função materna é a causa e o objetivo das humilhações que ela sofre no conjunto da vida social..

Primeiro mobilizar as mulheres na maternidade para melhor poder imobilizá-las depois."[37]

Para todas essas mulheres, a maternidade, tal como é vivida há séculos, é apenas o lugar da alienação e da escravidão femininas. Elas reivindicam, portanto, o direito absoluto a não ter filhos e proclamam a exigência de uma "dissociação entre a procriação e a criação dos filhos como incumbência exclusiva das mulheres, única condição da existência de uma opção na maternidade".[38]

É fácil notar a semelhança dessas queixas com as das preciosas do século XVII. Umas e outras acusam a maternidade de alienar sua vida de mulheres e não aceitam que o simples fato biológico da gravidez as prive por um período prolongado de uma liberdade considerada inalienável. Mas o que distingue essas mulheres, separadas por três séculos, é essencial. As primeiras refugiavam-se no ascetismo por não terem nenhuma esperança de poder mudar a sociedade dos homens. Uma vez que era preciso escolher entre dois gêneros de frustração, mais valia sacrificar o corpo e os prazeres carnais do que a sua independência! Hoje as mulheres rejeitam a alternativa e o sacrifício, e estão antes decididas a mudar a ordem do mundo, em outras palavras, o comportamento dos homens. Não só já não desejam ter filho para merecer o título de "mulher realizada", como exigem, para aceitar procriar, que se partilhem com elas todos os encargos da maternagem e da educação.

Notas de rodapé:

[36] Les femmes s'entêtent, 1975, p. 176 (col. "Idées", n. 336). Maternité-esclave, p. 101.

[37] Les femmes s'entêtent, p. 176.

[38] Les femmes s'entêtent, p. 178-9. Maternité-esclave, p. 102.

Fim das notas de rodapé.

356

Sem dúvida essas reivindicadoras formam apenas uma minoria bem modesta. Mas seria um erro dar de ombros depressa demais e incluí-las na categoria das utopistas com pretensões irrealizáveis. Mesmo que o discurso dessas mulheres tenha no primeiro momento chocado os homens e a maioria das mulheres, suas idéias vêm se difundindo, como o confirma certo número de estudos recentes. Em setembro de 1978, o France Magazine relatou uma pesquisa muito significativa realizada com 18.500 de suas leitoras. Estas, sem dúvida, não são representativas de todas as francesas e constituem antes a vanguarda feminina. Mais jovens do que a média nacional (51% têm entre vinte e cinco e trinta e quatro anos contra 17% para toda a França), essas mulheres possuem também um nível de instrução superior (73% têm um nível igual ou superior ao secundário contra 10% da população feminina francesa). Além disso, 57% das leitoras de France Magazine trabalham em horário integral, contra 35% do total das mulheres.

Uma das perguntas formuladas procurava avaliar a satisfação que elas sentiam em cuidar

dos filhos: cuidar dos filhos (alimentá-los, dar-lhes banho, educá-los) é:

1. bastante agradável

2. muito agradável

3. maçante

ou decididamente penoso

4. indiferente

5. não tenho esse encargo

6. sem resposta

Se um quarto das leitoras de France Magazine acha muito agradável cuidar dos filhos, 39% moderam sua satisfação, e 36% respondem negativamente ou não respondem (o que é outra forma de responder negativamente), como os 21% "que não têm esse encargo".

39% 25%

64%

5%

3%

21%

7%

36%

357

Essas porcentagens demandam uma reflexão acerca da nova mentalidade feminina, pois, se somente 5% das mulheres declaram francamente que cuidar dos filhos é para elas uma tarefa penosa, temos de levar em conta a brutalidade de uma pergunta que há trinta anos ninguém teria ousado formular. Ainda é muito difícil responder a ela sem culpa. E é bastante possível que "a indiferença" ou a recusa a responder sejam o meio indireto escolhido para exprimir, sem o confessar, a própria insatisfação.

Na mesma época (outubro de 1978), o Cosmopolitan — revista mensal feminina — publicava uma pesquisa feita com mil mulheres representativas da população francesa. Essa pesquisa mostrava igualmente que as mulheres não pretendiam mais assumir sozinhas os encargos relacionados aos filhos. Oito em dez mulheres consideravam normal que marido e mulher dividissem as tarefas domésticas, e desejável que os homens cuidassem dos filhos tanto quanto as mulheres.

Ainda mais significativas de uma mudança ocorrida na mentalidade feminina são as respostas obtidas à pergunta formulada por France Magazine: Você pensa que uma mulher pode ser bem-sucedida na vida sem ter filhos?

1. sim, sem nenhum problema 41%

2. sim, mas é difícil 34%

3. não, é uma vida incompleta 23%

4. sem opinião 2%

O Cosmopolitan formulou a mesma pergunta, mas de maneira mais personalizada: Sua amiga, irmã ou filho decidiu não ter filhos:

1. você a aprova totalmente 27%

2. você aprova, mas isso a incomoda um pouco 16%

3. você não sabe responder 12%

358

4. você desaprova mas aceita discutir a questão 43%

5. você desaprova totalmente 45%

Essas respostas são surpreendentes. Mostram, pela primeira vez, que uma quase maioria de mulheres já não circunscreve a feminilidade na maternidade, e pensa que é inteiramente possível ser uma mulher realizada sem filho. Idéia absolutamente incompatível com a imagem tradicional da mulher e mesmo com as premissas da psicanálise.

Ao comentar esses resultados, o France Magazine fez duas reflexões importantes: "Antigamente o filho disfarçava tudo. Era o filho refúgio, o filho solução, o filho recompensa, o filho possessão. Hoje, a presença de filhos num lar parece ser um fator de diminuição do prazer a dois (vinte e oito casais com filhos sentem-se muito satisfeitos com sua vida, contra quarenta e quatro casais sem filhos).

Em segundo lugar, a presença de filhos torna a situação da mulher no lar mais difícil e "menos invejável" do que a do homem. Sem filhos, a maioria das mulheres considera sua situação quase equivalente à dos homens: apenas uma em três mulheres os inveja. Mas, se há filhos no lar, uma em duas mulheres considera a situação do homem "mais invejável"... E conclui o France Magazine: tudo se passa como se cada mulher tivesse decidido julgar segundo sua situação pessoal e não segundo os critérios tradicionais: "A maternidade é um dom e não um instinto como nos tentam fazer crer. Convém deixar em paz aquelas que não são dotadas para ser mães."[39]

Essa frase deveria servir de epígrafe ao próximo tratado sobre a nova educação das meninas. Que o futuro Fénelon esteja ciente de que é essa a condição da felicidade dos homens, pois, ao se obrigar as mulheres a ser mães contra o seu desejo, corre-se o risco de engendrar crianças infelizes e adultos doentes.

Nota de rodapé:

[39] *France Magazine, set. 1978, p. 93.*

Fim da nota de rodapé.

359

Um recente relatório[40] da fundação A.-A. Giscard-Estaing menciona vários milhares de crianças que sofrem sérios maus-tra-tos todos os anos, e o Congresso de Estrasburgo,[41] que tinha por tema: "A Criança Maltratada", revelava que não é apenas nos meios desfavorecidos que as crianças são vítimas de maus-tratos. Ele enfatizou uma nova noção: "os maus-tratos por omissão", ou seja, a criança moralmente entregue a si mesma. Trata-se de casos ainda mais freqüentes e difíceis de detectar na medida em que não deixam sinais de golpes, ferimentos ou fraturas. As violências cometidas contra as crianças ou o abandono de que são vítimas bastariam para mostrar que o amor dos pais e particularmente o da mãe não é natural, que as provas de amor e o devotamento não existem necessariamente. Outros indícios vêm, no entanto, confirmar essa idéia. O fato, por exemplo, de se falar cada vez mais em "ofício materno", ou em "salário materno", não é a prova de que a maternagem é um trabalho que não se executa de maneira espontânea? O projeto de pagar às mães para cuidar dos filhos não indica que a mulher não é uma simples fêmea?

Ainda que os mais ferrenhos partidários do aumento da natalidade continuem a pensar que, remunerando as mulheres para serem mães, conseguirão alcançar seu objetivo, a sociedade em geral parece ter consciência do distanciamento das mulheres em relação à maternidade. Ela se decide a dar como certo o fim do reinado da criança. Philippe Aries fez recentemente a seguinte confidência: "Tudo se passa como se nossa sociedade deixasse de ser child-oriented, como o fora apenas desde o século XVIII. Isso significa que a criança está perdendo um monopólio tardio e talvez exorbitante, que ela retorna a um lugar menos privilegiado, melhor ou pior. Os séculos XVIII-XIX terminam sob nossos olhos."[42]

Notas de rodapé:

40 Relatório publicado em novembro de 1979.

41 Ver a reportagem de Matin (28 abr. 1979).

42 Entrevista de J.-B. Pontalis com Philippe Aries em Nouvette Revue de Psichandyse, 1979, n. 19, p. 25.

Fim das notas de rodapé.

360

Num pós-escrito, Philippe Aries evocou uma notícia publicada em Le Monde (23 de março de 1979) sobre a absolvição de uma infanticida. A ré explicara no tribunal do júri que não podia assumir, nem física nem moralmente, o nascimento do filho e lograra ser compreendida pelos jurados. Aries interpretou esse veredicto como indicador das novas mentalidades. Pode-se acrescentar — tendo em vista a raridade do fato — que nesse caso os jurados se haviam

identificado com o assassino (a mãe) e não com a vítima (o filho dela.. ou os seus próprios filhos).

Falando dos pais, Françoise Dolto dizia: "Muitos deles já não gostam dos filhos."[43] Parece, à primeira vista, que a afirmação deve ser ampliada. Não há apenas pais que já não gostam dos filhos, mas também mães. Ainda assim, é preciso ser prudente, pois terá havido jamais uma idade de ouro nesse domínio? Deve-se supor que os homens e as mulheres do passado tinham sentimentos mais profundos e mais espontâneos em relação a seus filhos? Quanto a mim, não estou nada convencida disso, pois a longa história da autoridade paterna e do amor materno põe

a descoberto os fracassos, as mentiras, as frustrações e o egoísmo que os acompanham.

EM DIREÇÃO AO PAI-MÃE

Num segundo momento poder-se-ia indagar se, ao contrário do que afirma Françoise Dolto, o amor paterno não está fazendo sua aparição na história dos sentimentos. Vimos que, antes do final do século XVIII, a família era regida pelo sacrossanto princípio da autoridade paterna, e em seguida que, sob a influência sucessiva de Rousseau e de Freud, o amor materno o substituíra. Parece que hoje — talvez seja muito cedo para uma afirmação peremptória — o pai, tendo abandonado a sua figura autoritária, identifica-se cada vez mais com sua mulher, isto é, com a mãe.

Nota de rodapé:

[43] Na entrevista concedida a Anne Gaillard em Le Nouvel Obser-vateur de 19 de março de 1979.

Fim da nota de rodapé.

Ao mesmo tempo que as mulheres se "virilizam" e tomam certa distância em relação à maternidade, aparece, sobretudo entre os homens jovens, um desejo de maternagem ou mesmo de maternidade. Não apenas vemos um número cada vez maior de pais divorciados reivindicar a guarda de filhos de tenra idade, como estudos muito recentes constatam, em pais jovens, atitudes e desejos tradicionalmente qualificados de maternos.

Uma pesquisa sobre os franceses e a paternidade, publicada pela revista mensal Parents, mostra que o homem também mudou muito. Talvez se deva até falar de uma "revolução da mentalidade masculina". O novo pai participa da gravidez de sua mulher, compartilha as alegrias do nascimento e as tarefas diárias da maternagem, outrora reservadas à mãe. À pergunta: "Você acha que a gravidez de sua mulher teve ou não repercussões sobre o seu próprio estado físico e moral?", 27% responderam "sim". Entre estes, 27% sentem uma grande tensão nervosa, 7% um aumento excessivo de peso e 13% sofrem insônias.

À pergunta: "Quando uma mulher espera um filho, existe entre ela e o bebê um

sentimento de cumplicidade, de intimidade. Pessoalmente, você diria que participou dessa intimidade ou que foi excluído dela?", 81% (contra 8% que se sentiram excluídos) afirmam participar dessa intimidade. Metade deles experimenta esse sentimento desde o anúncio da gravidez, e um em três no momento em que o bebê começa a se mexer. Por fim, 62% dos jovens pais assistem ao parto de sua mulher e têm o sentimento de "participar" do ato do nascimento.

Nascido o bebê, o pai participa também das "tarefas maternas": Quando seu último filho nasceu, você se ocupou regularmente de:

— dar-lhe a mamadeira ou alimentá-lo

com colher 74%

— preparar-lhe a mamadeira ou a comida 65%

362

— levá-lo para passear 64%

— niná-lo quando chora 60%

— trocar-lhe a fralda 53%

— levantar-se durante a noite 50%

— dar-lhe banho 40%

— levá-lo à ama-de-leite ou à creche 26%

Apenas 17% desejariam ficar emrcasa para cuidar dos filhos enquanto a mulher trabalhasse fora para prover o sustento da família. O que indica que os homens, em sua grande maioria, aceitam dividir as tarefas domésticas, mas não a inversão dos papéis tradicionais.

Outra pergunta formulada aos pais: Segundo o que você observou, quando a criança deseja ser acarinhada, ela procura:

— o pai 11%

— a mãe 35%

— um ou outro, indiferentemente 43%

— não se pronunciam 11%

Essas respostas mostram que as mulheres não têm mais o monopólio da ternura.

Inversamente, os pais já não têm o monopólio da autoridade, a julgar pelas respostas à seguinte pergunta: Quando a criança acaba de fazer uma tolice, que acontece?

— quem a repreende é sobretudo o pai 21%

— quem a repreende é sobretudo a mãe 16%

— é a mãe que pede ao pai que a repreenda 3%

— a repreensão parte indiferentemente de um ou de outro 42%

— não se pronunciam 18%

Finalmente, em caso de divórcio, 54% dos pais afirmam que pediriam a guarda dos filhos de tenra idade contra 24%

363

que não o fariam e 2% que não se pronunciam.[44] Pode-se supor, como anteriormente no caso das mães, que os pais experimentam certa culpa em dizer que não reclamariam os filhos. Mas isso também é significativo de uma real mudança de mentalidade. Tal como a mãe, o pai sente-se hoje responsável pelo filho. Pensa, por sua vez, que lhe deve cuidados, amor e sacrifícios. E que, para ser bom pai, já não basta aparecer episodi-camente no quarto do bebê, enquanto ainda não pode conversar com o homenzinho e levá-lo para passear e ver coisas interessantes.

Sob a pressão das mulheres, o novo pai materna o filho à imagem e semelhança da mãe. Ele se insinua, como uma outra mãe, entre a mãe e o filho, o qual experimenta quase indistintamente um corpo a corpo tão íntimo com a mãe quanto com o pai. Para nos convencermos disso, basta observarmos as fotografias, estampadas com freqüência cada vez maior nas revistas, de pais seminus estreitando nos braços seus filhos recém-nascidos. Percebe-se em seu rosto uma ternura toda materna que não escandaliza ninguém. Sim, depois de séculos de autoridade e de ausência do pai, parece surgir um novo conceito, o "amor paterno", semelhante em tudo e por tudo ao amor materno.

É provável que essa nova experiência da paternidade seja amplamente imputável à influência das mulheres que reclamam cada vez mais a divisão de todas as tarefas, e mesmo do amor a ser dado aos filhos. Elas pressionam portanto nesse sentido os homens que as amam. É possível também que a parte de feminilidade que existe em todo homem tire algum proveito disso. Mas não se pode excluir o fato de que as mulheres atribuem aos homens uma responsabilidade tão grande e exercem sobre eles uma pressão tão forte quanto aquelas que os homens dos séculos XVIII e XIX fizeram pesar sobre elas.

Nota de rodapé:

44 Parents, junho e julho de 1979: pesquisa realizada pelo TFOP, que interrogou uma amostra nacional representativa de jovens pais (de 18 a 30 anos).

Fim da nota de rodapé.

364

De agora em diante, as mulheres "obrigarão" os homens a serem bons pais, a dividirem equitativamente não só os prazeres como também os encargos, as angústias e os sacrifícios da maternagem. Nada assegura que todos os homens se sentirão satisfeitos com a mudança é que, com ela, a natalidade futura dos países superdesenvolvidos — os únicos por enquanto que

conhecem essa evolução dos costumes — não venha a se reduzir ainda mais...[2]

365

PARAÍSO PERDIDO OU REENCONTRADO?

Ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos.[1] Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É "adicional".

Se devêssemos traçar a curva desse amor na França nos últimos quatro séculos, obteríamos uma sinusoidal com pontos altos antes do século XVII, nos séculos XIX e XX, e pontos baixos nos séculos XVII e XVIII.

Nota de rodapé:

[1] Fenômeno bem conhecido dos psiquiatras e psicanalistas de crianças.

Fim da nota de rodapé.

367

Provavelmente seria necessário inflectir a curva para baixo a partir da década de 1960, para marcar um certo refluxo do sentimento materno clássico, e fazer aparecer, conjuntamente, o início de um novo traçado de amor: o do pai. Aparentemente, o amor materno não é mais o apanágio das mulheres. Os novos pais fazem como as mães, amam os filhos como as mães os amam. Isso pareceria provar que não há maior especificidade do amor materno do que do amor paterno. Significaria que não há mais especificidade dos papéis paternos e maternos, e que se tende, cada vez mais, para a identificação do homem e dá mulher?

É verdade que, vistos de costas ou de longe, vestidos e penteados da mesma maneira, o rapaz e a moça tendem a ser confundidos. Menos peito, menos quadris e nádegas entre as mulheres. Menos músculos e ombros entre os homens. O unis-sexismo existe, pelo menos em aparência.

Do ponto de vista psicológico, já não se sabe muito bem hoje o que distingue o menino da menina. O Congresso Internacional de Psicologia da Criança realizado em Paris sobre esse tema, em julho de 1979 teve dificuldade em circunscrever as diferenças. Segundo suas conclusões, nada prova que a passividade esteja reservada às meninas, como tampouco a receptividade à sugestão ou à tendência a se subestimar. Nada prova, ainda, que o gosto da competição seja mais comum entre os meninos, nem o medo, a timidez e a ansiedade entre as meninas. Que os meninos tenham tendências dominadoras, e as meninas, uma maior capacidade de submissão. Nem mesmo que os comportamentos ditos "maternos" ou "nutritícios" sejam mais especificamente femininos do que masculinos. E, de fato, o tradicional "papai lê e mamãe costura"[2] está em vias de se modificar. Mamãe pode ler e fazer pequenos consertos, enquanto papai troca fralda e dá a mamadeira. Ninguém mais se surpreenderá.

Significa isso que o pai é idêntico à mãe? E se assim for, que conseqüências traria isso para a criança?

Nota de rodapé:

[2] Papa lit et mama coud é o título de um notável estudo sobre a imagem estereotipada dos papéis materno e paterno nos manuais escolares realizado por Annie Decroux-Masson, Denoèl-Gonthier, 1979.

Fim da nota de rodapé.

368

A essas duas perguntas fundamentais para o futuro da humanidade, ninguém pode responder com certeza. Pode-se, no máximo, levantar duas hipóteses contraditórias.

Os psicanalistas são unânimes em ver nessa identificação dos papéis uma fonte de confusão para a criança. Como, dizem eles, poderá ela tomar consciência de seu sexo e de seu papel? A quem se identificar para tornar-se adulto? A criança, menino ou menina, só adquire uma sólida estrutura mental após superar o complexo de Édipo, isto é, uma relação triangular e oposicional. Que será dela se papai e mamãe forem a mesma coisa e não oferecem mais referenciais sexuais diferenciados? E se o pai encarna indiferentemente a lei e o amor materno, conseguirá jamais a criança crescer e superar o período infantil da bissexualidade? Finalmente, se a mãe deve, segundo os psicanalistas, encarnar o amor (irracionalidade) e o pai, a lei universal, a confusão dos papéis só pode engendrar a perda de razão. Só haverá aí, portanto, um processo de desumanização, fonte de psicose e de infelicidade.

Outros, otimistas e crentes incorrigíveis no progresso humano, talvez digam o inverso. Verão no unissexismo a estrada real para a bissexualidade, ou a completeza há tanto tempo sonhada pelos homens. Recordar-se-ão do mito de Aristófanes, e daquela criatura andrógina, "dois em um", que simbolizava o poder e a felicidade humanos antes que os deuses se sentissem ameaçados e os punissem cortando-os em dois. Afinal de contas, por que o homem e a mulher

de amanhã não recriariam esse paraíso perdido? Quem pode afirmar que a desordem nova criada pela confusão dos papéis não será a origem de uma nova ordem mais rica e menos coerciva?

Abstenhamo-nos de responder a estas perguntas, que são do domínio da futurologia, ou da mitologia. Mas registremos, simplesmente, o nascimento de uma irredutível vontade feminina de partilhar o universo e os filhos com os homens. E essa

369

disposição modificará, sem dúvida, a futura condição humana. Quer prenunciemos o fim do homem ou o paraíso reencontrado, terá sido Eva, mais uma vez, quem modificou a distribuição das cartas.

370